Telecomunicações
Avanço do 5G entre empresas e uso de inteligência artificial movimentam o setor **Caderno especial**



Oriente Médio
Ataque de Israel a acampamento de refugiados ampliou tensões na guerra contra o Hamas **A12**



Aviação
Gol, de Celso Ferrer, apresenta plano financeiro para sair da recuperação judicial nos Estados Unidos **B3**

Terça-feira, 28 de maio de 2024
Ano 25 | Número 6010 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Líderes mantêm previsão de investimentos, apesar de juros

Evento Para os premiados do **Executivo de Valor** foco em educação é essencial para o crescimento do país

De São Paulo

Os juros básicos da economia ainda estão elevados, mas isso não tem impedido a realização de investimentos pelas companhias dos 24 líderes empresariais que receberam na noite de ontem o prêmio **Executivo de Valor** 2024, em cerimônia no hotel Rosewood, em São Paulo. Em geral, essas organizações são pouco alavancadas, menos sujeitas às oscilações do mercado de crédito, e vêm mantendo planos de investimentos para os próximos 18 meses e horizontes mais longos.

Em razão da necessidade do país de ampliar e modernizar sua infraestrutura, as empresas desse setor continuam investindo fortemente. Ao lado dessa área, outros vetores de novos investimentos têm sido a transição energética e as tecnologias mais sustentáveis. Para parte dos executivos, os riscos climáticos se tornaram um fator crítico para a realização dos investimentos, a exemplo das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul e dos recordes de temperatura registrados nos últimos 15 meses.

Apesar dos recentes aportes, a visão de que as empresas poderiam investir mais no Brasil é comum entre esses líderes. Eles apontam o déficit educacional, a insegurança jurídica e tributária, a infraestrutura deficitária e a própria estabilidade macroeconômica como pontos que precisam avançar para que o país destrave seu potencial de crescimento.

Melhorar a educação é crucial para que o país avance economicamente rumo a um futuro mais sustentável. Nesse ponto, há consenso entre os 24 executivos eleitos. Há a percepção de que não existe solução única e que essa é uma questão que exige uma combinação de esforços da iniciativa privada, sociedade e governos. A extensa lista de desafios inclui agora a necessidade urgente de reconstrução total do Rio Grande do Sul, tarefa que vai desde a recuperação da infraestrutura do Estado à retomada das aulas.

Para os líderes, o complexo sistema tributário brasileiro é uma unanimidade, no mau sentido, e citado como obstáculo. A infraestrutura e a logística deficitárias também pesam contra os investimentos. No campo macroeconômico, os entraves passam pelos juros e as constantes mudanças nas políticas econômicas. Circula hoje no **Valor** anuário que traz, além da trajetória dos premiados, reportagens sobre o papel que o setor produtivo pode ter na melhoria educacional do país. **Páginas A8 e A9**

Lideranças vencedoras

Na 24ª edição, o prêmio Executivo de Valor aponta os profissionais de maior destaque em 24 categorias

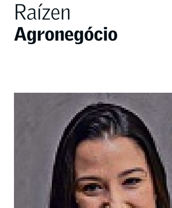
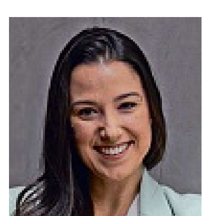






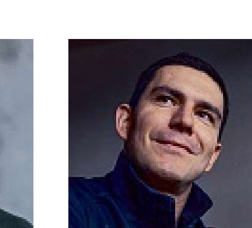










Alexandre Birman
Arezzo&Co
Indústria da moda

André Aguiar
Inspira Rede de Educadores
Educação

Bruno Lasansky
Localiza&Co
Logística e transportes

Christian Gebara
Vivo
TI & telecom

Cristiano Teixeira
Klabin
Papel, papelão e celulose

Daniela Manique
Solvay-Rhodia
Indústria química e petroquímica

Fernando Modé
Grupo Boticário
Bens de consumo

Gustavo Werneck
Gerdau
Mineração e metalurgia

Harry Schmelzer Jr.
WEG
Máquinas e equipamentos

Isabella Wanderley
Novo Nordisk
Saúde

Livia Chanes
Nubank Brasil
Serviços digitais

Marcílio Pousada
RD Saúde
Comércio

Milton Maluhy Filho
Itaú Unibanco
Serviços financeiros

Patrícia Freitas
Prudential do Brasil
Seguros e previdência

Radamés Casseb
Aegea
Infraestrutura

Ricardo Mussa
Raízen
Agronegócio

Ricardo Gontijo
Direcional
Indústria da construção

Rui Chammas
Isa Cteep
Energia

Tereza Santos
Sympla
Serviços

Tyler Li
BYD Brasil
Veículos e peças

Alcione Albanesi
Amigos do Bem
Empreendedorismo social

Roberta Vasconcellos
Woba
Jovem liderança

David Feffer
Suzano
Presidente de conselho de administração

Lucas Vargas
Nomad
Startup de sucesso

Ajuda a empresas será de R$ 15 bi, afirma Alckmin



Estevão Taiar
De Brasília

O programa de ajuda a grandes empresas e indústrias do Rio Grande do Sul vai oferecer R$ 15 bilhões em crédito, anunciou ontem o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin. O crédito será oferecido por meio do BNDES, que montará "uma unidade avançada" em Porto Alegre. "O BNDES vai trabalhar junto com as empresas para recuperar o mais rapidamente possível", disse ele. "O parque industrial foi o mais atingido, porque é muito mais concentrado na região metropolitana, [onde] há uma densidade industrial muito maior." Segundo Alckmin, "está praticamente elaborada a medida provisória para definir esse crédito". Ele também afirmou que as cooperativas de crédito serão incluídas em uma medida provisória para que possam participar dos programas de ajuda via empréstimos. **Página A4**

A terceira guerra mundial será entre o homem e a natureza

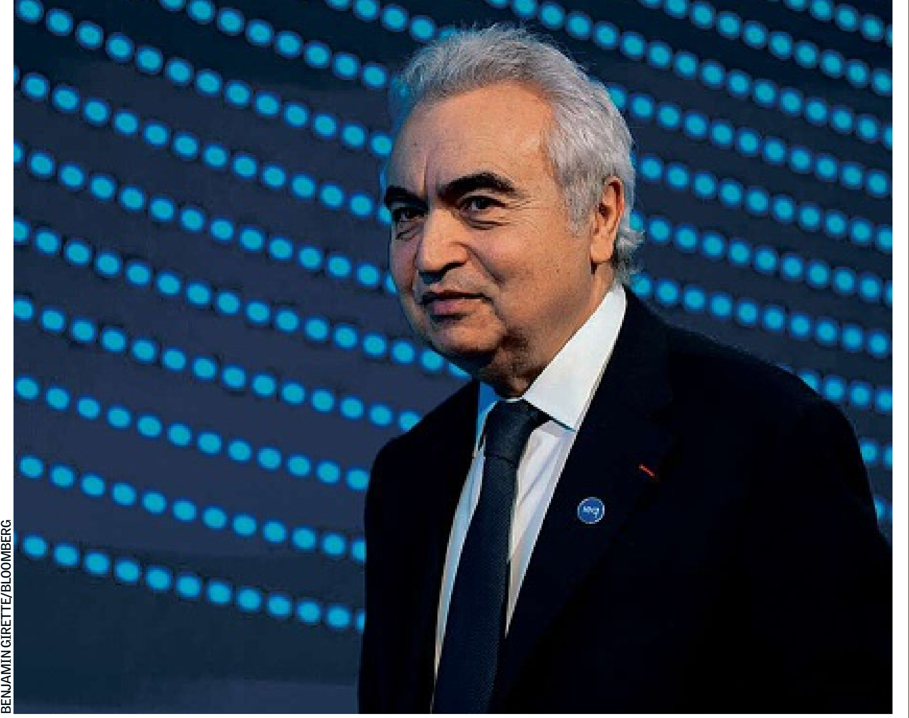
Nizan Guanaes B2

Investidores pedem ao governo ajustes na privatização da Sabesp

Taís Hirata e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Investidores interessados na privatização da Sabesp têm negociado com o governo de São Paulo mudanças no formato final da desestatização, apurou o **Valor**. Um dos pleitos é ampliar o poder de controle do acionista de referência, que terá 15% das ações e um terço do conselho de administração. Uma questão é o limite de voto, que ficou estabelecido em 30% — a demanda é por ampliar para 35%, que representa a participação conjunta do acionista de referência e do Estado. Nas próximas duas semanas, deverá haver rodadas de negociação, em que poderão ser feitos ajustes. A expectativa é que o prospecto preliminar da oferta pública saia no fim de junho e que a operação ocorra em julho. **Página B2**

Mudança climática


BENJAMIN GIRETTE/BLOOMBERG

O enfrentamento da crise climática exige cooperação internacional. "O Brasil pode estabelecer pontes em questões críticas de mudança climática", diz Fatih Birol, da Agência Internacional de Energia. Página A16

Expectativas para o IPCA pioram e se distanciam mais da meta de 3%

Gabriel Roca, Victor Rezende e Sérgio Tauhata
De São Paulo

As expectativas de inflação continuam a piorar, distanciando-se da meta perseguida pelo Banco Central (BC), de 3%. O Boletim Focus divulgado ontem mostrou que o consenso dos analistas para o IPCA de 2026 passou para 3,58%, após 46 semanas estacionado em 3,5%. A mediana das estimativas para 2024 subiu de 3,8% para 3,86%, enquanto para 2025 a alta foi de 3,74% para 3,75%. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que a maioria dos integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) optou por reduzir o ritmo de corte de juros de 0,5 para 0,25 ponto percentual na reunião deste mês por causa da desancoragem das expectativas. **Página C1**

Destaque

Brookfield avalia saída da BRK
A Brookfield contratou bancos para avaliar alternativas para sua saída da BRK Ambiental, investimento já maduro da gestora. Entre elas está a venda de fatia na holding, que pode incluir o controle, ou se desfazer de participações de três operações. **B2**

Indicadores

Ibovespa	27/mai/24	0,15 % R$ 10,4 bi
Selic (meta)	27/mai/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	27/mai/24	10,46% ao ano
Dólar comercial (BC)	27/mai/24	5,1698/5,1704
Dólar comercial (mercado)	27/mai/24	5,1707/5,1713
Dólar turismo (mercado)	27/mai/24	5,1966/5,3766
Euro comercial (BC)	27/mai/24	5,6134/5,6161
Euro comercial (mercado)	27/mai/24	5,6152/5,6158
Euro turismo (mercado)	27/mai/24	5,6678/5,8478



'Petrobras tem que atender a acionistas'

Kariny Leal e Fábio Couto
Do Rio

A Petrobras tem que ser uma empresa rentável e atender, ao mesmo tempo, a interesses de acionistas majoritários e minoritários, disse a presidente da estatal, Magda Chambriard. Na primeira entrevista coletiva após assumir o comando da companhia, a executiva afirmou que o plano é colocar a empresa à disposição dos interesses dos acionistas dentro da lógica empresarial. Disse, ainda, que a companhia é capaz de garantir retorno para todos os acionistas, privados ou governamentais, e que terá que responder às expectativas da sociedade, "entendendo que temos que dar retorno". **Página B1**

Gastos catastróficos e dívidas põem idosos em apuros



Pedro Cafardo

Francisco e Amélia estão em apuros. Na semana passada, o casal recebeu o boleto do plano de saúde com uma surpresa de tirar o sono: a mensalidade aumentou 22%. Ambos têm mais de 70 anos e acompanham os telejornais que, quase diariamente, falam em uma inflação anual na casa dos 3% a 4%. Como é possível um reajuste de um plano de saúde mais de cinco vezes acima da inflação?

Francisco trabalhou no comércio por 40 anos e encerrou a carreira em 2021 como gerente. Sempre teve um salário razoável, com carteira assinada, contribuiu para a Previdência e aposentou-se com benefício integral. Em meados de 2021, quando começou a receber a aposentadoria, o valor era de R$ 6.433,57 mensais. Hoje está em R$ 7.786,02, com reajuste de 21% em três anos, que mais ou menos acompanhou a inflação oficial (IPCA) do período.

O plano de saúde, porém, atropelou a inflação. Ao aposentar-se, Francisco perdeu o convênio que tinha na empresa em que trabalhava e foi obrigado a contratar um plano para ele e a mulher. Não conseguiu um individual, escasso e de baixa qualidade de atendimento. Abriu então uma microempresa e contratou um plano empresarial, que tem liberdade para elevar o preço anualmente quanto quiser. Em junho de 2021, a mensalidade inicial foi de R$ 6.680,00. Hoje, depois de três reajustes, incluindo o de 22%, está nos R$ 10.030,00. Aumento em três anos: 50%.

Na prática, aconteceu o seguinte: em 2021, o casal praticamente conseguia pagar o plano de saúde com a aposentadoria de Francisco. Hoje, precisa usar também a de Amélia e não sobra quase nada. O jeito é apelar para um crédito consignado.

Francisco diz não entender nada de economia, mas, por ter trabalhado no comércio, sabe que preço alto afasta clientes e reduz vendas. Nesse ritmo, pensa, as empresas de planos vão quebrar pelo cancelamento de contratos ou pela inadimplência dos segurados. As próprias empresas se dizem em situação crítica (prejuízos) desde a pandemia, por causa do aumento de custos da saúde, ações judiciais perdidas e fraudes. No ano passado, porém, tiveram um lucro conjunto de quase R$ 3 bilhões, graças a aplicações financeiras. Na operação de saúde, contabilizaram prejuízo.

O quadro relatado acima, da vida real com nomes fictícios, captado pelo colunista atinge milhões de outros clientes de planos de saúde. São vítimas da financeirização da economia, uma tendência amplamente analisada na extraordinária coletânea de artigos acadêmicos (66 economistas e pesquisadores em 1.338 páginas) intitulada "Financeirização, Crise, Estagnação e Desigualdade", trabalho organizado sob a liderança da economista Lena Lavinas (UFRJ). No capítulo 14 do livro, os professores e pesquisadores Guita Grin Debert e Jorge Félix discorrem sobre a financeirização da velhice e sugerem que os planos de saúde, no Brasil, "estão levando as pessoas idosas à situação de 'gasto catastrófico'". Exatamente o que sentem na pele o casal Francisco e Amélia.

A financeirização da velhice se dá de forma ampla, segundo os pesquisadores.

Primeiro, pelos planos de saúde e seus constantes reajustes acima da inflação, que levam as famílias ao endividamento para manter o seguro — se é que se pode chamar de seguro um contrato passível de rescisão unilateral pela seguradora. Na sexta-feira, o Conselho Nacional do Consumidor notificou 20 operadoras para que expliquem em dez dias as razões dos cancelamentos.

Segundo, pelo avanço das operadoras de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), que pertencem a "private equities" e fundos de pensão e buscam mais o resultado financeiro do que o cuidado — os autores relatam um escândalo ocorrido na França nesse setor envolvendo uma empresa que já opera no Brasil.

Terceiro, pelo crédito consignado, invenção brasileira que incluiu corretamente os idosos no mercado financeiro, mas que, em razão dos juros elevados cobrados pelas instituições financeiras, os leva ao endividamento e à perda dos valores das aposentadorias e pensões.

A financeirização da velhice não é um problema exclusivamente brasileiro. Mas tanto o caso do casal de idosos do Brasil quanto o escândalo da França ilustram a ineficácia de se delegar ao setor privado o desafio de atender às demandas de uma ampla camada superenvelhecida da sociedade e expõem falhas de mercado irreparáveis, assim como limitações do terceiro setor (filantropia).

Guita e Félix entendem que a financeirização da velhice resulta dessa mutação do papel do Estado, saindo do modelo de bem-estar-social para o que eles definem como "Estado-fiador". Como não consegue prover saúde, cuidados e medicamentos, o Estado se oferece como avalista para que o cidadão tome empréstimos no mercado financeiro. Empréstimos impagáveis, com juros de até 1,68% ao mês no caso do consignado (teto oficial).

Traduzido para um quase-economês, a opinião de Francisco e Amélia sobre tudo isso é mais ou menos a seguinte: o sistema de planos de saúde no Brasil, em fase de elevadíssima judicialização e dificuldades financeiras, precisa de reformas, antes que provoque uma corrida capaz de inviabilizar o SUS ou uma catástrofe para "segurados" e "seguradores".

"Financeirização – Crise, Estagnação e Desigualdade" Editora Conta Corrente. Organizadores: Lena Lavinas, Norberto Montani Martins, Guilherme Leite Gonçalves e Elisa Van Waeyenberge.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o **Valor Econômico** e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Ambiente Maranhão, que integra a fronteira agrícola do Matopiba, lidera o desmate no ano passado, seguido por Bahia e Tocantins, segundo relatório do MapBiomas

Cerrado supera Amazônia e se torna maior foco de desmatamento do país

Daniela Chiaretti
De São Paulo

A região conhecida por Matopiba, fronteira agrícola de Cerrado no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, ultrapassou a Amazônia e se tornou o maior foco de desmatamento do Brasil. O Maranhão é o Estado que mais desmatou em 2023, superando os campeões históricos, Pará e Mato Grosso.

O desmatamento em todos os biomas, caiu, o que é um ponto de inflexão com o processo dos últimos anos — a queda é de 11%. Houve mais de 1,8 milhão de hectares de vegetação nativa suprimidos em 2023 em comparação aos 2 milhões de hectares de 2022.

Nos últimos cinco anos o Brasil perdeu o equivalente a duas vezes o Estado do Rio de Janeiro em vegetação nativa —ou 8,56 milhões de hectares.

A Amazônia e o Cerrado representaram mais de 85% da área total desmatada no Brasil em 2023, mas aqui também há algo novo. Pela primeira vez desde o início da série MapBiomas Alerta, em 2019, o Cerrado superou a Amazônia em área desmatada. Em 2023, o Cerrado respondeu por 61% da área desmatada no Brasil, e a Amazônia, por 25%. Derrubaram 68% mais Cerrado no ano passado do que em 2022.

A agropecuária responde por 97% do desmatamento total do Brasil. Os outros 3% são mineração e energia.

Os dados são do Relatório Anual do Desmatamento no Brasil - RAD 2023, considerado o raio-x mais completo do desmatamento em todos os biomas brasileiros. A quinta edição será divulgada hoje.

"Estamos vendo uma mudança de chave no perfil do desmatamento no Brasil", diz Tasso Azevedo, coordenador do MapBiomas. No bioma Amazônia (que é um conceito diferente do da Amazônia Legal, que inclui parte do Cerrado), a queda foi de 62% em relação a 2022. A redução aconteceu em todos os Estados, à exceção do Amapá. Em todos os dez municípios que mais desmataram na Amazônia houve queda.

"O que mais chama a atenção é que é a primeira vez que os Estados que mais desmatam não estão na Amazônia", diz Azevedo. O Pará, campeão do desmatamento dos últimos anos, está em quarto lugar. Os Estados que mais desmatam são o Maranhão, a Bahia e o Tocantins. E embora o Maranhão e o Tocantins tenham uma parte da Amazônia, estão na lista dos que mais desmatam por causa do desmatamento no Cerrado, na região do Matopiba. "O epicentro do desmatamento hoje está no Matopiba", diz Azevedo.

Mas o que os pesquisadores observam é que houve um deslocamento do desmate para outros biomas, principalmente o Cerrado. "Ali vimos um aumento enorme do desmatamento, que compensou boa parte da redução que ocorreu na Amazônia e na Mata Atlântica", diz Tasso Azevedo.

"O que isso nos mostra? Nos biomas onde já havia uma estratégia de combate ao desmatamento e que voltou a ser implementada, que são os casos do PPCDAm [Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal] na Amazônia e dos programas na Mata Atlântica, o desmatamento caiu. Mas, nos lugares onde esse programas de combate estão começando, o desmatamento subiu", continua Azevedo.

SILVIA ZAMBONI/VALOR



Tasso Azevedo: "Há uma mudança de chave no perfil do desmatamento no Brasil, que avança para o Cerrado e outros biomas"

No Pantanal houve aumento de 59% no desmatamento. Corumbá, em Mato Grosso do Sul, responde por 60% do território do Pantanal e metade do desmate no bioma em 2022. O MapBiomas destaca que o Pantanal registrou a maior área média dos eventos de desmatamento entre os biomas — 158,2 hectares. Pelo terceiro ano consecutivo, o Pantanal apresentou a maior velocidade média de desmatamento.

Mais de 93% da área desmatada no Brasil teve pelo menos um indício de ilegalidade

Na Caatinga, o aumento foi de 43% — e mais de 4.300 hectares foram desmatados por empreendimentos de energias renováveis. Ali a Bahia lidera o desmatamento, com um aumento de 34% em relação ao ano anterior.

Essa mudança, diz Tasso Azevedo, também se nota no tipo de vegetação que foi cortada. Em 2023, pela primeira vez, o desmatamento aconteceu mais em formações savânicas (54%) deixando em segundo plano o corte da vegetação florestal (38%).

Em 2023, mais de 93% da área desmatada no Brasil teve pelo menos um indício de ilegalidade, mostra o relatório.

O MapBiomas é uma iniciativa multi-institucional (agrupa universidades, ONGs e empresas de tecnologia) que monitora as transformações na cobertura e no uso da terra no Brasil. A intenção dos pesquisadores é buscar a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais para combater a mudança climática.

O MapBiomas Alerta, por sua vez, consolida informações dos 11 sistemas que monitoram o desmatamento no Brasil (o Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, e o SAD/Imazon, por exemplo), valida e refina os alertas, gerando um laudo público enviado a órgãos de fiscalização em todo o país.

Dengue avança pela cidade de São Paulo

Folhapress, de São Paulo

Todos os distritos da cidade de São Paulo continuam registrando alta de casos de dengue em relação à semana anterior, de acordo com boletim da SMS (Secretaria Municipal de Saúde) publicado nesta segunda-feira (27).

Houve 42,3 mil novos casos registrados em relação à semana anterior (5 a 11 de maio) — as maiores incidências estão nas zonas leste e norte. Os dados do boletim se referem a 12 a 18 de maio.

A cidade está em epidemia de dengue desde o dia 18 de março, quando a prefeitura decretou estado de emergência. Desde então, a incidência só aumentou e chegou a 3.078,4 casos por 100 mil habitantes. Para a OMS (Organização Mundial de Saúde), taxas acima de 300 casos por 100 mil habitantes indicam situação epidêmica.

Em São Miguel, zona leste, a incidência avançou para 11.074,4 e só não ultrapassa a incidência de Jaguara, zona oeste, a maior da cidade (que subiu para 12.412,1).

Os distritos com menores incidências de dengue são Jardim Paulista (522,8), Moema (603,8), República (646,3), Saúde (714,5) e Vila Mariana (778,0).

Entre as maiores incidências, estão Jaguara, São Miguel, Guaianases (6.905,1), Vila Jacuí (6.505,6) e Perus (6.359,3). A incidência só fica abaixo de mil casos por 100 mil habitantes em dez distritos. Na semana passada, eram 12.

Dos dez, cinco estão no centro (Consolação, Bela Vista, Liberdade, República e Sé), três no sudeste (Moema, Saúde e Vila Mariana) e dois na zona oeste (Itaim Bibi e Jardim Paulista). A SMS divide os distritos com base nas supervisões técnicas de saúde. Por isso a região sudeste engloba distritos do sul e do leste.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Funcionalismo Acordo com instituição que representa apenas 15% do corpo docente federal encerra negociação salarial, diz ministério

Governo e sindicato minoritário de professores fecham proposta


ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

Esther Dweck: fim da negociação no limite do possível para o governo

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

O Ministério da Gestão fechou na tarde desta segunda-feira com um dos sindicatos de professores das universidades e institutos técnicos federais, o Proifes, a proposta de reajuste salarial e reestruturação das carreiras.

O Proifes representa apenas 15% do total de universidades e institutos. A equipe da ministra Esther Dweck não tem a expectativa de que a proposta convença sindicatos mais radicalizados, como a Andes. Pautou-se, porém, pela ideia de que, ao fechar a proposta, o governo coloca o ponto final nas negociações, com o limite do que é possível conceder, e prestigia as lideranças que optaram pela abertura de diálogo.

> Presidente Lula já começa a colher desgastes advindos da paralisação dos professores

Na proposta assinada nesta segunda-feira, o governo se compromete com 9% de ajuste em janeiro de 2025 e 3,6% em maio de 2026, além de um aumento médio de 28% para a reestruturação das carreiras. O professor com doutorado em início de carreira passará a receber R$ 13,7 mil, e o titular, R$ 26 mil, em 2026. Com esta proposta o impacto fiscal passa a ser de R$ 6,2 bilhões, apenas para os professores.

A maior fonte de resistência vem da inexistência de reajuste em 2024, que o governo tentou contornar trazendo para janeiro de 2024 a soma de dois reajustes de 4,5% que, na primeira proposta, seriam dados em maio de 2025 e de 2026. O único reajuste real este ano será o dos benefícios (auxílio-creche, auxílio-alimentação e assistência à saúde suplementar).

O Proifes representa unidades como universidades federais de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará e Maranhão. A Andes, mais resistente, tem unidades como a UFRJ, a maior do país, que aprovam o acordo, mas a maioria é contrária. A maior dificuldade dos negociadores, na avaliação de interlocutores do Ministério da Gestão, é o fato de que, no serviço público, o ponto não é cortado durante a greve, o que estimula longas paralisações. As primeiras universidades entraram em greve em 15 de abril. Os técnicos começaram a parar no início de março.

Para conter a adesão de alunos, o Ministério da Educação se comprometeu a melhorar o custeio das universidades federais, ainda sem valores definidos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já começa a colher desgastes advindos da paralisação. No fim de semana, um grupo de técnicos em greve fez um protesto durante inauguração de obras na rodovia Presidente Dutra, no interior de São Paulo.

Curtas

Trabalho nos feriados

O Ministério do Trabalho adiou para 1º de agosto o início da validade da portaria 3.665, que trata sobre o trabalho do comércio em feriados. A norma, publicada em novembro, causou polêmica ao determinar que o trabalho nos feriados só poderá ocorrer se estiver previsto em convenção coletiva. A medida alterava regra de novembro de 2021 que liberava de forma irrestrita funcionamento para setores como o de supermercados e hipermercados, entre outros, sem negociação coletiva com trabalhadores. Essa é a terceira vez que a portaria 3.665 é adiada. Ela perderia a validade em 1º de junho, no Corpus Christi. O Congresso discute projeto de lei sobre o tema.

Confiança na construção

O Índice de Confiança da Construção (ICST), do FGV Ibre, subiu 1,2 ponto em maio, para 96,4 pontos, após dois meses seguidos de queda. Na média móvel trimestral, o índice recuou 0,4 ponto. O resultado do ICST de maio foi influenciado tanto pela melhora das avaliações sobre o momento atual quanto pela melhora das perspectivas nos próximos meses. O Índice de Situação Atual (ISA-CST) avançou 1,2 ponto, para 95,3 pontos, e o Índice de Expectativas (IE-CST) subiu 1,3 ponto, para 97,8 pontos.

Clima Lei estadual que flexibiliza regras para uso de Áreas de Preservação Permanente está na mira do Supremo e de críticos

Questionado na Justiça, RS defende legislação ambiental

Marcos de Moura Souza e Victoria Netto
De São Paulo e do Rio

As mudanças em regras ambientais do Rio Grande do Sul feitas antes das enchentes que destruíram o Estado voltaram ao alvo da Justiça na semana passada. A pedido do Partido Verde, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin deu prazo de dez dias para que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e o governo de Eduardo Leite (PSDB) encaminhem informações sobre a lei estadual nº 16.111, de 9 de abril de 2024, que flexibilizou regras sobre uso de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) para a construção de barragens.

A secretária do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Sema), Marjorie Kauffmann, afirmou ao **Valor** que a lei estadual que flexibilizou regras sobre uso de APPs, sancionada no começo de abril, foi uma proposição da Assembleia Legislativa e que veio após o Estado ter sofrido com estiagens sequenciais. A nova lei altera um artigo do Código Ambiental sancionado em 2020 e permite a avaliação de projetos para fins de reserva de água e produção de alimentos, quando não houver alternativa na propriedade.

"Ao sancionar a lei, o governador inclui um artigo que determina que, dentro dos ritos do licenciamento ambiental, haverá um regramento adicional, que vai tratar da compensação pela intervenção em APP, nos moldes do que já é feito para as outras atividades de intervenção", afirmou a secretária. Segundo ela, o uso dessas áreas protegidas já é autorizado para atividades de saneamento, energia e mineração.

Há quatro anos, mudanças nas regras ambientais do Estado já havia virado assunto da Justiça. Uma ação direta de inconstitucionalidade apresentada pelo Ministério Público Federal em novembro de 2020 questionava a flexibilização de licenças ambientais que tinham sido aprovadas pela Assembleia Legislativa e sancionadas por Leite.

Para especialistas, as enchentes ocorridas no ano passado e agora devem abrir novamente o debate no Estado sobre a necessidade de revisão de algumas das alterações.

O professor associado do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS (IPH) Guilherme Marques é um dos que defendem uma revisão do código ambiental.

"A flexibilização do código ambiental facilitou a exploração de algumas áreas do Estado e parte da sociedade demanda esse tipo de flexibilização, mas ao mesmo tempo não dispõe de mecanismos para o reconhecimento do valor dos serviços ecossistêmicos, como a importância de várzeas e o efeito para o amortecimento de cheias."

A promotora de Justiça Ana Maria Moreira Marchesan, que coordena o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público gaúcho, também avalia que a tragédia no Estado deve alimentar uma rediscussão sobre as mudanças. Marchesan participou diretamente da elaboração de uma ação direta de inconstitucionalidade, de 2020 — que ainda continua sem resposta final do STF. "Os argumentos daquela época foram reforçados agora", diz a promotora.

O texto fazia críticas às formas de licenciamento ambiental instituídas no Estado, estabelecidas pelo novo Código Ambiental (Lei 15.434/2020), sobretudo à licença ambiental por compromisso (LAC), que não existia antes. Na prática, é um tipo de autolicenciamento para alguns tipos de empreendimentos. A licença é emitida pelo próprio solicitante por meio de um sistema digital da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam).

A ação dizia que Estados e municípios podem complementar o regramento da União, "mas não reduzir ou flexibilizar a exigência contida na norma geral federal". Além disso, alertava que uma demora na decisão de barrar as mudanças legislativas teria o "potencial para causação imediata de danos irreparáveis ou de difícil e custosa reparação". A ação continua em tramitação no STF, sem ainda uma decisão, diz a promotora.

Entre os pontos questionados na ação de 2020, estão o entendimento de que a lei do Estado "viola o ordenamento constitucional ambiental", em particular as novas modalidades de licenciamento; questionamentos "sobre [as regras] que delegam a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado o desempenho de competências de órgãos ambientais"; e que "limitam a responsabilização de agentes públicos pela prática de atos culposos no exercício de competências ambientais".

Ana Maria Marchesan diz ainda que os eventos climáticos extremos ocorridos no Estado em setembro, novembro e, mais fortemente, este mês deveriam ensejar uma revisão em algumas das alterações da lei estadual. Mas faz uma ressalva: "As mudanças legais não tiveram tempo para produzir efeitos tão nefastos como os que vimos agora com as enchentes. Seria injusto de minha parte [estabelecer um nexo direto entre a catástrofe e as novas regras]. Vejo nexo isso sim entre, por exemplo, supressão vegetal de algumas regiões [e as enchentes], mas isso não vem dessas alterações recentes".

> "Lei veio após estiagens no Rio Grande do Sul"
> *Marjorie Kauffmann*

O ex-presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) Francisco Milanez, atual conselheiro na instituição, critica a flexibilização para a Licença Ambiental por Compromisso (LAC). "O Estado não pode delegar ao cidadão uma competência que é sua", afirma.

Oposição ao governo Leite, o deputado estadual Matheus Gomes (PSOL) acrescenta que, com o autolicenciamento, "os órgãos ambientais se transformam em cartórios para autorização de atividades exploratórias". "Você diminui a capacidade de avaliação técnica do próprio Estado e entrega todo o planejamento de futuro nas mãos de setores que estrategicamente pensam com uma visão conflitante", observa.

Kauffmann reconheceu que é "um voto de confiança" no solicitante e que a modalidade só é possível para 49 atividades de baixo risco estabelecidas pelo órgão técnico estadual. Essas condições, contudo, não estão previstas no Código Ambiental. Além disso, a secretária admitiu que um empreendimento de baixo risco pode ter baixo, médio ou alto impacto ambiental.

O novo código define o bioma Pampa — o que não constava no anterior —, mas determina que uma caracterização mais detalhada e aspectos de sua conservação seriam estabelecidos por regulamento específico, que ainda não foi publicado. Além disso, dispensa autorização ambiental para certos usos do seu solo.

De acordo com Kauffmann, a Sema está "buscando a construção coletiva do documento para evitar novas judicializações". Em 2015, um decreto no Estado que tratava do uso do Pampa foi judicializado, com questionamentos aos conceitos apresentados. O falta do documento atrasa outra área da legislação ambiental gaúcha: a implementação do Código Florestal.

Legislação Ambiental do RS

5 mudanças relevantes



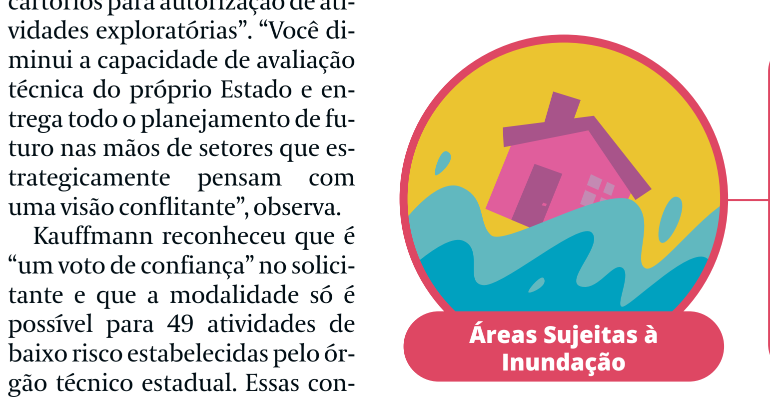
Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Flexibiliza o uso das Áreas de Preservação Permanente (APPs), a partir da sanção da Lei nº 16.111, de abril de 2024, para a **construção de açudes e barragens para irrigação e produção de alimentos**



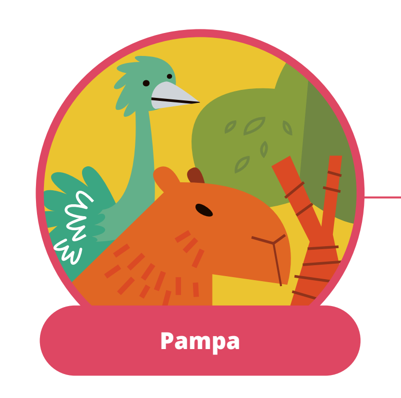
Autolicenciamento

O novo código ingroduz a modalidade de **Licença Ambiental por Compromisso (LAC)**, concedida em até 48h pelo sistema digital da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) em projetos de "baixo risco". O critério, contudo, não aparece no Código, e um projeto de baixo risco pode ter baixo, médio ou alto impacto



Áreas Sujeitas à Inundação

A nova legislação retira os conceitos de "várzeas" e "áreas sujetias à inundação", **substituindo pelo conceito de "área alagadiça".** Além disso, **flexibiliza o parcelamento do solo nesses locais,** desde que assegurado o escoamento da água sem investimentos públicos para manutenção ou implantação de infraestrutura de drenagem



Pampa

O novo código, sancionado em 2020, **define o bioma Pampa pela primeira vez,** mas determina que uma caracterização mais detalhada e aspectos de sua conservação sejam estabelecidos por regulamento específico - o que ainda não foi publicado. Além disso, **dispensa de autorização ambiental para certos usos do seu solo**



Multas e Sanções

O código substituto endurece as penalidades para as infrações e crimes ambientais. **Com isso, estabelece multas corrigidas e a compensação para aqueles que respeitam as legislações**. Para o governo do Estado, este é considerado um avanço em relação ao código anterior

Fonte: Valor, com base nos Códigos Ambientais de 2000 e 2020 do RS.

Ajuda a empresas do Estado terá crédito de R$ 15 bi, afirma Alckmin

Estevão Taiar
De Brasília

O programa de ajuda a grandes empresas e indústrias do Rio Grande do Sul vai oferecer R$ 15 bilhões em crédito. A afirmação foi feita ontem pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, em entrevista coletiva concedida na Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (RS).

O crédito será oferecido por meio do BNDES, que montará "uma unidade avançada" em Porto Alegre.

"[O BNDES] vai trabalhar junto com as empresas para recuperar o mais rapidamente possível", disse. "O parque industrial foi o mais atingido, porque é muito mais concentrado na região metropolitana, [onde] há uma densidade industrial muito maior."

O tema, de acordo com Alckmin, seria tratado ontem em reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília.

"Está praticamente elaborada a medida provisória para definir esse crédito", disse.

Na entrevista, ele também afirmou que as cooperativas de crédito serão incluídas em uma medida provisória para que possam participar dos programas de ajuda, via empréstimos, ao Estado.

Já o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), disse na entrevista que solicitou ao governo federal "a reposição das perdas de arrecadação que o Estado terá" com as enchentes. As solicitações foram feitas a Haddad e ao ministro-chefe da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta.

"Isso [enchentes] vai se fazer sentir com uma perda de arrecadação que pode alcançar R$ 11 bilhões ao longo do ano", disse.

O Estado projeta que em junho a arrecadação do Rio Grande do Sul cairá 60%, o que prejudicará até mesmo o pagamento de despesas ordinárias, disse Leite.

O governador afirmou que pediu anteriormente a Lula para "ter mais recursos livres", a fim de "poder executar diretamente daquilo" que cabe ao Estado.

Pimenta disse que o governo já pediu à Agência Nacional de Aviação Civil e ao Ministério de Portos e Aeroportos a transferência de equipamentos do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, para o Aeroporto Regional Hugo Cantergiani, em Caxias do Sul. A ideia é que esses equipamentos sejam usados para ampliar a capacidade do aeroporto de Caixas enquanto o da capital está interditado.

MAURICIO TONETTO/SECOM



Alckmin e Leite: "Isso vai se fazer sentir com uma perda de arrecadação"

R$ 11 bi
é a perda de arrecadação prevista

Política de prevenção depende de educação, defendem especialistas

Victoria Netto e Paula Martini
Do Rio

A educação e o diálogo permanente com a população são os pilares para uma política efetiva de prevenção a desastres climáticos. Esse foi o principal consenso de autoridades que participaram do evento Diálogos RJ, promovido pelo jornal "O Globo" nesta segunda-feira (27), para debater o tema.

Para o coordenador-geral de pesquisa e desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), José Marengo, o Brasil não tem uma cultura de prevenção. "É um país mais reativo do que preventivo", disse durante mesa que discutiu como se preparar para eventos climáticos extremos.

Marengo destacou que não são as chuvas que matam pessoas, mas sim a falta de alertas de riscos, medidas de prevenção e orientação aos moradores de áreas mais vulneráveis. "Podemos ter a melhor ciência, a melhor engenharia e previsão do tempo, mas, se a população não está treinada, não sabe onde estão as rotas de fuga, se é que elas existem, vai continuar havendo tragédias", disse.

Também no evento, o coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Carlos Machado, destacou a importância de incorporar o conhecimento das populações locais para desenvolver os planos de ação em caso de desastres. "O sistema oficial deve ser integrado aos sistemas locais estabelecidos pelas comunidades. Se você não incorpora saberes locais, não tem como avançar nisso."

Ele citou o exemplo de um programa desenvolvido em Nova Friburgo, na região serrana do Rio, que contou com a colaboração de moradores para identificar as áreas mais vulneráveis e os locais que poderiam servir de abrigo em caso de chuvas fortes.

Gustavo Mello, economista com MBA em gerenciamento de riscos pela Coppe-UFRJ, falou da dificuldade de integrar informações entre os institutos que detêm dados de radares meteorológicos. Ele defendeu investimentos em tecnologias mais precisas, como radares e supercomputadores, para aprimorar os alertas emitidos.

"O Brasil precisa aprender a investir nessa área de meteorologia. As pessoas não vão sair da comunidade carente para área segura se não houver alarme, nem se as previsões dos alertas não se confirmarem repetidas vezes" afirmou.

No mesmo painel, o subsecretário de Defesa Civil do Rio, Marcio Romano, enfatizou que é fundamental fortalecer a Defesa Civil em nível municipal para atender às populações. Segundo ele, treinamentos para a sociedade civil são estratégicos no trabalho de educação e massificação da informação. Além disso, defendeu que o trabalho deve incluir as escolas desde a formação básica.

O planejamento do uso territorial e o foco nas populações mais vulneráveis também precisam nortear os planos de adaptação climática para a construção de cidades resilientes, indicaram autoridades no evento. Segundo o professor e especialista de recursos hídricos e meio ambiente da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Matheus Martins, a resiliência de uma cidade é definida pela capacidade de tolerar um impacto, superá-lo e voltar a operar o mais rápido possível. Por isso é necessário implementar soluções baseadas na natureza, cuja gestão ocorre em duas frentes: nas regiões já consolidadas e nas áreas em expansão.

A assessora especial de cidades resilientes da Secretaria estadual do Ambiente e Sustentabilidade do Rio, Larissa Ferreira da Costa, disse que o Estado tem trabalhado para contratar um plano de adaptação climática, com implementação em nove municípios em regiões expostas a diferentes riscos.

O secretário estadual das Cidades, Douglas Ruas, aproveitou para reforçar que é preciso prever investimentos para as cidades e que os municípios não têm recursos suficientes para fazer as obras adequadas. "O orçamento público para tratar dessas questões está muito aquém do que seria necessário para adaptação. Os municípios não têm recursos suficientes."

Também no evento, o geógrafo Marcelo Motta, professor no Departamento de Arquitetura e Urbanismo e diretor de meio ambiente da PUC-Rio, pontuou que as políticas territoriais não são papel dos municípios, mas que é "importante que os Estados tenham diretrizes para municípios organizarem gestão ambiental". Isso inclui, apontou, desde unidades de conservação e retenção de fluxos até as "cidades esponjas".

Ele ainda chamou atenção para a vulnerabilidade das populações de menor renda, que são as mais expostas a riscos e aos impactos de potenciais desastres.

INÊS 249

Diversidade Ministra diz que governo prepara 'pacto' com setor privado e pretende certificar práticas de políticas afirmativas no mercado de trabalho

Anielle quer 'premiar' empresas com 'Selo de Igualdade Racial'

Fabio Murakawa
De Brasília

O governo pretende lançar até o fim do ano um "Selo de Igualdade Racial" para identificar e recompensar empresas públicas e do setor privado que promovem políticas afirmativas, disse ao **Valor** a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

Segundo ela, a iniciativa ainda está em elaboração no bojo de um "Pacto pela Igualdade Racial" que o governo pretende firmar com o setor privado. Ainda não se sabem os critérios para que as companhias sejam contempladas nem tampouco se haverá algum outro tipo de benefício, como isenções ou prioridades em compras públicas.

"Uma das ideias desse pacto que está em andamento [...] é uma empresa ter um selo da igualdade racial. Uma empresa que você traz e qualifique cada vez mais e tem ali dizendo que é uma empresa antirracista", disse a ministra em entrevista ao **Valor**.

Segundo ela, o "Pacto pela Igualdade Racial" vem sendo gestado no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o chamado "Conselhão", chefiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que reúne os ministérios e diversos setores da sociedade para formular políticas públicas.

"O pacto é dentro dessa parceria que a gente tem com o Conselhão, com o Banco do Brasil e com o Ministério dos Direitos Humanos. A gente vai ter ali diretrizes e ações instituir em prol da igualdade racial em cada empresa", diz. "Porque, se a gente pensar no Conselhão, a gente tem muitas empresas que fazem parte do Conselhão. Então, por que a gente não começa a partir da nossa própria casa, já que a gente está com o Conselhão, com essas pessoas que são parceiras, a partir dali?"

Anielle citou como exemplo de iniciativa que pode receber o selo o desejo manifestado no colegiado, pela Coca-Cola, de colocar cem lideranças negras em cargos de chefia.

"A gente trabalharia junto com a Coca-Cola para que isso fosse efetivado. Então, a Coca-Cola ganharia esse selo pela igualdade racial", diz a ministra. "A Coca-Cola é um parceiro da gente, do Conselhão, do Banco do Brasil, para que a gente pudesse incentivar e falar: 'Olha, a Coca-Cola fez, a Ambev, vamos fazer também?'"

Assim, diz Anielle, empresas que atuem na contratação, qualificação, permanência e invistam em planos de carreiras para pessoas negras também poderiam receber a certificação.

"Uma empresa que você traz e qualifique cada vez mais [pessoas negras] e tem ali [um selo] dizendo que é uma empresa antirracista. [...] Não só a entrada [da pessoa na empresa], mas a permanência. [Uma empresa] que incentive esse jovem a estudar mais, que incentive com um curso de inglês, curso de espanhol, seja lá o que for, mas que também dê plano de carreira para esse jovem. Porque eu volto ao ponto que pra gente é primordial, que é a desigualdade social e racial nesse país", disse ela. "A gente tem poucas pessoas negras, infelizmente, ainda dentro de espaços como empresas privadas", afirmou.

Para essa qualificação, ela defendeu que continuam sendo primordiais as cotas nas universidades federais e também no serviço público, cuja prorrogação por dez anos está sendo discutida no Congresso.

Anielle lançou ontem o Relatório da Agenda Transversal da Igualdade Racial no âmbito do Plano Plurianual 2024-2027.

O documento foi elaborado pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) em conjunto com o Ministério do Planejamento e Orçamento com os principais dados da agenda do PPA para a pasta no período. A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) e o ministro Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) também participaram do lançamento.

> "Temos poucas pessoas negras em espaços como empresas privadas"
> *Anielle Franco*

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO



A ministra Anielle Franco: "A sociedade como um todo precisa de um aprendizado sobre as questões raciais"

Segundo o MIR, 46 dos 88 programas do PPA possuem algum tipo de corte de igualdade racial. No Orçamento deste ano, as ações relativas a essa agenda alcançam cerca de R$ 1 bilhão.

Um dos objetivos do PPA para a Igualdade Racial é estabelecer uma política de combate ao chamado "racismo ambiental". Nesse quadro, explica a ministra, as pessoas negras são mais vulneráveis às tragédias ambientais do que as brancas, quadro que se agrava com as mudanças climáticas.

Segundo ela, não foi diferente nas enchentes que se abateram sobre o Rio Grande do Sul. Além dos moradores das periferias dos centros urbanos, a pasta buscou promover ações com mais de uma centena de comunidades quilombolas que ficaram totalmente isoladas pelas águas no Estado.

Na entrevista, Anielle foi questionada pelo **Valor** sobre a polêmica declaração dada pelo presidente Lula, que em um evento no Estado no dia 16 de maio disse que não sabia que o Rio Grande do Sul "tinha tanta gente negra". A ministra defendeu o presidente, ressaltando a importância de suas políticas em prol da população negra, entre eles a criação do Ministério da Igualdade Racial. Mas disse, sem mencioná-lo, que "a sociedade como um todo precisa de um aprendizado sobre as questões raciais".

"O presidente Lula, quando recria o Ministério da Igualdade Racial, ele percebe e entende a importância de a gente estar cada vez mais não só debatendo, mas trazendo à tona toda e qualquer situação que atravessa a vida de pessoas negras", disse Anielle. "A sociedade como um todo precisa de um aprendizado sobre as questões raciais. E eu acho que o Ministério da Igualdade Racial está aqui para isso também. Está aqui para trazer à tona, está aqui para dar luz e foco nisso. Não só do racismo, mas também cada vulnerabilidade que a gente citou aqui. Como por exemplo, o PPA transversal."

Adoção de ferramentas de IA no Poder Judiciário cresce 26%

Rafael Bitencourt e Gabriel Shinohara
De Brasília

Os órgãos do Poder Judiciário registraram o aumento de 26% na adoção de ferramentas de inteligência artificial (IA), em relação ao ano anterior. Foram, ao todo, 140 projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento no âmbito de tribunais e conselhos de Justiça ao longo do ano passado. O balanço anual, feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), envolveu 94 instituições da Justiça. Os dados serão divulgados nesta terça-feira pelo presidente do conselho e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso.

O uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) é uma das grandes apostas para o Judiciário reduzir o estoque de 84 milhões de processos judiciais em tramitação no sistema brasileiro e, ao mesmo tempo, atender a expectativa de tornar a análise e o julgamento de casos mais ágeis.

O juiz federal Rafael Leite Paulo, que auxilia a presidência do conselho no monitoramento dos projetos de IA, explica que a principal medida, de caráter estruturante, foi a criação do programa Justiça 4.0, que funciona como uma plataforma que integra os sistemas processuais dos diferentes tribunais operando em servidores virtuais, em computação em nuvem.

"A gente está incentivando, fomentando o uso desse espaço, para que a inovação possa realmente chegar e seja revertida na melhoria do acesso à Justiça, da eficiência e da prestação jurisdicional. E a pesquisa de IA faz o acompanhamento ativo para verificar como é que tem sido a incorporação dessa nova tecnologia", disse o magistrado.

De acordo com a pesquisa, 62 tribunais contaram com algum projeto de IA no ano passado — alta de 17% em relação a 2022. Ainda segundo o estudo, 33 órgãos ainda não reportaram qualquer iniciativa com o uso da tecnologia.

Já entre os 140 projetos de IA mapeados, 63 estão em uso nos tribunais ou estão em fase avançada, prontos para serem utilizados. As demais iniciativas encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento e implementação.

O maior número de projetos da tecnologia está na Justiça estadual, com 68 projetos, que reúne o maior número de tribunais. Em seguida, estão as Justiças Eleitoral, com 23, e do Trabalho, com 20. Justiça federal e tribunais superiores respondem por 27 projetos.

Paulo explicou que, em contraste com outros órgãos da administração pública, o Judiciário já venceu a fase de digitalizar processos. "100% dos processos judiciais que se iniciam no país, hoje, são efetivamente de 'nato digitais' — ou seja, já nascem como processos digitalizados. Não precisam ser digitalizados e o passivo já foi quase que integralmente digitalizado", afirmou.

Para dar a dimensão do volume de processos do Judiciário, Paulo informou que os 84 milhões em tramitação no sistema fazem parte do grupo de 280 milhões de casos mantidos pela plataforma eletrônica, com informações das partes envolvidas, detalhes sobre a movimentação e documentos anexados.

"São mais de 13 bilhões de documentos disponíveis num único ambiente. O grande foco nosso foi criar essa infraestrutura básica que facilita na hora de se implementar novas soluções tecnológicas", ressaltou o juiz.

O juiz lembrou que as plataformas mais sofisticadas de IA, inclusive as detidas pela gigantes da internet, precisam de grande base de informações para fazer o treinamento de máquinas. Para ter o uso eficiente da tecnologia no Judiciário, disse, ter esse volume de sentenças à disposição do sistema de IA é importante.

"Toda essa geração nova [a IA generativa, por exemplo] é baseada em consumo massivo de dados. Em todos esses grandes modelos, eles consomem dados de forma massiva", afirmou Paulo. "Como a gente está com isso tudo disponível dentro de um repositório, isso dá para a gente a possibilidade de efetivamente treinar vários desses modelos de inteligência artificial", complementou.

DIVULGAÇÃO

Ronaldo Fragoso: Crédito está mais caro, e captação fica mais difícil

Pesquisa mostra visão equilibrada sobre economia

Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

A percepção dos empresários sobre a economia no Brasil está mais equilibrada. Das 411 empresas que participaram da pesquisa Agenda: estratégias e prioridades dos líderes empresariais para o ambiente de negócios realizada pela Deloitte, 36% consideram a atividade econômica como boa ou muito boa em 2024, e 40% esperam por um desempenho regular. Em 2023, 24% avaliavam a atividade econômica como boa ou muito boa, e 50%, como regular.

Segundo Ronaldo Fragoso, líder de Ecossistemas e Alianças da Deloitte, neste cenário, a soma das expectativas reflete um equilíbrio entre as preocupações relacionadas aos desafios do cenário econômico, a sustentação dos negócios e potenciais oportunidades de investimentos.

Nos investimentos, 82% pretendem lançar produtos ou serviços e 33% ampliar os pontos de venda. Conforme a pesquisa, 21% devem aumentar o parque fabril, 16% abrir novas unidades de produção e 17% pretendem adquirir novas empresas.

Para realizar novas estratégias de captação de investimentos, segundo a pesquisa, 13 empresas estão atentas à oportunidade para fazer um IPO (oferta inicial de ações) e 31 empresas pretendem emitir títulos de dívidas em 2024.

Fragoso destaca que os investimentos mostram índices preocupantes e que o receio dos empresários está nas questões políticas e econômicas do país.

Ele explica que, se uma empresa quer expandir, ela olhará primeiro para questões dos investimentos necessários para essa expansão: seja na fábrica, seja em equipamentos, seja na transformação digital. De acordo com Fragoso, é nesse caminho que está o desafio.

"O crédito está mais caro, o empresário não consegue captar do mesmo jeito que antes e então ele passa a encarar que não há disponibilidade. Com isso, há uma menor quantidade de empresas que vão buscar um IPO ou endividamento", diz.

Segundo Fragoso, ainda assim, o empresariado brasileiro cogita ampliar investimentos, tendo como meta o aumento nas vendas acima da inflação (71%) e a expansão do quadro de profissionais (88%). Oito em cada dez empresários apontam que aumentar as vendas será um desafio em 2024.

Vendas

Mesmo assim, a pesquisa mostra que quase metade das organizações pretende aumentar suas vendas acima de 10% em 2024 e 34% preveem aumentá-las acima de 15% neste ano em relação a 2023. A projeção de crescimento para 37% das empresas é de até 10% neste ano.

Entre ampliar as vendas ou melhorar as margens, 55% dos empresários apontam que a estratégia para 2024 é priorizar o aumento de receitas — 40% pretendem aumentar o quadro de profissionais em 2024, e 48%, manter. Dos que pretendem manter, 22% devem realizar substituições por profissionais mais qualificados, com destaque para 5% que buscam profissionais com conhecimento em inteligência artificial.

Outros desafios citados pelas empresas são risco de instabilidade do cenário econômico nacional (67%), risco de instabilidade do cenário político nacional (62%), complexidade tributária (62%), obtenção de profissionais qualificados (55%) e desaceleração da atividade econômica global (49%).

O período de coleta dos números da pesquisa foi de 26 de fevereiro a 25 de abril. A receita das 411 empresas ouvidas pela Deloitte é de R$ 2,05 trilhões, equivalente a 20% do PIB do Brasil em 2023.

ArcelorMittal implementa expansão com programa de R$ 25 bi

Maior produtora de aço no país reafirma compromisso de investimentos com projetos de ampliação e gestão alinhada à agenda ESG

Desde que anunciou um investimento de R$ 25 bilhões da companhia no Brasil até 2026, a ArcelorMittal vem avançando em sua estratégia de crescimento com sustentabilidade. O programa de investimentos, considerado o maior em curso do setor siderúrgico no país, é direcionado à expansão e modernização das unidades produtoras de aço e minério de ferro, e para a ampliação do portfólio de produtos de maior valor agregado. Uma das metas já alcançadas e que valida a eficiência da estratégia é a conclusão do processo de integração da Unidade do Pecém, no Ceará, que teve aporte de R$ 11,2 bilhões. Com a contribuição de uma capacidade produtiva de três milhões de toneladas por ano dessa unidade, a companhia conseguiu incrementar a produção em 2023, elevando para 14,8 milhões de toneladas de aço, um aumento de 16,5% em relação a 2022.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Integração bem-sucedida da Unidade do Pecém à ArcelorMittal Brasil foi concluída em março de 2023

Maior produtora no país e líder mundial, a ArcelorMittal responde por 42% do total do aço produzido nacionalmente em suas unidades industriais presentes em oito estados, além de redes de distribuição em diversas regiões. E a projeção é de seguir ampliando essa fatia de mercado. "Há perspectiva de aumento do consumo do aço, uma vez que no Brasil há uma enorme oportunidade de investimentos em infraestrutura, saneamento, estradas, portos, aeroportos, parques industriais, dentre outros", afirma Jefferson De Paula, presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO da ArcelorMittal Aços Longos e Mineração LATAM.

> **Mantemos nosso ritmo de investimentos para que nossas plantas no Brasil continuem sendo referência mundial em performance, segurança e sustentabilidade"**
>
> **JEFFERSON DE PAULA**
> Presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO da ArcelorMittal Aços Longos e Mineração LATAM

"Mantemos nosso ritmo de investimentos para que nossas plantas no Brasil continuem sendo referência mundial em performance, segurança e sustentabilidade", aponta De Paula.

FOCO EM INOVAÇÃO

A estratégia está pautada em inovação e também no pioneirismo em várias frentes: "Fomos a primeira empresa na América Latina a ter um processo de produção do aço integrado, a produzir carvão vegetal a partir de fontes renováveis, a lançar um e-commerce para venda de aço no Brasil e a inaugurar o primeiro hub de inovação aberta do setor no mundo, o Açolab", destaca o CEO.

Criado há cinco anos, o espaço colaborativo que incentiva o desenvolvimento de soluções transformadoras se conectou a mais de 25 mil agentes do ecossistema de inovação aberta do país. Os projetos aceleradados permeiam a cadeia do negócio, da produção até a venda do aço. Em 2021, a empresa criou o Açolab Ventures, um corporate venture capital (CVC) com recursos para investimentos em startups e pequenas e médias empresas inovadoras. Até o momento, seis startups ligadas à cadeia do aço receberam investimentos, seguindo o conceito de "smart money", pelo qual, mais do que aportes financeiros, são aportados também recursos estratégicos da ArcelorMittal para alavancar os resultados. Ao todo, serão desembolsados, até 2029, mais de R$ 100 milhões, e a meta é alcançar entre dez e 15 empresas.

O Grupo ArcelorMittal ainda possui globalmente 14 unidades de Centro de Pesquisa e Desenvolvimento com mais de 1.700 pesquisadores que fomentam parcerias inovadoras com a iniciativa privada e os poderes públicos locais. No Brasil, o Centro fica na unidade de Tubarão e atende às demandas do negócio em desenvolvimento de produtos, de processos e de aplicações. A companhia ainda conta com uma empresa própria de tecnologia, a ArcelorMittal Sistemas, fundada há 35 anos, e com o Centro de Excelência em Analytics, braço com foco em inteligência artificial e robótica.

No ano passado, a ArcelorMittal conquistou o reconhecimento de líder do setor no desenvolvimento de inovações junto a startups, segundo o Ranking Top 100 Open Corps. A empresa mantém, ainda, o Programa iNO.VC, com foco em transformação digital, atuando em parceria com startups, universidades, centros de pesquisa, dentre outros.

AGENDA ESG

Conectada com o esforço global de descarbonização, a companhia tem meta de ser carbono neutro até 2050, sendo que até 2030 deverá reduzir as emissões em 25%. Uma das alavancas para esse objetivo é abastecer todas as unidades com 100% de energia limpa (o ano de 2023 fechou com 61% de autogeração e 39% de compra de energia elétrica de matriz de geração limpa). Para tanto, formalizou uma joint venture com a Casa dos Ventos para construir, na Bahia, um dos maiores parques eólicos do Brasil, com investimento de R$ 4,2 bilhões. A capacidade de produção será de 553,5MW, devendo abastecer com energia limpa cerca de 40% do consumo elétrico da empresa no país.

> **Buscamos inspirar e criar soluções em aço que beneficiem a indústria e a sociedade, atuando sempre com qualidade, inovação, sustentabilidade e inclusão"**
>
> **JEFFERSON DE PAULA**
> Presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO da ArcelorMittal Aços Longos e Mineração LATAM

E, em relação ao portfólio, desde 2022 a ArcelorMittal inclui produtos com baixa pegada de carbono, como o vergalhão X-Carb. Na produção são usados 100% de material reciclado e 100% de energia renovável, garantindo a redução de emissões de CO_2 (ordem de 60%) em relação aos vergalhões tradicionais da empresa.

Nessa jornada, a companhia é a primeira das Américas a obter o ResponsibleSteel, certificação internacional que avalia quais empresas estão comprometidas com resultados socioambientais responsáveis na indústria do aço. "O grupo tem como propósito criar aços inteligentes para as pessoas e o planeta. Isso significa que, junto com os nossos empregados e parceiros, buscamos inspirar e criar soluções em aço que beneficiem a indústria e a sociedade, atuando sempre com qualidade, inovação, sustentabilidade e inclusão", afirma De Paula.



ArcelorMittal responde por 42% do total do aço produzido nacionalmente

PLANO DE EXPANSÃO

	Capacidade de produção anual
• **Unidade Monlevade:** investimento de **R$ 4 bi**. O projeto compreende expansão da sinterização, alto-forno e aciaria.	Aumento de **1,2Mt** para **2,2Mt**
• **Mina do Andrade:** fornecimento de minério de ferro para Monlevade	Aumento de **1,5Mt** para **3,5Mt**
• **Mina de Serra Azul:** investimento de **R$ 2 bi** em nova planta de produção de pellet feed	Aumento de **1,6Mt** para **4,5Mt**
• **Unidade de Vega:** investimento de **R$ 1,9 bi** para iniciar uma nova linha combinada de produção de aços laminados a frio e revestidos exclusivos, sob a marca Magnelis®	Ampliação de **1,6Mt** para **2,2Mt**
• **Unidade de Barra Mansa:** investimento de **R$ 1,3 bi** para ampliar o portfólio de produtos e soluções voltados aos mercados automotivo, de energia e construção civil	Elevação em **500.000t**, com ampliação do portfólio
• **Unidade de Sabará:** investimento de **R$ 144 mi** para aumentar a produção e adaptar a planta para a fabricação de produtos de alto valor agregado para a indústria automotiva	Aumento em **35%** de trefilados

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

GABRIEL REIS / VALOR



Isabella Wanderley, CEO Novo Nordisk: estimular a ascensão das mulheres é uma missão da executiva; atualmente elas ocupam 58% das posições de liderança e 64% da alta liderança da companhia

ROGÉRIO VIEIRA / VALOR



Evento de premiação realizado ontem, no hotel Rosewood, em São Paulo: 24ª edição do Prêmio Executivo de Valor mostra dinamismo e renovação com 14 dos 24 líderes recebendo a homenagem pela primeira vez

GABRIEL REIS / VALOR



Milton Maluhy Filho, CEO do Itaú-Unibanco: executivo cultiva a proximidade como uma das marcas de sua gestão à frente do maior banco privado da América Latina e diz que há momentos em que o contato humano é imprescindível

GABRIEL REIS / VALOR



Patricia Freitas, CEO da Prudential do Brasil, e Livia Chanes, CEO do Nubank Brasil: mulheres representam um terço das lideranças apontadas na 24ª edição do Prêmio Executivo de Valor

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Paulo Marinho, diretor-presidente da Globo (à esq.), e David Feffer, presidente do conselho de administração da Suzano

Tendências Líderes premiados no Executivo de Valor consideram que as perspectivas de crescimento justificam aposta em novos projetos

Investimentos são mantidos apesar do juro ainda elevado

De São Paulo

Os juros básicos da economia ainda estão elevados, mas isso não tem sido um impeditivo para a realização de investimentos por parte das empresas dos 24 líderes empresariais que receberam o prêmio Executivo de Valor 2024, nesta segunda-feira. De forma geral, essas companhias são pouco alavancadas, menos sujeitas às oscilações do mercado de crédito, e vêm mantendo os planos de investimentos para os próximos 18 meses e também para horizontes mais longos.

Os executivos premiados, segundo o diretor-geral da Editora Globo e do Sistema Globo de Rádio, Frederic Kachar, transformam genuinamente a cultura das organizações que lideram, têm a capacidade de atrair e reter os melhores talentos e também conseguem manter os compromissos ESG. Mas, ressaltou, a calamidade provocada pelas chuvas no Sul do país mostra que é preciso ir além: "A tragédia não foi algo pontual".

A mobilização da sociedade em torno da reconstrução do Rio Grande do Sul e os estímulos necessários à retomada da economia serão reunidos uma plataforma da Editora Globo cuja renda será totalmente revertida para esse processo de retomada, anunciou Kachar.

Dada a necessidade do país de ampliar e modernizar sua infraestrutura, as empresas desse setor continuam investindo fortemente. É o caso da Aegea Saneamento, que investiu R$ 4,5 bilhões em 2023 (R$ 2,6 bilhões a mais do que no ano anterior). "Em 2024 nossa prioridade é avançar ligando a próxima casa, ou seja, ampliar a cobertura do serviço nas localidades onde atuamos, investindo nos nossos ativos para que sigamos com o plano de universalização do saneamento nessas regiões", afirma o CEO Radamés Casseb.

O mesmo acontece com a transmissora de energia ISA CTEEP. No primeiro trimestre deste ano, foram aplicados R$ 835 milhões, incremento de 53% em relação ao mesmo período do ano passado — um recorde trimestral. O montante é fruto de projetos que foram obtidos em leilões recentes feitos pelo governo federal. A transmissora ainda tem sete projetos greenfield em construção, com investimento de R$ 10 bilhões, e também deve destinar R$ 5 bilhões entre 2024 e 2028 para a modernização de sua malha de transmissão. O volume poderá ser maior a depender de licitação de novas linhas de transmissão prevista para setembro, de projetos que demandarão R$ 4 bilhões. "Estamos avaliando nossa participação, estudando alguns lotes, sempre com foco na disciplina de capital", diz o presidente Rui Chammas.

No setor de construção, a necessidade de atuar para reduzir o grande déficit habitacional, aliada à conjuntura macroeconômica, motiva os planos de expansão da Direcional: "O cenário atual de inflação mais acomodada, aliada à queda dos juros cuja expectativa de continuidade de redução se mantém, nos deixa otimistas com as perspectivas para os próximos anos. Por isso, pretendemos continuar ampliando os nossos volumes de investimentos no futuro próximo", afirma o CEO Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo.

Já Christian Gebara, CEO da Vivo, diz que a tendência da empresa é seguir investindo no Brasil — em 2023, foram cerca de R$ 9 bilhões. "Na telefonia móvel, ativamos o 5G em 3,5GHz em 181 cidades, até março de 2024, atingindo 47% da população com essa tecnologia. Em dezembro de 2023, nossa rede de fibra chegou a 26,2 milhões de domicílios cobertos em 443 cidades brasileiras. Até o fim deste ano chegaremos a 29 milhões de casas e empresas cobertas com fibra."

Ao lado da infraestrutura, outros vetores de novos investimentos vêm sendo a transição energética e as tecnologias mais sustentáveis. "Em 18 meses, vamos ampliar investimentos com novas tecnologias e transformação energética", afirma Daniela Manique, CEO da Solvay-Rhodia para a América Latina — a empresa deve destinar até R$ 250 milhões em uma planta em Paulínia (SP) que pretende alcançar índice de neutralidade de carbono de 98,5%.

Já Harry Schmelzer Jr., conselheiro de administração da WEG e que até março era diretor-presidente, diz que, mesmo com menores perspectivas de crescimento do PIB mundial, a empresa enxerga inúmeras oportunidades de negócios relacionados à transição energética e nas demais soluções para um mundo mais sustentável. "Temos em nossos planos a continuidade dos investimentos em valores superiores aos realizados nos últimos anos e estes estarão relacionados a aumento de capacidade produtiva em países específicos, investimentos na digitalização e melhoria da eficiência operacional em todas as áreas e no investimento para desenvolvimento de novas ofertas alinhadas com as grandes tendências da economia verde." A previsão da empresa é de investimentos em Capex de R$ 1,9 bilhão neste ano, superior ao R$ 1,6 bilhão de 2023.

Ricardo Mussa, CEO da Raízen, afirma que os riscos climáticos se tornaram um fator crítico para a realização dos investimentos — ele cita não apenas a histórica chuva que atingiu o Rio Grande do Sul em maio, mas também os recordes de temperatura registrados nos últimos 15 meses, que geram incerteza na agricultura. "As incertezas fazem aumentar as exigências de um retorno mais alto. E com a necessidade de retorno mais alto, as empresas ficam mais seletivas nos investimentos, o que acaba afetando o seu ritmo de crescimento."

A Raízen vem aumentando os investimentos, apesar da elevação dos juros ao longo dos últimos anos (o início do ciclo de queda da Selic começou apenas em agosto de 2023). "A Raízen optou por não desacelerar os seus investimentos. Mas como precisa gerar mais caixa para pagar os juros, está mais seletiva e cautelosa nos seus aportes financeiros."

Outras empresas realizaram recentes investimentos vultosos e, por isso, ainda não falam em novas expansões. É o caso da Klabin. "Neste momento, estou prevendo manutenção dos investimentos, por cautela", afirma o diretor-geral Cristiano Teixeira. Antes disso, a prioridade é entregar bem os projetos que já estão em desenvolvimento (Figueira e máquina 28 de Puma II) para gerar Ebitda, além de se desalavancar. "Nesse cenário, poderíamos pensar, no início de 2025, em novos investimentos".

Já a Suzano vai inaugurar no segundo semestre deste ano uma nova fábrica em Ribas do Rio Pardo (MS), com capacidade de produção de 2,5 milhões de toneladas de celulose, equivalente a um quinto da atual capacidade instalada. A nova unidade consumiu R$ 22 bilhões em investimentos em três anos. Presidente do conselho de administração da Suzano, David Feffer se considera otimista: "O Brasil melhorou muito nas últimas décadas, consistentemente, mas bem menos do que o potencial que a gente tem. O país melhora, mas devagar."

A 24ª edição do Prêmio Executivo de Valor conta com o patrocínio master de Arcelor e BYD e apoio de Revo, Febraban, Rosewood Hotel – São Paulo e Eletromídia.

Cenário Problemas educacionais, infraestrutura deficiente e insegurança tributária e jurídica prejudicam avanços da economia

Líderes apontam desafios ao potencial de crescimento

De São Paulo

A visão de que as empresas poderiam investir muito mais no Brasil é comum aos líderes empresariais que ganharam o prêmio Executivo de Valor 2024. Eles apontam a insegurança jurídica e tributária, a infraestrutura deficitária, a questão educacional e a própria estabilidade macroeconômica como os pontos que mais precisam avançar para que o país destrave seu potencial de crescimento.

Os esforços são necessários em várias frentes e demandam engajamento das lideranças empresariais para que o país possa dar os saltos que precisa. "Melhoria na educação e mitigação dos extremos climáticos ilustram o tamanho do desafio da nossa sociedade. São desafios estruturais que minam nosso desenvolvimento dia a dia e rapidamente podem se transformar em emergências, em tragédias que ceifam vidas, destroem a renda das pessoas e comprometem nosso futuro como país", disse Fernanda Delmas, diretora de redação do **Valor**, na abertura do evento.

Existe um consenso entre os 24 Executivos de Valor premiados ontem de que a educação é crucial para que o país tenha um desenvolvimento sustentável. A questão é complexa e demanda conjugar esforços.

Fernando Modé, CEO do Grupo Boticário, cita entre as dificuldades para que os investimentos deslanchem o desafio que há para elevar o nível educacional e considera que a educação deficiente reduz a produtividade da mão de obra e também aprisiona o país à renda média, inviabilizando a expansão do consumo e a geração de novas oportunidades. Além da complexidade já existente, Tereza Santos, CEO da Sympla, lembra os desafios adicionais impostos pela contemporaneidade: "Há uma questão cultural, com uma frente de trabalho mais nova, e desafios requeridos pelo mercado, como resiliência; quem está chegando tem muita impulsividade".

André Aguiar, CEO e fundador da Inspira Rede de Educadores, cita ainda a falta de cultura de longo prazo nos setores público e privado. "E isso engloba desde potenciais investidores até seus executivos e suas equipes. O que se percebe são estratégias de curto prazo. É um desafio cultural que precisa ser superado."

A decisão de levar à frente novos projetos esbarra em velhos problemas. Milton Maluhy Filho, CEO do Itaú Unibanco, acredita que, além do custo Brasil, outro fator que historicamente inibe investimentos são as incertezas na economia, razão pela qual considera muito importante avanços como o arcabouço fiscal e outras iniciativas que tragam mais previsibilidade. "Um terceiro fator é a questão da produtividade, para termos a mesma competitividade de países que já fizeram a lição de casa. Isso passa por melhorar nossa infraestrutura e a capacitação da mão de obra, além de avanços na legislação — a reforma trabalhista foi um importante passo — e na questão tributária."

"Eu acredito que três desafios para investimento no Brasil são previsibilidade da legislação para os negócios, estabilidade da política econômica e que a reforma tributária seja logo regulamentada para facilitar o pagamento de impostos", afirma Tyler Li, presidente da BYD Brasil.

A análise de Patricia Freitas, CEO da Prudential do Brasil, é semelhante: "Temos desafios clássicos para investir. Um, não só para investimentos, é a segurança jurídica do nosso país. Isso afeta todos os negócios e não só investimentos. Associado a isso, é a questão tributária, a burocracia, as várias discussões que existem sobre a tributação ou não, as várias taxas".

O complexo sistema tributário brasileiro é uma unanimidade, no mau sentido. "A falta de clareza das inúmeras medidas provisórias que são feitas com rapidez muito grande deixa preocupação com seu impacto tributário", diz Alexandre Birman, CEO da Arezzo&Co e que comandará a Azzas 2154, empresa resultante da fusão da Arezzo com o Grupo Soma. Já Isabella Wanderley, general manager da Novo Nordisk Brasil, está acompanhando a Reforma Tributária com cuidado — e diz que, por um lado, é necessário reduzir a complexidade do sistema atual, mas, por outro, a preocupação é garantir que produtos essenciais não sejam prejudicados.

A infraestrutura e a logística deficitárias também pesam contra os investimentos, avalia Marcílio Pousada, CEO da RD Saúde: "É um desafio imenso para atender um país tão grande como o nosso. Precisamos continuar os investimentos para ter uma malha rodoviária preparada para atender toda a população de forma equânime". Como a infraestrutura do país deixa a desejar, há um impacto no custo Brasil — que, para Gustavo Werneck, CEO da Gerdau, é um desafio a ser superado, ao lado da carga tributária e da insegurança jurídica.

No campo macroeconômico, os entraves passam pelos juros e pelas constantes mudanças nas políticas econômicas, afirmam os executivos. Bruno Lasansky, CEO da Localiza&Co., diz que o principal desafio do cenário econômico são os juros reais ainda em patamares elevados: "Isso tem um impacto importante na renda disponível das empresas e das pessoas físicas e uma relação direta com o nível de investimentos no país".

Embora a maior parte das empresas lideradas pelos executivos premiados seja pouco alavancada, os juros acabam impactando o ambiente como um todo. É o caso da plataforma Woba, espécie de Airbnb de escritórios. "O crédito no nosso caso não é algo que impacta diretamente nossa empresa, mas sim a nossa rede de parceiros, ou seja, com a diminuição da Selic existem mais oportunidades de investimento para o real estate", diz a CEO, Roberta Vasconcellos. Ela também espera que as startups com bons fundamentos possam se beneficiar da queda da Selic, passada a "ressaca" que atingiu o mercado em 2022 e 2023 após um incentivo de capital durante a pandemia.

Para Livia Chaves, CEO do Nubank Brasil, investir no país e na América Latina como um todo é lidar com a volatilidade econômica dos países em desenvolvimento, com seus desafios de estabilidade, mas a indústria financeira tem sido bastante resiliente. "Incerteza e volatilidade no cenário macroeconômico são o principal desafio", diz Lucas Vargas, CEO da Nomad. Essa instabilidade gera dúvidas sobre os níveis de gasto e investimento público e privado e sobre os rumos da inflação — o que, por sua vez, gera dúvidas sobre o valor do dinheiro. Além disso, ele vê um ciclo político turbulento, que acaba impactando o mercado.

No terceiro setor, os trancos da economia são sentidos de forma bastante intensa. "Os aspectos da economia interferem diretamente nas doações ao nosso projeto. Em um momento de crise econômica, a primeira coisa que a pessoa costuma diminuir do orçamento familiar é a doação mensal para uma instituição por conta da insegurança financeira. O aumento no preço dos alimentos também impacta diretamente a dinâmica do nosso trabalho, uma vez que precisamos compor os itens das cestas básicas que entregamos mensalmente para mais de 30 mil famílias regularmente", afirma Alcione Albanesi, presidente e fundadora da ONG Amigos do Bem.

Os premiados receberam um troféu desenvolvido pelo designer Estevam Diniz, usando as linhas que compõem o horizonte das cidades como inspiração. A peça foi feita em parceria com a ArcelorMittal. A trajetória dos líderes escolhidos pode ser conferida no anuário Executivo de Valor, encartado hoje no jornal, que inclui reportagens especiais e traz o "Guia Educação na Empresa (e além dela) - O que o mundo dos negócios pode fazer por esta alavanca do desenvolvimento".



ROGÉRIO VIEIRA / VALOR



Roberta Vasconcellos, CEO da plataforma Woba, espera que as startups com bons fundamentos possam se beneficiar da queda da taxa Selic, passada a "ressaca" que atingiu o mercado em 2022 e 2023



ANA PAULA PAIVA/VALOR

Tyler Li, CEO da BYD no Brasil, diz que a receita para sua jornada bem-sucedida tem como base "persistência para esperar o momento certo e persistência para encontrar o melhor caminho na tomada de decisões"



GABRIEL REIS / VALOR

Ricardo Gontijo, CEO da Direcional, Frederic Kachar, diretor-geral da Editora Globo e do Sistema Globo de Rádio, e Gustavo Werneck, CEO da Gerdau

'O mundo corporativo está mudando'

Stela Campos
De São Paulo

O fato de a representação feminina ter crescido no prêmio "Executivo de Valor" nos últimos quatros anos significa um avanço para o Brasil, que pode inspirar outros países. Este ano, cerca de 30% das lideranças eleitas eram femininas.

Essa é a opinião de Lynne Murphy-Rivera, managing director para a região das Américas da Association of Executive Search and Leadership Consultants (Aesc). Ela participou da cerimônia de premiação este ano representando a associação criada em 1959, que hoje está presente em 74 países. Desde 2017, a Aesc é parceira do **Valor** na premiação, sendo responsável pela composição do júri que elege os melhores gestores.

Para Rivera, o esforço consciente dos jurados de trazer novos nomes e mais diversidade à lista de indicados está alinhado ao compromisso global da associação de tornar o alto escalão mais inclusivo. Este ano, foram 101 executivas lembradas no primeiro turno da votação do "Executivo de Valor", representando 16% das 643 lideranças indicadas pelos jurados.



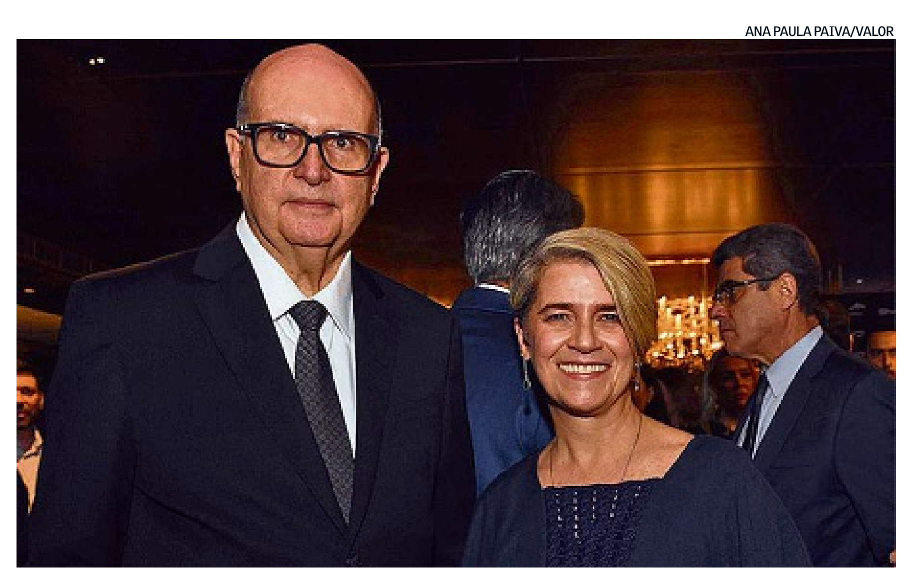
ANA PAULA PAIVA/VALOR

Rivera: aspectos emocionais em alta

Foram premiadas 24 lideranças em 20 setores da economia e em quatro categorias especiais: melhor executivo à frente de startup; melhor presidente de conselho de administração; melhor liderança jovem; e liderança de destaque em atividades voltadas à sociedade.

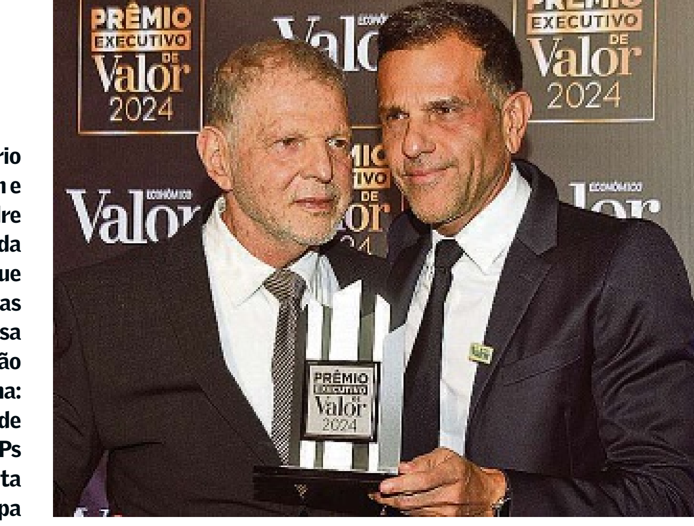
Os melhores gestores hoje têm algumas características em comum, segundo Rivera. Uma delas, apontada em pesquisa da Aesc com 1.300 executivos de 63 países, é a inteligência emocional. "Foi a mais citada, nunca tínhamos visto algo assim, é sinal de que o mundo corporativo está mudando", disse.

Em seguida, aparecem foco no resultado e a capacidade de ser resiliente. "Os líderes ao redor do mundo disseram que precisam de lideranças emocionalmente inteligentes, que possam gerar resultados e que tenham resiliência", diz.



ANA PAULA PAIVA/VALOR

Jefferson De Paula, presidente da ArcelorMittal Brasil, e Maria Fernanda Delmas, diretora de redação do Valor: premiados receberam troféu desenvolvido pelo designer Estevam Diniz, feito em parceria com a siderúrgica



ANA PAULA PAIVA/VALOR

O empresário Anderson Birman e seu filho Alexandre Birman, CEO da Arezzo&Co e que comandará a Azzas 2154, empresa resultante da fusão com o Grupo Soma: falta de clareza de inúmeras MPs feitas com muita rapidez preocupa



GABRIEL REIS / VALOR

Marcílio Pousada, CEO da RD Saúde (à esq.) e Cristiano Teixeira, diretor-geral da Klabin: enfrentar gargalos como os déficits na infraestrutura é importante para atrair mais investimentos

INÊS 249

Congresso Grupos empresariais propõem mudanças no PL de regulamentação da reforma tributária

Frentes parlamentares querem limitar poder da Receita e normas para Imposto Seletivo

Raphael Di Cunto e Julia Lindner
De Brasília

As frentes parlamentares ligadas ao setor produtivo fecharam uma nova versão do projeto de lei de regulamentação da reforma tributária para ser levada ao grupo de trabalho da Câmara dos Deputados. O documento, ao qual o **Valor** teve acesso, consolida os projetos de lei propostos por grupos empresariais, como as bancadas ligadas ao agronegócio, comércio e serviços.

O texto mantém inalterados 77% dos artigos sugeridos pelo governo Lula (PT), mas modifica pontos importantes da proposta: reduz o poder da Receita Federal de editar normas, exige a aprovação de leis complementares específicas para a incidência do Imposto Seletivo sobre cada produto, exclui artigo sobre operações não onerosas, impede a avaliação quinquenal sobre os benefícios aplicados e muda regras sobre a geração de créditos.

Uma das principais alterações é mudar os artigos que dizem que a Receita ou o Poder Executivo "poderão" regulamentar dispositivos da reforma em atos infralegais. A intenção das frentes ligadas aos empresários é determinar que essas regras constarão de lei ordinária — ou seja, terão que passar pelo Legislativo.

O texto do governo permite ao Fisco, por exemplo, estabelecer quais critérios definirão se um automóvel comprado pela empresa para um dos donos é de uso pessoal ou profissional. Ou regras complementares para validação dos créditos tributários dos contribuintes pela administração pública. Ou reduzir o período de apuração dos novos impostos, que, pela lei, será mensal. Se prevalecer a posição das frentes, tudo isso teria que constar de leis aprovadas no Congresso.

O projeto dos empresários ainda autoriza a geração de créditos de IBS/CBS pelas empresas sobre aquisição de bens como joias, pedras e metais preciosos, obras de arte, bebidas alcoólicas, derivados do tabaco, armas e munições e artigos esportivos. Na versão do governo, esses produtos são considerados para uso pessoal e só haveria crédito se os itens forem necessários à realização de operações pelo contribuinte — como a compra de armas de fogo por uma loja de armamentos.

Outro ponto defendido pelas frentes é a exclusão, integral, das regras sobre aplicação do novo imposto sobre o fornecimento de bens e serviços para consumo pessoal, ainda que não onerosos, como doações, brindes e bonificações. Seriam tributados bens imóveis, veículos, equipamentos de comunicação, planos de saúde, educação, alimentação e seguros. Na opinião dos empresários, o projeto deixa margem para incidência de imposto sobre consumo em operações entre familiares, mas não haveria regras claras de como seria a fiscalização, quais operações seriam tributadas e como seria a estimativa de preços.

As frentes também querem excluir deste projeto de lei a discussão sobre o futuro Imposto Seletivo, que visa desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao ambiente, como cigarros e álcool. A proposta que será apresentada exige leis complementares específicas para cada um dos produtos que serão tributados com este novo imposto. Um dos impasses é como será a aplicação sobre alimentos com alto teor de açúcar ou veículos, aeronaves e embarcações.

O projeto do governo já estabelece as diretrizes para o funcionamento do imposto seletivo, mas deixa as regras específicas e valor da alíquota para leis ordinárias. Este tipo de lei é mais fácil de aprovar e ser modificadas do que uma lei complementar.

As frentes querem também excluir do projeto a existência de realização de uma avaliação, a cada cinco anos, sobre a eficiência, eficácia e efetividade dos regimes especiais aduaneiros, das zonas de processamento de exportação, do Reporto e do Reidi, do cashback, dos itens da cesta básica de alimentos e dos regimes diferenciados e específicos do IBS/CBS. Isso foi criado para reavaliar o impacto de cada um dos benefícios tributários e facilitar a revisão dos ineficientes.

O projeto possui 499 artigos e, com isso, há centenas de diferenças entre a posição das frentes parlamentares ligadas ao setor produtivo e a proposta do governo. Os serviços de transporte público coletivo de passageiros rodoviário e metroviário de caráter urbano, semiurbano e metropolitano, por exemplo, tentam entrar na alíquota reduzida de 60% do IBS/CBS. O Ministério da Fazenda limitou os beneficiários com o argumento de que, quanto mais exceções, maior será a alíquota padrão do imposto.

Outra proposta das frentes é que as pessoas jurídicas que contratarem transporte de carga prestado por empresas do Simples Nacional ou do MEI Caminhoneiro possam receber crédito tributário sobre os pagamentos. A lei veda a geração de créditos nesses regimes simplificados, já que essas empresas pagam menos impostos.

O relatório final foi apresentado aos deputados na noite dessa segunda-feira (27) em reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) em Brasília e posteriormente será entregue ao grupo de trabalho da Câmara para que eles avaliem as sugestões.

Um dos sete integrantes do GT é o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da FPE. No encontro, também estavam outros cinco membros do GT.

Ao **Valor**, Passarinho disse que a intenção do grupo com as sugestões é buscar um canal de negociação com o governo. "Vamos pegar as coisas mais importantes e ir para a briga", afirmou, citando como prioridades o imposto seletivo e a cesta básica.

No caso da cesta básica, ainda não há consenso na FPE sobre qual a melhor solução. Há uma corrente que defende a adesão à ideia sugerida pela bancada ruralista, que inclui a desoneração de todas as proteínas animais. Passarinho pondera, entretanto, que é preciso ter cautela ao incluir novos itens para evitar aumento de alíquota. "Vamos conseguir chegar em uma cesta básica boa para todos", declarou.

O GT iniciará efetivamente seu trabalho nesta terça-feira, com as primeiras audiências, e quer elaborar um relatório até antes do recesso parlamentar, em julho.

Proposta de empresários muda regras sobre a geração de créditos

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Joaquim Passarinho: "Vamos pegar as coisas mais importantes e ir para a briga", afirma, citando como prioridades o imposto seletivo e a cesta básica

CNI defende prazo menor para ressarcimento em dinheiro de crédito

De Brasília

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defenderá nesta terça-feira (28), em audiência com o grupo de trabalho da Câmara para regulamentação da reforma tributária, a redução no prazo que as empresas terão para receber, em dinheiro, os créditos que não conseguirem compensar no pagamento de seus impostos.

A reforma prevê um sistema de crédito sem cumulatividade dentro da cadeia produtiva. O imposto pago pelo fornecedor é abatido do imposto devido pelo comprador, até chegar ao consumidor final. A empresa contratante utiliza esses créditos para quitar seus impostos e, caso não os tenha, o projeto de lei estabelece que o ressarcimento em dinheiro ocorrerá em até 75 dias.

Para a CNI, o prazo é muito longo e levará ao aumento do custo de produção. A companhia terá que recorrer ao mercado de capitais ou empréstimo para financiar seu capital de giro enquanto aguarda a devolução dos impostos pelo Executivo. Em países como França e Irlanda, argumenta, a devolução ocorre em 22 e 24 dias, respectivamente.

Superintendente de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles diz que a espera não se justifica com a criação do sistema de "split payment". Nele, o imposto será quitado e dividido automaticamente entre os entes da federação ao pagar a nota fiscal. Por isso, a entidade pede ao Congresso que o ressarcimento ocorra em 45 dias.

"O argumento para demorar mais hoje é que é preciso checar se o imposto foi devidamente pago. No caso da restituição do saldo credor, com o split payment o Fisco estará devolvendo apenas aquilo que realmente recebeu", afirma Telles. Para evitar a retenção indevida, a CNI sugere alterar a punição. O governo quer corrigir o saldo pela taxa Selic a partir do 76º, mas a indústria pede a aplicação retroativa dos juros desde o 1º dia.

Nos casos em que o pedido de ressarcimento exceder o padrão costumeiramente solicitado pela empresa, o governo poderá solicitar 275 dias para averiguação. Nesse ponto, a CNI concorda com o prazo, já que hoje pode levar anos para uma resposta. Mas argumenta que deve ser ajustado para ressalvar, por exemplo, a abertura de novas fábricas.

Apesar dessas demandas, a indústria brasileira elogia o projeto do governo. "É um bom texto", diz Telles. Em vários pontos, surpreendeu favoravelmente os empresários, como a possibilidade de as empresas obterem créditos com os serviços financeiros.

A principal preocupação da CNI nas discussões é evitar a criação de novas exceções aumentem ainda mais a alíquota padrão. A Secretaria Extraordinária do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária estima que os bens e serviços com tratamento favorecido farão com que o IVA seja de 26,5%. Mas se produtos como carne forem incluídos na cesta básica com alíquota 0%, a taxação padrão subirá para os demais produtos.

Outra dessas demandas que gerou barulho é a pressão das operadoras de planos de saúde e de parte das empresas para que a contratação de assistência médica para os funcionários passe a gerar créditos para a contratante. Telles diz que o pedido foi levado por empresários à CNI, mas que a opção do governo pela não geração de crédito "é correta".

Segundo Telles, os planos de saúde hoje não geram crédito. "E, do ponto de vista técnico do IVA, não faz sentido que passem a gerar", diz. Ele dá como exemplo uma empresa que poderia reajustar os salários em 20%, e pagar encargos trabalhistas sobre isso, mas que opta por contratar plano de saúde para os funcionários com o mesmo dinheiro. "Ela não pagaria o imposto e, ainda, ganharia crédito. Não faria sentido." ***(RDC)***

PEC muda costa brasileira e abre para controle privado

De Brasília

Após nove meses parado, o Senado decidiu retomar, nessa segunda-feira (27), a discussão sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com os terrenos de marinha e as taxas cobradas por seus ocupantes. O texto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados no início de 2022.

O pedido de audiência pública à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi solicitado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) em agosto do ano passado, mas não havia ocorrido desde então. Nessa segunda, a CCJ reuniu representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Gestão, assim como de associações de pescadores e terminais portuários.

O projeto muda as regras sobre terrenos na costa brasileira e abre a possibilidade para que, em alguns casos, lotes passem a ter o controle do setor privado.

A Constituição prevê que os terrenos de marinha são áreas de propriedade da União, localizadas na orla do litoral do país (até 33 metros da linha média da maré em 1831) ou nas bordas de rios afetados pela maré. Historicamente, eles foram criados para que batalhões do Exército pudessem transitar livremente para defender o litoral do país na época do Império.

Há cerca de 550 mil terrenos nessas condições, dos quais mais de 250 mil ocupados. Isso ocorre mediante o pagamento de taxas: o laudêmio (cobrado sobre a venda do imóvel), o foro (de 0,6% sobre o valor do imóvel, pago anualmente pelo ocupante) e a taxa de ocupação (um adicional devido por quem não assinou ainda um contrato de arrendamento com a União).

A proposta acaba com essas taxas e dá várias destinações a esses locais, dependendo de quem está ocupando. Caso a área seja destinada à prestação de serviços públicos federais, mesmo que através de concessionárias, ou tiver unidades ambientais, continuará com a União. Se houver serviços públicos estaduais ou municipais, será cedida ao Estado ou município.

Caso o terreno esteja ocupado por pessoas ou empresas inscritas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU), elas passarão para o domínio pleno deles, mediante pagamento. Na prática, esse ponto permite que o novo proprietário feche o acesso do terreno até à praia, por exemplo, o que tem sido considerado uma "privatização" de praias.

Se o ocupante estiver irregular, sem inscrição na SPU, ficará com o imóvel apenas se a ocupação tenha ocorrido de "boa-fé" e "até cinco anos antes" da promulgação da emenda constitucional (após a aprovação da PEC no Congresso). Os terrenos não ocupados poderão ser vendidos pelo governo federal após a promulgação ou mantidos para projetos públicos.

No encontro, a coordenadora-geral do Departamento de Oceano e Gestão Costeira da pasta do Meio Ambiente, Marinez Scherer, defendeu a importância dos terrenos de marinha e da faixa de segurança para a gestão costeira, principalmente em função das mudanças climáticas. Ela alerta que a preservação é importante em um momento de aumento da temperatura global.

"Isso [elevação da temperatura] leva ao aumento do nível do mar e o mar vai para cima da terra. É justamente nessa área de intersecção entre terra e mar que estão os terrenos de marinha e a faixa de segurança", explicou Marinez.

A coordenadora também fez uma relação com a tragédia no Rio Grande do Sul, dizendo que muitas vezes ocorreu no Estado a ocupação de "áreas que não deveriam estar ocupadas, principalmente por serem áreas de preservação permanente".

Já a secretária Adjunta da Secretaria de Gestão do Patrimônio da União SPU), Carolina Gabas Stuchi, afirmou que a eventual aprovação da PEC geraria um "caos administrativo e de gestão", pois, além dos imóveis já cadastrados, seriam precisos cadastrar outros 3 milhões.

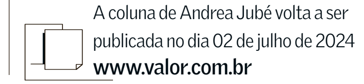
"Outro problema da PEC é que ela extingue esse conceito da faixa de segurança e permite a alienação, a transferência do domínio pleno nessas áreas em que é importante para o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro que sejam mantidas. Acaba favorecendo essa ocupação desordenada, ameaçando os ecossistemas brasileiros, tornando esses territórios mais vulneráveis aos eventos climáticos extremos", defendeu Stuchi.

De acordo com aliados do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não há pressa para analisar o tema. Relator da PEC na Casa, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) conduziu a audiência no comando da CCJ e defendeu a aprovação do texto. Ele concordou, no entanto, com a possibilidade de o texto também ser debatido na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

"Eu assino, eu subscrevo esse requerimento. Agora, antecipo: neste texto não há o que se modificar, porque este texto em nenhum tópico afeta aquilo que é o direito ambiental brasileiro. Agora, se há desconfianças, eu diria que há também frustrações, porque tudo isso que aconteceu de errado", alegou sobre o pleito. ***(JL)***

"Aprovação da PEC geraria um caos administrativo e de gestão"
Carolina Stuchi

valor.com.br



A coluna de Andrea Jubé volta a ser publicada no dia 02 de julho de 2024
www.valor.com.br

Judiciário Ministro teve gestão marcada por período turbulento em meio à disputa eleitoral; Cármen Lúcia assume o cargo no dia 3 de junho

Após dois anos, Moraes deixa o comando do TSE

Isadora Peron
De Brasília

Na reta final do seu mandato como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes tem feito acenos à classe política com o objetivo de pacificar a relação com o Congresso. Moraes deixará a corte na próxima segunda-feira (3 de junho), quando será substituído pela ministra Cármen Lúcia.

Responsável por conduzir o TSE em um dos momentos mais tumultuados da história do país, Moraes esteve à frente da eleição presidencial de 2022 e adotou medidas duras, como o bloqueio de contas e exclusão de postagens em redes sociais, tornando-se alvo de críticas especialmente de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Depois de quase dois anos de sucessivos embates, Moraes sairá do cargo após ter feito um gesto concreto a esse grupo político. Na terça-feira (21), o TSE decidiu manter o mandato do senador e ex-juiz da Lava-Jato, Sergio Moro (União-PR).

Havia ainda a expectativa que Moraes pautasse o processo que pede a cassação do senador Jorge Seif (PL-SC), aliado de Bolsonaro, mas o caso não está na pauta de terça. Uma sessão extra foi convocada para quarta, mas deve ser destinada a homenagens ao ministro.

Moraes tomou posse como presidente do TSE em 16 de agosto de 2022. A cerimônia lotou o plenário da corte e reuniu as principais autoridades dos três Poderes, além dos dois candidatos mais bem colocados na disputa: Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O clima, naquele momento, já estava conflagrado. Em junho, quando ainda ocupava a Presidência, Bolsonaro convocou embaixadores estrangeiros para reunião e levantou falsas suspeitas sobre o sistema eletrônico de votação.

No dia da posse, sentado ao lado do então presidente, Moraes fez um discurso repleto de recados e garantiu que a Justiça Eleitoral seria "célere, firme e implacável" no combate às "fake news".

Após um primeiro turno relativamente tranquilo, a circulação de notícias falsas aumentou no segundo turno. Moraes reagiu: faltando dez dias para o pleito, editou norma determinando que a remoção dos conteúdos pelas redes deveria ser feita em até duas horas.

> "Moraes teve uma atuação marcante na defesa das instituições" *Gilmar Mendes*

Em 30 de outubro de 2022, dia do segundo turno, Moraes ameaçou dar voz de prisão ao diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasques, se as blitze para fiscalizar ônibus de eleitores não fossem paralisadas. A suspeita era que as operações iriam se concentrar no Nordeste, região onde Lula era favorito, com o objetivo de reduzir seus votos. Vasques está preso.

Com a derrota de Bolsonaro, apoiadores do então presidente passaram a fazer barricadas em rodovias em todo o país. O passo seguinte foi montar acampamentos em frente a quartéis do Exército. A diplomação de Lula pelo TSE ocorreu em 12 de dezembro. No mesmo dia, Brasília teve carros incendiados e confusão.

Na véspera do Natal, foi descoberto um plano de ataque à bomba no aeroporto de Brasília. Com um esquema de segurança reforçado, a posse de Lula ocorreu sem incidentes. Mas, uma semana depois, em 8 de janeiro de 2023, golpistas invadiram as sedes dos Três Poderes. Investigações apontaram que os responsáveis pela trama planejaram uma intervenção no TSE e a prisão de Moraes.

Em todas essas frentes, ele teve protagonismo, combinando as prerrogativas de presidente da corte eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), onde acumulou poderes ao relatar inquéritos como o das "fake news" e o das milícias digitais.


GUSTAVO MORENO/STF
Moraes faz acenos para pacificar a relação com o Congresso, na reta final do mandato como presidente do TSE

A concentração de casos e algumas de suas decisões passaram a ser contestadas por críticos e apoiadores de Bolsonaro. Em abril, Moraes se tornou alvo do bilionário Elon Musk, dono da plataforma X (antigo Twitter), que afirmou que ele praticava censura e era uma ameaça à liberdade de expressão. As declarações do empresário foram dadas na esteira da divulgação de troca de e-mails de funcionários da rede social questionando decisões judiciais, tanto do STF, como do TSE. Mas o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, defendeu a atuação de Moraes e reforçou que toda empresa que opera no Brasil está sujeita à Constituição Federal.

Ao longo de 2023, mesmo sem eleição, o TSE continuou sob os holofotes ao decidir declarar o ex-presidente inelegível por oito anos. No primeiro julgamento, Bolsonaro foi condenado pela reunião que realizou com representantes das embaixadas. Em seguida, foi punido por transformar as comemorações do 7 de setembro de 2022 em atos de campanha. No domingo, Moraes negou recurso da defesa do ex-presidente contestando essa última condenação.

O ministro também aprovou a exclusão das Forças Armadas do rol de entidades que fiscalizam o sistema eletrônico de votação, depois que militares passaram a questionar, sem provas, a segurança das urnas durante o governo Bolsonaro. Não há casos de fraudes desde a adoção dos equipamentos.

Outra marca da gestão foi o combate à fraude à cota de gênero. Em 2023, o plenário do TSE aplicou 61 condenações a quem desrespeitou as normas. Em 2024, esse número já passou dos 20.

O presidente do TSE tem levantado a bandeira de que é preciso regulamentar as redes sociais. Em dobradinha com Cármen Lúcia, que comandará as eleições municipais de outubro, a corte aprovou resoluções e criou novas regras para o uso de inteligência artificial (IA) durante a campanha.

"Acho que o Brasil deve muito ao Alexandre de Moraes", diz Gilmar Mendes, decano do STF. Para ele, o TSE cumpriu um papel "dificílimo" em 2022 e a gestão de Moraes ficará marcada na história.

O ministro minimiza as críticas ao colega e defende as medidas adotadas. "Em nenhum momento, nesses quase 40 anos de Constituição, tivemos tanta contestação, especialmente da Justiça Eleitoral, e Moraes teve uma atuação marcante na defesa das instituições ao enfrentar assédios, muitas vezes do próprio presidente da República."

Após vídeo de Lessa, Anielle diz que caso só será resolvido com Justiça

Fabio Murakawa e Isadora Peron
De Brasília

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, disse nessa segunda-feira (27) que para ela o caso do assassinato de sua irmã, a vereadora Marielle Franco (Psol), "só estará resolvido quando a Justiça de fato for feita".

Anielle fez o comentário em entrevista ao **Valor** em seu gabinete, ao ser instada a comentar a reportagem do "Fantástico" que trouxe no domingo trechos de um dos vídeos da delação premiada do miliciano Ronnie Lessa, que confessou ter executado Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, em março de 2018.

"É sempre muito difícil falar do caso da Marielle. Porque me atravessa nesse ponto pessoal também. Não é uma área que a família atue. A gente está sempre esperando, na expectativa de que pode vir alguma coisa mais ou pode não vir alguma coisa mais. Mas para a gente, o mais importante é que a Justiça seja feita", disse.

No vídeo, Lessa diz entre outras coisas que, como recompensa pela execução da vereadora, se tornaria um dos chefes da milícia em Jacarepaguá, bairro do Rio de Janeiro. Ele cita os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e deputado federal, respectivamente, e o delegado Rivaldo Barbosa, da Policia Civil fluminense, como autores intelectuais do crime. E que Marielle era tida como um entrave para os negócios da milícia por sua atuação junto a lideranças na região.

Diante da insistência da reportagem ao questioná-la se considerava o caso resolvido, a ministra respondeu: "Enquanto família, vou sempre esperar todos os desdobramentos. Eu sei que tem um trabalho muito importante da Polícia Federal, dos Ministérios Públicos Federais e Estaduais. Mas eu, enquanto Anielle, acho que só vou falar que o caso está resolvido quando a Justiça de fato for feita, como um todo. E talvez eu nunca diga isso, porque para mim, para que a Justiça seja feita, eu queria que a minha irmã estivesse aqui".

> "Para que a Justiça seja feita, queria que a minha irmã estivesse aqui" *Anielle Franco*

Os irmãos Brazão e Rivaldo Barbosa estão presos desde março deste ano sob acusação de serem mandantes do assassinato de Marielle. Suas prisões ocorreram após a homologação da delação premiada de Ronnie Lessa, acusado de executar o crime e detido desde 2019. Eles foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República em maio, mas ainda não houve julgamento.

Após suplicar em carta enviada a Alexandre de Moraes para ser ouvido, o ministro determinou ontem que a Polícia Federal faça uma oitiva com Rivaldo Barbosa em até cinco dias.

A própria PF admite em relatório que não conseguiu comprovar no inquérito vários aspectos da delação por conta do tempo em que as investigações se arrastaram. As defesas dos irmãos Brazão e de Barbosa também apontam que não há provas concretas da narrativa apresentada por Ronnie Lessa.

Irmão de Dino toma posse como procurador dos Direitos do Cidadão

Isadora Peron
De Brasília

O subprocurador Nicolao Dino tomou posse nessa segunda-feira (27) como procurador federal dos Direitos do Cidadão. A solenidade foi acompanhada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, que é irmão do indicado.

Nicolao foi escolhido para o cargo pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, e teve o nome aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal no último dia 14. Ele permanecerá no cargo até 2026.

Em seu discurso, o subprocurador fez uma forte defesa da democracia. Segundo ele, a sociedade brasileira segue polarizada e não somente no campo político e não cabe ao Ministério Público uma "postura contemplativa".

Nicolao Dino também criticou a instalação de escolas cívico-militares, como o modelo adotado por São Paulo a partir desta segunda-feira. Segundo ele, esse tipo de iniciativa precisa ser "rigorosamente esquadrinhado".

O subprocurador afirmou ainda que vai trabalhar pelo "pleno funcionamento e a efetiva conclusão" dos trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. "Democracia também significa garantir o direito à memória e à verdade e, ainda, promover a responsabilidade de quem buscou ceifá-la, no contexto de regimes autoritários, repressivos ou negacionistas, dos quais resultaram graves violações a direitos humanos", defendeu.

Também apontou que os "trágicos" acontecimentos no Rio Grande do Sul são "desdobramentos da ação humana". Ele anunciou medidas para acompanhar a reconstrução do Estado após as enchentes, como monitorar as ações e serviços de combate e prevenção de doenças infecciosas e voltar a fiscalizar, no âmbito nacional, o cumprimento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

> Nicolao Dino critica modelo de escolas cívico-militares, sancionada pelo governador de SP

O novo procurador federal dos Direitos do Cidadão tem uma longa trajetória no MPF, carreira em que ingressou em 1991. Em 2017, Nicolao foi o primeiro colocado da lista tríplice elaborada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

O então presidente Michel Temer (MDB), porém, decidiu indicar a segunda mais votada, Raquel Dodge. Pesou na época o fato de ele ser muito ligado ao então PGR Rodrigo Janot, responsável pela Operação Lava-Jato.

Em 2021, mesmo depois de o então presidente Jair Bolsonaro (PL) ignorar a eleição interna para o comando do órgão, Nicolao decidiu participar novamente da lista tríplice, para marcar posição. O escolhido foi Augusto Aras, que foi reconduzido ao cargo.

No ano passado, com Flávio Dino no governo e, depois, indicado ao STF, Nicolao decidiu não se envolver na disputa pelo comando da PGR. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também não seguiu a lista tríplice e indicou Gonet para o posto.


ZECA RIBEIRO / CÂMARA DOS DEPUTADOS
Ducci: aliança com pré-candidato do PSB desagrada parte do PT no Paraná

PT anuncia apoio a Luciano Ducci em Curitiba

Lilian Venturini
De São Paulo

A Executiva Nacional do PT aprovou nessa segunda-feira (27) o apoio do partido à pré-candidatura do ex-prefeito e deputado federal Luciano Ducci (PSB) à Prefeitura de Curitiba. A opção de abrir mão de candidatura própria na capital do Paraná desagradou parte da legenda no Estado e o deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR), que vem se apresentando como pré-candidato. O parlamentar petista prometeu recorrer da decisão.

O anúncio do apoio foi feito após reunião da Comissão Executiva Nacional, em Brasília. Até o momento, o partido já homologou pré-candidaturas ou coligações em 131 cidades com mais de 100 mil eleitores. Desse universo, o PT terá candidatura própria em 106.

Pouco após a divulgação do resultado em Curitiba, Zeca Dirceu usou as redes sociais para dizer que segue pré-candidato. "Como já tinha ocorrido anteriormente, na instância municipal, também não se alcançou 2/3 dos votos. Diante disto, seguindo o que garante o estatuto, vou recorrer ao Diretório Nacional, a única instância partidária que pode dar palavra final nestas situações", afirmou o deputado.

Ducci foi prefeito de Curitiba entre 2010 e 2013. A maior parte da trajetória do deputado foi no PSB, partido do atual vice-presidente Geraldo Alckmin. Por dois anos, entre 2005 e 2007, foi filiado ao PSDB. O pré-candidato agradeceu a oficialização do apoio do PT. "Este movimento mostra a confiança em um projeto mais humano para a cidade", escreveu Ducci, em suas redes sociais.

Para estas eleições, o PT, presidido pela deputada Gleisi Hoffmann (PR), concordou em abrir mão de candidaturas próprias em capitais.

A postura é um aceno a partidos que apoiaram a candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 e também em razão da ausência de quadros considerados competitivos.

Em São Paulo, por exemplo, já está definido o apoio ao deputado Guilherme Boulos (Psol) e o partido ficou com a vice na chapa, com a ex-prefeita Marta Suplicy. Em Salvador, o nome do partido será o do atual vice-governador do Estado, Geraldo Júnior (MDB).

INÊS 249

Disputa Anúncio é resposta aos esforços dos EUA de restringir o acesso de empresas chinesas a semicondutores avançados

China cria fundo de US$ 47,5 bi para reforçar seu setor de chips

Sherry Qin
Dow Jones Newswires

A China criou um fundo de quase US$ 48 bilhões para ajudar sua indústria de semicondutores a construir uma cadeia de suprimentos local e reduzir a diferença tecnológica com os EUA, no momento em que o país enfrenta a restrição de acesso a semicondutores mais avançados e a equipamentos para produzir chips.

O fundo de semicondutores de 344 bilhões de yuans (US$ 47,49 bilhões), o maior já criado pela China, é a terceira fase lançada pelo Fundo de Investimentos da Indústria de Circuitos Integrados, e duplica o total levantado nas fases anteriores de 2014 e 2019.

O fundo foi registrado na sexta-feira, segundo o Sistema Nacional de Publicidade e Informações de Crédito Empresarial, uma agência de informações de crédito gerenciada pelo governo chinês. O Ministério das Finanças é o maior acionista do fundo, com uma participação de 17%, enquanto cinco grandes bancos estatais — Banco Industrial & Comercial da China, Banco de Construção da China, Banco Agrícola da China, Banco da China e Banco de Comunicações — detêm, cada um, participações de 6%, segundo a Tianyancha, um banco de dados privado de informações sobre empresas chinesas.

O novo financiamento surge depois de várias rodadas de restrições dos EUA às exportações de semicondutores avançados e equipamentos para a fabricação de chips para a China, com a mais recente delas anunciada em outubro, que dificultou significativamente as vendas de chips de Inteligência Artificial (IA).

Ao mesmo tempo, as principais potências econômicas mundiais lançaram pacotes de apoio às suas indústrias em meio à intensificação da demanda por chips avançados para alimentar a computação de IA e preocupações crescentes com interrupções na cadeia de abastecimento. No mês passado, os EUA concederam até US$ 6,4 bilhões à Samsung Electronics e até US$ 6,6 bilhões à Taiwan Semiconductor Manufacturing Co. (TSMC), a maior fabricante de chips sob contrato do mundo, para a construção de fábricas nos EUA como parte da Lei dos Chips, de US$ 53 bilhões. Na semana passada, a Coreia do Sul anunciou um pacote de US$ 19 bilhões para estimular sua indústria de semicondutores.

"A competição se acirra à medida que os países tentam obter autossuficiência em chips", diz Qingyuan Lin, analista da Bernstein.

> "Países buscam autossuficiência em chips e acirram competição"
> *Qingyuan Lin*

Os fabricantes chineses de chips vêm aumentando os investimentos nas cadeias de abastecimento nacionais e no desenvolvimento de chips avançados.

A Semi, uma associação global do setor que representa fabricantes de chips e fornecedores, estima que as empresas chinesas começarão a operar 18 projetos de fabricação de chips este ano, expandindo a capacidade de produção de chips da China em 12% este ano. As companhias chinesas compraram, segundo se estima, mais de US$ 30 bilhões em equipamentos para a fabricação de chips em 2023, um volume recorde e cerca de um terço do total global, diz a Semi.

A maioria das novas fábricas da China se concentra em chips de gerações mais antigas que não são afetados pelas restrições dos EUA. Analistas creem que o novo fundo poderá posicionar empresas para elas atualizarem suas capacidades de produção de chips avançados e fortalecer a produção de módulos maduros, com a participação da China no negócio global de fundição ainda relativamente pequena.

A Semiconductor Manufacturing International Corp (SMIC) e a Hua Hong Semiconductor, duas das maiores fundições de chips da China, responderam juntas por cerca de 8% do mercado global de fundição no primeiro trimestre, enquanto a TSMC ficou com 62% do mercado, segundo a firma de pesquisas globais de tecnologia Counterpoint.

O fundo poderá atuar como uma firma de gestão de ativos, adquirindo ações de empresas de chips. Ele poderá "assumir o papel de investidor principal em muitas instâncias, para apoiar uma avaliação mais elevada e atrair outras empresas estatais", disse Phelix Lee, analista da Morningstar.

O tamanho do novo investimento mostra que a China não esmoreceu em sua dedicação de construir um ecossistema nacional de semicondutores diante das restrições impostas pelos EUA, na verdade "acelerando isso", segundo Lin da Bernstein.

As ações de empresas chinesas de semicondutores subiram de forma generalizada ontem, com SMIC ganhando 7,4% e Hua Hong avançando 11,5%.

Defender o mundo livre não é o mesmo que defender a ordem global

Análise

Gideon Rachman
Financial Times

Como princípio organizador da política externa ocidental, a "ordem internacional baseada em regras" (OIBR) há muito tem sofrido de falhas desastrosas. A frase não significa nada para uma pessoa normal. Dessa forma, trata-se de um conceito nada inspirador. As pessoas podem ir à guerra para defender a liberdade ou a pátria-mãe. Ninguém vai lutar e morrer pela OIBR.

Ainda assim, algumas autoridades ocidentais de alto escalão parecem apaixonadas pelo conceito. Antony Blinken, o secretário de Estado dos EUA, gosta de fazer apelos à OIBR quando visita a China. Rishi Sunak, premiê britânico, a colocou no cerne da política externa do Reino Unido. Seu provável sucessor, Keir Starmer, um ex-advogado, terá o mesmo compromisso com a ideia.

Quando critica a agressão russa, Blinken argumenta que os EUA defendem um mundo baseado em regras, e não no poder bruto. É uma ideia atraente. Mas as regras são feitas para serem coerentes. E as próprias ações dos EUA vêm enfraquecendo partes vitais da ordem baseada em regras.

Nas últimas duas semanas, essas contradições foram expostas visceralmente. As tarifas de 100% que o governo de Joe Biden impôs aos veículos elétricos chineses são quase impossíveis de serem conciliadas com regras internacionais. Como coloca um artigo do centro de estudos Bruegel: "As tarifas derrubam qualquer noção de que os EUA respeitam regras da Organização Mundial do Comércio."

A resposta dos EUA à perspectiva de que o Tribunal Penal Internacional (TPI) mova acusações de crimes de guerra contra Benjamin Netanyahu, premiê de Israel, também é reveladora. Em vez de apoiar o esforço do TPI para aplicar o direito internacional, Blinken disse ao Congresso dos EUA que consideraria impor sanções ao TPI.

Claro, os EUA podem ter argumentos para justificar suas posições. No entanto, na política, quando você está explicando, já está perdendo. Uma alternativa é que Blinken e companhia falem menos sobre a OIBR e mais sobre defender o mundo livre. Essa é uma descrição mais precisa e compreensível do que realmente se trata a política externa ocidental.

EUA, União Europeia, Reino Unido e outras democracias como Japão, Coreia do Sul e Ucrânia atualmente estão lutando para conter as ambições territoriais e políticas de países autoritários — acima de todos, China e Rússia. Um mundo em que esses países são mais poderosos será menos seguro para pessoas e países livres.

Em contraste com a defesa de uma OIBR — que implica absoluta coerência —, a defesa do mundo livre envolve aceitar certa incoerência necessária. Durante a Guerra Fria, os EUA e aliados fizeram algumas alianças táticas com governos não democráticos, como parte de um esforço de conter e, finalmente, derrotar a União Soviética.

No mundo atual, os EUA estão mais uma vez fazendo concessões desconfortáveis como parte de uma luta maior contra as principais potências autoritárias. As tarifas dos EUA sobre a China fazem pouco sentido como uma defesa da OIBR. Fazem muito mais sentido quando vistas como um esforço para impedir que a China domine as indústrias do futuro.

Para combater as reivindicações territoriais chinesas no Mar do Sul da China, os EUA acusam corretamente Pequim de violar a convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar. O problema é que os próprios EUA não ratificaram essa convenção em particular. Então, por que não aceitar que a motivação principal dos EUA não é apenas defender o direito internacional —, mas impedir que uma rota comercial crucial fique sob domínio de uma potência autoritária?

E quanto a Israel? O apoio de Biden obstinado a Israel também é sustentado por um instinto de defender aliados democráticos. A recusa dos EUA de contemplarem a ideia de que Netanyahu possa ter cometido crimes de guerra na Faixa de Gaza desacredita o país. Mas fica mais fácil entender o desconforto dos EUA com um processo que vê a única democracia no Oriente Médio no banco dos réus, enquanto líderes de Síria e Irã escapam da acusação por seus crimes.

Rússia e China argumentam que suas ações são coerentes com as leis internacionais — mesmo quando claramente não são.

Indústria chinesa volta a registrar lucro em abril

Agências internacionais

Os lucros das empresas manufatureiras da China voltaram a crescer em abril, refletindo os esforços de Pequim para impulsionar a indústria de transformação enquanto outras áreas da segunda maior economia do mundo enfrentam dificuldades.

Os lucros das grandes empresas chinesas do setor de transformação, com faturamento de mais de US$ 2,8 milhões, aumentaram 4% ao ano em abril, após uma queda de 3,5% em março, de acordo com o Escritório Nacional de Estatísticas. Até agora este ano, os lucros dessas empresas aumentaram 4,3% em termos anuais.

Um boom cíclico global em produtos tecnológicos, como chips, bem como uma iniciativa do governo chinês para que as empresas substituam seus equipamentos antigos, provavelmente contribuíram para a recuperação de abril. A forte demanda externa por bens manufaturados também melhorou os lucros dos fabricantes de diversos produtos, desde roupas até móveis.

"O incentivo às 'novas forças produtivas', juntamente com a política de atualização de equipamentos, está gradualmente mostrando impacto", disse Yu Weining, estatístico do governo, em um comunicado. A expressão se refere a indústrias emergentes, incluindo tecnologia, que a China está tentando promover como uma nova fonte de crescimento.

Em março, o governo prometeu fundos para incentivar consumidores e empresas a substituir bens e equipamentos antigos. Para a indústria, o programa inclui subsídios, investimentos governamentais e novos padrões ambientais para máquinas.

A fabricação de equipamentos foi a que mais contribuiu para o crescimento dos lucros nos primeiros quatro meses do ano, de acordo com Yu. Os lucros dos fabricantes de computadores, comunicação e outros equipamentos elétricos aumentaram 76% ao ano de janeiro a abril, enquanto os lucros dos fabricantes de equipamentos gerais aumentaram 6% ao ano no mesmo período.

Os lucros das empresas estrangeiras lideraram a recuperação até agora este ano, aumentando 17% nos primeiros quatro meses após grandes perdas em 2023, enquanto os lucros das estatais chinesas caíram 2,8%.

Mas a recuperação das empresas industriais precisa ser mais consolidada, pois "a demanda doméstica continua insuficiente e o ambiente externo ainda é complexo e sombrio", disse Yu.

Ataque a Rafah e morte de soldado na fronteira acirram crise Israel-Egito

Alisa Odenheimer e Sherif Tarek
Bloomberg

Um soldado egípcio foi morto ontem durante um confronto com tropas israelenses em uma passagem na fronteira sul da Faixa de Gaza, depois que um ataque aéreo de Israel no domingo matou pelo menos 40 palestinos em um acampamento de refugiados. O incidente ampliou as tensões regionais na guerra de Israel contra o Hamas.

Os militares egípcios confirmaram a morte do guarda de fronteira perto de Rafah. Separadamente, o ataque aéreo ao campo a noroeste da cidade da Rafah, no interior da Faixa de Gaza, foi condenado internacionalmente. Israel admitiu a morte de dezenas de pessoas no ataque, que o premiê Benjamin Netanyahu qualificou de "um erro trágico" em um pronunciamento no Knesset, o parlamento israelense. Líderes israelenses disseram que investigam os dois incidentes.

Sobre a morte do egípcio, o Exército de Israel disse que "houve um tiroteio na fronteira", e que discussões com o Egito "estão em andamento", sem dar mais detalhes.

Com o tiroteio com entre forças israelenses e egípcias na fronteira, o Egito ameaçou reduzir seus laços diplomáticos com Israel depois que militares israelenses tomaram o controle do lado palestino da fronteira para interromper o que afirma ser o contrabando de armas e recursos através da passagem. O Egito também disse que irá se juntar ao caso judicial da África do Sul, que acusa Israel de genocídio no Tribunal Penal Internacional (TPI).

As Forças Armadas do Egito disseram que o tiroteio na fronteira de Rafah levou ao "martírio de um agente de segurança". Uma fonte a par do incidente disse que os egípcios abriram fogo primeiro e os israelenses responderam, e que nenhum israelense foi morto.

As autoridades egípcias e israelenses mantiveram contatos ontem para tentar acalmar as tensões e evitar que a situação saia do controle — em meio a temores de que um erro de cálculo desencadeie uma guerra entre os dois países após 45 anos de paz.

Israel disse que o ataque aéreo do domingo contra o acampamento em Rafah foi baseado em "inteligência precisa" e que ele matou dois altos dirigentes do Hamas, designado como organização terrorista pelos EUA e União Europeia. Mas governos do mundo todo foram rápidos em condenar Israel pelo ataque. O presidente francês, Emmanuel Macron, disse estar "indignado", enquanto o comissário de Relações Exteriores da União Europeia, Josep Borrell, disse-se "horrorizado".

A Casa Branca disse em um comunicado que as imagens de pessoas inocentes mortas no ataque que eram "comoventes".

"Israel tem direito de perseguir o Hamas e entendemos que este ataque matou dois importantes terroristas do Hamas responsáveis pelos ataques a civis israelenses", disse o Conselho de Segurança Nacional dos EUA em comunicado. "Mas, como já deixamos claro, Israel precisa tomar toda a precaução possível para proteger civis."

As tropas israelenses iniciaram operações nos arredores de Rafah, no começo deste mês. Netanyahu disse que Israel atacará a cidade porque ela é o último reduto do Hamas e milhares dos seus combatentes estão alojados lá.

Os EUA e outros países temem baixas em massa entre civis palestinos em Rafah e instaram Israel a cancelar ou reduzir drasticamente um ataque para evitar ferir inocentes. A Casa Branca disse ontem que está "empenhada ativamente" com o Exército de Israel e para avaliar melhor o que aconteceu.

Os EUA e outros países também expressaram preocupações com o futuro dos laços de Israel com o Egito. Os dois países assinaram um acordo de paz em 1979, que é visto como fundamental para a segurança dos israelenses.

A guerra entre Israel e o Hamas começou em 7 de outubro, quando milhares de combatentes do grupo terrorista invadiram o sul de Israel e partir de Gaza, matando 1.200 pessoas e sequestrando 250. O contra-ataque e Israel matou até agora 35 mil palestinos em Gaza, segundo o Ministério da Saúde, administrado pelo Hamas.

Deslizamento soterra até 2 mil em Papua-Nova Guiné



MOHAMUD OMER/AP

Um deslizamento maciço atingiu seis aldeias em Papua-Nova Guiné, soterrando mais de 2 mil pessoas, informou ontem o governo da nação insular do Pacífico. O extenso trecho de terra desmoronou na sexta-feira, mas como a área de desastre — na Província de Enga, na maior ilha do país — é de difícil acesso, apenas no domingo o socorro especializado chegou ao local. Até então, moradores tentavam encontrar sobreviventes cavando com as mãos. O número de soterrados, porém, diverge do informado pelas Nações Unidas, que reportaram 670 desaparecidos. Autoridades do país, de 10 milhões de habitantes, disseram que 4 mil pessoas viviam nas seis aldeias afetadas. Na foto, moradores acompanham busca por vítimas.

Empresas alemãs estão mais otimistas

Agências internacionais

A perspectiva de negócios na Alemanha melhorou pelo quarto mês consecutivo, à medida que cresce a confiança de que a recuperação econômica do país irá se fortalecer ao longo do ano.

Um índice de expectativas do instituto Ifo subiu para 90,4 em relação aos 89,7 revisados do mês anterior. Porém, uma medida das condições atuais caiu, segundo dados divulgados ontem.

"Ainda não é uma recuperação completa", disse Clemens Fuest, presidente do Ifo. "A economia alemã está melhorando, mas lentamente", disse, destacando avanços na manufatura e na construção.

A maior economia da Europa evitou uma recessão neste início do ano, graças em parte ao clima mais ameno do inverno na Europa, que impulsionou a construção e ajudou a elevar o PIB em 0,2% no primeiro trimestre. Outros indicadores mostram avanços em outros setores, colocando a recuperação em uma base mais sólida.

A atividade do setor privado expandiu-se no ritmo mais rápido em um ano em maio, segundo pesquisa da S&P Global. Espera-se que os consumidores impulsionem uma recuperação gradual nos próximos trimestres, beneficiando-se da inflação em queda e dos fortes aumentos salariais.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58	0,30
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,9	0,1	-1,1	1,2	0,7	0,1	0,2	0,5	-0,4
Indústria de transformação	-	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,2	-0,4
Indústrias extrativas	-	0,2	-0,8	-6,8	3,7	3,4	-0,5	6,2	-4,8	-1,3
Bens de capital	-	-2,8	3,4	10,9	-2,5	-0,8	-0,7	-2,7	4,9	-5,4
Bens intermediários	-	1,2	-0,7	-2,7	1,8	1,7	0,8	0,7	-0,3	-0,5
Bens de consumo	-	0,5	1,5	-0,9	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5	1,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3	-2,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4	0,9
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.920	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300
Importações	21.879	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121
Saldo	9.041	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**4,39**	**2,73**	**2,27**	**1,22**	**0,24**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**11,99**	**6,85**	**5,44**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para maio projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	mai/24	abr/24	2024	2023	12 meses	mai/24	abr/24	dez/23	mai/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	-	0,21	1,67	4,72	3,77	-	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	-	0,72	-0,26	-3,30	-2,32	-	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	-	0,26	1,33	3,48	3,54	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,84	-1,02	-5,92	-4,51	-	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	-	1,15	-0,46	-11,34	-7,77	-	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	-	0,73	-1,23	-3,77	-3,25	-	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	-	0,42	1,70	3,55	2,84	-	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	-	0,52	1,20	3,49	3,74	-	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	-	0,31	-0,60	-3,18	-3,04	-	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	-	0,29	-1,46	-5,60	-5,41	-	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	-	0,32	1,73	3,40	3,00	-	728,84	716,46	711,01
INCC-M	-	0,41	1,09	3,32	3,48	-	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	-	0,33	1,51	3,15	2,77	-	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mai/24 0,04%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024			+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mar/24		fev/24		mar/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.741,7**	**61,14**	**6.693,6**	**60,90**	**5.788,9**	**55,97**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-29,1	-0,26	-28,1	-0,26	12,7	0,12
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-757,2	-6,87	-743,3	-6,76	-753,1	-7,28
Dívida fiscal líquida	**7.528,0**	**68,27**	**7.465,0**	**67,92**	**6.529,3**	**63,13**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.382,3	66,95	7.340,8	66,79	6.513,2	62,97
Dívida externa líquida	-640,7	-5,81	-647,2	-5,89	-724,4	-7,00
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.792,6	52,53	5.749,5	52,31	4.878,0	47,16
Governos Estaduais	843,0	7,64	841,2	7,65	812,5	7,86
Governos Municipais	55,9	0,51	53,5	0,49	38,4	0,37
Empresas Estatais	50,1	0,45	49,4	0,45	60,0	0,58

Necessidades de financiamento do setor público	mar/24		fev/24		mar/23	
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	**998,6**	**9,06**	**1.015,1**	**9,24**	**618,9**	**5,98**
Governo Federal**	828,5	7,51	846,6	7,70	461,1	4,46
Banco Central	86,7	0,79	77,9	0,71	106,7	1,03
Governo regional	75,4	0,68	83,0	0,76	44,0	0,43
Total primário	**252,9**	**2,29**	**268,2**	**2,44**	**-74,8**	**-0,72**
Governo Federal	-37,6	-0,34	-28,6	-0,26	-299,9	-2,90
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-23,3	-0,21	-15,2	-0,14	-41,9	-0,40

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de março*

Discriminação	Janeiro-março		Var.	março		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**670,3**	**615,6**	**8,88**	**198,8**	**183,3**	**8,48**
Receita Adm. Pela RFB**	443,2	400,0	10,78	121,9	110,9	9,94
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,2	142,2	6,35	50,9	47,2	7,84
Receitas Não Adm. Pela RFB	75,9	73,5	3,40	25,9	25,1	3,26
Transferências a Estados e Municípios	**133,5**	**123,8**	**7,85**	**35,0**	**32,0**	**9,19**
Receita líquida total	**536,8**	**491,9**	**9,14**	**163,9**	**151,3**	**8,33**
Despesa Total	**516,7**	**458,4**	**12,70**	**165,4**	**158,6**	**4,27**
Benefícios Precidenciários	213,4	202,7	5,27	72,5	68,4	5,97
Pessoal e Encargos Sociais	87,9	85,1	3,23	28,2	27,5	2,39
Outras Despesas Obrigatórias	102,3	66,9	52,84	23,3	23,0	1,26
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,1	103,6	9,09	41,4	39,7	4,39
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,1**	**33,4**	**-39,77**	**-1,5**	**-7,4**	**-79,26**

Discriminação	mar/24		fev/24		mar/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	1,55	-0,2	-	-0,1	-31,26
Discrepância estatística	-0,2	-	0,7	-37,44	-2,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-1,9**	**-96,72**	**-57,9**	**-**	**-10,1**	**-75,42**
Juros Noninimais	**-55,2**	**-3,14**	**-57,0**	**-21,18**	**-59,0**	**1,92**
Result. Nominal do Gov. Central	**-57,1**	**-50,29**	**-114,9**	**-**	**-69,1**	**-30,18**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Valor ECONÔMICO

Emprego, que vinha em alta, será afetado por tragédia no Sul

O mercado de trabalho continua surpreendendo. A mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (a Pnad Contínua) do IBGE registrou uma taxa de desemprego de 7,9% no primeiro trimestre deste ano, com 8,6 milhões de desempregados e 100,2 milhões de ocupados. A taxa é meio ponto superior à de 7,4% do último trimestre de 2023, mas é a menor desde 2014 para o período, geralmente caracterizado pelas demissões após as contratações temporárias de fim de ano. É também menor do que a taxa de 8,8% do mesmo trimestre do ano passado.

Apesar do ligeiro aumento do desemprego, o rendimento médio real habitual cresceu 1,5% na comparação com o trimestre anterior, para R$ 3.123, e 4% a mais do que no mesmo período de 2023. A massa do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos habitualmente recebido foi de R$ 308,3 bilhões, superior aos R$ 306,2 bilhões do trimestre anterior e aos R$ 289,1 bilhões do 1º trimestre de 2023.

O aumento do rendimento médio real habitual do trabalhador ajudou até nos resultados da Receita Federal. A arrecadação federal, que somou R$ 228,9 bilhões em abril, com aumento real de 8,26% em relação ao mesmo mês de 2023, foi favorecida pelo desempenho das receitas provenientes do consumo e do mercado de trabalho, segundo o Fisco. A arrecadação previdenciária aumentou 6,15% reais e totalizou R$ 52,8 bilhões, devido à expansão da massa salarial.

Depois de terem errado muitas das previsões a respeito do mercado de trabalho em 2023, os economistas se aprofundaram nesse tema. Pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) foram buscar as causas do aumento real da renda, mesmo em momentos de queda da taxa de emprego, como ocorreu no primeiro trimestre. A conclusão foi de que a melhora do perfil educacional dos empregados e o aumento da formalização contribuíram para isso.

No primeiro momento da saída da pandemia, os empregos informais, que haviam sido os mais afetados no período de distanciamento social, foram os que mostraram melhor reação, com o fim das restrições de contato. Em seguida, entre meados de 2021 e de 2022, os empregos formais e informais participaram da retomada. Depois disso, foram os empregos formais que sobressaíram, geralmente ocupados por profissionais mais escolarizados, e com potencial efeito positivo na produtividade. Ao comparar o quarto trimestre de 2023 com o mesmo período de 2022, os pesquisadores do FGV Ibre observaram que 37,4% da alta da renda real foi proveniente do aumento da presença de trabalhadores mais escolarizados, com ensino médio ou além, no mercado de trabalho.

A maior formalização também contribuiu. Ao fim do primeiro trimestre deste ano, enquanto o número de empregos formais estava 9,4% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020, os informais cresceram 4,9% no período. Os pesquisadores notam o contraste com o ocorrido após a recessão de 2014- 2016, quando a perda de postos de trabalho na crise econômica se deu mais no setor formal e a retomada foi puxada pelos informais. No quarto trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2016, dos 5,9% de aumento da população ocupada, nada menos do 4,1% só conseguiram colocação em empregos informais.

Outro achado dos pesquisadores do FGV Ibre foi o aumento dos desligamentos a pedido, o que é sinal de que a força do mercado de trabalho anima o trabalhador a pedir demissão porque está vendo a oportunidade de encontrar um emprego melhor.

Os pesquisadores também citam o aumento dos pedidos de seguro-desemprego como indicação da expansão do mercado de trabalho formal. Em outros países, o crescimento dos registros de seguro-desemprego geralmente indica fragilidade no mercado de trabalho. No Brasil, os pedidos sobem quando a economia se aquece, explicam. Esses pedidos aumentaram de 5,9 milhões em julho de 2021 para 7,2 milhões em março de 2024. O percentual de pessoas pedindo o seguro-desemprego entre todas aquelas que poderiam pedir também está crescendo.

A expectativa dos especialistas era que a taxa de desemprego poderia cair ainda mais um pouco ou se estabilizar, até que aconteceram as enchentes no Rio Grande do Sul. A tragédia pôs as previsões em xeque. Já não se descarta que o Produto Interno Bruto (PIB) seja negativo no segundo trimestre. O Rio Grande do Sul representa 6,5% do PIB brasileiro, com contribuições importantes para a indústria, a agropecuária e as exportações.

Aproximadamente 80% dos municípios gaúchos foram afetados. Segundo o IBGE, o Estado representa também aproximadamente 6% do mercado de trabalho nacional, com 5,9 milhões de ocupados no quarto trimestre de 2023. É o quinto maior Estado em massa salarial e sexto em menor taxa de desemprego, com 5,2% no fim do ano passado, em comparação com 7,4% da média nacional. Com esse peso, certamente terá impacto negativo nos dados nacionais do mercado de trabalho.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Equilibrar as contas públicas é um desafio nacional e não apenas do governo federal. Por **Arnaldo Lima**

Vinculação do salário mínimo à Previdência é cláusula pétrea

É elogiável a disposição da ministra do Planejamento, Simone Tebet, em iniciar uma agenda de discussão sobre o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público que reduza a rigidez orçamentária e impeça a trajetória explosiva do gasto obrigatório. Sem reformas estruturantes, qualquer regra fiscal que foque somente nas despesas discricionárias, como o teto dos gastos ou o arcabouço fiscal, terá efetividade limitada para se tornar uma âncora fiscal sustentável e permitir que tenhamos uma taxa de juros real compatível com o nosso desejo de nos tornarmos um país desenvolvido.

Porém, a ministra caiu em uma armadilha ao declarar que está estudando a desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo, o que rememorou a célebre frase de H. L. Mencken: "Para todo problema complexo, existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada". Além de não ser nova, essa proposta teria sérias dificuldades para superar as resistências do próprio Poder Executivo, pois a grande maioria dos servidores da Advocacia Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) entende que a vinculação é cláusula pétrea, ou seja, é um direito constitucional que não pode ser alterado.

Em outras palavras, mesmo que prosperasse a edição de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) com a respectiva aprovação no Congresso Nacional, é muito alta a probabilidade do Supremo Tribunal Federal (STF) derrubá-la por várias razões.

Primeiramente, a corrente majoritária atualmente faz uma leitura mais extensiva da Constituição ao interpretar que as cláusulas pétreas não se restringem aos direitos e garantias individuais mencionados no inciso IV do § 4º do art. 60, mas também englobam alguns direitos sociais. Em breve resumo, o §2º do art. 201 da Carta Magna é considerado um direito individual ao determinar que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado tenha valor mensal inferior ao salário mínimo.

Nesse contexto, tanto o benefício previdenciário quanto o seguro-desemprego são considerados substitutivos da renda do trabalho e não podem ter valores menores do que o piso salarial. Contudo, a interpretação para alterar as regras de elegibilidade e valores dos benefícios do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pode não ser tão restritiva assim, pois tal programa assistencial não tem qualquer vinculação com a renda do trabalho, da mesma forma que o Bolsa Família também não tem e cujo benefício sempre foi menor do que o salário mínimo.

Por sua vez, o art. 7º, inciso IV, garante aos trabalhadores urbanos e rurais o direito ao "salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social". Tal dispositivo constitucional, ao dizer que o trabalhador deve auferir renda suficiente para custear as suas despesas e de sua família, fomenta um debate apaixonado sobre a distinção entre renda mínima do trabalho e renda básica universal, que ainda está longe de ser pacificado no Judiciário e pode ser um grande risco fiscal, caso o debate não seja bem conduzido.

JORGE WILLIAM/AGÊNCIA O GLOBO



Se o salário mínimo estivesse acima do mínimo existencial, o cenário para o debate público poderia ser outro, o que levaria a uma discussão sobre análise econômica do direito, que está longe de ser a corrente majoritária do STF neste momento. É muito provável que, caso a PEC fosse judicializada, a discussão girasse em torno do cálculo do salário mínimo ideal para fazer frente às necessidades vitais do trabalhador e de sua família, que são mais amplas do que seu o gasto individual com alimentação.

Ou seja, em que pese 1 salário mínimo ter o valor equivalente a mais de 1,8 cesta básica, o piso necessário para custear todos os direitos elencados no art. 7º do trabalhador e de seus familiares deveria ser 4,9 vezes maior do que o atual, segundo o cálculo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Diesee).

Uma argumentação econômica importante sobre o impacto do salário mínimo na previdência é que aumentos reais referem-se a ganhos de produtividade do trabalho; portanto, não deveriam ser estendidos aos inativos. Essa lógica é interessante e traz enfoque sobre a separação do salário-base trabalhista e benefício-base previdenciário, sendo que, se nada for feito, implicará no pagamento de benefícios médios cada vez mais próximos do mínimo, o que já é uma realidade do INSS, haja vista que 64% das concessões de benefícios já são vinculadas a 1 salário mínimo.

Contudo, a réplica dessa lógica no Judiciário seria peremptória: se a questão fiscal e econômica são os principais argumentos, por que não rever a política de valorização do salário mínimo primeiro antes de propor uma mudança mais drástica? Como sempre digo, fazer o básico do debate público pode ser revolucionário.

Qualquer reforma fiscal que estabilize a dívida passa por aperfeiçoamentos contínuos da legislação previdenciária, sendo que o desafio de equilibrar as contas públicas é um desafio nacional e não apenas do governo federal. Enquanto a despesa do INSS foi de 8,3% do PIB em 2023, a despesa total da previdência alcançou 14,5% do PIB, quando se inclui servidores públicos civis e militares da União, dos Estados, do DF e dos municípios. Em resumo, o gasto nacional da previdência é equivalente ao gasto de países que têm uma população idosa cerca de 3 vezes maior do que a nossa, como Grécia, Portugal e França, por exemplo.

É imprescindível, portanto, que o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) do Ministério do Planejamento, em conjunto com o Ministério da Fazenda, proponha medidas de incentivos para que os entes subnacionais também aprovem reformas previdenciárias compatíveis com a aprovada pelo governo federal em 2019, assim como também avance em propostas para regulamentar a cobertura de benefícios não programados, inclusive os decorrentes de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo INSS e pelo setor privado, bem como medidas para aperfeiçoar o BPC e evitar a redução das alíquotas previdenciárias dos municípios. Não é uma agenda simples, mas para pensarmos grande, precisamos dar um passo de cada vez e evitarmos ruídos desnecessários que comprometam a construção de uma agenda estruturante.

Arnaldo Lima é economista e relações institucionais da Polo Capital. Participou da elaboração de reformas previdenciárias e foi um dos criadores do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP).

De novo uma crise anunciada?

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli



Em 2016 publicamos o livro "Crônicas de uma Crise Anunciada", que reunia artigos publicados neste espaço desde 2010. No longínquo 2010 o Brasil vivia uma euforia, pois havia ultrapassado a crise do subprime sem maiores solavancos, a economia crescia, a inflação estava sob controle, e o país conquistara o investment grade. A ponto de Lula eleger uma ilustre desconhecida. Entretanto, já naquele ano — e como parece ser o caso no atual momento —, os sinais de desequilíbrios eram claros para nós que, mensalmente, exercíamos um pessimismo algo construtivo, apontando os erros e sugerindo alternativas.

Com o tempo, os erros foram aumentando e as alternativas ficando mais limitadas. Analistas com formação razoável em economia ou negócios podiam perceber que o modelo escolhido por Lula e aprofundado por Dilma não funcionava, e que o país caminhava para uma série crise futura.

O governo, entretanto, dobrou a aposta com a Nova Matriz Econômica. Combinou uma arrojada política industrial, isenções tributárias distribuídas a esmo e programas sociais sobrepostos — e mesmo perdulários, como o Ciências sem Fronteiras. O resultado foram enormes déficits fiscais e dívida galopante. Sob pressão, o Banco Central submeteu-se aos desejos do Executivo, mantendo taxas de juros incompatíveis com a meta de inflação e intervindo crescentemente no câmbio, em um ambiente sob pressão de demanda.

Muito antes do impeachment de Dilma os sinais da crise já não eram mais sutis. O país acabou reexperimentando inflação de dois dígitos, bem como a pior recessão desde 1929. Uma crise não gerada por eventos ou colapsos externos, mas por escolhas domésticas para lá de equivocadas.

Ninguém aqui é profeta nem pessimista profissional, mas atualmente os sinais na economia não são nada alvissareiros. Está em curso a repetição do que se viu no período de 2008 a 2015, de modo que podemos quase que transplantar artigos daquele período para os dias de hoje. Em fevereiro de 2014, por exemplo, nosso artigo "Ignorando acertos e repetindo erros" descrevia bem aspectos chaves da política atual. Em outubro de 2015, o artigo "Sabotando o ajuste" relatava o que também se observa hoje no comportamento de vastos setores do Executivo e Legislativo. E, finalmente, o artigo de julho de 2015, "Sem motivos para otimismo" espelha bem nosso humor neste momento.

A capacidade de o governo atual adotar políticas que não deram certo no passado é quase que ilimitada

A capacidade de o governo atual adotar políticas que não deram certo no passado é quase que ilimitada. O país saiu de um superávit primário para um déficit primário de 1,6% do PIB em menos de dois anos. O arcabouço fiscal do ministro Haddad reintroduziu a vinculação de despesas, o que não só expandirá gastos automaticamente como diminuirá o espaço para investimento e gastos discricionários. A reindexação do salário mínimo ao crescimento nominal do PIB amplia o impacto das vinculações. Consequentemente, a dívida pública deverá aumentar 10 pontos percentuais durante o atual mandato presidencial.

Baseado em elevação de receitas para fazer frente ao agressivo aumento dos gastos, o arcabouço já parece letra morta. O quadro acima aumenta as incertezas sobre a trajetória da inflação e a capacidade do governo de honrar seus compromissos financeiros. Isto se reflete no aumento dos juros reais incidentes sobre os títulos públicos de longo prazo.

O programa Nova Indústria Brasil, uma política industrial cujos detalhes não foram ainda de todo anunciados, de nova não tem nada, bastando ver a animação dos lobbies patronais por ela gerada. De certo apenas os subsídios a setores escolhidos, metas frouxas e muita proteção comercial. Serão reeditados o baixo embasamento sobre seus princípios, desenhos equivocados e uma governança ruim. A fracassada Nova Matriz Econômica, que seguiu essas linhas, não legou novos setores dinâmicos, nem expansão do produto industrial e muito menos aumento dos investimentos. E, novamente, um governo de esquerda transfere fundos públicos a grupos privilegiados, algo que por ser recorrente não surpreende, mas sempre espanta.

A intervenção nas estatais está de volta, sendo o caso mais notório o da Petrobras. Nos governos passados, a empresa foi utilizada agressivamente como instrumento de política econômica. Isto levou a investimentos bilionários de retorno duvidoso, controle dos preços dos combustíveis com custos altíssimos para empresa e um endividamento recorde que só não quebrou a empresa por ela ser estatal. A recente mudança de comando indica que o passado ruim tem tudo para ser repetido. Se forem realmente reintroduzidas das políticas de conteúdo nacional em suas compras, o desastre — e talvez a farra não republicana que Toffoli acaba de declarar inexistente — estará completo.

Não necessariamente os desajustes atuais desaguarão em uma crise colossal como a gestada no governo Dilma Rousseff. A tendência pode ser a continuidade da mediocridade seguida desde 1980. Um remendo aqui e outro remendo ali, aumento de arrecadação e do endividamento, corte de investimentos, acompanhado por juros elevados. E baixíssimo crescimento. Torcemos para estarmos errados, mas o Brasil, infelizmente, tem dado razão aos pessimistas.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento.
Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

Frase do dia

"Nossos irmãos da Guiana estão chupando de canudinho as riquezas do Brasil, estão explorando na divisa".

Do ministro Alexandre Silveira, ao defender que seja aprovada a exploração de petróleo na Margem Equatorial

Cartas de Leitores

Dinheiro público

O serviço público brasileiro abocanha 36% do PIB. Em termos percentuais, gastamos mais do que diversos países desenvolvidos, para a manutenção dessa ineficiente estrutura governamental. Elevadíssimos salários e vultosos adicionais garantem luxuosa vida para poucas autoridades. A apatia dos representantes eleitos pelo povo é perversa, diante de tanta pobreza e fome no nosso país. Parece até que nada é tão importante como as eleições, que acontecem a cada dois anos, espalhando recursos dos cofres públicos em campanhas milionárias. Promessas enunciadas nesse macabro período de eleições, confundindo os menos favorecidos, nunca serão bem sucedidas. Os trágicos acontecimentos no RS aclaram o real desinteresse público com o povo.
José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Direito das comunicações

Sabe-se que não há um direito, mas vários, interligados num sistema de princípios que se voltam para o valor da ética e do justo. O direito civil, espinha dorsal, formou-se sob as lentes dos grandes juristas do passado, no ritmo correspondente à lentidão de nossas mudanças sociais e conquistas arrastadas da ciência. A cibernética, o avanço estonteante das comunicações e suas deturpações inevitáveis, principalmente no terreno eleitoral, o modo pelo qual um grupo dentro de uma grande sociedade conquista o poder de geri-la, levou a ministra Carmem Lúcia a clamar por um ramo novo, o direito regulador das comunicações, que em nada as contamina sob o aspecto da liberdade de expressão.

Contudo, é imprescindível que, no plano internacional, englobando as contribuições nacionais em seus potenciais máximos, sob a velocidade possível capaz de acompanhar as transformações quase que instantâneas, um ramo de normas lógicas e organizadas de acordo com os princípios jurídicos já sedimentados nas Constituições e leis, venha para a nova ordem e, sobretudo, iniba "fake news" e os excessos da IA que nos levarão, talvez no "eterno retorno", ao mundo ilusório das cavernas platônicas.
Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

Vinculação de despesas

A discussão sobre a vinculação de despesas com educação e saúde e a sua relação com a falta de investimentos públicos não está abrangendo as vinculações que beneficiam o rentismo improdutivo. Por exemplo, os valores que a União recebe a título de participações e dividendos das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta — que inclui a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa — bem como os valores das prestações recebidas pela União por conta da dívida dos Estados, não são destinados a investimentos públicos, mas exclusivamente para o pagamento da intocável dívida pública federal.
João Pedro Casarotto
jpcasarotto@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Grupo visa legado que impacte positivamente a sociedade. Por **Dan Ioschpe e Constanza Negri**

Os pilares do B20 para o Brasil e o mundo



Pela primeira vez, o Brasil assumiu a presidência do B20, fórum global formado pelo setor privado e que acompanha o G20, grupo que reúne os principais países do mundo e que concentra mais de 90% do PIB mundial.

Nossa responsabilidade à frente do B20 é propor recomendações que impactem positivamente as economias e sociedades. Concentraremos nossos esforços em propostas relevantes, concretas e escaláveis, visando deixar um legado significativo e que acelere o desenvolvimento socioeconômico, especialmente no chamado Sul Global.

O B20, formado por mais de 1.200 representantes da comunidade empresarial dos países do G20, vai elaborar recomendações que conversem com as prioridades do G20 e do setor privado. Temos sete forças-tarefas temáticas e um conselho de ação, atuando nas frentes de Comércio e Investimento; Emprego e Educação; Transição Energética e Clima; Integridade e Conformidade; Transformação Digital; Finanças e Infraestruturas; Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura; e Mulheres, Diversidade e Inclusão nos negócios.

Esses grupos de trabalho são liderados por oito líderes empresariais brasileiros e coliderado por mais de 60 líderes empresariais de outros países do G20. Essas lideranças trazem amplas perspectivas de diferentes setores econômicos e estão comprometidas em contribuir para o sucesso do B20 Brasil. Para maximizar nossa eficiência, cada um dos oito grupos de trabalho irá focar em três recomendações que serão concluídas até o fim de julho, quando faremos a apresentação formal das nossas propostas para os líderes do G20 e para a sociedade.

O trabalho do B20 Brasil é orientado por cinco eixos estratégicos que desenvolvem o nosso lema "Crescimento Inclusivo para um Futuro Sustentável". Tais eixos, estão conectados às três grandes prioridades do G20 e vão nos ajudar a trazer as recomendações necessárias para que avancemos em temas relevantes como a transição energética e o processo de descarbonização, transição digital, o combate à fome, pobreza e as desigualdades, entre outros.



Setor privado tem um papel vital na adoção de estratégias de impacto social e econômico e na construção de um futuro de prosperidade compartilhada, atuando não só como promotor, mas como agente de mudanças práticas para alcançar esses objetivos

Os pilares do B20:

Promover o crescimento inclusivo e combater a fome, a pobreza e as desigualdades. Vivemos em um mundo onde 61% da população não têm acesso a cuidados básicos de saúde nem a uma dieta adequada. O crescimento inclusivo deve ser adotado como modelo essencial para enfrentar esses desafios, garantindo que a prosperidade seja compartilhada por todos, promovendo um futuro mais justo e equitativo. Vamos elaborar recomendações que possam impulsionar o desenvolvimento social e econômico e com isso reduzir as disparidades no acesso a oportunidades e recursos com impacto positivo no bem-estar das pessoas.

Aumentar a produtividade por meio da inovação. Mais de 95% das residências na Europa têm acesso à internet. Quando olhamos para a África, esse número é de apenas 7%. Uma das ferramentas mais potentes na luta contra a pobreza e a desigualdade é a inovação. A tecnologia pode ser usada como vetor de aumento de produtividade, e de geração de novas oportunidades para o empreendedorismo. Desde avanços na agricultura que aumentam o rendimento das colheitas até inovações nos cuidados de saúde que melhoram o acesso a serviços essenciais. A inovação é a chave para a criação de um mundo mais equitativo e próspero.

Governos, empresas e sociedade civil devem colaborar para fomentar pesquisa e inovação, cultivando uma cultura que distribua igualmente os frutos do avanço tecnológico. Investindo em educação, habilidades e infraestruturas, os países podem capacitar indivíduos, empresas e comunidades a prosperar na economia da inovação, promovendo um crescimento sustentável e diminuindo disparidades.

Promover a resiliência das cadeias de valor globais. A pandemia que enfrentamos no início de 2020 e os conflitos mundiais destacaram as fragilidades das cadeias produtivas globais, mostrando os riscos de uma diversificação limitada. Para fomentar o crescimento inclusivo e a resiliência, é vital reformular os modelos produtivos, incentivando a colaboração entre partes interessadas, fortalecendo a produção local, adotando políticas comerciais que beneficiem todas as economias. Diversificar fontes de abastecimento, investir em tecnologia digital, aprimorar logística e infraestruturas e tornar as cadeias mais sustentáveis podem minimizar riscos e estabilizar cadeias de valor.

Promover uma transição justa para zerar as emissões líquidas de gases do efeito estufa. Se as emissões não diminuírem, ultrapassaremos o limite de aumento de 1,5°C na temperatura global. Em 2022, desastres naturais e mudanças climáticas causaram perdas de US$ 300 bilhões. No Brasil, estamos vivenciando um grande exemplo disso com a recente enchente do Rio Grande do Sul, que resultou em vítimas fatais, além de destruir casas, desabrigando milhares de pessoas, sem falar das perdas industriais, agrícolas e de infraestrutura, que devem gerar prejuízos muito significativos.

É urgente desenvolver ações para mitigar as mudanças climáticas e acelerar a transição para uma economia neutra em carbono. Precisamos de ações climáticas ambiciosas e políticas para proteger trabalhadores, apoiar comunidades dependentes de combustíveis fósseis e promover empregos verdes. Ao investir em energias renováveis, em projetos de infraestrutura sustentável e adaptação às mudanças do clima, e soluções baseadas na natureza, os países podem criar caminhos para a prosperidade. Precisamos criar instrumentos para mobilizar de forma mais eficiente e ampla o capital público e privado, visando financiar a transição nas regiões que mais precisam.

Fortalecer o capital humano. Investir no desenvolvimento e bem-estar humano é crucial para fomentar o crescimento inclusivo e combater pobreza e desigualdade. Educação, saúde e proteção social são fundamentais para desenvolver o capital humano, permitindo que indivíduos atinjam seu potencial e contribuam para o progresso econômico e social. Ao assegurar acesso a serviços educacionais e de saúde de qualidade, os países podem cultivar uma força de trabalho qualificada e adaptável, essencial para impulsionar inovação, crescimento econômico e resiliência. Isso ajuda a romper o ciclo da pobreza e aumentar a mobilidade social.

Adotando estratégias de impacto social e econômico que integrem inovação, resiliência e desenvolvimento humano, a comunidade global pode construir um futuro de prosperidade compartilhada. E para tornar isso possível, o setor privado tem um papel vital, atuando não só como promotor, mas como agente de mudanças práticas para alcançar esses objetivos. Empresas globais, com sua agilidade e recursos, são cruciais na implementação de soluções sustentáveis que beneficiam a sociedade como um todo.

O B20 é uma oportunidade para amplificar todos esses esforços, promovendo a colaboração entre empresários.

Dan Ioschpe e Constanza Negri são, respectivamente, chair e sherpa do B20.

INÊS 249

Ambiente Diretor da Agência Internacional de Energia defende maior cooperação internacional

Crise climática demanda financiamento e tecnologia , diz Fatih Birol



Daniela Chiaretti
De São Paulo

A transição para a energia limpa está acontecendo, e rápido —mas nos países ricos e na China. Nos emergentes e no mundo em desenvolvimento, os investimentos estão estáveis, na média. "Para enfrentarmos a crise climática, precisamos de tecnologia e de financiamento. Mas, além disso, a coisa mais importante de que precisamos é de cooperação internacional", destaca o economista turco Fatih Birol, diretor-executivo da Agência Internacional de Energia (AIE). "O Brasil pode estabelecer pontes entre os países em questões críticas de mudança climática, abordando a pobreza energética no mundo em desenvolvimento. Se não for o Brasil, ninguém poderá fazer isso", diz ele.

Birol dirige a AIE desde 2015. Virá ao Brasil em novembro, para a cúpula do G20, no Rio de Janeiro. "Esta é uma chance de ouro para o mundo promover a cooperação internacional na área de energia e mudança climática e construir pontes, porque nosso mundo hoje é muito fragmentado", continua. "Há muitos desafios, mas espero que o Brasil possa isolar as questões energéticas e climáticas das tensões geopolíticas em curso no mundo e trazer alguns resultados concretos para o benefício de todos. Com força diplomática acho que isso pode acontecer", confia.

Birol tem outra expectativa em relação ao G20 durante a presidência brasileira. Diz que mais da metade da energia renovável produzida no mundo vem da bioenergia — os outros 50% são de fontes diversas como eólica, solar, geotérmica e hidrelétricas. "Bioenergia é uma das mais importantes fontes de energia renovável e não recebe a atenção que merece. Espero que, durante o G20, se consiga conscientizar o mundo disso."

Sobre a COP28, a conferência de clima da ONU realizada em Dubai, em 2023, diz que metas de energia foram acordadas, como triplicar a capacidade global de renováveis e duplicar a eficiência energética, ambas até 2030. "Mas um elemento fundamental ficou faltando: uma meta global de armazenamento para renováveis."

Em setembro, Birol publicou um artigo no "Financial Times" antecipando dados do relatório sobre energia da AIE, o World Energy Outlook 2023, dizendo que a demanda por combustíveis fósseis no mundo vai atingir o pico antes de 2030. Seria o começo do fim do uso de carvão, petróleo e gás. "Sem reduzir a participação dos combustíveis fósseis no mix de energia global, não temos nenhuma chance de reduzir os impactos catastróficos da mudança climática", lembrou novamente.

"As trágicas enchentes no Brasil também nos lembram que, além dos esforços de mitigação, também devemos colocar a adaptação como um tópico fundamental na agenda da COP29 [no Azerbaijão, em novembro] e na do G20. Essas trágicas enchentes são um lembrete importante a todos nós."

Birol concedeu a entrevista ao **Valor** dias depois do evento que promoveu em Paris, com mais de mil delegados de 60 países, para resolver um problema que é a segunda causa de morte prematura de mulheres e crianças na África subsaariana — formas precárias de cozinhar alimentos, sem fogões e com uso de carvão, madeira, resíduos agrícolas e esterco de animais. Mais de 1 bilhão de africanos sofrem os impactos da falta de acesso a fogões limpos. A carência, além da questão de saúde pública, emite toneladas de gases-estufa.

Encontrar soluções para a falta de fogões adequados tornou-se uma luta pessoal de Fatih Birol, que fala da precariedade em todos os fóruns internacionais a que vai. Seriam necessários US$ 4 bilhões ao ano em investimentos até 2030 para sanar a questão, diz a AIE. O mundo gasta US$ 7 trilhões ao ano em subsídios a combustíveis fósseis, segundo o FMI.

No evento em Paris, países e empresas prometeram US$ 2,2 bilhões à causa. "Foi histórico", celebrou Birol, que quer ampliar o número de governos e empresas apoiando o desafio. A seguir, trechos da entrevista:

Valor: *O sr. virá ao G20? O que poderia ser um bom resultado para o G20 sob a presidência brasileira?*

Fatih Birol: Irei, com certeza. Bem, quando olho para os números mundiais vejo que a transição para a energia limpa está acontecendo rapidamente e mais rápido do que muitas pessoas imaginam. Mas a maior parte dos investimentos em energia limpa, o crescimento e o aumento dos investimentos estão acontecendo nos países ricos e na China. Nos países emergentes e em desenvolvimento, os investimentos em energia limpa estão mais ou menos estáveis, não aumentam muito.

Valor: *Quais as suas expectativas para o G20?*

Birol: Tenho três. A primeira expectativa em relação ao Brasil é ajudar os países emergentes e em desenvolvimento a financiar a transição para a energia limpa. Há um papel muito forte e muito importante aqui que as economias avançadas, o Banco Mundial e outros priorizem isso.

Valor: *Qual o segundo ponto?*

Birol: Em segundo lugar, a bioenergia, uma das mais importantes fontes de energia renovável, não recebe a atenção que merece. Espero que, durante o G20, se consiga conscientizar o mundo que, hoje em dia, mais da metade da energia renovável produzida no mundo vem da bioenergia. A outra metade vem de fontes de energia solar, eólicas, geotérmica e hidrelétricas. Ou seja, 50% são bioenergia, e 50% vêm de fontes diversas.

Precisamos identificar diferentes setores e maneiras de tornar obrigatório o uso de bioenergia que pode servir no transporte marítimo, para as companhias aéreas e outros setores. Existe consenso científico sobre a sustentabilidade e os benefícios da bioenergia.

Valor: *E o terceiro ponto?*

Birol: A terceira expectativa é que hoje, para enfrentarmos a crise climática, precisamos de tecnologia e de financiamento. Mas, além disso, a coisa mais importante de que precisamos é de cooperação internacional. E o Brasil pode estabelecer pontes entre os países quando se trata de questões críticas de mudança climática, abordando a pobreza energética no mundo em desenvolvimento. Se não for o Brasil, ninguém poderá fazer isso. Esta é uma chance de ouro para o mundo promover a cooperação internacional na área de energia e mudança climática e construir pontes, porque nosso mundo hoje é muito fragmentado. Há muitos desafios, mas espero que o Brasil possa isolar as questões energéticas e climáticas das tensões geopolíticas em curso no mundo e trazer alguns resultados concretos para o benefício de todos. Com força diplomática acho que isso pode acontecer.

Valor: *O que o sr. espera da COP29, em Baku, este ano? Os países estão cumprindo o compromisso de se distanciar dos combustíveis fósseis e investir na transição?*

Birol: A COP29 também é uma cúpula importante. E eu esperaria pelo menos três coisas de Baku. De fato, há alguns dias, o presidente da COP29 esteve aqui [Mukhtar Babayev é o ministro do Meio Ambiente do Azerbaijão, presidente da COP29 e foi presidente da companhia estatal de petróleo e gás por 26 anos] e disse a ele que esperamos que a questão do financiamento seja um tópico importante e que prepare a base para um forte resultado na COP30 em Belém.

Outro ponto é que vários bons objetivos e metas foram comprometidos na COP28, em Dubai, sobre eficiência energética, metano e outros. Mas há um elemento fundamental, que está se tornando cada vez mais importante e não estava lá: quando olhamos para a geração elétrica de energias como solar e eólica, precisamos de uma meta global para a capacidade de armazenamento.

Valor: *O sr. mencionou metano.*

Birol: Exato. É o terceiro ponto. O Azerbaijão está localizado em uma região cercada por países dos quais provém grande parte das emissões globais de metano. Espero que na COP29 possamos apresentar mensagens muito mais fortes e claras sobre as necessidades urgentes de redução das emissões de metano. Ali não se exige uma nova tecnologia, só precisamos que as empresas de petróleo e gás sejam menos gananciosas, invistam mais dinheiro e resolvam esse problema [a emissão, no caso, ocorre em vazamentos na produção e transporte de gás e petróleo]. Está na hora de as empresas de petróleo e gás minimizarem as emissões de metano. O Azerbaijão e os países vizinhos, produtores de petróleo e gás, emitem uma quantidade substancial de metano. Na minha opinião, esse é um tópico fundamental para a COP29.

Valor: *Estamos vivendo uma tragédia no Rio Grande do Sul, com chuvas extremas. As empresas de petróleo e gás deveriam contribuir mais na adaptação? Faz sentido abrir novos poços de petróleo?*

Birol: Temos o problema climático por causa do nível de emissão na atmosfera resultante do uso de carvão, petróleo e gás natural. Sem reduzir a participação dos combustíveis fósseis no mix de energia global, não temos nenhuma chance de reduzir os impactos catastróficos da mudança climática. Isso é muito simples, não há dúvidas. E, globalmente, devemos encontrar maneiras de reduzir o uso de carvão — começando pelo carvão e depois pelo petróleo e gás. Representariam esforços de mitigação muito mais fortes. As trágicas enchentes no Brasil também nos lembram que, além dos esforços de mitigação, também devemos colocar a adaptação como um tópico fundamental na agenda da COP29 e na do G20. Essas trágicas enchentes são um lembrete importante para todos nós.

Valor: *O sr. acaba de promover uma cúpula, em Paris, para resolver a questão do cozimento de alimentos em situação precária em vários países africanos. Como foi?*

Birol: Foi a maior reunião sobre cozimento com energias limpas do mundo. Governos da África disseram que foi histórica. Pudemos anunciar US$ 2,2 bilhões que serão usados para resolver esse problema. Os compromissos vieram de Noruega, França, Dinamarca, Estados Unidos, Reino Unido e Comissão Europeia. Mas também tivemos compromissos das indústrias e do setor de energia limpas. Dez países africanos determinaram como implementar, com a ajuda da AIE, estratégias para promover o cozimento limpo. O presidente Emmanuel Macron disse que vai levar este tópico no G7, na Itália, e no G20 no Brasil. Tenho foco nesta questão há 25 anos e acho que a cúpula foi um ponto de virada. Espero que o presidente Lula também leve o assunto ao G20. É um problema que não exige novas tecnologias nem grandes volumes de dinheiro, só esforço internacional. Para resolver de vez e para sempre.

MANUEL LOPEZ/WORLD ECONOMIC FORUM



Fatih Birol: "O Brasil pode estabelecer pontes entre os países em questões críticas de mudança climática"

> "É uma chance de ouro para o mundo promover a cooperação internacional em energia e mudança climática"

Finanças
Sistema financeiro tem aceleração da concessão de crédito há três meses
C2

Valor B
Terça-feira, 28 de maio de 2024

Empresas

Energia Para nova presidente da estatal, 'conversa' é a palavra-chave para conciliar visões distintas

Petrobras tem de ser rentável e atender a interesses de acionistas, diz Chambriard

Kariny Leal e Fábio Couto
Do Rio

A Petrobras tem que ser uma empresa rentável e atender, ao mesmo tempo, a interesses de acionistas privados e governamentais, disse a presidente da estatal, Magda Chambriard, na segunda-feira (27). Segundo a executiva, na primeira entrevista coletiva após assumir o comando da companhia, o plano é colocar a estatal à disposição dos interesses dos acionistas dentro da lógica empresarial. Para ela, "conversa" é a palavra-chave para conciliar os interesses distintos dos investidores.

Chambriard foi empossada no cargo na sexta-feira (24), após ser eleita pelo conselho de administração da estatal em substituição a Jean Paul Prates, demitido em 14 de maio pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva após meses de "fritura" pública e embates com alas do Planalto.

A presidente da Petrobras afirmou que quando Lula a convidou, pediu a ela que gerisse a empresa com respeito à sociedade. A executiva salientou que o empenho da companhia será o de cumprir as promessas com agilidade e aceleração dos esforços. Afirmou também que a estatal é capaz de garantir retorno para todos os acionistas e que terá que responder às expectativas da sociedade, "entendendo que temos que dar retorno."

"Se der lucro e atender interesses de acionistas públicos e privados, vamos pagar dividendos", disse a presidente, acrescentando que, caso ocorram trocas na diretoria da companhia, elas serão motivadas por ajuste de perfil. Segundo Chambriard, ela ainda "está conhecendo" os atuais titulares das diretorias.

Questionada sobre a segunda metade dos dividendos extraordinários de 2023, cuja destinação a companhia tem até o fim deste ano para definir, Chambriard disse que ainda precisa estudar o assunto: "Assumi na sexta, preciso olhar isso com mais carinho."

> "É indesejável trazer uma instabilidade diária para os preços dos combustíveis"
> *Magda Chambriard*

Outro ponto que considera crucial é a exploração de novas fronteiras de petróleo e gás natural, como a Margem Equatorial e a Bacia de Pelotas. Segundo Chambriard, é preciso tomar cuidado com a reposição de reservas da companhia, uma vez que o pico de produção do pré-sal "é logo ali". O desafio do momento, salientou, é o da garantia da segurança energética, ao mesmo tempo em que é preciso lidar com a transição no setor. "O esforço da empresa tem que ser acelerado", frisou.

Na visão da executiva, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) precisa ser mais esclarecido sobre a necessidade do país e da empresa de perfurar poços na Margem Equatorial. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), vinculado ao MMA, negou a licença ambiental para perfuração de um poço na bacia da Foz do Amazonas e a empresa entrou com recurso, ainda sem decisão.

"Precisamos conversar com o MMA e mostrar que a empresa oferta mais cuidados do que a lei demanda", afirmou. Ela disse ainda que temas como a exploração da Margem Equatorial têm que ser discutidos no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), fórum que a executiva considera como o mais adequado, com arbitragem final pelo presidente da República. A internacionalização da companhia, com busca de áreas em outros países para exploração e produção de petróleo, é uma possibilidade que está na mesa da companhia, mas a executiva frisou que a "prioridade é do território brasileiro."

Ainda segundo Chambriard, os técnicos da empresa vão avaliar e afirmar se a recompra da refinaria de Mataripe é ou não um bom negócio para a estatal. "Refino nos interessa enquanto agregador de valor". A empresa negocia com o Mubadala Capital o reingresso na refinaria, vendida em 2021.

Para a executiva, a petroleira precisa aumentar a "disposição" dos produtos da estatal no mercado. "Temos que garantir uma empresa que tenha perenidade e continue com altas produções", acrescentou. Ela defendeu a atual política de preços de combustíveis da companhia e disse que a empresa vai seguir com a ideia de "abrasileirar" os preços. "É indesejável trazer uma instabilidade diária para preços de combustíveis."

Sobre o caso do contrato entre a companhia e a petroquímica Unigel, Chambriard ressaltou que o caso está sendo estudado e que a estatal vai responder a eventuais dúvidas que o Tribunal de Contas da União (TCU) tenha sobre o tema. "Não vou passar por cima de uma instituição respeitada como o TCU", disse, frisando que "ninguém aqui quer rasgar dinheiro e a empresa seguirá com o contrato com a Unigel caso dê lucro."

"Precisamos explicar para órgãos de controle que fertilizantes são um bom negócio", disse a executiva, que afirmou ainda que a empresa não poder ter "um compliance exagerado" que imponha imobilismo à estatal e que a companhia vai discutir projetos e tempestividade de cada um deles.

A Unigel arrendou, no fim de 2019, duas fábricas de fertilizantes da estatal, em Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE), hibernadas porque a operação delas era deficitária. A petroquímica retomou a produção nas duas unidades, mas suspendeu novamente as atividades no ano passado, alegando queda de preços da ureia no mercado internacional, não acompanhada pelo custo do gás natural, inviabilizando a atividade.

Em dezembro, as empresas firmaram contrato de "tolling" — acordo de industrialização sob encomenda —, com pagamento de R$ 759,2 milhões à Unigel pela prestação de serviços de industrialização, armazenagem, expedição e pós-venda de ureia, amônia e Arla (usado para reduzir emissões de veículos a diesel).

LEO PINHEIRO/VALOR



Magda Chambriard: Presidente Lula me convidou com a encomenda de gerir a empresa com respeito à sociedade

Destaques

Investimento da Stellantis

A direção da Stellantis concluiu ontem o detalhamento do seu próximo ciclo de investimentos no país ao anunciar R$ 3 bilhões para a fábrica de Porto Real (RJ). Os recursos serão aplicados na produção de um novo modelo. A montadora já havia detalhado o destino do investimento total, de R$ 30 bilhões, entre 2025 e 2030, sendo R$ 13 bilhões ao polo industrial de Goiana, em Pernambuco. A maior parte, R$ 14 bilhões, irá para Betim (MG), onde, além da fábrica de veículos, o grupo mantém a produção de motores e o centro de engenharia e de desenvolvimento de produto. Grande parte do investimento da companhia será no desenvolvimento de motores híbridos que poderão ser abastecidos com etanol.

Unilever Prestige cresce

A demanda por marcas de cosméticos topo de linha da Unilever cresceu, apesar da crise do custo de vida, em contraste com seus negócios nas áreas de alimentos, sabonetes e detergentes. A afirmação é de Vasiliki Petrou, chefe da divisão de produtos de beleza premium do grupo. A companhia pretende reverter anos de desempenhos desapontadores, concentrando-se nas principais marcas e eliminando divisões de margens mais baixas, como as de sorvetes e produtos de higiene pessoal pouco apreciados. A divisão Prestige apresentou 13 trimestres seguidos de crescimento de dois dígitos nas vendas até o primeiro trimestre deste ano, e seu faturamento em 2023 foi de 1,4 bilhão, comparado a 700 milhões em 2020.

Light já tem quórum

A Light já tem quórum suficiente para aprovar o plano de recuperação judicial na assembleia de credores que será retomada na quarta-feira (29) e acredita que terá o apoio de ampla maioria, apurou o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**. A assembleia foi suspensa a pedido dos credores em 25 de abril, para poderem avaliar melhor o novo plano. A companhia já tem o apoio dos debenturistas que somam R$ 5 bilhões do total da dívida de R$ 11 bilhões, e também fechou acordo com os bancos (Itaú, Santander, Citi e Bradesco), que detêm cerca de R$ 800 milhões da dívida. Os debenturistas estão aprovando a proposta do plano apresentado pela empresa em assembleias que estão acontecendo nesta semana. A expectativa é que a maioria aceite.

INÊS 249

Saneamento Governo e investidores ainda discutem formato; prospecto inicial deve sair no fim de junho para oferta ser realizada em julho

Interessados em Sabesp pedem ajustes na privatização

Taís Hirata e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Investidores interessados na privatização da Sabesp têm negociado com o governo de São Paulo algumas mudanças no formato final da desestatização, que ainda está em discussão, segundo apurou o **Valor**. Um dos pleitos é ampliar o poder de controle do acionista de referência, que terá 15% das ações e um terço do conselho de administração.

Um dos pontos questionados e que está na mesa é o limite de voto, que ficou estabelecido em 30%. A discussão no momento, ainda segundo interlocutores, seria ampliar para 35%, o que representa a participação conjunta do acionista de referência e do Estado. Até aqui, contudo, uma decisão ainda não foi tomada.

Pessoas envolvidas nas conversas, que pediram anonimato, afirmam que nas próximas duas semanas deverá haver rodadas de negociação, em que poderão ser feitos ajustes. Parte das definições deverá ser discutida na próxima reunião do CDPED (Conselho Diretor do Programa de Desestatização), prevista para a próxima segunda-feira (3). A expectativa é que o prospecto preliminar da oferta pública de ações saia no fim de junho, e que a oferta em si aconteça em julho, após o período de "roadshow", que são as conversas formais com investidores.

Outra demanda de grupos interessados já foi atendida pelo Estado: a derrubada da cláusula de não competição, que na prática poderia impedir que os acionistas estratégicos disputassem novas concessões pelo país, segundo fontes envolvidas no processo, que pediram anonimato.

A regra atrapalhava operadores de água e esgoto que já têm plataformas no país — é o caso sobretudo da Aegea, hoje a maior empresa privada do setor no Brasil, embora a Equatorial, outra grande candidata na disputa, também tenha um ativo de saneamento no Amapá.

Segundo fontes, os responsáveis pela estruturação reconheceram que a regra restringia a competição no mercado. A ideia é substituir a cláusula por uma outra regra para tentar evitar conflitos de interesse. Pela nova norma, se surgir alguma oportunidade de concessão pelo país, o sócio estratégico terá de avisar a companhia sobre seu interesse, e a Sabesp por sua vez terá de decidir se também irá disputar o ativo ou não — e, em caso positivo, se irá concorrer em parceria com seu sócio de referência ou, eventualmente, contra ele. Uma das fontes explica que a partir do momento em que o acionista comunicar seu interesse na oportunidade, ficaria impedido de participar de qualquer decisão sobre o tema.

> Um dos pleitos já acatados é a substituição da cláusula de não competição

Também estão em negociação outros pontos do acordo de acionistas que valerá a partir da privatização. O Estado deverá continuar com uma participação relevante, de cerca de 20% do capital da Sabesp. Para os interessados em se tornar sócio de referência, é importante ter garantias de que o Estado estará alinhado ao acionista privado nas decisões, dizem fontes. Com isso, o acerto é de que haverá algum tipo de penalização ao governo em caso de descumprimento desse acordo.

Para grupos financeiros interessados em compor os consórcios dos sócios de referência, há também um pleito para ampliar a possibilidade de compra de ações sem que o grupo sofra as travas do "poison pill" (criadas para impedir que um sócio se torne majoritário). A avaliação é que os limites dificultam, por exemplo, que fundos de ações das gestoras invistam na Sabesp, mesmo fora do bloco de controle.

Outro ponto que ainda precisa ser fechado é o modelo da oferta subsequente de ações ("follow-on", em inglês), que terá um mecanismo inovador: o processo será feito em duas etapas. Na primeira, serão selecionados dois acionistas de referência que oferecerem o maior preço por 15% da empresa. Na segunda etapa, serão formados dois "bookbuildings" (processo de coleta das intenções dos investidores no mercado) junto aos demais interessados em ser acionistas minoritários da empresa. Vencerá o sócio de referência que formar o "bookbuilding" mais vantajoso.

Após o anúncio do modelo, as regras foram alvo de críticas no mercado, que apontam fragilidades no critério e um risco de o acionista que oferecer o menor preço sair vencedor. O governo tem dito que vai manter o modelo e reiterado que o formato não vai permitir que vença a pior proposta para o Estado, embora assessores próximos sejam menos enfáticos sobre a impossibilidade de mudanças, diz uma fonte.

Um pleito adicional do setor privado é o aumento do prazo para a apresentação das garantias dos bancos, que comprova que os candidatos a sócio de referência têm os recursos necessários. Hoje a previsão é que a garantia seja entregue um mês antes da oferta, período considerado muito apertado, afirma uma fonte do mercado. Como a previsão é de oferta em meados de julho, a garantia teria que ser apresentada em duas semanas. Porém, diz ela, as regras do "follow-on" nem sequer estão fechadas e, sem o prospecto publicado, os bancos não vão formalizar as garantias.

No mercado, a perspectiva hoje é de que a competição pelo posto de acionista de referência será baixa. Os dois principais grupos no páreo são a Equatorial (que tem como sócios os fundos Squadra, o Opportunity e o Canada Pension Plan) e a Aegea, que está compondo um consórcio que poderá incluir seus acionistas (Equipav, GIC e Itaúsa), parceiros em outros projetos (Perfin e Kinea) e, eventualmente, outros sócios.

Fontes também avaliam que pode haver um terceiro competidor, como a francesa Veolia, a gestora IG4 Capital — que formou uma joint venture com a Water Asset Management e contratou a XP para tentar atrair outros investidores ao grupo — ou até mesmo a Cosan, que tem dito que não deve disputar. Eventuais novos interessados tampouco são descartados — recentemente o Mubadala chegou a pedir informações, mas já decidiu não seguir adiante, segundo fontes.

Procurada, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do governo paulista afirmou que os "detalhes da oferta ainda estão sendo definidos, e a decisão formal será fechada em reunião do conselho do PPI [Programa de Parcerias de Investimentos]." Equatorial, Veolia, Aegea, IG4 Capital, Cosan e Mubadala não se manifestaram.

Entenda a oferta

Governo de SP planeja fazer privatização em duas fases

Como será a gestão da Sabesp após a privatização?

A empresa não terá um só controlador, mas o Estado planeja trazer um acionista de referência, que terá 15% das ações e uma participação relevante no controle. O objetivo é trazer um sócio privado com capacidade de promover as transformações necessárias na gestão. O novo conselho de administração terá 9 membros: 3 indicados pelo sócio de referência, 3 pelo Estado (que manterá uma participação relevante) e 3 independentes

Como será feita a oferta de privatização da Sabesp?

Por meio de uma oferta subsequente pública de ações ("follow-on") na Bolsa.A oferta será feita em duas etapas. Na primeira, serão selecionados os 2 candidatos a acionista de referência que oferecerem o maior preço. Na segunda fase, o mercado irá selecionar o vencedor entre os dois: serão abertos dois "livros" para registrar o volume de interessados para cada sócio. Vencerá o "livro" mais vantajoso.

Veja abaixo como será o processo de escolha do acionista de referência da Sabesp e os possíveis questionamentos

Fase 1 - Cada investidor apresenta sua oferta de preço por ação

Investidores
A — Preço A
B — Preço B
C — Preço C

Vencem os 2 investidores que apresentarem os maiores preços, que se classificam para a Fase 2

A C

Fase 2 - Na fase 2, abre-se um "livro" para cada investidor; os interessados em comprar as demais ações da Sabesp terão que manifestar se há interesse e quanto gostariam de comprar em cada um dos "livros"

A
C

Governo deverá definir um piso de demanda e, se alguns dos livros não atingir o volume mínimo, poderá perder a disputa

Demanda mínima =

Brookfield contrata bancos para negociar BRK Ambiental

Mônica Scaramuzzo, Fernanda Guimarães e Taís Hirata
De São Paulo

A Brookfield contratou bancos para avaliar alternativas para sua saída da BRK Ambiental, um investimento já maduro na carteira da gestora canadense, apurou o **Valor**. Há várias possibilidades na mesa, entre elas, a venda de fatia na holding, que pode incluir o controle, ou se desfazer de participações de três operações, segundo fontes, que pediram anonimato.

Para se ter uma ideia de quanto o negócio pode movimentar, em 2022 o FI-FGTS registrava a companhia de saneamento em seu balanço com valor de R$ 10 bilhões. Naquele momento se estudava uma oferta pública inicial de ações que não avançou.

Para assessorar na operação foram contratados o BTG Pactual, Itaú BBA e Santander, bancos próximos da gestora. As vendas de fatia seriam nas operações de Macaé (RJ), São Paulo e Cachoeiro (ES).

Sem conseguir levar adiante os planos de oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), a Brookfield passou a buscar alternativas para levantar capital na empresa de saneamento. Ainda segundo interlocutores, o processo ainda está no início e a Brookfield não tem pressa.

Uma das fontes afirmou que apesar do mercado estar fechado para aberturas de capital no momento, o setor de saneamento tem atraído forte interesse dos investidores, em parte por conta do processo de privatização da Sabesp, mas também pela agenda do setor, o que inclui concessões e investimentos pesados nos próximos anos. "A BRK pode ser um canal para se posicionar no setor", disse.

A empresa passou por uma reestruturação no ano passado — até então, a discussão para a venda não estava ativa. Com a reestruturação encaminhada, a gestora canadense voltou a buscar alternativas no mercado para levantar capital.

Em 2022, a BRK Ambiental chegou a ensaiar, em duas oportunidades, uma oferta pública inicial de ações, mas o plano foi suspenso. A operação tinha o objetivo de levantar capital ao negócio, mas a Brookfield já admitia que poderia abrir caminho para sua saída do ativo, que é considerado um investimento maduro.

A canadense entrou na empresa em 2017, ao comprar a fatia de 70% na então chamada Odebrecht Ambiental — os outros 30% permanecem com o FI-FGTS.

> **70%** é a participação do fundo na companhia

O obstáculo central do IPO foi a precificação, dado o momento que estava desfavorável do mercado. Para a oferta sair, o valor dos papéis não poderia ficar abaixo do preço registrado pelo FI-FGTS em seu balanço. O fundo avaliava em 2022 que a BRK, como um todo, valia em torno de R$ 10 bilhões — preço que dificilmente seria atingido na oferta.

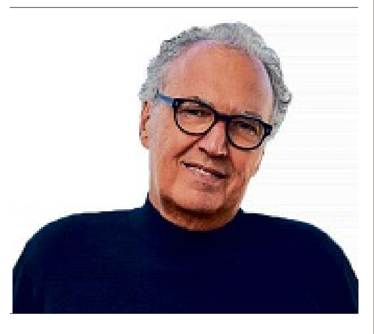
Um dos grandes desafios da BRK é sua alavancagem financeira elevada. O indicador, medido pela relação entre dívida líquida e Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês), encerrou o primeiro trimestre em 6,7 vezes — índice menor do que o registrado no ano anterior, de 7,3 vezes, mas ainda considerado alto.

Fontes do setor de saneamento afirmam que a BRK voltou a estudar novas licitações e está se preparando para os grandes leilões estruturados pelo BNDES, como a concessão de Sergipe, que deverá sair até o fim deste ano. Mas ainda há dúvidas sobre a competitividade da empresa, tanto pelo balanço pressionado quanto pela indefinição societária. Desde o fim de 2020, quando a companhia conquistou a concessão da região metropolitana de Maceió, com uma oferta de R$ 2 bilhões, considerada agressiva, a empresa recuou e adotou uma postura conservadora nos leilões.

Procurada, a Brookfield não quis comentar o assunto.

A terceira guerra mundial

Sustentabilidade



Nizan Guanaes

Em vários lugares do mundo, já começou a terceira guerra mundial. Não será entre países, mas entre o homem e a natureza. Uma guerra que evidentemente não podemos ganhar.

Quando pensamos na natureza, pensamos nela de forma poética e telúrica. Mas terremoto é também natureza; tsunami também é natureza; seca, nevasca, chuvas torrenciais, avalanche — é tudo natureza. A natureza está agindo em legítima defesa. Ela não aguenta mais ser invadida, desrespeitada, queimada.

O que é o Rio Grande do Sul? É a morte anunciada de Gabriel García Márquez. Não vou escrever mais um texto ingênuo sobre o assunto. É tudo uma questão contábil: explorar a natureza é receita; preservação é despesa. E ninguém está disposto a pagar, nem o consumidor.

Mas o que tem a ver este texto "bicho grilo" neste jornal tão circunspecto? Tem tudo a ver. Acompanhei no ano passado em Davos uma discussão sobre aquecimento global e, para meu estarrecimento e pânico, de uma mesa de 12 debatedores, 10 eram as grandes seguradoras do mundo. Elas tinham dados mais assustadores que o Greenpeace e sabiam avaliar as perdas catastróficas que aconteceriam a cada décimo de aquecimento global.

O aquecimento global é fato, e fato econômico. Napoleão e Hitler perderam a guerra porque foram lutar contra um general chamado "Inverno". Estamos entrando numa guerra que não podemos vencer. A devastação do Rio Grande do Sul é um drama humano: centenas de mortes humanas, milhares de mortes empresariais. Uma catástrofe fiscal, desempregadora.

Assisti neste mês a uma palestra no Itaú BBA Conference em Nova York de Al Gore, ex-vice-presidente do Bill Clinton e que fez o famoso documentário "Uma Verdade Inconveniente" (2006). Hoje, ele poderia fazer outro documentário chamado "I Told You" (eu te disse).

A maioria dos leitores deste jornal está ocupada em gerar e gerir patrimônio em sucessão familiar. Então eu chamo esta comunidade a pensar nos nossos filhos e netos. Seus filhos pequenos vão enfrentar um mundo muito difícil, nossos netos vão enfrentar um desastre.

Está na hora de ouvir quem mais entende de desastres climáticos: as seguradoras mundiais. Agora, vamos colocar os pingos nos is: o planeta não vai acabar, quem vai acabar são os seres humanos.

Você nunca se perguntou como o Titanic afundou? Como eles não viram um iceberg gigantesco? Simples: eles se achavam indestrutíveis. Não dá para negar que temos feito avanços suficientes para gerar uma economia verde (que pode ser muito lucrativa).

Mas os projetos verdes devem ter processos de aprovação (que hoje são infindáveis) mais céleres e muitos incentivos fiscais. O futuro precisa ter um "fast track", o futuro tem que ser lucrativo. Chega de poesia.

Só se fala em inteligência artificial, mas a burrice anda mais rápido que a inteligência. A inteligência tem limites, a burrice, não.

Os organismos multilaterais estão de mãos atadas por regras inoperantes. As ditaduras se movem muito mais rápido que a democracia, com suas infindáveis instâncias. E faltam Churchills e De Gaulles verdes.

No Rio Grande do Sul, a natureza não poupou ninguém. Os pobres perderam muito do pouco que tinham e os ricos, muito do muito que têm.

Este é mais um texto que os ricos não lerão porque estão cansados de textos assim e têm uma reunião hoje de manhã. Eles são regidos por um mercado sem alma. E os pobres não vão ler porque muitos não sabem nem ler.

A bomba atômica é um traque de São João comparado ao que pode fazer a natureza. Rumo a Davos, vi montanhas sem neve em pleno inverno. Mas os mandatários não veem nem avalanches nem falta de neve porque estão no celular.

A natureza está avisando, tchê. Sirva essa nossa tragédia de aviso a toda a Terra.

Sou capitalista liberal. Gosto de dinheiro, de margem, mas não sou cego nem surdo. Senhores, estamos na primeira classe do Titanic.

Nizan Guanaes é estrategista da N. ideias.
Instagram @nizan_n.ideias

Aviação Negociações incluem credores, acionistas e outros interessados em participar da reestruturação

Gol inicia conversas em busca de financiadores

Cristian Favaro
De São Paulo

A Gol apresentou nesta segunda-feira (27) ao mercado seu plano financeiro para sair da recuperação judicial nos Estados Unidos (Chapter 11). Com o documento apresentado, o grupo agora abre as portas para conversas com credores, acionistas e demais interessados em financiar a sua reestruturação.

O plano financeiro prevê refinanciamento de dívidas de US$ 2 bilhões e uma injeção de capital de US$ 1,5 bilhão via emissão de novas ações. Com o recurso, o grupo espera reduzir sua dívida líquida em 23,5% em 2025 contra 2024, para R$ 21,4 bilhões. Segundo o CEO da Gol, Celso Ferrer, a empresa mira seus esforços agora na busca de recursos junto a investidores e credores.

Neste ano, por conta do processo de reestruturação, a oferta de assentos deve cair 4%. Segundo Ferrer, a Gol deverá devolver 12 aviões (cerca de 8,5% da sua frota até março) com a esperança de ser compensada por novos modelos. A Boeing, no entanto, tem atrasado as entregas.

O capital a ser levantado nesta nova fase, de US$ 1,5 bilhão, vai ser usado para pagar o empréstimo fornecido dentro da reestruturação (chamado de DIP) de US$ 1 bilhão, garantido por detentores de dívida fora do país (os "bondholders").

O atual cenário permite que uma eventual negociação entre a Azul e a Abra, controladora da Gol, ganhe corpo. O tema cresceu no mercado depois que as duas aéreas firmaram um acordo de compartilhamento de voos (codeshare).

"Esse é o nosso papel. Vamos começar a falar disso [opções de financiamento] nos próximos dias com qualquer grupo que venha a se associar a qualquer uma dessas estruturas de equity e finance, disse ao **Valor** o presidente da companhia aérea.

À Gol cabe a validação de uma eventual proposta, que também terá de passar na corte de Nova York. A estimativa é garantir os recursos até o quarto trimestre. Entre os nomes estratégicos nos quais o mercado aposta, para além da Azul, estão American Airlines, que hoje tem 5% da Gol, e a Air France.

Conforme o **Valor** apurou, neste momento as conversas entre a Azul e a Abra estão mais direcionadas para a fusão dos negócios, que criaria uma "corporation" (empresa com controle pulverizado), como saída ao embate para a definição de controle.

A disputa pelo fornecimento do recurso de saída do Chapter 11 é saudável para os negócios, uma vez que vence a melhor proposta financeira para garantir a continuidade da empresa. Na Latam, os principais acionistas antes do "Chapter 11" eram a família Cueto, a Qatar Airways e a Delta Air Lines, que detinham cerca de 46% do capital e foram diluídos para uma participação de 25% — eles até tentaram ficar com uma fatia maior, mas outros credores conseguiram passar na frente.

Ferrer reconheceu que no início do processo havia dúvida no mercado acerca da capacidade de se manter os aviões em meio à forte demanda por aeronaves. No fim, o grupo conseguiu negociar melhores condições de aluguel, queda nos custos de devolução de aeronaves e uma linha de R$ 1,8 bilhão com arrendadores para ajudar na manutenção de motores de avião.

"Toda a reestruturação com arrendadores vai representar R$ 5,9 bilhões [para além do equity e refinanciamento]. O plano é sustentado por esse acordo", afirmou.

O cenário será mais apertado em 2024, quando o grupo espera uma queda na oferta de assentos de 4% contra 2023 diante da sua reestruturação. A estimativa é retomar os níveis de capacidade doméstica pré-pandemia em 2026.

O recuo na oferta virá da demora em receber novas aeronaves e do processo de manutenção de motores — o grupo tem hoje 20 aviões parados por falta do equipamento. "Estamos com um programa grande de mandar motor para o mundo todo e revitalizá-los", disse.

Hoje, o prazo para receber de volta o motor é de 120 dias, contra 90 dias anteriormente. Com isso, a oferta da empresa deve ganhar corpo mais para o fim do ano. "Estamos sendo conservadores [na estimativa de salto na oferta] porque a execução logística é difícil, embora o recurso financeiro já esteja acordado."

Com a menor oferta, a Gol disse esperar uma margem Ebitda em 2024 de 23%, contra 27% em 2023. No fim do plano, a previsão é levar o indicador para 34%.

Segundo o executivo, a empresa espera fechar o processo devolvendo 12 aeronaves. Em abril, fontes afirmaram ao **Valor** que o plano era devolver até 16 aeronaves.

Considerando o cronograma de entregas da Boeing para este ano, o grupo deverá fechar 2024 com 142 aeronaves, uma a mais do que 2023. Ferrer, entretanto, reconheceu que o calendário tem sofrido diversos atrasos. "Já deveríamos ter recebido mais aeronaves do que recebemos [2]", disse. Há ainda conversas em andamento com arrendadores, mas o executivo disse não esperar mudanças no número de devoluções, sobretudo diante da decisão de devolver menos aviões por causa dos atrasos nos novos.

Dentro das previsões divulgadas no plano, a empresa espera que seus níveis de liquidez atinjam aproximadamente 18% e 25% da receita de 12 meses até o fim de 2025 e 2029, respectivamente. A dívida líquida deve cair de R$ 28 bilhões em 2024 para R$ 21,4 bilhões em 2025, sobretudo diante do pagamento do empréstimo DIP. O grupo espera ainda índice de alavancagem líquida (dívida total menos liquidez/Ebitda) de 3,6 vezes em 2025 e, em 2029 (fim do plano) de 1,7 vez.



MASAO GOTO FILHO/VALOR

"Toda a reestruturação com arrendadores vai representar R$ 5,9 bilhões"
Celso Ferrer

INÊS 249



13 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS
- **PROVA ESPECIAL** - LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
  COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
  COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**
- GRANDES VINHOS DO DOURO
  COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H**
- **PROVA ESPECIAL** - VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
  COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**



14 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS
- ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
  COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**
- O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
  COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**
- VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
  COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**
- **PROVA ESPECIAL** - GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**
- ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
  COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**



15 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H

SALA DE PROVAS
- LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
  COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**
- **PROVA ESPECIAL** - JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H**
- SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
  COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**
- BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
  COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**
- PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
  COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
  COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**

INÊS 249

Imóveis Com samba no plantão de venda, incorporadora brasileira Plaenge lança há 15 anos no país e estreou em Santiago no ano passado

Construtora enfrenta juros altos e terremoto para crescer no Chile

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A incorporadora e construtora brasileira Plaenge está no Chile há 15 anos, onde já fez 37 projetos, entre condomínios de casas e prédios residenciais. No ano passado, estreou em Santiago.

O país foi responsável por 10% dos lançamentos da Plaenge em 2023, que somaram R$ 2,8 bilhões em valor geral de venda (VGV) potencial. Já chegou a ser 20%, segundo Fernando Fabian, um dos sócios e diretores da empresa, que constrói no Sul do Brasil, em São Paulo, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Em vendas líquidas, foram R$ 2,9 bilhões nos dois países. Para este ano, a meta é lançar de R$ 3 bilhões a R$ 3,8 bilhões.

Não é o momento mais fácil para ser incorporador no Chile. Dados da CChC (Câmara Chilena da Construção) indicam que o estoque de unidades prontas está na máxima histórica, em 113 mil, e que o custo das obras subiu 40% entre 2021 e 2024. Tudo isso enquanto a taxa de juros chilena passou de 1% ao ano no início de 2020 para um pico de 11,25% em 2022 — hoje, em queda, é de 6,5%.

Isso fez com que a taxa média do financiamento à construção subisse de 5% para 15% ao ano. Assim como no Brasil, o crédito para o comprador também ficou mais caro e restrito. Marcelo Melquiades, gerente regional da Plaenge no Chile, afirma que era possível comprar imóveis 100% financiados ou com 10% de entrada. Hoje, já é comum ter que pagar 20% a 30% do valor do imóvel como "pié" (entrada).

Em relatório sobre a economia chilena publicado no último dia 15, analistas do BTG Pactual afirmam que empresas enfrentam desafios com o acesso ao crédito, o aumento dos custos de trabalho, a inflação e a demanda fraca dos consumidores. Sobre o setor imobiliário, os analistas destacam que as vendas começaram o ano fracas, o que estaria adiando lançamentos. "Isso se deve principalmente à insegurança do comprador, ao acesso restrito ao financiamento imobiliário e aos altos preços das propriedades", afirmam.

Como no Brasil, empreendimentos para a classe média, que não ganha subsídios, são os mais afetados. É justamente a área da Plaenge, que tem mirado em subir o padrão das obras para atingir compradores de maior poder aquisitivo, menos vulneráveis às taxas, conta Gustavo Marcondes, gerente geral da empresa no Chile.

A Plaenge consolidou sua atuação a 670 km ao sul de Santiago, em Temuco. Por lá, os lançamentos recentes têm tido desempenho variado. Enquanto um projeto em região central teve 55% das unidades vendidas desde o lançamento no fim de 2022, pouco abaixo da meta da companhia, outro projeto, em área mais nova, vendeu metade das unidades em um mês e meio.

Em Santiago, foi lançada apenas a primeira das sete torres do novo empreendimento, chamado Distrito Paulista — a Plaenge tinha a política de usar nomes que remetessem ao Brasil. Os imóveis têm de 52 a 137 m² e custam de R$ 1 milhão a R$ 2,5 milhões. O Distrito, que fica em um bairro novo e ainda em desenvolvimento, a Cidade Empresarial, terá VGV de R$ 1 bilhão. A primeira torre responde por R$ 142 milhões.

Para enfrentar o mercado mais lento, a companhia brasileira busca diferenciação. Como o nome já entrega, a ideia não é passar por local. Na sala de vendas do Distrito Paulista, o sistema de som toca clássicos do samba e pagode. Há também uma maquete transportada do Brasil — elas não são comuns em projetos desse tipo no Chile, diz Melquiades, mas concorrentes têm gostado da ideia.

A empresa levou ao Chile as plantas com ambientes integrados e churrasqueira na varanda (gourmet). Do Chile, adotou a prática de entregar as unidades já com armários, piso, chuveiro, fogão e exaustor, tudo incluído no preço.

Isso é possível porque o chileno exige menos personalização do que o brasileiro para os imóveis de médio e alto padrão, contam os executivos. Nos condomínios de casas da empresa em Temuco, centenas de unidades que custam mais de R$ 1 milhão são idênticas.

Por causa da incidência de terremotos, construir no país é de 20% a 30% mais caro do que no Brasil, afirma Fabian. O último terremoto a causar danos sérios em Santiago ocorreu em 2010, mas pequenos tremores são frequentes.


DIVULGAÇÃO
Para Fernando Fabian, diretor e sócio da Plaenge, empresas brasileiras perdem tempo em não lançar fora do país

A empresa teve que se adaptar. O maior diferencial da obra está na fundação, maior do que nos prédios brasileiros. O edifício deve se comportar "como um joão bobo", explicam Fernando Fabian e Alexandre Fabian, também sócio e diretor. Precisa de base firme, mas que permita um pequeno balanço do prédio, sem quebrar.

Maurício Andrade, coordenador de obras da operação em Santiago, conta que a primeira torre do Distrito vai usar 800 toneladas de aço, o dobro de um prédio similar no Brasil. Metade vai na fundação. As estruturas de metal da base foram cobertas por concreto trazido em 114 caminhões, o que precisou ser feito em um único dia, em um "balé" de engenharia.

O método construtivo é de paredes de concreto, com as divisões internas feitas em dry-wall, algo comum no Chile. É um método mais industrializado e rápido do que o tradicional do Brasil para o médio e alto padrão, afirma Andrade, onde a preferência ainda é pela alvenaria. Aqui, as formas de concreto são mais usadas em empreendimentos econômicos.

O terreno do projeto em Santiago foi comprado em 2016. A empresa optou por esperar a conclusão de obras que tornariam mais rápida a ligação da Cidade Empresarial com o restante de Santiago. Ainda aguardam um teleférico que ligará o bairro à região mais corporativa da capital.

A empresa quer lançar em outras áreas de Santiago, diz Fabian, mas só deve pensar a fundo quando a terceira torre do Distrito for lançada, em até três anos.

> Construir no país é de 20% a 30% mais caro do que no Brasil por causa da incidência de abalos sísmicos

Em abril, a Plaenge fechou uma parceria com o escritório de design italiano Pininfarina, para a criação de novos prédios. Tem cinco projetos já definidos, todos no Brasil, com VGV previsto de R$ 2,1 bilhões. Fabian não descarta levar a parceria ao Chile. "O país não tem nenhum projeto assinado pela Pininfarina", diz.

Para ele, mesmo com as dificuldades, as incorporadoras brasileiras estão perdendo tempo em não atuar fora do país.

Entre as companhias do setor listadas em bolsa, apenas a MRV tem operação internacional, com a subsidiária americana Resia, um negócio adquirido em 2020. A companhia já anunciou que procura um investidor para a empresa, que poderia se separar do grupo MRV&Co, em um "spin-off".

A jornalista viajou a convite da Plaenge

Ministro defende tributar 'big techs' para ampliar inclusão digital

Telecom

Camila Zarur e Rafael Rosas
Do Rio

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, defendeu que as "big techs" também invistam em infraestrutura no Brasil para ampliar a inclusão digital no país. A declaração foi dada durante evento "Os avanços e desafios do 5G", realizado pela Editora Globo.

De acordo com Juscelino Filho, empresas como Google, Meta e Apple utilizam as infraestruturas do país e são responsáveis pelo maior volume de tráfego. No entanto, afirma o ministro, elas não têm uma contribuição ativa.

"A gente tem defendido que elas participem de forma mais efetiva, justamente porque estão presentes no dia a dia do Brasil, mas elas não contribuem em praticamente nada", disse.

Juscelino Filho disse ainda que há uma discussão dentro do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para fazer com que as "big techs" também integrem os investimentos para expandir a tecnologia no país. Uma possibilidade seria a tributação especial para as grandes empresas globais de tecnologia e criação de um fundo direcionando os recursos para o setor de telecomunicações. Esse tema, porém, deve ser tratado junto ao Congresso Nacional.

"A contribuição, pelo que elas faturam no Brasil, não seria nada relevante e vai dar retorno às "big techs". Quando investimos mais em infraestrutura e em projetos de inclusão digital, estamos inserindo mais gente no ambiente", disse.

O ministro afirmou que o governo está dialogando internamente, principalmente com a Fazenda, qual será a proposta legislativa a ser apresentada.

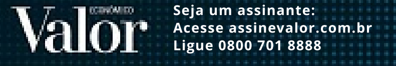
Juscelino Filho disse ainda que tem buscado o diálogo com as próprias empresas: "Essa é uma discussão não só do Brasil, ela acontece em outros países. Inclusive, buscamos um diálogo com essas grandes empresas de tecnologia, para que elas compreendam a importância dessa contribuição.

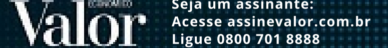
O ministro também afirmou que está em contato com a Casa Civil para buscar alternativas de restabelecer provedores de pequeno porte (PPPs) que foram afetados pelas fortes chuvas no Rio Grande do Sul. A tragédia climática, que deixou 169 mortos no Estado, impactou o acesso à internet e à banda fixa dos moradores do território gaúcho, principalmente daqueles que moram em cidades pequenas que estão fora das redes das grandes operadoras de telefonia.

Segundo dados do ministério, 59% dos provedores de banda larga fixa no Rio Grande do Sul são PPPs. Esse percentual chega a 92% quando se trata de cidades com menos de 50 mil habitantes. A estimativa é de que 612 mil clientes desses PPPs foram afetados pelas chuvas. No entanto, o ministro pondera que o tamanho real do impacto ainda não pode ser medido, já que ainda há áreas alagadas.

Um caminho para restabelecer os pequenos provedores seria o financiamento pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O ministro afirma que, para isso, é preciso desburocratizar o acesso ao crédito.

"Estamos conversando com a Internet Sul e com as empresas. Estamos estruturando para, através do Fust, tentar construir algo específico para eles levantarem suas redes de novo. Estamos tratando disso com a Casa Civil", disse ao **Valor**.





Rodovias Negócio prevê R$ 1,5 bi de pagamento à vista e pode chegar a R$ 3,5 bi em cinco anos

Via Appia adquire a AB Concessões e mira expansão

Taís Hirata
De São Paulo

A Via Appia, plataforma de rodovias da Starboard, concluiu nesta segunda-feira (27) a aquisição de concessionárias da AB Concessões, empresa do grupo Bertin e da italiana Mundys (ex-Atlantia). Agora, o grupo passa a focar em outras oportunidades no setor rodoviário — tanto compras de outros ativos, alguns já em negociação, quanto licitações de novas concessões. "Não vamos parar por aqui", afirmou, ao **Valor**, Marcus Bittencourt, diretor da Starboard Asset.

O valor da operação com a AB Concessões pode chegar a R$ 3,5 bilhões. Será pago cerca de R$ 1,5 bilhão à vista e o restante deverá ser desembolsado ao longo dos próximos cinco anos, a depender de algumas variáveis, por exemplo, o sucesso na renovação das concessões. Além disso, o grupo incorpora cerca de R$ 1 bilhão em dívidas dos ativos adquiridos. A transação vinha sendo negociada desde dezembro de 2021.

A Via Appia já havia estreado no mercado de rodovias por meio da Parceria Público-Privada (PPP) do Rodoanel Norte, conquistada em leilão do governo paulista no início de 2023. Com a aquisição, a empresa passa a operar também a AB Colinas (que administra 307 km de estradas no interior paulista) e a AB Nascentes das Gerais (concessão de uma estrada em Minas Gerais). A compra também inclui a Soluciona Conservação, empresa de conservação de rodovias, e 50% da Rodovias do Tietê, concessionária paulista em recuperação judicial. No caso desta última, porém, a ideia é concluir a transferência das ações aos credores da concessionária.

Agora, a companhia deverá trabalhar na resolução dos reequilíbrios econômico-financeiros da AB Colinas e da AB Nascente de Gerais, que poderão gerar extensões contratuais, explica Brendon Ramos, presidente da Via Appia. No caso da Colinas, a negociação poderá levar a uma extensão de até 12 anos, para equacionar passivos devidos pelo Estado e possivelmente incluir novos investimentos. "Esperamos que isso seja concluído nos próximos meses, não é algo célere, mas o governo quer discutir", diz ele.

No caso da Nascentes, em Minas, ainda não está claro se os reequilíbrios serão feitos via reajuste tarifário, prorrogação (que, neste caso, seria menor, de cerca de quatro anos) ou algum outro arranjo junto ao governo mineiro.

A nova plataforma soma quase 1.500 km de rodovias, em São Paulo e em Minas Gerais. A perspectiva é dobrar de tamanho, em termos de quilometragem, nos próximos cinco anos, segundo Ramos. "Vamos olhar leilões e mercado secundário."

Segundo fontes do mercado, um dos ativos que a Via Appia negocia é a SPMar, concessionária do Bertin responsável pelos trechos Leste e Sul do Rodoanel — e que portanto teria forte sinergia com a companhia. Questionados sobre as conversas, os executivos preferiram não se manifestar.

"Hoje temos no 'pipeline' de aquisições de duas a três oportunidades com acordos de confidencialidade assinados. Estávamos focados no fechamento [do acordo com a AB Concessões] e a partir de agora vamos focar em efetivar essas transações. Hoje tem bastante atividade no mercado secundário", afirma Ramos.

Em relação aos leilões, um dos ativos em análise é a relicitação da ViaOeste, concessão em São Paulo operada pela CCR que está com fim próximo e será dividida em dois novos blocos a serem leiloados pelo governo paulista. Ele diz que a empresa chegou a estudar o Lote Litoral Paulista, mas acabou não entrando devido à complexidade dos investimentos e dos riscos geológicos.

Os recursos para a aquisição da AB Concessões vieram de um fundo de investimentos gerido pela Starboard de R$ 1,5 bilhão, que será praticamente todo alocado na operação. Porém, os executivos afirmam que há alternativas para financiar os próximos investimentos. "A companhia é uma holding e suas controladas vão trabalhar com índices de alavancagem de mercado, 'project finance' [estrutura de financiamento com base no fluxo de caixa da operação], dívidas incentivadas. Isso vai ser analisado caso a caso. E aquisições daqui para frente podem ser feitas de forma alavancada ou chamando mais capital do fundo", afirma Bittencourt.

Eventual atração de novos investidores ou abertura de capital são opções para o futuro, mas Warley Pimentel, fundador da Starboard Asset, destaca que neste momento a prioridade é crescer. "Nos próximos dois, três anos, o foco é criar valor."

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR



"Novas aquisições podem ser feitas de forma alavancada ou com mais capital do fundo", diz Bittencourt, da Starboard

Líder em whey protein, Supley busca comprador



Suplementos

Maria Luíza Filgueiras e André Ítalo Rocha
De São Paulo

O grupo paulista Supley pode mudar de dono. A companhia contratou o banco Itaú BBA para assessorá-la em conversas com potenciais compradores, apurou o **Pipeline**. A transação pode ser total ou parcial, segundo fontes. A empresa nega.

Dono das marcas Probiótica, Dr. Peanut e Max Titanium, o Supley está entre os líderes de venda de whey protein e creatina no mercado brasileiro e também avançou na categoria de pasta de amendoim com a aquisição de uma empresa curitibana no ano passado.

As conversas têm sido feitas com fundos, empresas de alimentos e farmacêuticas que querem ampliar a presença no setor ligado à rotina saudável, para chegar ao público que pratica esportes. Uma das empresas que avaliaram o negócio foi a Cimed que teria achado o negócio caro.

Com faturamento na casa de R$ 1 bilhão, a Supley tem pedido um múltiplo entre duas a duas vezes e meia a receita — uma transação, portanto, da ordem de R$ 2 bilhões.

Procurado pelo Pipeline, o grupo afirmou que as informações de venda são rumores e que "não há nenhuma negociação em andamento para a venda da companhia".

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

INÊS 249

Festival Uso de inteligência artificial é esperado pelos jurados, que terão de avaliar 2.700 trabalhos que se candidatam aos "leões"

Em Cannes, publicidade e inovação estão mais próximas

Daniela Braun
De São Paulo

Entre as 29 categorias do festival Cannes Lions 2024, a de "Experiência de Marca e Ativação" comprova que publicidade e tecnologia andam cada vez mais juntas. "É minha categoria favorita porque a publicidade mudou", diz ao **Valor** Anselmo Ramos, cofundador e executivo-chefe de criação da agência Gut, do grupo Globant.

Veterano do evento considerado o "Oscar" da publicidade global, Ramos é um dos dois brasileiros que presidem júris no Cannes Lions 2024, ao lado de Diego Machado, executivo-chefe global de criatividade da agência AKQA, presidente na categoria Inovação.

"Hoje, qualquer coisa pode ser experiência de marca", diz Ramos. "Uma experiência com uma marca pode ser mais digital ou mais analógica. Pode ser um ponto de venda, um aplicativo ou um vídeo."

Em 2023, um jogo eletrônico levou o Grand Prix de "Brand Experience & Activation" ao Cannes Lions, o prêmio máximo de cada categoria. Na ação criada em parceria pela desenvolvedora de jogos Electronics Arte e a Apple, os fãs do game "Fifa 23" puderam jogar com os personagens do time de futebol fictício AFC Richmond da série de comédia "Ted Lasso".

A abertura de possibilidades da categoria "é muito legal, mas também é um desafio", nota Ramos.

Este ano, o time de jurados tem a missão de avaliar cerca de 2.700 trabalhos que se candidatam aos prêmios, mais conhecidos como "leões". As premiações serão reveladas na semana do evento, de 17 a 21 de junho, em Cannes, na França.

O júri do Cannes Lions busca inovação com bons resultados, conta o publicitário. "A gente considera 20% para a ideia, 20% para a estratégia, 30% em execução e 30% nos resultados", detalha Ramos. "Você pode ter a melhor ideia do mundo. Se ela não for bem executada e não tiver resultados sólidos e tangíveis, não vai ter uma boa nota."

O uso da inteligência artificial (IA) generativa já é esperado pelos jurados da categoria. "Com certeza, teremos ideias usando IA, mas como em qualquer outra tecnologia emergente, usar IA não significa nada. O foco é sempre na ideia e no uso inovador de algo", observa Ramos.

O uso da inteligência artificial estava presente em um dos "leões" Grand Prix que a Gut ganhou no ano passado com a campanha "A probabilidade Artois" ("The Artois Probability"), na categoria "Creative Data".

A proposta era identificar a chance da cerveja de origem belga, criada no século 12, ter sido retratada em pinturas a óleo de artistas como Rembrandt e Renoir. "A gente cruzou várias informações, como a cor do líquido, a distância de onde a cerveja foi pintada para uma cervejaria que a Stella Artois tinha na época, o ambiente, a textura, a espuma", conta Ramos. "Com isso, a gente diria que a cerveja em uma pintura a óleo do Renoir, por exemplo, tem 37% de 'Artois Probability'".

Historicamente, segundo Ramos, 3% das inscrições ganham um leão em Cannes. "É super difícil levar um leão, então, quem ganha tem que comemorar".

Fundada em 2018 por Ramos e seu sócio, o argentino Gaston Bigio, a Gut ganhou 35 "leões" no Cannes Lions 2023, incluindo o prêmio de Agência Independente do Ano e Agência do Ano. "Chorei na frente da indústria inteira", lembra Ramos.

Em novembro, a Gut vendeu uma fatia majoritária do negócio à consultoria argentina Globant, por valor não revelado. Há alguns dias, a agência abriu um escritório em Madrid, na Espanha, sua segunda operação na Europa, depois de Amsterdã, e a oitava da rede. A agência também está presente em Buenos Aires, Cidade do México, Los Angeles, Miami, São Paulo e Toronto.

DIVULGAÇÃO



A Gut ganhou 35 "leões" em 2023: "Chorei na frente da indústria inteira"
Anselmo Ramos

Musk levanta US$ 6 bi para desafiar a rival OpenAI, do ChatGPT

Startups

Kimberley Kao
De Dow Jones Newswires

A xAI, startup de inteligência artificial (IA) de Elon Musk, informou que levantará US$ 6 bilhões. Trata-se de sua mais nova rodada de captação de recursos, já que esta rival da OpenAI, dona do ChatGPT, pretende investir mais em pesquisa e desenvolvimento em meio à concorrência acirrada no setor em expansão.

Alguns dos investidores da série B de captação de recursos são Andreessen Horowitz, Sequoia Capital, Valor Equity Partners, Vy Capital e Fidelity Management & Research, assim como o príncipe saudita al-Waleed bin Talal e a Kingdom Holding, de acordo com um post publicado no site da xAI no domingo à noite.

Musk escreveu no X que a avaliação da xAI antes dessa rodada era de US$ 18 bilhões, o que significa que os novos recursos captados elevariam a avaliação da startup para US$ 24 bilhões.

Segundo a xAI, o dinheiro será usado para levar "os primeiros produtos da xAI ao mercado, desenvolver infraestrutura avançada e acelerar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias futuras".

A rodada de captação marca uma nova escalada na corrida em torno da inteligência artificial. As startups líderes na área levantaram bilhões de dólares nos últimos anos para financiar os recursos de computação necessários para treinar os grandes modelos de linguagem avançados, a tecnologia que alimenta os chatbots de IA generativa.

A OpenAI garantiu um compromisso de financiamento de US$ 13 bilhões da Microsoft, enquanto a Anthropic captou mais de US$ 6 bilhões.

Com a xAI, Musk tenta tirar o atraso em relação às suas rivais mais bem financiadas. Ele lançou a xAI publicamente em julho do ano passado, o que provocou certo ceticismo de alguns investidores sobre se ela teria tempo suficiente para competir com outras empresas que são líderes na área de IA. A startup lanço seu chatbot, o Grok, em novembro, e o disponibilizou para assinantes em sua plataforma de rede social, o X. No início deste ano, ela apresentou seu modelo de IA mais recente, batizado de Grok-1.5.

Musk foi um dos fundadores da OpenAI como um laboratório de pesquisa sem fins lucrativos, em 2015, junto com Sam Altman, que hoje é seu executivo-chefe. Mas Musk deixou a empresa alguns anos mais tarde, depois de uma disputa por controle. As tensões entre os dois vieram a público recentemente, quando Musk processou a OpenAI e Altman, com a alegação de que eles tinham abandonado a missão inicial da OpenAI em busca de lucros.

Desde a fundação da xAI, Musk a vinculou ao X. A startup de IA tem acesso privilegiado ao valioso conjunto de posts do X para treinar seus modelos. Depois do atual anúncio, Musk escreveu no X que "haverá mais coisas para anunciar nas próximas semanas".

AP



"Haverá mais coisas para anunciar nas próximas semanas"
Elon Musk

Para indígena, clima extremo resulta de escolhas políticas

Power Trip Summit

Camila Cetrone
Da Marie Claire, de Belo Horizonte

"Falar sobre natureza é uma conversa de todo mundo", afirma a empreendedora social e ativista Kamila Camilo na 10ª edição do Power Trip Summit, em Belo Horizonte. Ela e a líder indígena e empreendedora social Vanda Witoto abordaram a crise climática — incluindo o evento climático extremo que acontece agora no Rio Grande do Sul — e a necessidade de criar e implementar políticas ambientais eficazes no país.

"De qual lado vocês querem estar? É melhor estar do lado do planeta. A Terra nunca desistiu da gente", continuou Camilo. Entrevistadas por Maria Rita Alonso, diretora de "Marie Claire", Camilo e Witoto alertaram que as mudanças climáticas já não são uma previsão distante, mas uma realidade atual, consequência direta da atividade humana e também da falta de priorização por parte do poder público.

"A primeira coisa que estamos fazendo errado é ignorar a ciência, especialmente as pessoas tomadoras de decisão. O negacionismo brasileiro é mais sofisticado porque flerta com o racismo estrutural, que negamos de forma discreta", afirma a ativista.

Ela também cita como más políticas que contribuem para a ocorrência de eventos climáticos extremos a persistência na produção de combustíveis fósseis, a não demarcação de terras indígenas e a não preservação de terras quilombolas.

Witoto afirma que há um problema muito maior ao se pensar no enfrentamento dos desafios climáticos desse momento, que é "o tipo de liderança política que elegemos enquanto sociedade para tomarem decisões pelo país".

"O desafio que estamos enfrentando hoje é resultado das nossas escolhas políticas. A violência contra os territórios indígenas, historicamente promovida por vários tipos de governos, é o fruto que colhemos dessa política contra os direitos, sobretudo desses povos originários, que vai refletir na retirada desse território, na degradação do meio ambiente", afirmou a liderança indígena.

"O Congresso do nosso país continua fragilizando mecanismos de proteção ambiental, por exemplo, criando lei da tese do marco temporal ou retirando a função de demarcação de terras indígenas da Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas] e do Ministério dos Povos Indígenas. Enquanto o Congresso do nosso país tiver a maior bancada ruralista, não teremos políticas ambientais de demarcação e preservação de terras indígenas. A questão climática é uma questão política, e é importante elegermos pessoas comprometidas com essa pauta para construir", continuou.

Witoto também afirmou que é necessário dar atenção para eventos climáticos extremos que acontecem em outras regiões, sobretudo no Norte e Nordeste do país, há muito tempo. Ela cita, por exemplo, o fato de a população amazônida ter enfrentado a pior seca histórica em 130 anos de Amazônia.

"Não tivemos mobilização nacional por nossas vidas, da imprensa, para problematizar os impactos a essas vidas na Amazônia —, sobretudo das nossas comunidades indígenas. Tem corpos e regiões que merecem e serão olhados, e têm corpos e regiões que não vão ser olhados. Temos que abrir mais nossa mente", ponderou.

O principal encontro de líderes mulheres do Brasil, o Power Trip Summit, é promovido por "Marie Claire" com patrocínio de L'Oréal Paris e Vivo, apoio de Magalu e Musquée, parceria educacional de Must University e apoio institucional do Instituto Inhotim. O evento, que começou neste domingo (26), segue até esta terça-feira, no Hotel Fasano Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Em sua 10ª edição, o evento aborda o tema "Visionárias" e reune na plateia executivas, CEOs e líderes da sociedade civil nos campos dos negócios, cultura, beleza, moda, política, ciência e tecnologia. O Instituto Inhotim, sede de um dos mais importantes acervos de arte contemporânea do Brasil e o maior museu a céu aberto do mundo, é parte da agenda desta 10ª edição.

BRUNA BRANDÃO



Vanda Witoto (à esq.), Kamila Camilo e Maria Rita Alonso: necessidade de criar e implementar políticas ambientais eficazes

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Duplor Comércio de Ferramentas Industriais e Serviços Ltda., Nome Fantasia Ddmáquinas -** CNPJ: 10.622.178/0001-28 - Endereço: Av. Victor Andrew, 3210, Zona Industrial, Sorocaba/sp - Requerente: Sul Brasil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto Multissetorial - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Requerido: **New Metais Indústria e Comércio Eireli -** CNPJ: 20.259.876/0001-64 - Endereço: Rua Benedito Germano de Araújo, 40 B, Centro, Iperó/sp - Requerente: Way Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Boituva/SP

Requerido: **Odonto Service Caldas Novas Ltda., Nome Fantasia Odonto Company -** CNPJ: 36.313.227/0001-34 - Endereço: Rua Coronel João Batista, S/nº, Quadra 13, Lote 09, Comercial 2, Centro - Requerente: Odontocompany Franchising S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Caldas Novas/GO

Falências Decretadas

Empresa: **Intropedi Prestação de Serviços e Cobrança Ltda. -** CNPJ: 08.992.514/0001-82 - Endereço: Rua Itapuã, 80, Bairro Marambaia Ou Rua Dom Martinho Albert Roth, 46, Sala 04, Bairro Santa Rosa, Vinhedo/sp - Administrador Judicial: Mrs Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Enigma Serviços Ltda. -** CNPJ: 10.371.253/0001-25 - Endereço: Rua Pará, 35, Cidade Industrial - Requerente: Wdm Brasil Aços Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Lorena/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Requerido: **Kti Tecnologia Industrial Ltda. -** CNPJ: 73.055.857/0001-82 - Endereço: Av. João Antonio Meccatti, 740, Bairro Jardim Planalto - Requerente: Uiara Maria Addêo Montenegro - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Sojamil Comércio de Grãos Ltda., Nome Fantasia Grão de Ouro -** CNPJ: 07.880.402/0001-77 - Endereço: Fazenda Betânia, S/nº, Zona Rural, Bairro Água da Paca, Florianópolis/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Soemoc Sociedade Educativa Moc Ltda. -** CNPJ: 22.669.915/0001-27 - Endereço: Área Especial Qe 11, Área Especial E, S/nº, Guará I - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Canasvieiras Transportes Ltda. -** CNPJ: 82.950.460/0001-45 - Endereço: Rodovia Francisco Germano da Costa, 2970, Bairro Canasvieiras - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Florianópolis/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Ferramentaria Gaspec Ltda. -** CNPJ: 03.635.958/0001-47 - Endereço: Av. Novo Horizonte, 255, Bairro Vila Sacadura Cabral, Santo André/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Gaspec Mecânica Industrial de Precisão Ltda. ME -** CNPJ: 49.537.376/0001-29 - Endereço: Rua Eça de Queiroz, 160, Bairro Vila Sacadura Cabral, Santo André/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações S/A -** CNPJ: 09.175.816/0001-20 - Endereço: Av. Klaus Schumacher, 520, Galpão 04, Industrial Sul, Rio Negrinho/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Oppa Design Ltda. -** CNPJ: 14.214.549/0001-93 - Endereço: Rua Pedro Simões de Oliveira, 530, Sala 03, Centro, Rio Negrinho/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Xkw Holding S/A -** CNPJ: 05.474.287/0001-05 - Endereço: Rodovia Br 280, Nº 2866, Bloco A, Industrial Sul, Rio Negrinho/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Manejo Produtores do Vale do São Francisco utilizam técnicas de esterilização de machos e captura das pragas com armadilhas no campo

IA e energia nuclear na luta da fruticultura do Nordeste contra mosca

Cleyton Vilarino
De Juazeiro (BA)

Responsável por provocar um prejuízo estimado em até R$ 180 milhões anuais à fruticultura brasileira, a mosca-das-frutas tem sido combatida no Vale do São Francisco, principal polo exportador de frutas do país, com tecnologias que vão de inteligência artificial ao uso de energia nuclear para esterilização de machos da principal espécie que é registrada na produção da região, a *Ceratitis capitata*.

Combinadas, as técnicas estão sendo utilizadas para identificar focos de infestação e controlar a população do inseto em lavouras de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Os dois municípios produziram, juntos, 600 mil toneladas de mangas e 300 mil toneladas de uvas em 2022, segundo dados do IBGE.

"A grande vantagem do uso dessa técnica [de esterilização de machos] é que ela reduz a quantidade de produtos químicos aplicados na natureza. A técnica é incompatível com o uso de inseticidas porque estamos usamos a própria praga no seu controle", explica Jair Virgílio, presidente do instituto de pesquisa Moscamed Brasil.

Hoje presente em 10% da área plantada do Vale do São Francisco, o uso de machos estéreis da mosca-das-frutas já contribuiu para reduzir em 91% o dano da praga, segundo avaliações realizadas pela instituição. A Moscamed Brasil foi a primeira organização do mundo a receber autorização da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para utilizar a radiação com o objetivo de esterilizar insetos.

A linhagem de insetos utilizada também foi desenvolvida pelo órgão internacional e possui duas características essenciais para a sua aplicação em campo: a sensibilidade ao calor e a diferenciação de cor das pupas dos machos e das fêmeas. Com isso, os pesquisadores podem, ao replicar o inseto em laboratório, separá-los pelo sexo.

Os machos são, então, submetidos à radiação para serem esterilizados e liberados na natureza numa proporção de 100 a 150 vezes superior à população de moscas selvagens. "Como são insetos criados em laboratório, são mais sensíveis, então a gente precisa que esse controle seja feito de forma justa, com uma população muito mais elevada para haver uma ação mais eficaz", explica Ítala Cruz Damasceno, engenheira agrônoma e responsável técnica da Moscamed.

Para isso, ela destaca que o monitoramento do nível de infestação dos pomares é parte fundamental desse controle. Ele é feito pela distribuição de armadilhas com atrativos sexuais e alimentares que permitem a contagem dessa população e geração de um índice chamado de "MAD", sigla para "Mosca-Armadilha-Dia".

"O produtor, com esse índice, pode e deve monitorar qualquer pomar, de qualquer fruta. É partir dele que vamos saber como atuar em relação ao controle", destaca a pesquisadora.

É neste ponto que a inteligência artificial atua, permitindo uma contagem mais eficaz dos insetos capturados pelas armadilhas. "O que existe no mercado hoje são armadilhas manuais que demandam uma equipe de pessoas especializadas que saibam reconhecer o inseto de interesse e que façam essa contagem. Isso é inviável e pode gerar erros. Já a máquina não erra, ela tem 98% de assertividade", diz Andrei Grespan, cofundador da Tarvos, que desenvolveu uma solução própria de inteligência artificial.

RAFAEL VIEIRA/CNA



Armadilha da Tarvos: estrutura com inteligência artificial já está em mais de 5 mil hectares no Vale do São Francisco

RAFAEL VIEIRA/CNA

Linhagem da espécie 'Ceratitis capitata': múltiplas técnicas contra a praga

Há nove meses na região, a startup já instalou cerca de 900 armadilhas no Vale do São Francisco numa área superior a 5 mil hectares. Inicialmente focada em culturas anuais como algodão, soja e milho, a Tarvos migrou para o mercado de frutas diante das características do setor.

"É um mercado muito mais fino e exigente no trato, em que o produtor tem muito mais cuidado com pragas e doenças porque qualquer dano causa perdas na comercialização, enquanto soja e milho serão processados depois", diz.

Desde a fundação, a startup já recebeu R$ 9,6 milhões em investimentos, sendo R$ 5 milhões de fundos de apoio à pesquisa e R$ 4,5 milhões de investidores.

No caso da Moscamed, a saída encontrada para o monitoramento com inteligência artificial foi firmar parceria com a empresa de tecnologia Elsys, hoje focada em serviços de conectividade e com protótipos em áreas de citricultura e cana de São Paulo.

A perspectiva, segundo o gerente de novos negócios da companhia, Franz Bories, é instalar os primeiros protótipos para monitoramento em lavouras de uva no Vale do São Francisco. "A gente vê muita oportunidade no agro e o convencimento de venda é muito bom ao apontar para o produtor o quanto ele vai deixar de gastar e o quanto ele vai ganhar na ponta", destaca.

Vinci SPS quer que STF retome ação contra JBS

Arbitragem

Fernanda Guimarães
De São Paulo

A Vinci SPS, gestora focada em ativos estressados, aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para continuar viva em uma disputa com a JBS, maior empresa global de proteína animal. Essa é uma briga que se arrasta há 15 anos e é contada em vários capítulos — o último deles foi favorável aos irmãos Batista.

Neste mês, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) encerrou o processo administrativo sobre a incorporação da Bertin pela JBS, considerada polêmica à época, e que depende agora da Corte superior para que a arbitragem entre os sócios minoritários seja mantida.

A decisão do xerife do mercado de capitais estipulou pagamento de R$ 20 milhões por parte dos irmãos Joesley e Wesley Batista, além de ex-executivos da empresa, para colocar fim a uma discussão antiga, após assinatura de um termo de compromisso.

As apostas estão voltadas para o STF, que ainda vai decidir se "tira da UTI" uma arbitragem suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e que foi movida pela gestora contra os Batista pedindo indenização dos controladores à empresa controlada.

Os minoritários sustentam que houve prejuízos significativos e que a suposta fraude pela incorporação do negócio já foi admitida em confissão de Joesley.

O caso da Bertin remonta a uma aquisição feita pela JBS em 2009. A acusação à época era de que teria ocorrido uma fraude nos valores de incorporação da empresa adquirida, levando a uma maior diluição dos minoritários com a transação — e ganhos aos controladores, no caso, os Batista. A SPS, por meio de um fundo de litígio, montou posição nas ações do frigorífico em 2018, nove anos após a incorporação da Bertin e entrou, assim, com processo arbitral.

Procurada, a J&F, holding que detém a participação da família Batista na JBS, disse, em nota, que "nunca houve prejuízo financeiro aos acionistas minoritários nem vantagem econômica aos controladores na operação em questão, aprovada há mais de 15 anos sem o voto dos controladores".

A suposta fraude, alvo das acusações, teria ocorrido por meio de uma complexa engenharia financeira. Ao anunciar a transação ao mercado, a Bertin foi avaliada em R$ 13,6 bilhões. Como pagamento, a JBS deu aos acionistas da Bertin ações da empresa no valor da época de R$ 11,9 bilhões.

A alegação, contudo, é de que havia um contrato de gaveta com valores bastante diferentes daqueles divulgados. E ele foi anexado aos autos do processo da CVM. Neste estava que o estabelecido, ao contrário do divulgado ao mercado, era que a família Bertin receberia R$ 750 milhões em dinheiro e mais 10% de participação na JBS.

Como o valor anunciado na época foi muito mais alto, a família Bertin teria aceitado devolver as ações que tinham sido dadas a mais. Tudo teria ocorrido por meio de uma holding no exterior, a Blessed Holdings. Por meio dela, teriam sido feitas transações em que os Batista teriam comprado, por R$ 34 mil, 7,5 bilhões de ações da JBS. A família Batista, assim, voltou a ter mais participação na empresa, ao contrário dos minoritários.

No acordo com a CVM, chamou ainda a atenção uma mudança de interpretação do colegiado que já tinha rechaçado um acordo no ano passado, exatamente por apontar que tais possíveis ações fraudulentas teriam causado "diluição indevida de participação aos acionistas minoritários". Recentemente, contudo, a procuradora-chefe da autarquia, Luciana Silva Alves, mudou seu entendimento e disse que não via mais prejuízo aos minoritários com a diluição de participação acionária.

Com o entendimento de que não houve prejuízo, abriu-se espaço para o acordo de compromisso. Pela legislação, a CVM só pode fechar acordo de compromisso caso cesse a prática de atividades fraudulentas e que se corrijam irregularidades, "inclusive se indenizando prejuízos".

Por isso, a SPS foi contrária, inclusive manifestando-se mais de uma vez à CVM. "Essa operação causou prejuízos não só à JBS, mas também aos seus acionistas. Caso a operação tivesse sido realizada nos valores realmente contratados entre os Batistas e os Bertin, a diluição dos acionistas minoritários teria sido de apenas 5,75%, em vez dos 13,28% — isto é, substancialmente menor", disse, em carta enviada à CVM, Gustavo Gonzalez, ex-diretor da autarquia que representou a SPS no caso.

Tal carta foi enviada poucos dias antes de a CVM aceitar o acordo com os Batista. Na mesma comunicação, Gonzalez afirmou também que era necessário pagar uma indenização, visto que a incorporação da Bertin não poderia ser desfeita. Ele apontou que era preciso ressarcir os danos, com os controladores, que aumentaram a fatia na empresa com a operação, entregando "aos minoritários ações que lhes ressarcissem dessa diluição adicional sordidamente urdida". Os minoritários podem pedir uma revisão do acordo — o que não é comum de ocorrer na CVM.

Com o acordo na CVM, a SPS aguarda uma decisão do STF sobre o desfecho de uma arbitragem suspensa pelo STJ em 2022. Nesse processo, além do caso Bertin, foi incluso um pedido sobre a necessidade de ressarcimento da empresa por valores que teriam sido desviados para pagamento de propina.

Para Tomás Jatobá, sócio da gestora, caso a arbitragem impetrada pela SPS para que os controladores da JBS ressarçam a empresa por suposta fraude não seja "ressuscitada", não haverá mais formas de haver responsabilização do que ele chama de "maior fraude da história do mercado de capitais". Isso porque, como o caso já prescreveu, não são possíveis novas ações. Antes de Gonzalez, Jatobá já tinha enviado carta à CVM para solicitar que o caso não fosse encerrado.

A J&F questiona a intenção da gestora. Em nota, a holding frisou que o "fundo SPS I foi criado quase uma década depois da referida operação, com o único objetivo de litigar contra a J&F e seus acionistas, tendo sido derrotada em todas as empreitadas nesse sentido. As alegações do SPS I sobre a decisão da CVM não possuem nenhuma legitimidade, uma vez que o fundo jamais ajuizou qualquer pedido de ressarcimento aos minoritários ao longo de seis anos de litigância profissional contra a empresa", disse.

"A diluição dos minoritários teria sido de 5,75%, e não de 13,28%"
Gustavo Gonzalez

CLAUDIO BELLI/VALOR

Joesley e Wesley Batista, controladores da JBS, questionam a intenção da gestora com o processo de arbitragem

valor.com.br
Leia a matéria completa sobre o caso que envolve Vinci SPS e JBS em www.valor.com.br

valor.com.br

Frigoríficos
Nutribras investirá no cultivo de milho
O frigorífico Nutribras, de carne suína, anunciou que investirá cerca de R$ 500 milhões para comprar áreas e usá-las para plantar milho, cereal usado para alimentar os animais. A empresa de Mato Grosso quer ser autossuficiente no cultivo do grão.
valor.com.br/agro

Safra 2024/25
Rendimento da cana cresce no Centro-Sul
Em abril, o primeiro mês da safra 2024/25 de cana-de-açúcar, a produtividade das lavouras do Centro-Sul foi de 85,6 toneladas por hectare, segundo o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC). O rendimento foi 2% maior do que o de abril do ano passado.
valor.com.br/agro

Conjuntura
Custos para produzir aves e suínos recuam
No mês passado, o custo de produção de frango de corte no Paraná subiu 0,1%, mas, no ano, está em queda de 3,1%. O custo de produção do suíno vivo em Santa Catarina, por sua vez, já caiu 9,3% em 2024, segundo a Embrapa Suínos e Aves.
valor.com.br/agro

Políticas
Conab vai comprar borracha natural
A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) fará, hoje, leilões de apoio ao escoamento de borracha natural da safra 2023/24. A estatal destinará até R$ 70 milhões à operação, que deverá auxiliar produtores de nove Estados.
valor.com.br/agro

INÊS 249

Safra 2023/24 Chuvas de fevereiro e março melhoraram perspectivas para colheita no Estado; produtividade deverá ser maior que a que se projetava no início do ciclo

Mato Grosso alimenta otimismo com a produção de milho safrinha no país

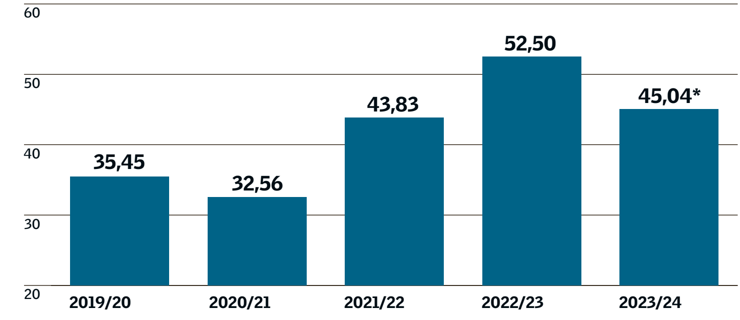
Paulo Santos
De São Paulo

A colheita de milho "safrinha" da safra 2023/24 já começou em algumas regiões do país, e as primeiras indicações são otimistas em relação às perspectivas de produtividade, como reflexo das chuvas de fevereiro e março.

O cenário é bem diferente do início do plantio, em meados de janeiro, quando as dúvidas dominavam os produtores, já que o alongamento do ciclo da soja reduziu a janela ideal de semeadura do milho em muitas áreas, especialmente em Mato Grosso, maior produtor brasileiro do cereal.

"O clima estava bom até abril, mas em maio a chuva deu uma segurada. Isso pode reduzir um pouco a expectativa para a safra, mas ela não será tão ruim quanto era esperado no início. Em Mato Grosso, os relatos são de uma colheita até maior que a do ano passado", afirmou Glauber Silveira, diretor da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho).

Produção em Mato Grosso
Evolução da colheita de milho safrinha no Estado - em milhões de tons.



Fonte: Imea *Estimativa

Para o dirigente, devido às boas condições de lavouras em algumas áreas do Brasil, a safra total de milho no país (somando a produção da primeira safra) ficará acima das 111,63 milhões projetadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em maio. Desse volume, a autarquia previu uma colheita de 86,15 milhões de toneladas de milho na safrinha. Por outro lado, Silveira acha pouco provável que este ciclo repita as 131,8 milhões de toneladas de 2022/23.

A percepção é mais otimista entre muitos produtores, como é o caso de Marcos Fernando Feldhaus, sócio da Agropecuária Feldhaus. A empresa plantou 8,5 mil hectares, e o produtor espera colher 130 sacas por hectare, acima das 120 sacas por hectare alcançadas na última temporada.

"As chuvas propiciaram uma janela excelente para o plantio, e estamos otimistas com a colheita, principalmente dos talhões mais produtivos, que devem render até 155 sacas por hectare", disse.

O cenário para a produção de milho safrinha em Mato Grosso deve compensar parte dos problemas em outros Estados. No Paraná, o segundo maior produtor nacional, o clima seco está minando o potencial da safra no Estado. A mesma situação também deve impactar a oferta em áreas de Mato Grosso do Sul e São Paulo. Ainda assim, isso não diminuiu as boas perspectivas para colheita nacional, na visão de Ronaldo Fernandes, analista da Royal Rural.

"A produção em Mato Grosso e Goiás tende a compensar disparadamente as perdas em outras regiões. Há relatos em Mato Grosso com rendimento inicial de 160 sacas por hectare, com alguns talhões rendendo até 200 sacas. E a colheita só está começando", ressaltou o analista.

Dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) da última sexta-feira (24/5) mostram que a colheita de milho safrinha no Estado chegou a 1,94% dos quase 7 milhões de hectares plantados em 2023/24. Apesar de estar apenas no início, o ritmo da colheita é o mais adiantado da série histórica do Imea, e deve se intensificar na próxima semana, algo que é comum no Estado apenas em junho, segundo o instituto.

"Vale destacar que as atenções estão voltadas para as produtividades, já que no início da semeadura as expectativas não eram animadoras. Mas, com o decorrer do desenvolvimento das lavouras e as chuvas se mantendo presentes ao longo do ciclo, já foram relatados pelos informantes do instituto bons rendimentos nos primeiros talhões", disse o Imea, em boletim.

Em suas projeções feitas em maio, o instituto estimou 45,04 milhões de toneladas para a colheita de milho safrinha em Mato Grosso, 4,1% a mais que o previsto em abril, mas 14,2% inferior à colheita do ano passado. A estimativa do Imea para a produtividade foi elevada em 4,1%, para 108,16 sacas por hectare, embora 7,4% abaixo da última safra.

FS atesta que captura de carbono é viável

Biocombustíveis

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A produtora de etanol de milho FS Agrisolutions, controlada pelo Summit Agricultural Group, dos Estados Unidos, informou que testes comprovaram a viabilidade geológica de seu projeto de injeção de gás carbônico no solo em Lucas do Rio Verde (MT).

Maior produtora de etanol de milho do Brasil, a empresa aguarda agora a definição regulatória e uma avaliação de mercado para dar início ao primeiro projeto no Brasil de captura e estoque de carbono no solo, considerada uma das soluções para a mitigação do aquecimento global.

"Nas ultimas semanas conseguimos comprovar que há viabilidade geológica para fazer injeção do CO2 no site de Lucas do Rio Verde", afirma Rafael Abud, CEO da FS.

Os testes mostraram que há viabilidade para a companhia poder injetar no solo toda a sua emissão atual de carbono na planta, de 423 mil toneladas ao ano. A injeção, de forma líquida, ocorreria por 30 anos, o que resultaria em uma estocagem de 12 milhoes de toneladas de carbono no subsolo. Após as três décadas, será preciso fazer novos testes para analisar a viabilidade de seguir com a atividade.



DIVULGAÇÃO

"Com o projeto, a produção de etanol da FS vai capturar mais carbono do que emitir"
Rafael Abud

Os estudos identificaram uma camada de rocha selante com características compatíveis para a manutenção do gás no subsolo, além de uma camada inferior de rocha porosa com características adequadas para armazenar o gás carbono de forma líquida. Também foram avaliadas outras características geológicas.

Com o projeto, a FS conseguiria produzir um etanol que, em todo seu ciclo de vida, mais retira carbono da atmosfera do que emite. Hoje, o etanol de milho da empresa emite 17 gramas de CO2 por megajoule de energia gerada, segundo da certificação no RenovaBio.

Até agora, a companhia já investiu R$ 100 milhões para os estudos, e prevê aportar mais R$ 350 milhões para construir a planta de captura de carbono.

A FS ainda avalia como pode obter o retorno desse investimento. Uma possibilidade é com o ganho de prêmios sobre a venda de um etanol com emissões líquidas de carbono negativas, o que é valorizado por alguns mercados de biocombustíveis, especialmente no de bioquerosene de aviação.

Outra opção é com a venda de créditos de remoção de carbono no mercado voluntário de carbono. Há contratos de longo prazo em que a tonelada do carbono removida é negociada por valores entre US$ 60 e US$ 100. "Nessa faixa de preço, o projeto é bastante viável", diz Abud.

A certificadora Gold Standard já possui uma metodologia de quantificação de remoção de carbono em projetos de CCS, e a Verra, maior certificadora de créditos de carbono do mundo, tem uma metodologia em análise.

A atividade ainda não tem previsão legal no Brasil. O projeto de lei Combustível do Futuro, já aprovado na Camara e em trâmite no Senado, prevê regras para as projetos de captura e estocagem de carbono (CCS, na sigla em inglês). Além da lei, o exercício da atividade de dependeria de regras da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A FS pretende replicar o projeto em outras usinas. Avaliações anteriores já identificaram que só não há condições geológicas adequadas em Primavera do Leste (MT).

À espera de ferrovia, Toledo (PR) ajusta planos para erguer porto multimodal

Diário de Bordo

Carolina Mainardes
Para o Valor, de Toledo (PR)

O município de Toledo, no oeste do Paraná, faz planos de instalar um porto multimodal junto à linha férrea da Nova Ferroeste, que passará pela região. O projeto prevê a atração de recursos privados para colocar a estrutura de pé.

A Associação Comercial e Empresarial de Toledo (Acit) está à frente do movimento que pretende tirar a iniciativa do papel. Outras entidades do município também participam dos esforços.

O local que se cogita como endereço do terminal fica próximo à saída para Assis Chateaubriand (PR), a poucos quilômetros do futuro trilho da Nova Ferroeste. O projeto deve acelerar o desenvolvimento da região e reforçar especialmente as atividades de cooperativas e agroindústrias que atuam na área, diz Cristiano Dall'Oglio da Rocha, presidente da Acit.

Caso de fato se torne realidade, a estrutura pode significar um novo salto para uma das cidades-símbolo do agronegócio paranaense. O Valor Bruto de Produção Agropecuária (VBP) de Toledo tem se mantido como o mais alto do Estado há uma década.

"Estamos numa região estratégica. Com o porto multimodal, vamos agregar valor à nossa produção e ao nosso potencial agrícola", disse Rocha ao **Valor** durante a passagem da expedição "Caminhos da Safra" pela cidade.

Segundo ele, a presença de oito cooperativas agrícolas na região assegura a viabilidade da iniciativa. O dirigente acredita que cada participante do projeto deverá investir em torno de R$ 50 milhões para construir a infraestrutura necessária no novo terminal.

Para que essas empresas possam operar no local, elas terão que erguer armazéns e silos e investir para ligar o terminal à linha férrea. Entre as cooperativas que atuam na região de Toledo estão Coamo, Coopavel, C. Vale, Frimesa, Copagril, Cotriguaçu e Primato.

"Todo esse modal novo será atrelado ao porto", diz Rocha. Ainda não se sabe o custo exato do projeto, mas estima-se que só a área que deve receber o terminal, de 120 alqueires (ou cerca de 290 hectares), custará R$ 40 milhões.

A Nova Ferroeste vai conectar o Porto de Paranaguá, no Paraná, a Maracaju, em Mato Grosso do Sul. O leilão de concessão deverá ocorrer em 2025. A empresa ou consórcio que vencer o certame terá 99 anos para explorar a estrutura.

Estima-se que o investimento total na nova ferrovia chegará a R$ 35,8 bilhões. A estrada, que terá 1.567 km de trilhos, deverá ampliar e modernizar a atual Ferroeste, entre as cidades paranaenses de Cascavel e Guarapuava.

caminhos da safra

PATROCÍNIO



Áreas inundadas no RS já perderam R$ 3 bi



Chuvas

Isadora Camargo
De São Paulo

As áreas de produção agropecuária que foram inundadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul tiveram um prejuízo aproximado de R$ 3 bilhões, segundo cálculo preliminar da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul). Segundo a organização, o resultado ainda está longe do prejuízo "real".

O levantamento foi feito com 550 produtores de porte médio, dos quais 347 informaram os valores de suas perdas. Dentre eles, o prejuízo é estimado em R$ 467 milhões. Os dados foram cruzados com um levantamento da Serasa Experian, que mapeou o perímetro de terrenos afetados.

O prejuízo médio por produtor ficou em R$ 1,4 milhão, incluindo gastos com investimento, arrendamento, comercialização e dívidas. Além disso, mais R$ 415 mil seriam só de perdas com custeio por produtor.

Não foram contabilizados os prejuízos com a venda de produção não colhida. Segundo Antonio da Luz, economista-chefe da Farsul, há grãos que não são vendidos por falta de qualidade.

Conforme o levantamento, 63,5% dos produtores questionados afirmaram que foram muito impactos, enquanto 34% disseram que foram parcialmente afetados. Segundo a Farsul, os danos imediatos poderão ser atenuados com liberação de crédito e subvenção governamental.

Além disso, de 536 produtores, 60% disse que está 100% endividado. Os demais disserem ter dívidas de safras passadas e renegociadas, com vencimento para este ano.

Para o presidente da Farsul, Gedeão Pereira, a situação é uma "pá de cal em cima do produtor gaúcho", que já passou por sucessivas secas em anos recentes. Ele defende que o governo federal libere ao menos R$ 500 milhões em subsídio do prêmio ao seguro rural e um fundo de aval.

O sentimento é de pessimismo entre 60,4% dos entrevistados, o que, segundo a Farsul, acende um alerta para a continuidade deles na atividade agropecuária.

Demissões ou férias coletivas também devem acontecer. Dos produtores questionados, 40,4% pretendem suspender contratos ou implementar férias coletivas.

Fruticultura
Produtores do Vale do São Francisco usam energia nuclear e IA contra praga nas lavouras
B9

Investimentos
Pátria tem aval de cotistas para assumir R$ 12 bi em fundos imobiliários do CS, diz Sorrentino C8



INÊS 249

Crédito
Oferta em 12 meses acelera entre fevereiro e abril, segundo dados do BC C2

Ativos digitais
Emissora de 'stablecoin', Circle avança no Brasil com parceria com Nubank C6

Política monetária Boletim mostrou nova piora nas projeções dos economistas de mercado para o IPCA; variação 'implícita' segue acima da meta

Alta das expectativas de inflação no Focus impõe desafio ao BC

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

O ciclo atual de flexibilização monetária se aproxima do fim e os próximos passos do Banco Central (BC) na condução dos juros parecem cada vez mais condicionados à dinâmica das expectativas inflacionárias. Nesse sentido, o protagonismo conferido ao Boletim Focus pela autoridade monetária deixa os participantes do mercado atentos à visão consensual dos economistas sobre o comportamento futuro da inflação, embora dúvidas sobre a capacidade de predição do documento para horizontes mais longos tenha suscitado críticas de alguns participantes do mercado.

A piora na inflação prospectiva vem se intensificando a cada semana. A mediana das estimativas dos economistas de mercado para o IPCA de 2025 subiu de 3,74% para 3,75%, enquanto o ponto-médio das projeções para a inflação de 2026 subiu de 3,50% para 3,58%, após ter ficado parada por 46 semanas. E é diante de um distanciamento ainda maior das expectativas em relação à meta de 3% que o mercado tem embarcado na sensação de que a autoridade monetária tende a pausar o ciclo de cortes na Selic.

O boletim divulgado ontem era aguardado com ansiedade. A sexta-feira foi uma "data crítica" para as projeções de inflação, ou seja, o último dia que os analistas tinham para calibrar suas estimativas para o IPCA para a formação dos rankings de "Top 5" de inflação do relatório elaborado pelo BC. Além disso, muitas casas não atualizam as estimativas semanalmente e demoram mais tempo para ajustar suas projeções, o que aumenta a importância da "data crítica".

Nesse sentido, era ampla a expectativa de que houvesse uma elevação das projeções de inflação e alguma contaminação do movimento recente em horizontes mais longos, especialmente a partir de 2026 — o que efetivamente aconteceu.

"As expectativas de inflação de médio prazo provavelmente estão refletindo prêmios sobre a condução da política, ou seja, a expectativa de que as metas fiscais não serão cumpridas, com as autoridades fiscais e monetárias inclinadas a acomodar a inflação acima da meta", afirma o chefe de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

Na visão do profissional, quanto mais tempo as expectativas de inflação de médio prazo (2026 e 2027) ficarem acima da meta, maior a contaminação nos mecanismos de formação de preços. E esse cenário, segundo Ramos, em nota enviada a clientes, "tornaria mais custoso para o Banco Central atingir a meta de inflação".

A autoridade monetária, tanto na comunicação oficial quanto em discursos dos dirigentes, tem se mostrado cada vez mais preocupada com o processo de desancoragem das expectativas no Focus. Ontem, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, reafirmou a importância das expectativas, ao dizer que as projeções de mercado "tendem a acertar mais" do que as de quem está fora. Além disso, o dirigente ressaltou que, na decisão do início do mês do Comitê de Política Monetária (Copom), a piora na dinâmica das expectativas levou a maioria do colegiado a optar por um corte de 0,25 ponto na Selic.

De acordo com dados atualizados ontem pelo BC, 169 instituições financeiras, entre bancos, gestoras de recursos e consultorias, participam da pesquisa Focus neste momento. Na elaboração de suas políticas, a autoridade monetária em geral leva em consideração, em especial, o comportamento das medianas das projeções dos últimos 30 dias, já que elas costumam ter um caráter mais inercial e não são tão voláteis quanto a média ou a mediana das estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis.

> Mediana das projeções para o IPCA de 2026 subiu de 3,50% para 3,58% após ficar inalterada por 46 semanas

Além do Focus, o BC costuma observar o comportamento da inflação "implícita", que é extraída dos títulos públicos atrelados ao IPCA (NTN-Bs), e que, por ser negociada no mercado, tende a ser mais volátil e está bem acima das metas, já que os participantes de mercado costumam exigir "prêmios" maiores. A inflação extraída da NTN-B para agosto de 2026 estava em 4,76% na sexta-feira.

Na visão do diretor de macroeconomia da ASA Investments e ex-diretor do BC, Fabio Kanczuk, a discussão sobre o Focus é "a mais relevante" do momento e se divide, dentro do Copom, entre a narrativa do "G-5", grupo do qual faz parte Campos Neto, e os quatro outros membros indicados pelo governo.

"O primeiro grupo dá atenção ao Focus e chama atenção para a desancoragem das expectativas, que recentemente voltaram a andar na direção contrária. A outra narrativa, da qual imaginamos que o Haddad [ministro da Fazenda] seja o principal proponente, entende que o Focus é manipulado pela Faria Lima e, assim, outros indicadores, que não estão sujeitos à opinião dos analistas, seriam mais relevantes. E, com isso, seria possível cortar mais os juros", afirma.

"Eu já acreditava que as expectativas estavam desancoradas nos 3,5% e agora estão ainda mais. Eu não acho o Focus perfeito, há algumas inconsistências nele, mas a qualidade da variável inflação no Focus é muito melhor do que qualquer outra. No fim do dia, ele acaba sendo o melhor instrumento que temos em termos de previsão de inflação", aponta Kanczuk.

Para o economista, o movimento recente de desancoragem é "grave" e deve ser combatido com uma postura ainda mais conservadora pelo BC. "Não dá para brincar com isso. A inflação longa precisa estar ancorada. Se não estiver, o custo para a sociedade será muito elevado. O próprio Federal Reserve [Fed, o banco central dos EUA] celebra o fato de, apesar da inflação corrente estar distante da meta, as expectativas longas estarem ancoradas. E é isso que permite uma flexibilidade maior do ponto de vista da condução da política monetária. É ali que está a credibilidade do Banco Central", enfatiza.

Nesse sentido, para Kanczuk, caso o grupo de diretores não concorde em utilizar o Focus, também é possível monitorar a inflação "implícita" de mercado. "De março para cá, tudo acabou piorando muito. Então, se você não gosta do Focus, pode buscar outras medidas, que provavelmente vão te dar informações ainda mais preocupantes."

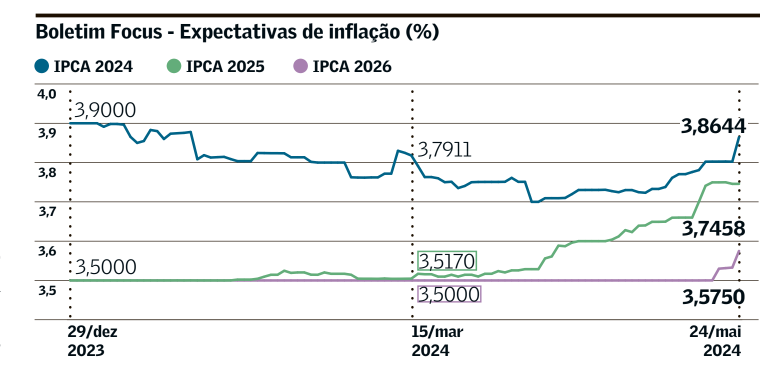
Na visão do profissional da ASA, caso as expectativas parem perto dos 4%, como ele espera, o BC não deve promover novos cortes de juros neste ano. E, em um cenário no qual elas ultrapassem os 4% e caminhem para 4,5%, a discussão sobre novas elevações nos juros deve ganhar intensidade.

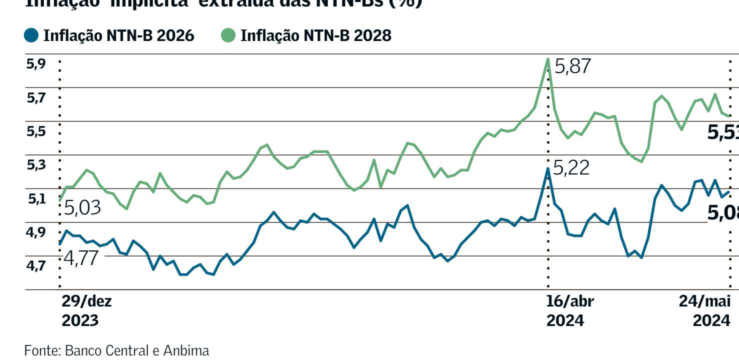
ANA PAULA PAIVA/VALOR



Kanczuk: Focus tem inconsistências, mas ainda é o melhor instrumento disponível em termos de previsão de inflação

Desancoragem contínua
Expectativas de inflação se distanciam ainda mais da meta





Fonte: Banco Central e Anbima

'Desancoragem levou a mudança na política monetária'

Sérgio Tauhata
De São Paulo

O Banco Central (BC) entendeu que a desancoragem das expectativas de inflação era um fator muito importante e por si só "quase" suficiente para a autoridade reduzir o ritmo de corte de juros, afirmou o presidente do BC, Roberto Campos Neto, durante almoço com empresários em São Paulo.

Segundo o dirigente, a minoria do Comitê de Política Monetária (Copom) que defendeu o corte de meio ponto percentual da Selic na última reunião viu a necessidade de se responder com uma comunicação mais clara sobre a mudança de política monetária.

Entre as duas últimas reuniões do comitê, houve uma deterioração das expectativas de inflação. De acordo com Campos Neto, o Copom reagiu a essa mudança de cenário, passando a reconhecer uma desancoragem em andamento. No penúltimo encontro, a percepção era a de desancoragem parcial, disse o dirigente.

Por esse motivo, a maioria dos diretores optou por não cumprir o "forward guidance" (sinalização futura) de corte de 0,50 ponto percentual da Selic, e votou por uma redução menor, de 0,25 ponto, para 10,50% ao ano.

Campos Neto reconheceu que a divisão de votos no Copom gerou "ruídos". O chefe do BC admitiu que o dissenso contribuiu para um movimento de maior inclinação das curvas de juros futuros. Isso porque parte do mercado interpretou o racha como sinalização de uma eventual postura mais leniente com a inflação após o fim do mandato do atual presidente.

Na visão do dirigente, com o tempo esse prêmio devido à incerteza tende a retroceder, na medida em que a autoridade monetária reforce a comunicação "de que a decisão foi técnica". De acordo com o presidente do BC, o dissenso acabou "influenciando a inflação implícita". Conforme Campos Neto, "houve tentativa de politizar [a decisão do Copom] e daqui a seis meses vamos olhar para trás e ver que cometemos um erro de interpretação".

> **0,24** ponto é queda de juro precificada nos EUA em 6 meses, diz BC

Para o dirigente, "houve uma divisão entre as pessoas que achavam que as condicionantes eram suficientes para mudar o 'guidance' e aqueles que viam custo em se sair do 'guidance' ". Segundo ele, "passamos por período de provação várias vezes ao longo do mandato".

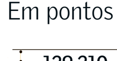
Campos Neto acrescentou haver também uma preocupação com o tema fiscal na questão da desancoragem de expectativas de inflação. "Tem uma preocupação fiscal, mas temos uma expectativa sobre ao debate de desvinculação dos pisos salariais e do salário mínimo", afirmou.

Sobre o cenário no exterior, o presidente do BC explicou que "apesar de a inflação [global] ter caído muito [desde o ano passado], os patamares ainda estão acima da média dos últimos anos". Mas, acrescentou, "lembrando que grande parte dos países estão fazendo a convergência [para a meta dos BCs]".

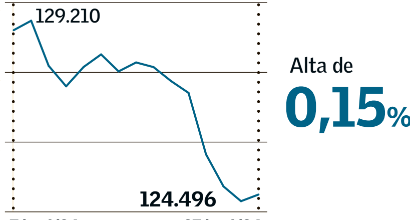
Nos EUA, Campos Neto afirmou que o mercado tem precificado uma ou duas quedas de juros no ano. "Hoje temos [precificado no mercado] que pode cair em setembro ou em dezembro, mas quando a gente olha o apreçamento em torno de seis meses, a expectativa é de um recuo de 24 pontos-base, ou seja, perto de uma queda."

O movimento da política monetária americana tem "contaminado" os demais países, disse. "Os EUA foram condutores de uma reprecificação global, quando as expectativas sobre o número de quedas de juros [pelo Federal Reserve, Fed o BC americano] mudaram." Na visão de Campos Neto, como a economia americana vem exibindo números positivos, "o Fed não tem pressa para cortar os juros".

INÊS 249



Ibovespa
Em pontos

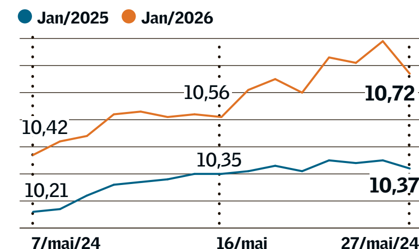


Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

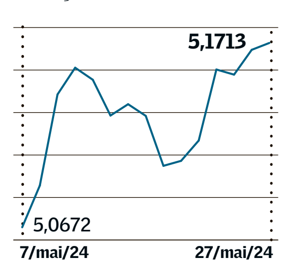
Bolsas internacionais
Variações no dia 27/mai/24 - em %

Dow Jones	Feriado
S&P 500	Feriado
Euronext 100	0,41
DAX	0,44
CAC-40	0,46
Nikkei-225	0,66
SSE Composite	1,14

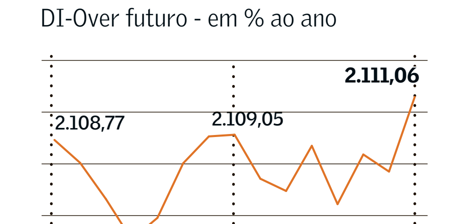
Juros
DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Ativos Ibovespa registra leve avanço e dólar comercial fecha com ligeira alta, mas sessão é marcada por baixo volume de negócios

Feriado nos EUA reduz liquidez do mercado local

Augusto Decker e Arthur Cagliari
De São Paulo

O feriado de Memorial Day nos Estados Unidos fechou os mercados americanos ontem e causou forte redução na liquidez dos negócios no Brasil. Com volume financeiro baixo, a bolsa brasileira e o real se mexeram pouco, e agora as atenções de agentes econômicos se voltam para os dados locais e internacionais que serão publicados ao longo da semana.

O Ibovespa subiu 0,15% ontem, aos 124.496 pontos. De acordo com levantamento do Valor Data, o volume financeiro do índice doméstico, que totalizou R$ 7,4 bilhões, foi o menor desde setembro de 2019.

Já o dólar comercial encerrou o dia em alta de 0,08%, cotado a R$ 5,1713. O giro do contrato futuro para junho do dólar estava em torno de 130 mil no fim da tarde de ontem, enquanto a média das cinco sessões anteriores foi de algo perto de 250 mil contratos. Isso significa um montante de US$ 6,5 bilhões, contra a média de US$ 12,5 bilhões.

"O feriado [dos EUA] influenciou na estabilidade do câmbio hoje e, com feriado no Brasil também na quinta-feira, devemos ter toda uma semana de menor liquidez", aponta Cristiane Quartaroli, economista do Ouribank, referindo-se ao Corpus Christi.

A liquidez na bolsa brasileira já é baixa há algum tempo, embora o volume de ontem tenha sido especialmente reduzido. O gestor de renda variável da Kínitro Capital, Marcelo Ornelas, diz que a tendência reflete o desinteresse dos estrangeiros pelo Brasil. "Isso já vem de algum tempo e foi confirmado no segundo trimestre deste ano. Vimos emergentes como China, México e Chile indo bem e o Brasil na direção contrária, em queda. Uma coisa é ver a bolsa americana subindo e nós caindo. Isso é até normal. Mas os emergentes costumam subir em bloco."

R$ 7,4 bi
foi o volume financeiro do Ibovespa ontem

Entre as possíveis causas, ele cita os ruídos fiscais e a mudança na perspectiva para a taxa Selic. "Começamos o ano achando que ia para 9%, e nessa primeira pernada de cortes talvez vejamos a taxa ainda acima de 10%."

As ações da Petrobras ajudaram o Ibovespa ontem: o papel preferencial subiu 1,09% e o ordinário avançou 1,02%, acompanhando a valorização do petróleo Brent no exterior.

Os agentes também acompanharam os comentários do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Para Quartaroli, ele "não trouxe muita novidade, mas tentou reduzir ruídos, embora não tenha trazido grandes movimentos para o câmbio."

Após o pregão morno de ontem, a liquidez tende a ser maior para os ativos domésticos nos próximos dias, já que, mesmo contando com feriados nos EUA e no Brasil, a agenda da semana é agitada local e globalmente.

Hoje, será divulgado o IPCA-15 de maio. O índice de preços gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) dos Estados Unidos referente a abril sai na sexta-feira. Com o feriado de quinta-feira no Brasil, os investidores podem começar a se antecipar na disputa do nível do dólar, já que haverá formação de Ptax mensal na sexta-feira, a última sessão do mês.

Para a Wagner Investimentos, a compra de dólar seria recomendada principalmente se a moeda voltasse ao patamar de R$ 5,10, o que tem perdido a probabilidade de ocorrer. Já em relação à venda, "o racional é quando o exterior estiver 'calmo' e tivermos algum estresse aqui".

Bill Gross diz que Trump seria pior do que Biden para mercados de bônus

Brooke Masters e Lauren Fedor
Financial Times, de Nova York

MISHA FRIEDMAN/BLOOMBERG



Uma vitória do ex-presidente Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos provocaria uma tendência "mais pessimista" e "desestabilizadora" para os mercados de bônus do que a reeleição do presidente Joe Biden, na avaliação de Bill Gross, o veterano investidor de renda fixa.

Ele disse ao "Financial Times" que a volta de Trump à Casa Branca exacerbaria os déficits crescentes dos EUA que azedaram sua relação com o mercado em que ganhou apelido de "rei dos bônus" quando comandava a gestora de ativos Pimco.

"Trump é o candidato que mais leva a uma tendência de baixa simplesmente porque seus programas defendem cortes de impostos constantes e coisas mais caras", disse Gross. Ele ressalvou que o mandato de Biden também foi responsável por trilhões de dólares em gastos deficitários. "A eleição de Trump seria mais disruptiva."

Gross fez os comentários a menos de seis meses das eleições, marcadas para novembro, e poucos dias antes de um júri em Manhattan começar a deliberar sobre o caso de "suborno" que pode fazer de Trump o primeiro ex-presidente dos EUA condenado por um crime.

O republicano Trump está à frente do democrata Biden na maioria das pesquisas de opinião nacionais, assim como em pesquisas com eleitores dos principais Estados indecisos, que provavelmente definirão o resultado do pleito. Ele também conseguiu endossos de destaque nos últimos dias, inclusive de Nikki Haley, sua adversária nas primárias, e do bilionário Stephen Schwarzman, grande doador do Partido Republicano.

Mas os comentários de Gross são um golpe em um argumento central de Trump na campanha: o de que ele seria um gestor melhor da economia e dos mercados financeiros americanos do que Biden.

Um dos principais programas econômicos de Trump é a promessa de tornar permanentes os cortes de impostos que fez em 2017, uma medida que o think-tank Committee for a Responsible Budget estima que custará US$ 4 trilhões ao longo da próxima década.

Em entrevista em que tratou de vários assuntos, desde suas escolhas atuais no mercado até as origens da sua coleção de selos raros, Gross falou com detalhes sobre o que aprendeu ao compilar 40 anos de suas perspectivas de investimento mensais em um novo livro.

O déficit crescente dos EUA levou Gross a abandonar a estratégia com bônus que o tornou famoso e a declarar em sua última perspectiva de investimento que "o retorno total está morto" — referência ao seu fundo Total Return. O déficit orçamentário dos EUA chegou a 8,8% do PIB no ano passado — mais do que o dobro do valor registrado para 2022, de 4,1%. "O déficit é o culpado; um aumento [anual] de US$ 2 trilhões na oferta... vai pôr alguma pressão sobre o mercado", afirmou.

"Trump é o candidato que mais leva a uma tendência de baixa porque defende cortes de impostos constantes"
Bill Gross

No lugar de sua estratégia anterior, Gross disse que tem colocado sua alocação de renda fixa em um fundo fechado que investe em títulos preferenciais, capital contingente e em até 20% de crédito privado, ao mesmo tempo em que usa alguma alavancagem para aumentar os retornos. "Isso com certeza é mais atraente para um investidor que não precisa de muita liquidez."

Gross também está relativamente pessimista em relação aos mercados acionários dos EUA e advertiu que os investidores "precisam moderar suas expectativas" em vez de esperar uma repetição infinita do retorno do ano passado, de 24% para o S&P 500.

"Com o tempo, os mercados deveriam significar reversão. Para mim, isso significa que os preços subirão menos do que já subiram", disse ele. "Se as pessoas esperam 10% ou 15%, [elas] trabalharão com orçamentos mais enxutos", acrescentou.

Gross, que ainda gasta cinco ou seis horas por dia acompanhando os mercados em seu terminal pessoal da Bloomberg, também tem investimentos robustos em ações do setor de tabaco e títulos conhecidos como master limited partnerships (MLPs, sociedades limitadas negociadas publicamente), uma forma com benefícios fiscais de financiar oleodutos e outras empresas. No dois casos, ele procura lucrar com cantos do mercado que outros evitam. Muitos investidores fogem do setor do tabaco por causa de seu impacto na saúde, enquanto as MLPs perdem alguns ou todos os seus benefícios fiscais quando estão em fundos mútuos e veículos de aposentadoria.

Crédito dá sinais de aceleração nos últimos três meses

Gabriel Shinohara
De Brasília

O crescimento do crédito no sistema financeiro vem acelerando nos três meses entre fevereiro e abril. Em abril, a alta no saldo acumulado em 12 meses foi de 8,7%. Em janeiro, este número estava em 7,7%, de acordo com o chefe do departamento de estatísticas do Banco Central (BC), Fernando Rocha.

Em entrevista após a divulgação das estatísticas monetárias e de crédito ontem, Rocha ressaltou que com esses números já é possível "começar a pensar em classificar o que a gente teve lá [em janeiro] como um piso recente dessa taxa de crescimento".

O crédito livre registrou crescimento de 6,2% no saldo no acumulado de 12 meses terminados em abril, chegando a um total de R$ 3,4 trilhões. Em janeiro, esse crescimento era de 4,8%, segundo Rocha. Já a expansão do crédito direcionado, que contabiliza as carteiras do BNDES e de habitação com recursos da poupança, foi de 12,4% em 12 meses, registrando um total de R$ 2,5 trilhões.

Na divisão entre pessoas jurídicas e pessoas físicas, a alta nos 12 meses terminados em abril foi maior para pessoas físicas, em 10,9%, somando R$ 3,6 trilhões. Já para pessoas jurídicas, o crescimento foi de 5,3% nos 12 meses, ou chegando a R$ 2,2 trilhões.

Na comparação entre abril e março, a variação do saldo foi de 0,2%, com destaque para o crescimento de empréstimos para pessoas físicas, em 0,9%. No período, o saldo de pessoas jurídicas caiu 0,9%. No recorte entre saldo direcionado e livre, o primeiro teve crescimento de 0,7% entre abril e março, enquanto o segundo mostrou uma queda de 0,2%.

O Banco Central projeta um crescimento no saldo de crédito de 9,4% este ano, de acordo com o último Relatório de Inflação publicado em março. A projeção para o crédito livre é de expansão de 8,9% e para o direcionado, de alta de 10% no período.

O chefe de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, escreveu em relatório que a taxa de crescimento anual se firmou, mas que as condições de crédito podem encontrar adversidades nos próximos meses por conta das expectativas de uma política monetária mais conservadora "considerando expectativas de inflação deterioradas, cenário fiscal mais fraco e riscos crescentes para o cenário de inflação". Por outro lado, o analista destaca que a continuidade de concessão de financiamento por bancos públicos deve apoiar o ciclo de crédito.

As expectativas de inflação vêm subindo nas últimas semanas, assim como as projeções para a taxa básica de juros, a Selic, neste ano. De acordo com o relatório Focus, a mediana das projeções aponta para uma inflação de 3,86% este ano, contra 3,73% há quatro semanas, e 3,75% para 2025, contra 3,60% quatro semanas atrás. Além disso, a mediana das projeções para Selic em 2024 subiu de 9,50% para 10% ao ano. A Selic atualmente está em 10,5% ao ano.

Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos, aponta que o mercado está discutindo uma possibilidade de manutenção da Selic em 10,50%, então não seria de se esperar um fomento vindo do mercado de crédito. "A gente vê que o mercado está bem restritivo e com as discussões de que a Selic pode ficar nesse patamar de 10,50%. Com esse ambiente de incerteza, não é esperado que vai ter uma política ultra-estimulativa do lado do crédito".

Vamos dirimir dúvida que causa 'desancoragem', diz Gabriel Galípolo

De Brasília

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, admitiu ontem que a divisão que ocorreu na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) levantou debates, discussões e desconfiança pela forma como foi feita. Mas lembrou que na manhã da reunião "algumas pesquisas mostravam divisão muito semelhante do ponto de vista do mercado do que se imaginava que ocorreria". A decisão de reduzir a Selic de 10,75% para 10,5% ao ano dividiu os membros do Copom, com cinco membros votando pelo corte de 0,25 ponto percentual e quatro por 0,5 ponto.

"A forma como a divisão se apresentou levantou debates, discussões, desconfiança ainda que se você conversa tecnicamente com qualquer agente de mercado, ele vai dizer que qualquer um dos dois votos eram tecnicamente defensáveis."

Galípolo pontuou que na situação atual ainda "existe um pouco do ruído gerado", mas ressaltou que permanece com "serenidade" e afirmou acreditar que o processo vai jogar a favor da autoridade monetária. "O BC ao longo do tempo vai conseguir dirimir e afastar eventualmente dúvidas que possam ter sido levantadas, dado que a gente vai estar sempre reforçando, reafirmando e demonstrando o compromisso que a gente tem com o que é nossa missão institucional", disse.

Galípolo relembrou que na primeira fala pública dele após a decisão, no Summit **Valor** Econômico em Nova York, ele "deliberadamente" passou a maior parte da fala defendendo mais quem votou pelo corte de 0,25 ponto "do que efetivamente meu voto".

Galípolo afirmou que o arcabouço institucional da política monetária prevê que o "poder democraticamente eleito" determina a meta de inflação e "cabe à autoridade monetária colocar taxa de juros no patamar restritivo suficiente pelo período que for necessário para que a inflação convirja para a meta".

O diretor do BC explicou que, neste ciclo de Copom, houve um processo de elevação de incertezas com "uma série de fatores". Galípolo ressaltou um mercado de trabalho mais apertado do que se esperava originalmente e a reprecificação da política monetária americana (com redução da expectativa de cortes de juros). "Tudo isso agregou volatilidade e uma reprecificação que fortaleceu o dólar e aumentou a volatilidade, em especial para moedas de países emergentes." *(GS)*


ALBERTO GRISELLI
CEO DA TIM BRASIL E ASSINANTE DO VALOR
Valor ECONÔMICO

INÊS 249

Ativos digitais Para Jeremy Allaire, 'stablecoins' que fogem da regulação estão com os dias contados

Circle avança no Brasil com parceria com Nubank

Ricardo Bomfim
De São Paulo

A startup de criptoativos Circle vai anunciar oficialmente sua entrada no mercado brasileiro por meio de parcerias com grandes instituições financeiras, como o Nubank, amanhã durante evento em São Paulo. Em entrevista ao **Valor**, Jeremy Allaire, CEO da emissora da segunda maior "stablecoin" (criptomoeda com paridade em divisas como o dólar) do mundo, o USDC, disse que em breve a companhia tornará disponível uma opção para que instituições financeiras possam acessar mais facilmente o USDC usando o sistema bancário local.

"Temos trabalhado duro há algum tempo para construir parcerias com instituições líderes no setor financeiro de ativos digitais e fintechs", afirma Allaire, destacando que esta tem sido uma estratégia global da empresa para desenvolver seu negócio de "dólar digital".

Uma stablecoin, como o USDC, é uma moeda digital cujo valor é atrelado na razão de um para um (1:1) com alguma divisa tradicional forte, tal qual o dólar americano. Hoje, o USDC possui uma capitalização de mercado de US$ 32,5 bilhões, o que o deixa atrás apenas do USDT, da Tether, (capitalização de US$ 111,8 bilhões) em termos de relevância entre as stablecoins.

Globalmente, a Circle já possui parcerias com gigantes do setor financeiro como BlackRock e Visa, além de receber investimentos da maior plataforma de criptomoedas dos Estados Unidos, a Coinbase. "Somos focados em prover as plataformas e a infraestrutura de emissão de dólares para as principais instituições ao redor do globo. Então, somos uma empresa de atacado, dependemos que outras pessoas construam na nossa plataforma e acessem USDC pela nossa infraestrutura", explica.

Em relação aos concorrentes, Allaire diz que a oportunidade para fazer algo em stablecoins que seja não regulado, offshore e fora da supervisão dos EUA está indo embora. "Você verá mais e mais jurisdições onde esses produtos são ilegais. Isso já acontece na Europa, com a adoção da [regulação da União Europeia sobre criptomoedas] MiCA, e verá ocorrer em outros mercados", afirma.

Para o executivo, as stablecoins estão saindo de sua fase inicial, na qual o grande caso de uso era facilitar a conversão entre criptomoedas diferentes no mundo das finanças descentralizadas (DeFi), para um modelo de adoção institucional por bancos e empresas. "O aspecto mais interessante para nós são os dólares digitais como reserva de valor e mecanismo para pagamentos internacionais transfronteiriços."

Allaire acredita que, da mesma forma como as pessoas se acostumaram a se comunicar com qualquer um em qualquer lugar do mundo, instantaneamente, logo todos vão exigir que a mesma praticidade seja possível para pagamentos e transferências. A utilização do blockchain, neste contexto, seria, para o CEO da Circle, mais interessante do que a internacionalização de sistemas como o Pix. "Nós acreditamos que se você quiser algo verdadeiramente aberto e com alcance global, interoperabilidade e o benefício de uma infraestrutura tecnológica que está constantemente melhorando, esse modelo aberto de internet, que chamamos de 'open money', é muito mais atrativo."

Hoje, a Circle está em processo para fazer uma oferta pública inicial (IPO em inglês) nos EUA. O CEO da companhia confirmou que a emissora de stablecoins entrou com pedido no fisco americano para redomiciliar sua sede para o país, migrando sua base jurídica, que atualmente está na Irlanda. No entanto, o executivo se negou a comentar sobre o IPO ou o nível de diálogo que possui com os reguladores americanos, vistos como mais refratários a criptoativos do que aqueles de países como o Brasil. Allaire elogiou o presidente do Banco Central brasileiro, Roberto Campos Neto, qualificando seu conhecimento sobre criptomoedas como "impressionante", e defendeu que Pix e as stablecoins podem ser inovações complementares. "Acreditamos desde nosso primeiro dia que devemos ficar mais próximos de governos e legisladores. E o Brasil terá um papel cada vez maior no ecossistema financeiro global."

NATHAN LAINE/BLOOMBERG



Jeremy Allaire, da Circle: Modelo de pagamento via cripto melhor que o Pix

US$ 33 bi
é a capitalização de mercado total da 'stablecoin' USDC

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 27/05/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.774,5735320	0,06	0,67	3,74
IRF-M	1+**	20.162,1893220	0,28	0,77	1,11
IRF-M	Total	18.282,2943070	0,21	0,74	1,89
IMA-B	5***	9.230,7740920	0,08	0,96	2,83
IMA-B	5+****	11.255,6361450	-0,17	1,43	-3,01
IMA-B	Total	9.881,7699940	-0,04	1,20	-0,26
IMA-S	Total	6.668,7314920	0,04	0,71	4,36
IMA-Geral	Total	8.132,1677710	0,06	0,87	2,29

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	13/05	10/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,15	31,67	31,90	32,64	29,99	34,72
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,95	25,51	23,85	24,32	25,17	29,68
Conta garantida pré - a.a.	41,63	41,01	44,47	40,86	45,01	49,23
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,74	23,14	22,27	24,12	22,16	29,02
Vendor pré - a.a.	15,40	16,04	16,38	15,47	16,08	18,71
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,46	17,25	16,74	18,21	18,82	21,24
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	16,48	16,67	17,34	17,70	16,63	19,23
Conta garantida pós - a.a.	25,41	25,58	25,46	26,56	25,05	28,02
ACC pós - a.a.	8,21	8,70	7,75	7,89	8,27	8,59
Factoring - a.m.	3,31	3,31	3,30	3,35	3,32	3,60

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	27/05/24	24/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3100	5,3400	5,3200	5,0600
1 mês	-	5,3237	5,3237	5,3274	5,3297	4,9984
3 meses	-	5,3487	5,3484	5,3479	5,3477	4,8244
6 meses	-	5,3893	5,3894	5,3902	5,3903	4,5828
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9100	3,9040	3,9060	3,9070	3,1520
1 mês	-	3,9118	3,9118	3,9137	3,9132	3,0346
3 meses	-	3,9252	3,9249	3,9260	3,9259	2,8092
6 meses	-	3,9432	3,9431	3,9429	3,9428	2,3364
1 ano	-	3,8268	3,8168	3,7632	3,7567	1,2321
Euribor ***						
1 mês	-	3,792	3,807	3,873	3,848	3,199
3 meses	-	3,808	3,822	3,825	3,865	3,462
6 meses	-	3,780	3,787	3,795	3,835	3,760
1 ano	-	3,729	3,673	3,696	3,724	3,955
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,36	5,39	5,36	5,36	5,37	5,55
T-Bill (3 meses)	5,38	5,39	5,40	5,40	5,39	5,31
T-Bill (6 meses)	5,38	5,39	5,37	5,39	5,38	5,42
T-Note (2 anos)	4,95	4,94	4,85	5,04	5,00	4,53
T-Note (5 anos)	4,53	4,53	4,47	4,72	4,69	3,91
T-Note (10 anos)	4,47	4,48	4,45	4,68	4,67	3,82
T-Bond (30 anos)	4,57	4,58	4,59	4,79	4,78	4,00

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

			Mês				Acumulado	
Renda Fixa	mai/24*	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	Ano*	12 meses**
Selic	0,71	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,27	12,32
CDI	0,71	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,27	12,32
CDB (1)	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	3,79	10,52
Poupança (2)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,63
Poupança (3)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,63
IRF-M	0,74	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,48	1,89	12,20
IMA-B	1,20	-1,61	0,08	0,55	-0,45	2,75	-0,26	7,83
IMA-S	0,71	0,90	0,86	0,82	0,99	0,92	4,36	12,63
Renda Variável								
Ibovespa	-1,13	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	5,38	-7,22	20,58
Índice Small Cap	-1,14	-7,76	2,15	0,47	-6,55	7,05	-12,53	12,36
IBrX 50	-1,52	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	5,31	-6,11	22,10
ISE	-0,66	-6,02	1,21	1,99	-4,96	6,04	-8,41	14,74
IMOB	0,95	-11,56	1,10	1,27	-8,46	8,69	-16,32	17,33
IDIV	1,17	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	6,90	-3,23	21,76
IFIX	-0,21	-0,77	1,43	0,79	0,67	4,25	1,91	18,32
Dólar Ptax (BC)	-0,03	3,51	0,26	0,60	2,32	-1,91	6,80	3,42
Dólar Comercial (mercado)	-0,41	3,54	0,86	0,71	1,75	-1,28	6,57	4,12
Euro (BC) (4)	1,63	2,37	0,07	0,25	0,54	-0,63	4,94	0,10
Euro Comercial (mercado) (4)	1,34	2,43	0,71	0,38	-0,34	0,32	4,59	0,84
Ouro B3	-	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,16	0,83	0,42	0,56	1,80	3,69
IGP-M	-	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,59	-0,60	-3,04

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 27/mai/24. ** Até abr/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 22/05/24

	Patrimônio líquido	Rentabilidade nominal - %				Estimativa da captação líquida - R$ milhões			
Categorias	R$ milhões (1)	no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.467.795,52					5.959,50	45.171,36	198.945,73	182.474,17
RF Indexados (2)	149.404,01	-0,07	0,76	1,95	9,12	-198,47	-1.354,72	-4.307,78	-12.337,66
RF Duração Baixa Soberano (2)	683.520,50	0,04	0,55	3,83	11,25	1.494,46	7.310,24	50.947,30	42.100,22
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	818.025,02	0,04	0,61	4,35	12,80	1.914,93	11.429,13	30.906,09	33.265,87
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	153.552,24	0,04	0,05	4,37	12,85	368,37	4.651,67	49.288,28	55.906,36
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	166.511,07	0,02	0,70	3,37	8,75	-93,95	-846,18	-4.188,50	-6.513,05
RF Duração Livre Soberano (2)	227.810,80	0,02	0,60	3,38	10,59	536,10	3.592,07	2.757,81	-8.452,76
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	673.659,13	0,03	0,63	3,79	11,41	276,03	8.277,12	5.473,13	-16.353,24
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	332.328,37	-0,03	0,74	3,74	12,83	451,08	6.642,43	51.683,92	108.061,40
Ações	607.119,11					-629,97	-4.202,13	-3.831,47	30.319,45
Ações Indexados (2)	10.566,99	-1,40	-0,30	-6,41	13,61	-0,57	-378,02	733,01	-926,35
Ações Índice Ativo (2)	32.939,04	-1,46	-0,40	-6,76	11,89	-482,79	-1.247,10	-2.656,23	-4.104,41
Ações Livre	217.825,29	-1,63	0,52	-4,56	13,75	-134,70	-2.237,18	-2.707,24	-11.047,51
Fechados de Ações	126.212,47	-0,62	0,04	-3,36	-0,35	13,48	177,38	-558,65	29.819,14
Multimercados	1.645.815,11					906,93	-10.332,00	-49.994,79	-184.720,22
Multimercados Macro	155.417,50	-0,28	0,84	0,42	7,07	21,66	-4.321,88	-20.255,85	-47.560,21
Multimercados Livre	623.542,25	-0,12	0,55	1,89	9,11	1.214,77	1.083,96	8.112,59	-42.919,00
Multimercados Juros e Moedas	53.019,37	0,00	0,56	3,54	11,59	398,46	-385,30	-4.091,46	-14.500,21
Multimercados Invest. no Exterior (2)	732.920,54	-0,05	0,18	2,41	10,39	-744,74	-7.021,13	-35.262,21	-74.744,01
Cambial	6.031,77	0,79	-0,26	8,65	10,33	-68,87	-58,81	-392,24	-1.399,20
Previdência	1.418.364,76					71,65	416,50	15.130,58	40.438,64
ETF	43.367,35					85,73	638,64	-2.355,79	-1.629,73
Demais Tipos	1.981.839,90					1.273,98	5.681,24	34.375,83	38.817,47
Total Fundos de Investimentos	**7.188.493,62**					**6.324,98**	**31.633,56**	**157.502,02**	**65.483,11**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.684.148,63**					**1.317,82**	**-3.937,67**	**27.486,29**	**102.198,07**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.802,00**					-	-	-	-
Total Geral	**8.920.444,25**					**7.642,80**	**27.695,89**	**184.988,30**	**167.681,18**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de março de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	27/05/24	24/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,75	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,26
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9683
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,26
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9683
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,36	10,37	10,36	10,34	10,33	13,59
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,37	10,39	10,37	10,31	10,22	13,33
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,39	10,39	10,46	10,46	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,38	10,37	10,40	10,40	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,37	10,36	10,35	10,33	13,59
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,35	10,37	10,36	10,32	10,27	13,53
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,39	10,37	10,31	10,22	13,34
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,57	10,47	10,39	10,23	12,45

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 27/05/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	99.843,13	10,396	93.066	10,394	10,404	10,400
Vencimento em jul/24	99.063,34	10,386	119.127	10,384	10,392	10,386
Vencimento em ago/24	98.176,59	10,370	10.692	10,370	10,372	10,370
Vencimento em set/24	97.338,16	10,355	7.087	10,350	10,375	10,360
Vencimento em out/24	96.543,44	10,351	338.219	10,345	10,380	10,355
Vencimento em nov/24	95.676,32	10,359	1.711	10,350	10,380	10,355
Vencimento em dez/24	94.962,50	10,371	11	10,400	10,400	10,400
Vencimento em jan/25	94.184,82	10,371	612.618	10,360	10,420	10,375
Vencimento em fev/25	93.355,79	10,407	2.525	10,425	10,450	10,425
Vencimento em mar/25	92.607,60	10,434	18.779	10,435	10,490	10,445
Vencimento em abr/25	91.903,78	10,453	86.688	10,440	10,530	10,450
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	5.173,78	0,05	131.815	5.156,00	5.184,50	5.174,00
Vencimento em jul/24	5.188,68	0,04	1.220	5.176,00	5.199,00	5.187,00
Vencimento em ago/24	5.206,32	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.222,06	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.236,62	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	5.617,80	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.640,26	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.667,93	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	124.959	0,08	49.560	124.555	125.080	125.000
Vencimento em ago/24	126.963	-	0	0	0	0
Vencimento em out/24	128.869	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 27/05/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1698	5,1704	0,38	-0,03	6,80	3,17
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1707	5,1713	0,08	-0,41	6,57	3,67
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1966	5,3766	0,22	-0,44	6,52	3,88
Euro (BC) - (R$/€)	5,6134	5,6161	0,46	1,63	4,94	4,59
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,6152	5,6158	0,17	1,34	4,59	4,93
Euro Turismo (R$/€)	5,6678	5,8478	0,19	1,09	4,29	4,94
Euro (BC) - (US$/€)	1,0858	1,0862	0,08	1,66	-1,74	1,37
Ouro*						
B3 (R$/g)¹ ²	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.351,08	0,60	2,61	13,84	20,95
Londres (US$/onça troy)¹	-	Feriado	-	1,08	13,45	19,77

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	27/05/24	24/05/24	No fim de abr/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	155.958,65	155.361,70	158.178,40	173.997,89	0,38	-1,40	-10,37
Valor-Coppead Mínima Variância	95.597,87	95.408,53	93.569,68	93.533,91	0,20	2,17	2,21

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 27/05/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 27/05/24

Índice	27/05/24	24/05/24	Em 30/04/24	29/12/23	27/05/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	Feriado	184,26	175,61	165,54	150,75	-	4,93	11,31	22,23
S&P BNY Emergentes	Feriado	353,11	327,57	312,75	286,55	-	7,80	12,91	23,23
S&P BNY América Latina	Feriado	206,58	210,73	225,28	189,96	-	-1,97	-8,30	8,75
S&P BNY Brasil	Feriado	200,59	208,55	232,95	188,98	-	-3,82	-13,89	6,14
S&P BNY México	Feriado	334,28	334,82	331,67	314,13	-	-0,16	0,79	6,42
S&P BNY Argentina	Feriado	238,72	239,79	178,27	120,44	-	-0,45	33,91	98,20
S&P BNY Chile	Feriado	153,58	141,51	162,12	165,54	-	8,53	-5,26	-7,22
S&P BNY Índia	Feriado	2.790,81	2.767,67	2.923,01	2.733,18	-	0,84	-4,52	2,11
S&P BNY Ásia	Feriado	216,60	203,01	189,60	170,73	-	6,69	14,24	26,87
S&P BNY China	Feriado	338,54	313,42	336,11	304,93	-	8,01	0,72	11,02
S&P BNY África do Sul	Feriado	211,70	205,44	199,87	223,56	-	3,05	5,92	-5,30
S&P BNY Turquia	Feriado	31,20	27,03	22,45	18,52	-	15,45	38,96	68,48

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
08/05 a 08/06	0,1060	0,6065	0,6065	0,7867
09/05 a 09/06	0,0834	0,5838	0,5838	0,7540
10/05 a 10/06	0,0488	0,5490	0,5490	0,7191
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344	0,5344	0,7244
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607	0,5607	0,7608
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869	0,5869	0,7971
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889	0,5889	0,7991
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149	0,6149	0,7951
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646	0,5646	0,7648
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387	0,5387	0,7288
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384	0,5384	0,7285
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649	0,5649	0,7651
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916	0,5916	0,8017
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926	0,5926	0,8028
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909	0,5909	0,8010
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643	0,5643	0,7644
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396	0,5396	0,7297

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 27/05/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	124.496	0,15	-1,13	-7,22	12,25
IBrX	52.524	0,18	-1,46	-6,95	12,57
IBrX 50	20.859	0,21	-1,52	-6,11	13,96
IEE	89.820	-0,07	5,31	-5,41	6,39
SMLL	2.058	0,16	-1,14	-12,53	-2,63
ISE	3.447	0,02	-0,66	-8,41	2,88
IMOB	846	0,26	0,95	-16,32	1,49
IDIV	8.781	0,09	1,17	-3,23	19,29
IFIX	3.375	-0,12	-0,21	1,91	12,22
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.079	-0,23	-1,11	-13,13	8,80
IBrX	10.159	-0,20	-1,44	-12,88	9,10
IBrX 50	4.034	-0,17	-1,49	-12,09	10,45
IEE	17.372	-0,45	5,33	-11,43	3,12
SMLL	398	-0,22	-1,11	-18,10	-5,63
ISE	667	-0,36	-0,64	-14,24	-0,29
IMOB	164	-0,12	0,97	-21,65	-1,63
IDIV	1.698	-0,29	1,19	-9,39	15,62
IFIX	653	-0,50	-0,18	-4,57	8,77

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 27/05/24	24/05/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	Feriado	335	-	6,0	-10,0
África do Sul	Feriado	337	-	-16,0	11,0
Argentina	Feriado	1.444	-	229,0	-463,0
Brasil	Feriado	212	-	2,0	17,0
Colômbia	Feriado	310	-	6,0	45,0
Filipinas	Feriado	74	-	-6,0	16,0
México	Feriado	171	-	1,0	4,0
Peru	Feriado	112	-	1,0	10,0
Turquia	Feriado	237	-	1,0	-39,0
Venezuela	Feriado	17.915	-	2.888,0	-6.177,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
set/23	340.324	15/05/24	356.419
out/23	340.247	16/05/24	356.448
nov/23	348.406	17/05/24	356.191
dez/23	355.034	20/05/24	356.017
jan/24	353.563	21/05/24	356.330
fev/24	352.705	22/05/24	355.992
mar/24	355.008	23/05/24	355.060
abr/24	351.599	24/05/24	355.339

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	27/05/24	24/05/24	23/05/24	22/05/24	21/05/24	20/05/24
Índice	2.111,06	2.107,09	2.108,00	2.105,36	2.108,46	2.106,06
Var. no dia	0,19%	-0,04%	0,13%	-0,15%	0,11%	-0,03%
Var. no mês	0,68%	0,49%	0,54%	0,41%	0,56%	0,45%
Var. no ano	2,22%	2,03%	2,07%	1,94%	2,09%	1,98%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 27/05/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,5500	36,6300	0,14110	0,14150
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,1698	5,1704
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4216	36,5129	0,1416000	0,1420000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9600	0,7428	0,7537
Colon (Costa Rica)	513,4500	515,0000	0,010040	0,010070
Coroa (Dinamarca)	6,8704	6,8714	0,7524	0,7526
Coroa (Islândia)	137,3100	137,6400	0,03756	0,03765
Coroa (Noruega)	10,4936	10,4966	0,4925	0,4927
Coroa (Rep. Tcheca)	22,7290	22,7340	0,2274	0,2275
Coroa (Suécia)	10,6059	10,6089	0,4873	0,4875
Dinar (Argélia)	134,2998	134,8898	0,03833	0,03850
Dinar (Kuwait)	0,3068	0,3069	16,8452	16,8527
Dinar (Líbia)	4,8341	4,8564	1,0645	1,0696
Direitos Especiais de Saque ***	1,3234	1,3234	6,8417	6,8425
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6736	1,4073	1,4078
Dirham (Marrocos)	9,9437	9,9488	0,5196	0,5200
Dólar (Austrália)***	0,6656	0,6659	3,4410	3,4430
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,1698	5,1704
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5427	2,5875
Dólar (Canadá)	1,3630	1,3637	3,7910	3,7934
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,1914	6,2672
Dólar (Cingapura)	1,3485	1,3486	3,8335	3,8342
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,1698	5,1704
Dólar (Hong Kong)	7,8076	7,8077	0,6621	0,6622
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6151	0,6155	3,1799	3,1824
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7496	6,8260	0,7574	0,7660
Euro (Comunidade Européia)***	1,0858	1,0862	5,6134	5,6161
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8405	2,8974
Franco (Suíça)	0,9131	0,9135	5,6593	5,6625
Guarani (Paraguai)	7527,4300	7534,7200	0,0006861	0,0006869
Hryvnia (Ucrânia)	40,0000	40,3000	0,1283	0,1293
Iene (Japão)	156,8600	156,8900	0,03295	0,03296
Lev (Bulgária)	1,8016	1,8027	2,8678	2,8699
Libra (Egito)	47,1200	47,2200	0,1095	0,1097
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000058	0,000058
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2770	1,2774	6,6018	6,6047
Naira (Nigéria)	1460,0000	1510,0000	0,00342	0,00354
Lira (Turquia)	32,0681	32,0721	0,1612	0,1612
Novo Dólar (Taiwan)	32,1620	32,1920	0,16060	0,16080
Novo Sol (Peru)	3,7259	3,7557	1,3765	1,3877
Peso (Argentina)	892,5000	893,0000	0,00579	0,00579
Peso (Chile)	902,3000	902,9000	0,005726	0,005730
Peso (Colômbia)	3864,5900	3868,5400	0,001336	0,001338
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2154	0,2154
Peso (Filipinas)	58,1750	58,1950	0,08884	0,08888
Peso (México)	16,6520	16,6620	0,3103	0,3105
Peso (Rep. Dominicana)	58,6900	59,0900	0,08749	0,08810
Peso (Uruguai)	38,4800	38,5100	0,13420	0,13440
Rande (África do Sul)	18,3484	18,3546	0,2817	0,2818
Rial (Arábia Saudita)	3,7504	3,7506	1,3784	1,3786
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001231	0,0001231
Ringgit (Malásia)	4,6950	4,6990	1,1002	1,1013
Rublo (Rússia)	88,4830	90,0660	0,05740	0,05843
Rúpia (Índia)	83,1020	83,1570	0,06217	0,06222
Rúpia (Indonésia)	16060,0000	16070,0000	0,0003217	0,0003219
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,4000	0,01857	0,01859
Shekel (Israel)	3,6724	3,6773	1,4059	1,4079
Won (Coréia do Sul)	1361,2700	1362,7200	0,003794	0,003798
Yuan Renminbi (China)	7,2440	7,2450	0,7136	0,7137
Zloty (Polônia)	3,9211	3,9226	1,3180	1,3186
	Cotações Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	2352,09	0,01322	391,0590	391,1044

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	27/05/24	24/05/24	No dia	Variações % No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	Feriado	39.069,59	-	3,32	3,66	18,06	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	Feriado	18.808,35	-	7,84	11,78	31,54	13.938,53	18.808,35
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	Feriado	16.920,79	-	8,07	12,72	30,40	12.595,61	16.920,79
EUA	Nova York	S&P 500	Feriado	5.304,72	-	5,34	11,21	26,14	4.117,37	5.321,41
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.373,38	22.320,87	0,24	2,97	6,75	12,31	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	55.452,88	55.413,12	0,07	-2,25	-3,37	2,64	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.431,70	1.407,76	1,70	5,48	19,79	30,04	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	67.082,69	65.752,09	2,02	6,97	15,99	104,00	31.884,43	67.082,69
Chile	Santiago	IPSA	6.810,91	6.775,88	0,52	4,59	9,89	21,42	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.368,62	30.262,97	0,35	4,06	16,98	42,98	21.161,78	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.572.756,38	1.520.808,88	3,42	18,83	69,17	360,32	342.078,48	1.581.107,16
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.553,88	1.547,46	0,41	3,34	11,35	14,44	3.425,66	4.131,72
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.774,71	18.693,37	0,44	4,70	12,08	17,46	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	8.132,49	8.094,97	0,46	1,85	7,81	11,11	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.761,97	34.490,71	0,79	3,01	14,53	30,13	26.051,33	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.984,87	3.969,92	0,38	2,62	7,47	9,11	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.760,95	2.767,23	-0,23	2,95	20,91	32,75	1.962,58	2.790,40
Espanha	Madri	IBEX-35	11.325,50	11.246,00	0,71	4,34	12,11	23,22	8.918,30	11.362,80
Grécia	Atenas	ASE General	1.481,23	1.477,69	0,24	2,26	14,55	21,32	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	916,04	915,21	0,09	4,23	16,42	19,30	714,05	916,04
Hungria	Budapeste	BUX	69.803,67	68.846,13	1,39	2,44	15,15	46,73	46.850,16	69.803,67
Polônia	Varsóvia	WIG	87.654,95	87.690,05	-0,04	3,65	11,72	35,30	62.285,97	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.938,14	6.900,34	0,55	4,88	8,47	18,28	5.729,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.173,92	1.195,58	-1,81	-0,06	8,35	11,21	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.630,30	2.624,50	0,22	2,89	9,68	15,76	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.960,57	11.931,70	0,24	6,21	7,39	4,60	10.323,71	12.037,99
Turquia	Istambul	BIST 100	10.656,96	10.676,65	-0,18	6,08	42,66	132,65	4.427,99	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.965,55	-	0,04	-0,26	4,79	11,41	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	78.920,88	79.150,84	-0,29	3,74	2,64	3,04	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.900,02	38.646,11	0,66	1,29	16,24	25,82	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.058,60	7.999,20	0,74	1,60	2,93	9,87	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.747,83	1.734,80	0,75	-0,47	-4,90	-13,15	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.124,04	3.088,87	1,14	0,62	5,01	-2,75	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.722,99	2.687,60	1,32	1,15	2,55	6,42	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.827,35	18.608,94	1,17	5,99	10,44	0,43	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	75.390,50	75.410,39	-0,03	1,22	4,36	20,62	61.872,62	75.418,04
Indonésia	Jacarta	JCI	7.176,42	Feriado	-0,64	-0,80	-1,33	7,32	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.366,37	1.364,48	0,14	-0,12	-3,49	-10,74	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.803,77	21.565,34	1,11	6,90	21,60	32,10	16.001,27	21.803,77

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA PENHORA, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, NA FORMA ABAIXO: O MM Juiz de Direito Dr.(a) Cristina Gomes Campos De Seta - Juiz Titular do Cartório da 5ª Vara Cível da Regional do Méier, RJ, na forma da Lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital, extraído dos autos de " Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016) - Enriquecimento sem Causa " nº 0010166-16.2001.8.19.0208 (2001.208.009791-0) em curso neste Juízo, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente os executados a seguir relacionado SEVERINO DOS RAMOS CAMPELLO; EDNA COSTA CAMPELLO e SIDNEY DOS RAMOS CAMPELLO, para ciência da Penhora e Avaliação efetuada por este Juízo, a qual recaiu sobre os bens descritos no Auto de Penhora e Avaliação constante às fls 493 e 734 do referido feito, ficando cientes do prazo de 15 dias para oferecerem os embargos que tiverem na forma da lei, nos termos do Art. 738 da Lei 11382 e de que este Juízo funciona na Rua Aristides Caire, 35 Sl. 402 - Méier - Rio de Janeiro - RJ e-mail: mei05vciv@tjrj.jus.br. DADO E PASSADO nesta cidade e Rio de Janeiro, 15 de maio de 2024. Eu, _______________ Liege Marcenal Pinto - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27694, digitei. E eu, _______________ Cristina Raquel de Moura Frambach - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/22465, o subscrevo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SIAS – AFUSI, com sede na Rua do Carmo, nº 11, 6º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, no uso de atribuições que lhe são conferidas e nos termos do seu Estatuto, pelo presente EDITAL, convoca todos os associados da AFUSI para participarem da Assembleia Geral que terá a seguinte ordem do dia:
1 – Homologar as contas apreciadas pelo Conselho Consultivo e Fiscal no período 01/04/2023 a 31/03/2024;
2 – Assuntos gerais.
A Assembleia Geral se realizar-se na sala de reuniões da Sede da Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade no dia 26/06/2024, em primeira convocação às 15h, com quórum mínimo de 1/5 (um quinto) de seus sócios, e em segunda convocação às 15h30, com o número de associados presentes, observando as medidas de segurança com relação à pandemia Coronavírus (Covd-19).

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2024. Carlos Augusto Cardoso Ribeiro – Diretor-Presidente

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento- SEAB
Departamento de Economia Rural- DERAL

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

PROTOCOLOS: 20.846.355-0 e EDITAL: 02/2024
Programa: Trator, Implementos e Equipamentos Solidários - PTS
Objeto: A Empresa VERDESUL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA. está credenciada para, em caráter privado, comercializar Tratores, Pulverizadores e Colhedoras Agrícolas, aos Produtores com propriedade **agropecuária** no Estado do Paraná.
A Comissão de Credenciamento. Curitiba, 24 de maio de 2024.

bradesco | **Edital de leilão** | MILAN LEILÕES LEILOEIROS OFICIAIS

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97.Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: Magé – RJ. Bairro Nova Marília. Av. Valmir Vieira da Silva, (antiga Av. 02), s/n, (Lt 01 da Qd 41). Terreno. Áreas Totais. Terr. 462,00m². Matr. 1.397 do 2°RI Local. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes da atual denominação da Rua correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF) 1º Leilão: 14/06/2024, às 15h. Lance mínimo: R$ 364.259,81 2º Leilão: 17/06/2024, às 15h. Lance mínimo: R$ 123.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro.Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br Para mais informações - tel.: (11) 3845-5599 Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 266

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

FERTILIZANTES HERINGER

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
CNPJ/MF Nº 22.266.175/0001-88 - NIRE 35.300.632.168
Companhia Aberta
FATO RELEVANTE

Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") vem, em cumprimento ao disposto no artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, comunicar a seus acionistas e ao mercado em geral o quanto segue: Na presente data, tendo em vista a atual situação macroeconômica e mercadológica e buscando a redução de custos operacionais e aumento da lucratividade da Companhia, o Conselho de Administração aprovou a suspensão das atividades de industrialização e mistura da unidade operacional da Companhia localizada no Município de Catalão - GO, mantendo-se exclusivamente as atividades de armazenagem dessa unidade. Em paralelo, de forma a manter a presença e nível de operações da Companhia na região substancialmente inalterados e nos patamares existentes, o Conselho de Administração aprovou a contratação de industrialização por encomenda dos produtos finais a serem comercializados pela Companhia na região. A esse respeito, foi aprovada, por unanimidade, com parecer favorável dos conselheiros independentes, a celebração de contrato com parte relacionada entre a Companhia e a Fertilizantes Tocantins S.A. ("FTO"), para a prestação de serviços de industrialização por encomenda conforme abaixo especificado: **1. Partes envolvidas:** Fertilizantes Tocantins S.A. e Fertilizantes Heringer S.A.. **2. Relação com o Emissor:** a Fertilizantes Tocantins S.A. é controlada da Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., controladora indireta da Companhia. **3. Natureza e razão da operação:** Contrato de industrialização de fertilizantes para atender o volume de vendas de produtos da Companhia na região, mantendo-se o portfólio de clientes da Companhia e reduzindo a necessidade de capital de giro e o custo operacional. **4. Objeto da transação:** Prestação de Serviços de industrialização pela FTO à Companhia, por meio da unidade operacional da FTO estabelecida no município de Catalão - GO. **5. Principais termos e condições do contrato:** • Data da transação: 15/05/2024; • Vencimento: 30/12/2027, com possibilidade de rescisão antecipada por qualquer das partes, sem qualquer penalidade, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias. • Preço: R$50,00 (cinquenta reais) por tonelada de fertilizantes industrializado na unidade FTO; • Volume Contratado: 200.000 toneladas por ano; • Valor anual do contrato: R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); • Garantias e seguro: não há. **6. Informações adicionais**: A celebração de contrato entre Partes Relacionadas foi realizada em observância às condições de mercado vigentes, de acordo com as boas práticas de mercado e as demais orientações da Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia. Paulínia, 15 de maio de 2024. **Pérsio Pimentel Pinto Ravena** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

INÊS 249

Investimentos Quando transferência estiver concluída, gestora adicionará R$ 12 bi

Pátria tem aval de investidores para assumir fundos do CS

Adriana Cotias
De São Paulo

Os investidores dos fundos imobiliários do Credit Suisse aprovaram a transferência da gestão de sete carteiras, com cerca de R$ 12 bilhões em ativos, para o Pátria Investimentos. Numa força-tarefa para engajar os cotistas, administrador e gestoras conseguiram aval de cerca de 130 mil participantes. O grupo atingiu, assim, o quórum mínimo necessário de donos de 25% das cotas em cada uma das assembleias realizadas por meio de consulta formal desde abril.

Essa etapa valida a aquisição da divisão de fundos imobiliários do grupo suíço no Brasil. O Pátria arrematou o negócio em dezembro por US$ 130 milhões, o equivalente a R$ 650 milhões, numa disputa com a Vinci Partners na fase final. A transferência dos fundos e da equipe do CS, hoje do UBS, propriamente está prevista para o fim de agosto.

A transação coloca de vez o segmento de fundos imobiliários no cardápio do Pátria que tem ações negociadas na Nasdaq há três anos. Em meados de 2022, o grupo tinha anunciado a compra de 50% da gestora VBI, também especializada no setor, então com cerca de R$ 5 bilhões, e atualmente com R$ 9,7 bilhões, segundo a Anbima. Tem a opção de adquirir, a partir deste ano, o restante e é esse o caminho que analistas que cobrem o papel esperam. A administração ainda não fala sobre o assunto.

"Foi, provavelmente, a maior [aprovação] em termos de engajamento de cotistas em assembleias de fundos imobiliários no Brasil", diz Daniel Sorrentino, sócio e executivo-chefe (CEO) do Pátria para as Américas. "É um grande passo para nos fortalecer na atividade imobiliária e traz um time novo liderado pelo Augusto [Martins] e a turma do Credit Suisse."

Este foi também um teste para o sistema de voto a distância. Foram usados três sistemas de votação: o analógico, com o formulário tradicional, um módulo de votação na área do investidor na B3 e o por e-mail, na plataforma Cuore, em que o investidor recebeu um link e foi direto para a cédula. Houve ainda intervenções na mídia e a mobilização de influenciadores digitais.

A recente proposta da RBR Gestão para aquisição dos ativos existentes no fundo CSHG Prime Offices, por R$ 618,3 milhões, foi "dentro do curso normal de negócios de fundos" e não significa um terceiro atrapalhando o processo, afirma Sorrentino. "Não atravessou, não vimos dessa forma, é parte do mercado imobiliário e está dentro do jogo", diz.

O risco mapeado no início das conversas, de comprar a asset de fundos imobiliários do Credit Suisse e não levar, por conta de uma oferta oportunista no meio do caminho, não se concretizou. "A surpresa foi o apoio da comunidade", diz Sorrentino, com gestores de fundos de fundos, concorrentes, aprovando a operação e dentro do prazo.

O acordo entre as partes já previa o pagamento em duas tranches, uma na assinatura do acordo e a outra depois que os investidores aprovassem a transferência das carteiras e os trâmites legais estivessem finalizados.

Os R$ 12 bilhões adicionados à base atual elevam os ativos sob gestão (AUM) do Pátria a R$ 215 bilhões na América Latina, segundo o executivo. O grupo atua nos segmentos de private equity (participação em empresas), infraestrutura, crédito, ações e fundos imobiliários. Em paralelo, o Banco Genial passa a ser administrador e custodiante dos fundos herdados da corretora Credit Suisse Hedging-Griffo.

Na apresentação dos resultados de 2023, em fevereiro, a administração do Pátria relatou ter achado um caminho para cumprir as metas plurianuais previstas até 2025. A meta é atingir US$ 50 bilhões sob gestão, com o patrimônio remunerado por taxas em US$ 35 bilhões, numa combinação de captação e de fusões e aquisições. No fim de abril, o grupo comunicou a conclusão da compra da área de private equity da Abrdn.

R$ 215 bi serão os ativos sob gestão do grupo na AL após incorporação

DIVULGAÇÃO



Sorrentino, do Pátria: risco mapeado no início das conversas, de comprar e não levar, não se concretizou

Mapfre cria microsseguro para comunidade carente

Sérgio Tauhata
De São Paulo

Em tempos de riscos climáticos catastróficos, um dos principais desafios para a indústria de seguros é como estender as coberturas aos mais vulneráveis. Dentro da ideia de aumentar a inclusão securitária, o grupo Mapfre e o coletivo G10 Favelas firmaram uma parceria para o lançamento de microsseguros voltados às necessidade de micro e pequenos empreendedores dessas comunidades.

"Nas comunidades, se acontece um evento, como um incêndio, por exemplo, as pessoas perdem o meio de geração de renda", afirma a diretora de sustentabilidade da Mapfre, Fátima Lima. "Esse empreendedor necessita de uma proteção, mas, até então, ninguém chegava até lá para oferecer qualquer tipo de seguro. Para eles, seguro era algo inatingível."

Após um projeto piloto realizado em Parelheiros, na capital paulista, a seguradora desenvolveu três produtos voltados às necessidades dos donos de negócios nas comunidades. "Fizemos uma imersão dentro da favela e passamos vários dias conversando e entendendo", diz Lima. "Ali tem muita cabeleireira, oficinas, micropadarias, que são portinhas, onde o dono faz pão para vender. Os instrumentos de trabalho são a parte mais importante do processo de geração de renda. Se ele perde uma batedeira, um secador, um liquidificador, ele perde a geração de renda."

Além disso, a equipe da seguradora constatou que a questão funerária era um problema. "Quando um familiar falece é uma dificuldade muito grande, as pessoas fazem vaquinhas para conseguir enterrar o ente querido", conta a diretora da Mapfre.

Baseados na experiência em Parelheiros e com consultoria do G10, a Mapfre criou os produtos "Minha Vida", que, além da assistência funerária, oferece descontos em consultas médicas, exames e medicamentos; o "Meu Trampo", um seguro empresarial que aceita CPF, ou seja, acessível a empreendedores informais, que protege o estabelecimento comercial de riscos relacionados a incêndios além de contar com assistências emergenciais; e o "Meu Bem Protegido", para instrumentos essenciais de trabalho do empreendedor.

Os valores dos seguros variam de R$ 27,90 a R$ 197,90 por ano, por meio de pagamento único via cartão de crédito. "Esse formato de pagamento no ato foi uma solicitação dos próprios moradores", conta a diretora.

Os seguros serão comercializados por meio de um modelo de autocontratação digital. O coletivo G10 Favelas vai ajudar a ampliar o projeto para outras comunidades. A próxima área a contar com a oferta será a favela de Paraisópolis, com 100 mil habitantes.

A parceria com o G10 também ajuda a ampliar o envolvimento das comunidades, além de garantir que as iniciativas sejam desenvolvidas de forma participativa. O Pavilhão do G10 terá totens de autocontratação dos produtos.

De acordo com o presidente do G10 Favelas, Gilson Rodrigues, "o projeto representa um marco na inclusão financeira e proteção social dos empreendedores das favelas". O representante do coletivo avalia que a oferta de microsseguros acessíveis "proporciona uma rede de segurança crucial àqueles que trabalham duro para melhorar suas vidas e comunidades".

Nos próximos dois anos, a meta da Mapfre é aumentar o número de localidades atendidas. Segundo Lima, a meta é de alcançar 11 comunidades dentro do programa em várias regiões do país até 2026.

"O empreendedor da favela necessita de proteção, mas, até então, para ele seguro era algo inatingível"
Fátima Lima

DXA recompra fatia do TC e cria plataforma de alternativos

Liane Thedim
Do Rio

Os acionistas da DXA Invest recompraram uma participação de 20% na gestora do TC (Traders Club), plataforma e educação financeira, análise de dados e inteligência do mercado de capitais. A fatia havia sido vendida em 2021. O acordo inclui um pagamento inicial de R$ 5 milhões, e o restante em parcelas futuras, podendo chegar a R$ 20 milhões. Com o negócio, a DXA está expandindo suas operações e criando, além da gestora de private equity, uma plataforma de ativos privados, com o nome de Dealboard by DXA.

Segundo Oscar Decotelli, CEO do novo DXA Group, que agora reúne os dois braços, o processo de reestruturação começou há cerca de um ano, ao perceber que havia essa lacuna no mercado de investimentos em ativos privados. Ele afirma que, portanto, a Dealboard é a primeira do país a oferecer o serviço de carteiras administradas no segmento de alternativos, que inclui, por exemplo, private equity, venture capital, mercado imobiliário e até ativos estressados — que passam por problema de liquidez, recuperação judicial e falência.

O investimento mínimo é de R$ 50 mil e o foco são gestores e consultores de divisões de administração de fortunas e multifamily offices. "Nosso objetivo é o B2B. Criamos uma ferramenta para os profissionais do mercado, que poderão ter carteiras administradas personalizadas", diz Decotelli. "Os fundos genéricos já estão nas plataformas tradicionais e não fazem parte de nossa área de atuação."

O CEO conta que, quando começou a elaborar o projeto de expansão, foi buscar oportunidades de associação a outras plataformas no mundo, mas percebeu a falta de alternativas. Ele, então, decidiu fundar a Dealboard by DXA nos Estados Unidos, onde os primeiros clientes foram captados. Quatro gestoras, incluindo duas internacionais, já firmaram contrato com a empresa, que, dessa forma, diz Decotelli, está envolvida em projetos de US$ 100 milhões. "Podemos atuar de forma diferente para cada cliente, por exemplo via software ou soluções de gestão."

O executivo frisa que a expansão do grupo não vai interferir na linha de atuação a DXA Invest, que tem R$ 1 bilhão em fundos que investem em "growth equity", uma espécie de meio do caminho entre venture capital e private equity. Para ele, a demanda por investimentos alternativos se mantém independentemente do momento macroeconômico, atualmente pouco favorável a ativos de risco, diante da demora no corte de juros nos Estados Unidos. "É um momento mais 'seco', mas as ferramentas de investimentos vieram para ficar."

O mercado de capitais e o financiamento à infraestrutura

Palavra do gestor

Ricardo Propheta

O mercado de capitais pode — e deve — ser um poderoso agente indutor do desenvolvimento da tão necessária infraestrutura brasileira, que, por sua vez, precisará de elevados investimentos nas próximas décadas.

Mais do que, por exemplo, assegurar a eficiência logística e a oferta de saneamento, energia e serviços de telecomunicação, os investimentos em infraestrutura são, por si, históricos indutores do crescimento.

No Brasil, conforme mostra um artigo do economista Pablo Acosta, do Banco Mundial, os investimentos em infraestrutura giraram em torno de 5% do PIB no período anterior ao da grande crise da dívida dos anos 80. Depois disso, caíram, chegando a 1,6% do PIB nos anos 2000.

O país tem, pela frente, dois enormes desafios:
(1) necessidade de reposição dos ativos já existentes e cada vez mais envelhecidos; e
(2) instalação de novos ativos.
Estima-se que, para dar conta dessas duas lacunas, seriam necessários investimentos da ordem de 3,7% do PIB até 2030, sendo que mais da metade desse total teria de ser destinada a um único segmento, o de transportes.

Em que pesem discussões recentes, por exemplo, a respeito de concessões de terminais portuários, os sinais nos últimos anos parecem ser, de alguma maneira, positivos, sobretudo no que diz respeito à participação do setor privado nesse processo.

A edição do documento Carta de Infraestrutura, da consultoria Inter.B, relativa a janeiro deste ano projeta, para 2024, um investimento total de R$ 215,83 bilhões (1,87% do PIB) em infraestrutura em 2024, ante R$ 194,45 bilhões (1,79% do PIB) no ano passado. Desse total, R$ 75,34 bilhões seriam destinados aos transportes. Quando se avalia a relação investimentos públicos versus privados, a estimativa é de que 65,8% do total venha desse último.

Ainda é pouco, mas nota-se algum avanço. E é necessário sempre deixar claro o papel do governo nesse processo, seja como investidor, nas situações que requerem esse tipo de atuação, seja no sentido de facilitar o trabalho do setor privado ou regular sua atuação.

Os entes privados, por sua vez, contribuem para a ampliação e modernização da infraestrutura apoiando na obtenção de "funding" ou por meio da participação direta nas concessões, via operadores especializados em cada atividade, seja ela portuária, aeroportuária ou ferroviária, por exemplo.

E, quando tratamos da captação de recursos para financiamento, chegamos ao mercado de capitais. Instrumentos já existentes, como os FI Infra, as debêntures de infraestrutura e os FIP-IE, são poderosos vetores de desenvolvimento da infraestrutura.

Os FI Infra, por exemplo, têm de aplicar, no mínimo, 85% dos seus recursos em debêntures de infraestrutura e podem ser oferecidos ao varejo. Já as debêntures de infraestrutura passaram a poder contar, desde março (graças à regulamentação da Lei 14.801/24), com benefícios fiscais para os emissores. Essas empresas terão a possibilidade de deduzir os juros pagos da apuração do lucro líquido. Também poderão deduzir 30% dos juros da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Por fim, os Fundos de Investimento em Participações (FIP-IE) têm de aplicar, no mínimo, 90% de seu patrimônio em ações ou outros valores mobiliários ou títulos emitidos por sociedades de propósito específico que realizem investimentos em projetos de infraestrutura e disponíveis para investidores qualificados. Esse produto é, hoje, destinado a investidores qualificados e institucionais. Uma extensão ao varejo (que, atualmente, já possui produtos bastante sofisticados e que, portanto, exigem algum conhecimento do investidor) poderia estimular ainda mais esse canal de financiamento.

Do lado do investidor, é importante haver acesso a informações e transparência, para que tenha condições de avaliar as características de prazo, risco e retorno de cada um dos instrumentos. Mas o fato é que, considerando o já mencionado desafio de ampliar a oferta de infraestrutura e repor a já existente, há grandes oportunidades.

Como bem sabem os gestores de fundos institucionais, os investimentos em infraestrutura são, em boa parte dos casos, de longo prazo e volatilidade reduzida. Podem, portanto, ser indicados para a constituição de reservas para a aposentadoria. Uma oportunidade para um país como o Brasil, que carece de infraestrutura e cuja população está envelhecendo.

Ricardo Propheta é CEO e sócio-fundador da BRZ Investimentos
E-mail contato@brz.com.br

TST
Justiça do Trabalho deve julgar ação contra avó que levava netos para trabalhar nas ruas
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Inteligência artificial: de que lei o Brasil precisa?
E2

TJGO
Uber é condenado por cancelamentos de viagens
valor.globo.com/legislacao



Trabalhista Recentes decisões de duas turmas adotam entendimento que contraria julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

TST garante dano existencial por jornada extenuante

Adriana Aguiar
De São Paulo

Duas turmas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiram recentemente que jornada de trabalho extenuante gera automaticamente o direito ao chamado dano existencial. O entendimento contraria julgamento da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) — responsável por uniformizar a jurisprudência da Corte.

Em novembro de 2020, a SDI-1 definiu que é preciso apresentar provas de que a jornada excessiva por longo período privou o trabalhador do direito ao lazer, à instrução, à convivência familiar. Para os ministros, "não se pode admitir que, comprovada a prestação de horas extraordinárias, extraia-se daí automaticamente a consequência de que as relações sociais do trabalhador foram rompidas ou que seu projeto de vida foi suprimido do seu horizonte" (E-RR-402-61.2014.5.15.0030).

Uma das decisões que contraria esse entendimento é da 3ª Turma. O caso envolve a Eletrosul, que foi condenada, por unanimidade, a pagar R$ 50 mil de indenização a um eletricitário que cumpria jornada diária de 12 horas em regime de turnos ininterruptos de revezamento.

Em seu voto, o relator, ministro Alberto Bastos Balazeiro, reconhece a existência do precedente da SDI-1. Porém, afirma que o caso julgado se revela como "distinguishing" (diferente) em relação ao entendimento firmado (RR-20813-45.2016.5.04.0812).

A decisão foi dada em recurso do trabalhador contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (TRT-RS), que cancelou a indenização arbitrada em sentença no valor de R$ 50 mil. Para o TRT-RS, "a mera existência de sobrejornada não configura dano existencial". No caso, os desembargadores entenderam que o trabalhador não comprovou possuir projetos pessoais adiados ou prejudicados em razão de seu trabalho.

No entendimento de Balazeiro, porém, só o fato de existir jornada excessiva já seria o suficiente para configurar o dano. Segundo o ministro, jornada extenuante "impede, de forma inequívoca, que o empregado supra suas necessidades vitais básicas e insira-se no ambiente familiar e social" e, por isso, "tem-se a efetiva configuração do ato ilícito, ensejador de reparação, e não somente mera presunção de dano existencial".

De acordo com o ministro, essa situação exige reprovação do Estado, "na medida em que jornadas extenuantes, se, por um lado, comprometem a dignidade do trabalhador, por outro implicam em incremento significativo no número de acidentes de trabalho, repercutindo na segurança de toda a sociedade".

Balazeiro lembra, em seu voto, que a Convenção 1 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1919, já previa a limitação da jornada a oito horas diárias e 48 horas semanais para os trabalhadores na indústria. E que o artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que as horas extras não podem exceder duas horas diárias. "Tais limitações decorrem da inequívoca necessidade do indivíduo de inserção no seio familiar, saúde, segurança, higiene, repouso e lazer."

No voto, ainda cita julgamentos recentes. Um deles, de outubro, da 7ª Turma. Os ministros foram unânimes ao manter o direito a indenização a um motorista de caminhão por jornada extenuante. O relator do caso, o relator, ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, também destacou que, apesar do julgamento da SDI-1, o caso contém particularidade que autoriza a manutenção do acórdão regional.

"Não se trata de um simples elastecimento de jornada. A Corte de origem registrou trabalho por sete dias consecutivos em diversas oportunidades, chegando a ocorrer situação em que houve trabalho por 13 dias consecutivos", diz o relator.

Segundo sua decisão "havia não só realização de horas extras de forma habitual e do intervalo intrajornada, como supressão usual dos repousos semanais remunerados". Ainda destaca que o regional registra claramente que essa situação "acarretou prejuízos a sua integridade [do autor] física e mental" (Ag-AIRR-1600-93.2017.5.12.0004).

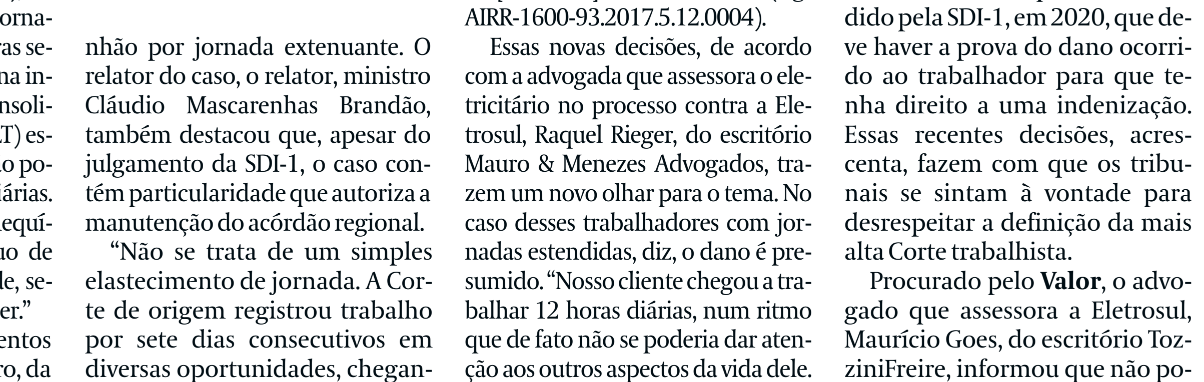
Essas novas decisões, de acordo com a advogada que assessora o eletricitário no processo contra a Eletrosul, Raquel Rieger, do escritório Mauro & Menezes Advogados, trazem um novo olhar para o tema. No caso desses trabalhadores com jornadas estendidas, diz, o dano é presumido. "Nosso cliente chegou a trabalhar 12 horas diárias, num ritmo que de fato não se poderia dar atenção aos outros aspectos da vida dele. Isso atrapalha a vida familiar, o descanso e sua saúde", afirma.

Porém, para o advogado Maurício Corrêa da Veiga, do Corrêa da Veiga Advogados, decisões como essas geram total e absoluta insegurança para as empresas. "Isso é uma relutância, uma insistência em descumprir o que já foi decidido pela SDI-1 do TST, responsável por pacificar o tema."

Corrêa afirma que ficou decidido pela SDI-1, em 2020, que deve haver a prova do dano ocorrido ao trabalhador para que tenha direito a uma indenização. Essas recentes decisões, acrescenta, fazem com que os tribunais se sintam à vontade para desrespeitar a definição da mais alta Corte trabalhista.

Procurado pelo **Valor**, o advogado que assessora a Eletrosul, Maurício Goes, do escritório TozziniFreire, informou que não poderia se manifestar sobre o processo. A Eletrosul também preferiu não se manifestar.

DIVULGAÇÃO



"Decisões recentes trazem um novo olhar para o tema"
Raquel Rieger

TJSE determina volta da recuperação do Grupo DOK para São Paulo

Marcela Villar
De São Paulo

O vaivém da recuperação judicial do Grupo DOK, dono das marcas de sapatos Ortopé e Dijean, ganhou um novo capítulo neste mês. O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE) entendeu, após 15 meses de tramitação do processo no pequeno município de Frei Paulo, que o juízo competente seria Birigui, em São Paulo, onde está o principal estabelecimento da varejista e a maioria dos acionistas, das tomadas de decisão, contratos, dívidas e créditos.

Foi no Foro de Birigui que a recuperação judicial do Grupo DOK começou. A empresa entrou com pedido de tutela cautelar antecedente no dia 28 de dezembro de 2022, com dívidas superiores a R$ 400 milhões — que chegam hoje a R$ 516 milhões. Esse tipo de liminar, inovação da reforma da Lei de Recuperações Judiciais e Falências (Lei nº 14.112/2020), antecipa efeitos da recuperação e suspende execuções contra a companhia. A tutela foi deferida, mas revogada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em janeiro.

No fim daquele mês, a DOK desistiu do processo na Justiça paulista e entrou com o pedido em Frei Paulo, alegando que é ali na cidade de pouco menos de 15 mil habitantes que fica o seu principal estabelecimento. O processo foi aceito pela Justiça sergipana em fevereiro de 2023, o plano de recuperação judicial foi apresentado, mas, em novembro, a recuperação foi suspensa após alegações de fraude e discussões sobre qual deveria ser o juízo competente.

Em nota ao **Valor**, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) afirma que, após abertura de inquérito contra o antigo dono do Grupo DOK, Paulo Henrique de Almeida, reconheceu a fraude em parecer e pediu a condenação dele pelo crime de estelionato. Sob a gestão dele, a empresa teria emitido duplicatas simuladas e notas frias, com antecipação de recebíveis de operações que não teriam ocorrido com grandes varejistas nacionais — como Renner, Puma e Riachuelo. O processo está em fase de alegações finais e ainda não há sentença (processo nº 1543669-10.2022.8.26.0050).

O advogado e atual gestor da empresa, Pedro Bianchi, do Pedro Bianchi Advogados, nega as acusações e afirma que vai recorrer da última decisão do TJSE. O advogado da ação penal contra Almeida, Alexis Costa, também diz que não houve fraude e que o processo se refere a uma "discussão contratual e cível".

No acórdão do TJSE, a relatora, desembargadora Simone de Oliveira Fraga, acatou seis agravos movidos por Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs). Eles alegam "incompetência absoluta" de Frei Paulo e "nulidade de todas as decisões proferidas no processo", com a remessa dos autos para 2ª Vara Cível da Comarca de Birigui.

Para a relatora, é "incontroversa a prevenção do juízo de direito da Comarca de Birigui/SP". Isto é, o juízo que primeiro acolher a recuperação judicial se torna "prevento", portanto, tem prioridade para "evitar que as partes possam escolher o juízo de sua preferência, o que seria ofender o princípio do juízo natural".

Com base em precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a própria lei falimentar, a desembargadora entendeu que a competência deve ser onde há "maior volume de negócio da empresa, ou seja, o local mais importante do ponto de vista econômico". "Ora, se todos os principais contratos e dívidas da empresa são originadas em São Paulo, como estabelecer uma linha de raciocínio que levasse a conclusão de que a sede administrativa da empresa seria na cidade de Frei Paulo/SE? Não é possível", afirma Simone, no acórdão (processo nº 202300806788).

Já a tese da DOK é de que, na verdade, a maioria dos credores tem domicílio em Sergipe, como os trabalhistas — mas estes representam menos de 1% do passivo total. O advogado Pedro Bianchi diz que o grupo tem duas fábricas, sendo a maior em Frei Paulo, com faturamento dez vezes maior que em Birigui. "Lá é o principal estabelecimento do Grupo DOK, pela capacidade da fábrica, pela mão de obra e por conta do incentivo fiscal do governo sergipano."

Bianchi assumiu a gestão da DOK em fevereiro deste ano, cargo que acumula com o de CEO da Ricardo Eletro, varejista também em recuperação judicial. Segundo ele, Birigui reconheceu a incompetência de forma expressa e a decisão do TJSE só "faz com que o plano demore mais para ser aprovado". Acrescenta ainda que não houve fraude, "mas mero inadimplemento civil de títulos" não performados.

Caberá agora o juiz de Birigui aceitar ou não a recuperação. Em caso positivo, ele tem duas opções, segundo especialistas: anular todos os atos anteriores e começar a ação do zero ou aproveitar algo do que foi feito em Sergipe. "Como é um caso de incompetência absoluta, a rigor, todos os atos até agora são nulos, como se não tivessem sido praticados", afirma a advogada Fabiana Solano, do Felsberg Advogados, que defende credor quirografário.

O mais provável, acrescenta, é que as provas serem aproveitadas, pelos princípios da economia e celeridade processual. Ela lembra ainda que a empresa já confessou ter sede principal em Birigui, quando entrou com o pedido de tutela em São Paulo. "Fica meio chato o próprio devedor confessar e depois desistir. Não tem sentido", diz ela. Se Birigui negar a competência, o caso volta o STJ.

Em outubro de 2023, os ministros julgaram conflito de competência para decidir em qual Estado fica o caso do Grupo DOK. Mas a ação não foi conhecida por não haver manifestação do juízo de Birigui sobre a competência - também contestado nos autos pela empresa.

Segundo o advogado Thomas Manikowski, sócio do Balduino & Manikowski Advogados, é preciso respeitar a preferência da Justiça de Birigui, mesmo que a ação tenha sido extinta. "A desembargadora diz que mesmo com a extinção do processo sem resolução de mérito, fica prevento o juiz. Somado a isso, ela viu que o local de maior importância para a administração da empresa não era Frei Paulo", afirma Manikowski, que defende o fundo Tractor e outro no processo.

Para Felipe Zago, do FZ Advogados, a transferência para Birigui seria um "avanço significativo", pois traria "maior transparência, celeridade e segurança jurídica ao processo". "A mudança visa assegurar o princípio do juízo natural e evitar que as empresas escolham um foro mais favorável para dificultar o pagamento aos credores", diz Zago, que representou os FIDCs no TJSE.

De acordo com Vitor Hugo Erlich, sócio do Bumachar Advogados, são vários critérios para determinar a principal localidade de uma empresa e definir o juízo competente. "É onde está o centro, as principais decisões, maior volume de negócios e faturamento, onde se recolhem mais impostos e emprega mais pessoas", afirma.

Erlich diz ainda que, apesar de ser "difícil prever" o motivo de a empresa ter levado o processo para Frei Paulo, uma possibilidade seria o fato de as primeiras decisões paulistas não terem sido amigáveis. "Houve uma dificuldade nas primeiras decisões. Eles podem ter vislumbrado que, ao levar a competência para Frei Paulo, pudessem ter um caminho um pouco mais simples e amigável."

Procurado, o administrador judicial da recuperação, Arivaldo Barreto, do Barreto Medeiros Advogados Associados, disse que não caberia a ele comentar a decisão do TJSE.

DIVULGAÇÃO



"É preciso respeitar a preferência da Justiça de Birigui"
Thomas Manikowski

INÊS 249

Inteligência artificial: de que lei o Brasil precisa?

Opinião Jurídica

Ciro Torres Freitas

A aprovação de uma lei sobre inteligência artificial no Brasil é questão de tempo. O Congresso Nacional está decidido a regulamentar essa tecnologia e há uma profusão de projetos de lei sobre o tema. A iniciativa mais proeminente é o Projeto de Lei nº 2.338/2023, que prevê uma lei geral, de amplo alcance, contendo princípios, obrigações, direitos, responsabilidades e sanções aplicáveis ao desenvolvimento, implementação e uso de todo e qualquer sistema de inteligência artificial.

A perspectiva de ter nosso país na vanguarda da regulamentação da inteligência artificial seduz. Há, entre muitos, um anseio legítimo pela rápida criação de normas sobre uma tecnologia que, a cada dia, executa com maior precisão as mais diversas tarefas e se torna mais integrada às nossas vidas.

Não menos legítimo é o questionamento sobre a pertinência de se estabelecer no Brasil, neste momento, uma lei de alcance tão amplo, aplicável às mais variadas áreas, do entretenimento à engenharia aeroespacial, passando pela medicina e o setor financeiro.

Atualmente, mais de 30 países dispõem de normas sobre inteligência artificial. Na Espanha, algoritmos usados pela administração pública para tomada de decisões devem observar critérios de minimização de vieses e transparência. A China criou normas sobre recomendação algorítmica e deep synthesis no âmbito da internet. Essas e as demais leis hoje vigentes tratam de aspectos limitados da inteligência artificial.

Não há, por outro lado, leis em vigor que regulamentem a inteligência artificial em termos amplos, com regras aplicáveis de forma transversal à generalidade de sistemas colocados no mercado, como propõe o Projeto de Lei nº 2.338/2023. O mais próximo que se tem disso é o Regulamento Europeu sobre Inteligência Artificial, já aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia, que deve entrar em vigor ainda neste semestre, tornando-se "a primeira lei abrangente do mundo sobre inteligência artificial".

Embora o exemplo europeu possa ser interpretado como indicativo de que o Brasil segue na direção correta, é preciso notar que o texto do projeto do Regulamento Europeu sofreu centenas de alterações desde a sua apresentação, em abril de 2021. E, após sua entrada em vigor, a norma ainda levará 36 meses para ser integralmente aplicável.

As incontáveis mudanças no texto do projeto do Regulamento Europeu e o longo período estabelecido até que esteja vigente em sua plenitude ilustram a complexidade do processo de edição de uma lei de caráter geral sobre uma tecnologia ainda não totalmente compreendida e em franca evolução.

Esse desafio decorre, sobretudo, do alto nível de imprevisibilidade de tecnologias em desenvolvimento. Legislar nesse cenário de incerteza implica elevado risco de não se remediar adequadamente os impactos indesejados da tecnologia e, ao mesmo tempo, inibir seus benefícios. Uma lei mal formulada pode, por exemplo, desencorajar o uso da inteligência artificial em procedimentos médicos mesmo que o método empregado gere resultados mais seguros e positivos para os pacientes quando comparado a outras tecnologias.

Para mitigar incertezas e conferir maior objetividade ao processo legislativo é imprescindível levar em consideração estudos, dados, estatísticas sobre o uso e os impactos da tecnologia que se pretende regulamentar. Em relação à inteligência artificial, porém, esse diagnóstico segue em aberto no Brasil. A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, lançada pelo governo em 2021 e atualmente sob revisão, até aqui forneceu poucos subsídios sobre os impactos dessa tecnologia.

Quais sistemas de inteligência artificial são mais usados no Brasil? Qual a dimensão dos ganhos proporcionados por essa tecnologia para a nossa sociedade? Qual a extensão dos prejuízos já constatados e possíveis ameaças decorrentes da sua utilização? Essas questões, essenciais para que o legislador defina o escopo das normas a serem criadas, ainda precisam ser respondidas.

Identificadas e delimitadas as reais prioridades, a atividade legislativa poderá avançar de forma mais efetiva, por meio da criação de normas com a celeridade e o escopo que se revelem apropriados. Não significa que, até lá, a inteligência artificial esteja ou deva permanecer fora do alcance da lei no Brasil. Nosso ordenamento jurídico já tem normas aplicáveis, sob determinadas circunstâncias, ao desenvolvimento, implementação e uso dessa tecnologia, como o Código de Defesa do Consumidor, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o Código Civil. Há, portanto, um arcabouço legal em vigor capaz de disciplinar parte substancial dos atos e das relações que envolvem a inteligência artificial.

A discussão não se encerra nesses pontos. Muitos argumentos podem ser usados de forma genuína para justificar ou refutar a aprovação de uma lei geral da inteligência artificial no Brasil. Uma lei de alcance amplo e aplicação transversal a sistemas de inteligência artificial de quaisquer áreas e finalidades é uma opção válida, mas a adequação e a efetividade da norma condicionam-se a um diagnóstico, ainda não realizado, sobre os impactos dessa tecnologia na sociedade brasileira.

Nesse cenário, a exemplo do que já fizeram outros países, o Brasil deveria se ocupar, primeiro, em regulamentar situações pontuais mais prementes e menos incertas relacionadas à inteligência artificial. Esse parece ser o caminho mais apropriado para se estabelecer um regime jurídico que melhor equalize a relação entre benefícios e riscos decorrentes da inteligência artificial.

Ciro Torres Freitas é sócio de Pinheiro Neto Advogados

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 36/2024 - EDITAL 038/2024 - cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO EM DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE ITUVERAVA, CONFORME ANEXOS I DO EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 29/05/2024 até 14/06/2024 as 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 14/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 28/05/2024. Ituverava- SP, 27 de maio de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

AXIHUM FERTILIZANTES S.A.

NIRE 35.300.442.857 - CNPJ/MF nº 00.378.963-0001-23

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada no dia **07/06/2024 às 10:30 horas em 1ª convocação e às 11 horas em 2ª convocação**, em nossa sede social localizada na Fazenda Recreio, s/n, Sala 1, Bairro Taquaral, zona rural, no município de Rincão/SP, para deliberar sobre a seguinte pauta: **a)** ratificação da transação judicial realizada com a New Trade Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial e Fernando Yoshio Iritani, no valor total de R$21.180.347,63 de principal e R$432.251,99 e **b)** aprovação da constituição de alienação fiduciária do imóvel objeto da matrícula 14.200 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Araraquara/SP, com todas as suas benfeitorias e acessões, tendo como credores fiduciários a Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, administradora do New Trade Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial e Fernando Yoshio Iritani, para garantia do pagamento da transação judicial objeto do item "a". Será admitido o voto por escrito mediante envio prévio para a diretoria, considerando-se presente o acionista. A Diretoria. (28,29,30)



FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

CNPJ nº 11.513.961/0001-16

AVISO DE LICITAÇÃO

COLETA DE PREÇOS Nº 005/2024

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agência das Bacias PCJ torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta, por meio de seleção de propostas na modalidade de Coleta de Preços do tipo técnica e preço, a contratação de empresa para elaboração de projeto executivo do sistema de afastamento e tratamento de esgoto do município de Toledo, MG, subordinando-se às disposições da Resolução ANA nº 122/2019. Os envelopes com a documentação e as propostas deverão ser entregues na sede da Agência das Bacias PCJ, localizada à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, sala 604, Edifício Rácz Center, Bairro Higienópolis, CEP 13.416-901, Piracicaba, SP, até às 09h00 do dia 28 de junho de 2024. O início da abertura dos envelopes será às 09h30 do dia 28 de junho de 2024, na Sala 803, situada à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, Edifício Rácz Center, Bairro Higienópolis, CEP 13.416-901, Piracicaba, SP. O Ato convocatório completo encontra-se à disposição na sede da Fundação Agência das Bacias PCJ, na Rua Alfredo Guedes, 1949, Edifício Rácz Center, sala 604, Higienópolis, Piracicaba, SP, no site www.agencia.baciaspcj.org.br e no site www.comitespcj.org.br. **Eduardo Massuh Cury** - Presidente da Comissão de Licitações. **Sergio Razera** - Diretor-Presidente.

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8

Código CVM nº 02234-9

VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2024

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("**Companhia**"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("**Lei das S.A.**") e dos arts. 3º e 5º da Resolução CVM nº 81/22 ("**RCVM 81**"), convocar a Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 18 de junho de 2024, às 14h, de forma exclusivamente digital (não havendo possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) o Protocolo e Justificação de Incorporação do Grupo de Moda SOMA S.A. ("**Grupo SOMA**") pela Companhia ("**Protocolo e Justificação**") celebrado pelos administradores da Companhia e do Grupo SOMA, em 18 de maio de 2024, que contém todos os termos e condições para a implementação da incorporação do Grupo SOMA pela Companhia ("**Incorporação**"), na forma do "Acordo de Associação e Outras Avenças", celebrado entre acionistas da Companhia e do Grupo SOMA; (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação Apsis Consultoria e Avaliações Ltda. para elaboração do laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido do Grupo SOMA ("**Laudo de Avaliação**"); (iii) o Laudo de Avaliação; (iv) a Incorporação, cuja eficácia ficará subordinada ao implemento (ou renúncia, conforme aplicável) de determinadas condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação ("**Verificação das Condições**"); (v) subordinado à Verificação das Condições, o aumento do capital social e a emissão de novas ações da Companhia a serem subscritas pelos administradores do Grupo SOMA em nome dos acionistas do Grupo SOMA, na proporção de suas respectivas participações no capital social do Grupo SOMA e integralizado mediante a versão do patrimônio líquido do Grupo SOMA a ser incorporado pela Companhia, ("**Aumento de Capital**"); (vi) subordinado à Verificação das Condições, a alteração da denominação social da Companhia ("**Alteração da Denominação Social**"); (vii) subordinado à Verificação das Condições, a reforma integral do estatuto social da Companhia, com vistas a: (a) atualizar o capital social da Companhia, considerando o Aumento de Capital; (b) aumentar o limite de capital autorizado; (c) ajustar previsões estatutárias às normas legais e regulamentares e complemento do objeto social; (d) incluir previsão de indenidade; (e) ajustar as regras de organização, composição e eleição dos membros do Conselho de Administração, bem como para a realização e participação nas reuniões do Conselho de Administração; (f) ajustar, incluir e excluir competências do Conselho de Administração; (g) ajustar as regras de organização e composição dos membros da Diretoria e ajustar as competências dos Diretores; (h) estabelecer o comitê de auditoria como órgão estatutário e definir regras de funcionamento e composição; (i) incluir previsão de oferta pública de aquisição por atingimento de participação relevante; (j) renumerar os dispositivos ("**Reforma do Estatuto**"); (viii) subordinado à Verificação das Condições e à Reforma do Estatuto, a consolidação do estatuto social da Companhia ("**Consolidação do Estatuto**"); e (ix) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da Verificação das Condições e da eficácia da Incorporação, do Aumento de Capital, da Alteração da Denominação Social, da Reforma do Estatuto e da Consolidação do Estatuto. A Assembleia será realizada de maneira exclusivamente digital, observando o disposto na RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os Senhores Acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância; e (b) boletim de voto a distância. Para participação na Assembleia pelo sistema eletrônico para participação a distância, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, a qual deverá ser recebida pela Companhia, impreterivelmente, até **16 de junho de 2024**, devidamente acompanhada das informações e documentos descritos a seguir ("**Cadastro**"). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, descritos na versão da íntegra deste Edital e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará *link* contendo o formulário de cadastramento e, uma vez que o Cadastro seja realizado, confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba *link* e senha de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso ao sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no *site* da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**http://www.b3.com.br**), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas dos jornais "Hoje em Dia" e "Valor Econômico (São Paulo)" (**https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/editais** e **https://valor.globo.com/valor-ri/**, respectivamente), da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 (**http://www.b3.com.br**). Belo Horizonte, 24 de maio de 2024. **José Ernesto Beni Bologna -** Presidente do Conselho de Administração**.**

megaleilões — EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Higienópolis. Av. Angélica, nº 1.311. Apto. 702 no 7º andar do Edifício Angélica. Apartamento. Área útil 86,00m². Matr. 29.395 do 5º RI local. Obs.: (I) Ocupado (AF). **1º Leilão:** 11/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 1.876.716,17. **2º Leilão:** 14/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 1.578.950,70**. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.megaleiloes.com.br**. Para mais informações - **tel.: (11) 3149-4600**. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

megaleilões — EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Jardim Marajoara (Campo Grande). Av. Interlagos, nº 1.900. Apto. 43B no 4º andar ou 6º pavimento, na Ala "B" ou Buriti do Condomínio New Home Jardim Marajoara, com direito a 01 vaga indeterminada na garagem coletiva, localizada nos subsolo ou pavimento térreo. Apartamento. Área priv. 58,9175m². Matr. 359.993 do 11º RI local. Obs.: Ocupado (AF). **1º Leilão:** 11/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 665.615,44. **2º Leilão:** 14/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 233.400,00**. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.megaleiloes.com.br**. Para mais informações - **tel.: (11) 3149-4600**. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS COMUNICAÇÃO DO DEVEDOR FIDUCIANTE DAS DATAS DOS LEILÕES - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 12/JUNHO/2024, ÀS 11:00h | 2º PÚBLICO LEILÃO: 13/JUNHO/2024, ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **BOULEVARD TAMBORÉ EMPREENDIMENTO LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 09.000.546/0001-17**, **VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças com Força de Escritura Pública, firmando em 07.06.23 na cidade de Santana de Parnaíba/SP, o imóvel: **APARTAMENTO Nº 12, LOCALIZADO NO PAVIMENTO TÉRREO OU 1º ANDAR, DA TORRE C – BOULEVARD DE LA CHAPELLE, DO RESIDENCIAL BOULEVARD TAMBORÉ,** situado na Alameda Canto dos Pássaros, nº 95, Santana de Parnaíba/SP, com as seguintes áreas: privativa principal 223,000m2; privativa acessória 3,500m2 correspondente ao depósito nº 10, situado no 1º subsolo, privativa 226,500m2, comum 159,521m2, nela incluído o direito de uso de 01 vaga livre e 02 vagas sucessivas e indeterminadas na garagem coletiva com auxilio de manobrista, perfazendo a área total de 386,021m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,003152 ou 0,3152% no solo e nas coisas de propriedade e uso comuns do condomínio e 130,45m2 no terreno do setor residencial. Matrícula imobiliária nº 197.379 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri. CCM: 244.525.355.060.303.12. Consolidação da propriedade em 07/05/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 1.443.993,00. 2º LEILÃO: R$ 1.523.891,92.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está ocupado, ficando a desocupação a cargo do arrematante. A venda será feita em caráter a*d corpus,* imóvel entregue no estado em que se encontra. O imóvel é foreiro. Fica o Fiduciante, **Nicolas Nicolich Nicoli, CPF/RFB: 417.861.558-00,** comunicado das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. A Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

CAIXA Asset — MINISTÉRIO DA FAZENDA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ 42.040.639/0001-40 – NIRE 35.3.0056913-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Realizada ao 16º dia do mês de fevereiro de 2024, às 15h00, por videoconferência, na forma da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, e do previsto no Artigo 14 do Estatuto Social da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("CAIXA DTVM", "CAIXA ASSET" ou "Companhia"). **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(I)** Proposta de ajustes na Remuneração Global dos Administradores e membros dos órgãos auxiliares da Administração (RGD) da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("CAIXA ASSET", "CAIXA DTVM" ou "Companhia") para o período de ABR/23 a MAR/24 em virtude da criação da Diretoria de Riscos e Compliance. **DELIBERAÇÕES:** A Acionista, em Assembleia Geral Extraordinária, decidiu: **(I)** Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, os ajustes no montante total da remuneração global dos Administradores e membros dos órgãos auxiliares da Administração (RGD) da CAIXA ASSET, pelo período de ABR/23 a MAR/24, nos termos contidos no Relatório Executivo DITVM nº 049/2023, devendo ser encaminhada a nova planilha de remuneração à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, considerando a orientação daquela Secretaria exarada por meio do OFÍCIO SEI Nº 51047/2023/MGI de 10/07/2023.

JUCESP sob o nº 189.523/24-4, em 25/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.
Íntegra da publicação em https://valor.globo.com/valor-ri.

CAIXA Asset — MINISTÉRIO DA FAZENDA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ 42.040.639/0001-40 – NIRE 35.3.0056913-0

EXTRATO DA ATA Nº 03 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada de forma eletrônica, com início no 08º dia de fevereiro de 2024, às 16h00, e término no 09º dia do mês de fevereiro de 2024, às 15h08, na forma da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, e do previsto no Artigo 14 do Estatuto Social da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("CAIXA ASSET" ou "Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO:** Os membros foram devidamente convocados para a reunião, conforme prevê o Art. 10, inciso I, Art. 18, §1º, Art. 19, e Art. 20, §1º, do Regimento Interno do Conselho de Administração, instalando-se a reunião nos termos do Art. 19 do Estatuto Social da Companhia. **3. COMPOSIÇÃO:** Presidente SAULO FARHAT PAIVA; Conselheiras ADRIANA GOMES RÊGO, CELINA PEREIRA e RENATA VARGAS AMARAL; Conselheiro JÚLIO CESAR VOLPP SIERRA; Conselheiro Independente LAURI TADEU CORRÊA MARTINS. Recebidas as manifestações da totalidade dos membros por correspondência eletrônica. **4. MESA** O Sr. Anderson Luiz Pereira de Paula, Superintendente Nacional da SN Risco, Compliance e Governança, presidiu os trabalhos, que foram secretariados por mim, Vitor Levatti Borges, Gerente Nacional da GN Governança e Compliance de Ativos de Terceiros. **5. ORDEM DO DIA: (I)** Eleição da Sra. Mônica dos Santos Monteiro, para o cargo de Diretor Executivo da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. na Diretoria Riscos, Governança, Integridade e Compliance, para cumprir mandato unificado (2023/2025), até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024. **6. DELIBERAÇÕES:** O Conselho de Administração da CAIXA ASSET, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 9º, Inciso VI, do seu Regimento Interno, apreciou a matéria constante da Ordem do Dia, conforme a seguir: **(I)** Após apreciação, o Conselho aprovou, por unanimidade, a eleição da Sra. Mônica dos Santos Monteiro, brasileira, (...), (...), nascida em (...), data de nascimento (...), CPF (...), Identidade (...), domiciliada na (...), e-mail (...), para exercício no cargo de Diretor Executivo da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. na Diretoria Riscos, Governança, Integridade e Compliance – DIRIC, para mandato de gestão unificado de 2 (dois) anos (2023/2025), com início na data de assinatura do respectivo termo de posse e até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, ressalvado o disposto no art. 27, § 2º, do Estatuto Social, e podendo ser reconduzido, nos termos do art. 27, caput. A Diretora ora designada declara, sob as penas da lei, que está desimpedida de exercer a administração da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A declaração em comento é assinada e arquivada na sede da Companhia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, cuja ata, lavrada, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente, demais Conselheiros e integrantes da mesa. Assinaturas: Presidente da Mesa: Anderson Luiz Pereira de Paula; Secretário: Vitor Levatti Borges; Conselheiros: Adriana Gomes Rêgo, Celina Pereira, Júlio Cesar Volpp Sierra, Lauri Tadeu Corrêa Martins, Renata Vargas Amaral e Saulo Farhat Paiva.

JUCESP sob o nº 189.597/24-0, em 25/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.
Íntegra da publicação em https://valor.globo.com/valor-ri.

CAIXA Asset — MINISTÉRIO DA FAZENDA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ 42.040.639/0001-40 – NIRE 35.3.0056913-0

EXTRATO DA ATA Nº 05 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada de forma eletrônica, com início no 29º dia de fevereiro de 2024, às 14h06, e término no 01º dia do mês de março de 2024, às 17h05, na forma da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, e do previsto no Artigo 14 do Estatuto Social da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("CAIXA ASSET" ou "Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO:** Os membros foram devidamente convocados para a reunião, conforme prevê o Art. 10, inciso I, Art. 18, §1º, Art. 19, e Art. 20, §1º, do Regimento Interno do Conselho de Administração, instalando-se a reunião nos termos do Art. 19 do Estatuto Social da Companhia. **3. COMPOSIÇÃO:** Presidente SAULO FARHAT PAIVA; Conselheiras ADRIANA GOMES RÊGO, CELINA PEREIRA e RENATA VARGAS AMARAL; Conselheiro JÚLIO CESAR VOLPP SIERRA; Conselheiro Independente LAURI TADEU CORRÊA MARTINS. Recebidas as manifestações da totalidade dos membros por correspondência eletrônica. **4. MESA** O Sr. Anderson Luiz Pereira de Paula, Superintendente Nacional da SN Risco, Compliance e Governança, presidiu os trabalhos, que foram secretariados por mim, Vitor Levatti Borges, Gerente Nacional da GN Governança e Compliance de Ativos de Terceiros. **5. ORDEM DO DIA: (I)** Destituição do Diretor Executivo em exercício Álvaro Cunha Matos Lessa de Oliveira e eleição do Sr. Igor Macedo Laino, para o cargo de Diretor Executivo da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. na Diretoria Gestão Fundos de Investimento, para cumprir mandato unificado (2023/2025), até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024. **6. DELIBERAÇÕES:** O Conselho de Administração da CAIXA ASSET, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 9º, Inciso VI, do seu Regimento Interno, apreciou a matéria constante da Ordem do Dia, conforme a seguir: **(I)** Após apreciação, o Conselho aprovou, por unanimidade, (i) a destituição do atual Diretor Executivo em exercício da Diretoria Gestão Fundos de Investimento, Sr. Álvaro Cunha Matos Lessa de Oliveira, brasileiro, (...), (...), CPF (...), RG (...), domiciliado no endereço (...), que permanecerá no exercício do cargo até a posse do novo Diretor eleito, e (ii) a eleição do Sr. Igor Macedo Laino, brasileiro, (...), (...), CPF (...), domiciliado na (...), e-mail (...), para exercício no cargo de Diretor Executivo da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. na Diretoria Gestão Fundos de Investimento – DITER, para mandato de gestão unificado de 2 (dois) anos (2023/2025), com início na data de assinatura do respectivo termo de posse e até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, ressalvado o disposto no art. 27, § 2º, do Estatuto Social, e podendo ser reconduzido, nos termos do art. 27, caput. O Diretor ora designado declara, sob as penas da lei, que está desimpedido de exercer a administração da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A declaração em comento é assinada e arquivada na sede da Companhia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, cuja ata, lavrada, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente, demais Conselheiros e integrantes da mesa. Assinaturas: Presidente da Mesa: Anderson Luiz Pereira de Paula; Secretário: Vitor Levatti Borges; Conselheiros: Adriana Gomes Rêgo, Celina Pereira, Júlio Cesar Volpp Sierra, Lauri Tadeu Corrêa Martins, Renata Vargas Amaral e Saulo Farhat Paiva.

JUCESP sob o nº 189.598/24-4, em 25/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.
Íntegra da publicação em https://valor.globo.com/valor-ri.

Valor Econômico — Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 230 LOTES - DIA: 29/05/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 29/05/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 95PBKK31DRB043909 - 9BD195C67J0824254 - 9BGKS48U0HG272158 - 9BR53ZEC178557954 - 9BGJC75Z0EB165203 - 8BCLDRFJ29G507764 - 9BWCA01J914072221 - 9BFZF10A988175922 - 9BWCA05X62P090593 - 935FCKFVYAB509420 - 9BWAA05W4BP064539 - 9BGRJ69F0AG258515 - 9BFZK53A2BB301742 - 9BD11818LD1229479 - 9BWAA05U6BP042976 - 9BD196271C2002997 - 9BGKS48L0FG210705 - 93YBSR7UHCJ236529 - 9BD17309T84217264 - 9362MKFWXAB019197 - 9BHBG51CAHP670844 - 9BGCA80X0DB197537 - 9BD198231D9024889 - 9BWJB09N27P003633 - 9BGTS75W09C101849 - 9BD118181B1123070 - 9BWAA05U6AP016148 - 8AC903662BE048338 - WBA3A1108EJ610290 - 93YRBB003JJ152363 - 9BD223156D2027880 - 9BWKB05W49P092708 - 9BGCA80X0DB276796 - 9BD17140752505265 - 9BGKS48V0KG418607 - 9BRBB48E395035991 - 9BWAA05U8AP064735 - 9BGJC69E0GB178730 - 9BWAA05W7EP050431 - 9BD15802AC6590060 - 9C2KC2200PR091563 - 9C2MD4110PR011510 - 9C2KC2500RR010552 - 9C2KF5210RR000484 - 9C2KC2500PR010874 - 9C6SG3310H0004347 - 9C2KD0810RR045707 - 8AGCN48X0ER162961 - 9BWKB05Z074031686 - 9BGAC69M06B195231 - 9BD17106LD5866421 - 8BCLDRFJWAG516594 - 93YLSR76HDJ759866 - 9BGKS48B0FG230809 - 9BWAB05U8AP013331 - 8AFVZZFHCGJ407115 - 9BD17146G72753359 - 9BWCA05W97T022701 - 9BGCA80X0CB144687 - 9BG148TA0HC445845 - 9BGPB69M0EB311631 - 3GNAL7ECXBS558481 - 9C2KC2500NR054893 - 9C2JC4830NR079955 - 9C2JB0100RR001083 - 9BGSU19F0CB166336 - 9BWCA05W27P070906 - 9BGSU19F0BB226270 - 8AD4DRFJWCG023048 - 9BD17164G85111708 - 9BWAA05U8DT015000 - 3N1BC1CDXBL427621 - 9BFZD55PXEB720003 - 3N1AB61D78L621613 - 9BGXM75N0BC118775 - 9C2NC4310CR002004 - 9BD223153D2036698 - KMHDH41EBDU644014 - 9BGJB75Z0DB246908 - 93Y5SRD04FJ380773 - 9BFZF55A1E8498468 - 9BD17206G83369111 - 9BGPN69M0EB179036 - 9BWAB05U7CT095885 - 9BGRD48J04G113622 - 9BD13531CD2227966 - 93Y4SRD04GJ978801 - 9BGRX08907G239195 - 9BGSA1910AB228614 - 9BD197134E3186192 - 93YLB8B258J866317 - 935CHRFN28B551557 - 9BFZK03A09B029480 - 9BHCN51AAMP102815 - 9BWAA05U69P077656 - 9BD15822786084807 - 9BWCB05W47T028385 - 93YRBB002LJ184711 - 9BWAA05W7DP119178 - 9BGKL48U0LB160865 - VF30U5FMYCS008800 - 9362EN6A98B067553 - 9BGSU19F0BB215969 - 9BFZH54J9J8140119 - 9BGSA1910AB249370 - 9BFZF54P1A8491973 - 9BWCA05W88T122533 - 9BFZH54S0L8381112 - 6G1EL55758L973039 - 93YBSR8VNDJ469819 - 9BD358A4NLYJ94895 - 93YBSR7RHCJ840348 - 9C2KC2210HR015987 - 9C2MC4400JR004240 - 9C6RG5020N0002113 - 9CDNF4FDSGM103227 - 9C6RG3160N0020900 - 9C2MC4400LR200017 - 94DBFAN17LB109857 - 935CHN6AV9B534540 - 9BFZB55S3J8696726 - 935CHRFN26B520785 - 9BGJC7520JB129646 - 9BWAB45Z3E4068800 - 9BFZE55PXB8583652 - 936CMNFN2GB002902 - 9BFZF54P698391993 - 9BD15822786127848 - 935SLYFYYFB502906 - 93YLM2M1H9J179174 - 9BHCP51BBLP054271 - 9BD358A4NNYL28793 - 9BGRZ48907G229740 - 9BWAA05U39T201681 - 96PERSD16PFS00346 - 99KPCK7HKKM100719 - 9C2KC2500HR028416 - 9C2KC2200MR033210 - 8AJFZ29G5B6143813 - 936CLNFN2HB009399 - 8AFCZZFFC2J272705 - 9BD17140G72828439 - 9BFZK03A89B069306 - 9BFZH55L2J8014507 - 9BD17106LA5498599 - 8AFFZZFFC9J220982 - 9BD17164G85239272 - 8AD2MKFWXBG073077 - 9BGRX48109G291013 - 9BD15802764740423REM - 93HFA16407Z114925 - 9BD17202LA3511901 - 9BFZK03A79B043828REM - 9362PN6A39B003863 - 8BCLCN6BYBG511948 - 9BWKB45U1FP153739 - 9362NN6AYDB009147 - 9BWKB05Z174140061 - 9BD17103742411119 - 8BCLCRFJVDG524194 - 3C4PFABB8CT165755 - 9BGCA80X0CB133544 - 9BD1196GDJ1143162 - 9BD195173E0590651 - 9BWEB05W08P002028 - 9BHBG41DAEP114141 - LJ12FKR1XC4291548 - 93HFA66308Z249914 - 9362AN6A95B017737 - 9BFZF55A8D8344029 - 9BWAA05U49P086436 - 8AFTZZFFCAJ313973 - 9EP071020D1003623 - 9EP070820D1003624 - 9ADR1543MNC015887 - 93ZK35B01D8447587 - 3C7WFVAK7ME538040 - 9BD37417DJ5102893 - 9BGKC48V0KG183437 - 9BFZF55A9B8120295 - 9BWAG45U0LT105908 - 9BD195A4NH0786918 - 9BWAB45Z3K4001383 - 9BD195A4ZM0910238 - 9BGEN69H0MG154341 - 9C2KC2210RR033936 - 9BGPB69M0CB209873REM - 8AP17206LA2050310 - 94DTAFL10DJ471945 - 9BWAH4124HT516298 - 9BHBG51CAEP183301 - 9BRBD48E1E2619456 - 9BWKA05Z064118361 - 9C6RG3140J0011811 - 93HFA6540AZ212950 - 9BGKS69V0JG153240 - 9BFZH55L8K8243727 - 988671179PKN27167 - 93HGE6730BZ122037 - 95PBCK51DNB020707 - 8BCLDRFJVCG531462 - WBA1A1102EVV18706 - 9BWAA45Z8F4055903 - 988611132MK460347 - 9BD195162C0147745 - 9BWDA45U9ET061585 - 9BFZF26P688210661 - 3C4PFABB3CT152461 - 9BWAH4126JT534243 - 9BFZH55L9L8470992 - 9BD17144ZG7567429 - 9BG148FK0EC441968 - 98M5Z9007M4B00923.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

INTESA SANPAOLO BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO

C.N.P.J./M.E. nº 55.230.916/0001-20 - N.I.R.E. 35.300.110.137
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024

I - DATA, HORA E LOCAL: 23 de abril de 2024, às 15:00 horas, na sede social do Intesa Sanpaolo Brasil S.A. – Banco Múltiplo ("**ISPBR**"), localizado na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.327, 21º andar, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04543-011. **II - CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES:** Dispensada a convocação prévia pela imprensa, face ao que faculta o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas do ISPBR. **III - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Gianfranco Giromini por escolha dos acionistas presentes e secretariados pelo Sr. Nicolo' Piazzese. **IV – QUORUM DE INSTALAÇÃO E PRESENÇA:** Compareceram à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária os acionistas representando a totalidade do capital social do ISPBR, a saber: **(1)** Intesa Sanpaolo S.p.A.; e **(2)** Intesa Sanpaolo Holding International S.A., conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas ("Acionistas"). **V - ORDEM DO DIA**: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar para deliberação, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, o Parecer dos Auditores Independentes – EY Auditores Independentes, bem como o Relatório Anual da Diretoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e da proposta de distribuição dos lucros; e 2. Deliberar sobre a aprovação da remuneração global dos administradores em conformidade com as decisões e aprovações do Departamento de Recursos Humanos do Intesa Sanpaolo SpA. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 3. Deliberar sobre o aumento do capital social do ISPBR mediante a capitalização de créditos decorrentes de juros sobre capital próprio, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 4. Deliberar sobre a atualização do capital social e do capital autorizado do ISPBR, com a respectiva alteração do caput e do parágrafo 1º do artigo 6º do Estatuto Social do ISPBR; 5. Em consonância com os itens 3 e 4 acima, deliberar pela consolidação do Estatuto Social; 6. Deliberar sobre a ratificação de todos os atos praticados pelos administradores; e 7. Deliberar sobre outros assuntos de interesse do ISPBR. **VI - DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** iniciados os trabalhos, foram colocados na mesa, à disposição dos Acionistas, para leitura, exame e discussão, todos os documentos e informações a seguir detalhados, mediante a ratificação, rubrica e vistas do representante dos Acionistas. Os Acionistas aprovaram, através de votação unânime, e sem quaisquer ressalvas ou restrições: 1. O Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, o Parecer dos Auditores Independentes - EY Auditores Independentes, bem como o Relatório Anual da Diretoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os quais foram publicados no jornal Valor Econômico, em 28 de março de 2024, Caderno H, folhas 23/24 (versão impressa e digital); 1.1. a proposta do Conselho de Administração, em reunião nesta data, de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 55.621.248,00 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e oito reais), em conformidade com todos os esclarecimentos constantes nas Demonstrações Financeiras mencionadas no item 1 acima, de forma a destinar: 1.1.1. R$ 2.781.062,00 (dois milhões, setecentos e oitenta e um mil, sessenta e dois reais) para a constituição das reservas legais; e 1.1.2. R$ 52.840.185,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e quarenta mil, cento e oitenta e cinco reais) para a conta de reserva de lucros. 1.2. a não distribuição de dividendos, nos termos da recomendação efetuada pelo Conselho de Administração, na reunião realizada nesta data. 2. A remuneração global dos administradores, a saber: 2.1. a remuneração aos membros do Conselho de Administração que não pertencem ao quadro de funcionários do Grupo Intesa Sanpaolo, em linha com a Política de Remuneração e Incentivos ("Política") previamente aprovada pelo ISPBR, conforme documentação apresentada e ser arquivada na sede da Companhia em pasta própria junto à presente ata. 2.2. aos membros da Diretoria, a remuneração se dará conforme (i) uma base salarial e (ii) uma remuneração compensatória variável, nos termos dos critérios abaixo: 2.3. a base salarial será aquela estipulada nos respectivos contratos de pró-labore, previamente aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos do Intesa Sanpaolo S.p.A. ("ISPHR"), celebrados entre o ISPBR e cada um dos Diretores eleitos, sujeitos a revisão conforme ali estipulado; 2.4. a remuneração compensatória variável (bônus) para cada membro da Diretoria será baseada nos critérios estabelecidos na Política previamente aprovada pelo ISPBR. Apenas 50% (cinquenta por cento) do valor referente ao bônus será pago imediatamente em moeda corrente nacional. Os 50% (cinquenta por cento) restantes do valor referente ao bônus serão pagos por meio de instrumentos baseados nas ações do Intesa Sanpaolo S.p.A., em 3 (três) parcelas de igual valor, nos 3 (três) anos subsequentes ao ano de referência, segundo a metodologia definida na Política; e 2.5. adicionalmente, os Acionistas tomam conhecimento da relação de valores pagos aos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria a título de remuneração fixa, variável e benefícios no ano de 2023, conforme por eles deliberado em 2022 e o demonstrativo arquivado em pasta própria na sede da Companhia. 3. Conforme recomendado pelo Conselho de Administração, a distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio relativos ao exercício social no valor total de R$ 34.414.304,34 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e quatorze mil, trezentos e quatro reais e trinta e quatro centavos), e o consequente aumento do capital social no valor total de R$ 29.252.141,28 (vinte e nove milhões, duzentos cinquenta e dois mil, cento e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), mediante o aproveitamento de créditos dos Acionistas, originários de juros sobre capital próprio, destinados à subscrição e integralização de novas ações, em conformidade com o artigo 9º da Lei 9.249/1995, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, já deduzidos o imposto de renda incidente. 3.1. Em decorrência do acima exposto, o capital social do ISPBR passará de R$ 986.228.279,74 (novecentos e oitenta e seis milhões, duzentos e vinte e oito mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta e quatro centavos) para R$ 1.015.480.421,02 (um bilhão, quinze milhões, quatrocentos e oitenta mil, quatrocentos e vinte e um reais e dois centavos), mediante a emissão de 807.624 (oitocentas e sete mil, seiscentas e vinte e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 36,22 (trinta e seis reais e vinte e dois centavos) por ação, integralmente subscritas e integralizadas nesta data pelos acionistas Intesa Sanpaolo S.p.A. e Intesa Sanpaolo Holding International S.A., de acordo com as respectivas participações societárias, nos termos dos Boletins de Subscrição e que passam a integrar esta ata como Anexos II e III. 4. Em decorrência da presente deliberação de aumento do capital social do ISPBR, conforme exposto no item 3.1. acima, os Acionistas resolvem pela respectiva alteração do caput do artigo 6º do Estatuto Social do ISPBR, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Art. 6 - O capital social do Banco é de R$ 1.015.480.421,02 (um bilhão, quinze milhões, quatrocentos e oitenta mil, quatrocentos e vinte e um reais e dois centavos), dividido em 30.574.211 (trinta milhões, quinhentas e setenta e quatro mil, duzentas e onze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* 4.1. Ademais, os Acionistas deliberam pelo aumento do capital autorizado descrito no parágrafo 1 da cláusula 6ª do Estatuto Social para o limite de R$ 1.195.164.500,70 (um bilhão, cento e noventa e cinco milhões, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos reais e setenta centavos). Em decorrência quanto exposto no presente item, os Acionistas deliberam pela modificação do referido parágrafo 1 do art. 6º do Estatuto Social, passando a vigorar com a seguinte redação: *"Art. 6º [...] Parágrafo 1 - O capital social autorizado do Banco poderá ser aumentado até o limite de R$ 1.195.164.500,70 (um bilhão, cento e noventa e cinco milhões, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos reais e setenta centavos)."* 5. Consolidação do Estatuto Social do ISPBR, que será anexado a presente Ata (**Anexo I**). 6. Ratificar todos os atos praticados pelos administradores do ISPBR. 7. Não foram deliberados quaisquer outros assuntos de interesse do ISPBR. **VII – DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, bem como documentos relacionados à remuneração dos administradores. Ainda, arquivada na sede e autenticada pela Mesa da Assembleia, as propostas do Conselho de Administração, efetuada por meio da Reunião do Conselho de Administração de 23 de abril de 2024 e as Orientações de Voto apresentados pelos Acionistas do ISPBR aos seus respectivos procuradores. **VIII – ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, aprovada e assinada. **Local e Data:** São Paulo (SP), 23 de abril de 2024. ASSINATURAS: **MESA: Gianfranco Giromini** - Presidente; **Nicolo' Piazzese** - Secretário. **Acionistas presentes: Intesa Sanpaolo S.p.A.** - p.p. Gianfranco Giromini; **Intesa Sanpaolo Holding International S.A.** - p.p. Gianfranco Giromini. **CERTIDÃO** - Certifico o registrado na JUCESP sob número 207.217/24-5 em 21/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

- CNPJ nº 17.354.911/0001-10 - NIRE 35300098498
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 23.04.2024

Data, Hora, Local: 23.04.2024, às 10 horas. Sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2092 - Unidades 12, 13, 14, 15 e 16 – Térreo - São Paulo-SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: Abramo Douek. Secretário: Marcelo Maktas Melsohn. **Deliberações Aprovadas**: 1. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2023, publicadas na íntegra na versão digital no jornal "VALOR" em 22.02.2024. 2. A destinação do lucro líquido do exercício findo no montante de R$ 18.362.009,27 a saber: - Reserva Legal: R$ 485.153,31; - Reservas Especiais de Lucros: R$ 14.766.318,87; - Juros sobre o capital próprio (item 2.1 abaixo): R$ 2.519.297,97; - Dividendos (item 2.2 abaixo): R$ 591.239,12, - Total: R$ 18.362.009,27. 2.1. Juros sobre capital próprio no montante total de R$ 2.519.297,97, conforme deliberação da Diretoria aprovada em reunião de 09.11.2023 arquivada na JUCESP em 04.12.2023 nº 457.853/23-2 e retificada pela Reunião de Diretoria realizada em 16.02.2024 arquivada na JUCESP em 05.03.2024 sob o nº 90.348/24-4. 2.2. Dividendos no montante total de R$ 591.238,12, conforme deliberação da Diretoria aprovada em reunião de 16.02.2024, arquivada na JUCESP em 05.03.2024 nº 90.348/24-4. 3. Ratificar a distribuição de dividendos de exercícios anteriores no montante total de R$ 11.360.000,00 conforme deliberações da Diretoria aprovada em: (i) reunião de 01.06.2023 no valor de R$ 1.360.000,00 arquivada na JUCESP em 03.07.2023, nº 262.405/23-4; e (ii) reunião de 28.11.2023 no valor de R$ 10.000.000,00 arquivada na JUCESP em 13.12.2023 nº 465.546/23-7. 4. Ratificar os valores pagos a título de remuneração global dos diretores referente ao exercício findo em 31.12.2023, no montante de, até R$ 3.100.000,00, ratificando-se os pagamentos ocorridos. 5. A remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024 no montante de R$ 1.200.000,00. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 23.04.2024. Acionistas: Cesar Ades;Roger Ades; Abramo Douek; Edwin Douek; Marcelo Maktas Melsohn; David Ades; Vermelho LLC, neste ato representado pelo Sr. Cesar Ades; e Rendimento Offshore Holding Limited, neste ato representado pelo Sr. Cesar Ades. JUCESP nº 196.858/24-0 em 08.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 13.776.742/0001-55 - NIRE 35300611420
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 22.04.2024

Data, Hora, Local: 22.04.2024, às 10 horas. Sede social, na Avenida Rebouças, 3.970 - 16º andar - ES 161 - Eldorado Business Tower - São Paulo/SP. **Convocação:** Realizada por meio de correio eletrônico/e-mail enviado em 12.04.2024, nos termos do §3º do Artigo 8º do Estatuto Social. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Roger Ades, Secretário: Abramo Douek. **Deliberações Aprovadas:** 1. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2023, publicadas no Central de Balanços - SPED em 21.03.2024; 2. A destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2023 no montante de R$ 919.829,32 a saber: - Reserva Legal: R$ 45.991,47; - Reservas Especiais de Lucros: R$ 89.343,19; - Juros sobre o capital próprio (item 2.1 abaixo): R$ 784.494,66; - Dividendos: R$ 0,00; - Total: R$ 919.829,32. 2.1. Juros sobre capital próprio no montante total de R$ 784.494,66, conforme deliberação da Diretoria aprovada em reunião de 27.12.2023, arquivada na JUCESP em 17.01.2024 nº 25.577/24-4, e Rerratificação de 16.02.2024, arquivada na JUCESP em 01.03.2024 nº 89.831/24-0. 3. Ratificar a distribuição de dividendos de exercícios anteriores no montante total de R$ 155.290,76 conforme deliberação da Diretoria aprovada em reunião de 27.12.2023, arquivada na JUCESP em 17.01.2024 nº 25.577/24-4, e Rerratificação de 16.02.2024, arquivada na JUCESP em 01.03.2024 sob o nº 89.831/24-0. 4. Ratificar os valores pagos a título de remuneração global dos diretores referente ao exercício findo em 31.12.2023 no montante de R$ 1.800.000,00, ratificando-se os pagamentos ocorridos. 5. Aprovar a remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024 no montante de R$ 3.500.000,00. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 22.04.2024. **Presença:** Acionistas: Roger Ades, David Ades, Clara Gubbay Ades, Abramo Douek, Edwin Douek, Marcelo Maktas Melsohn, Sagitor LLC, neste ato representada pela Sra. Clara Gubbay Ades, **Vermelho LLC**, neste ato representada pela Sra. Clara Gubbay Ades**.** JUCESP nº 197.874/24-1 em 08.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO



O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2024012000180 – Serviços civis necessários à manutenção das estruturas de concreto e metálica e reforma do lago para a Unidade Sorocaba. - Abertura: 20/06/2024 às 10h30.

PE 2024012000184 – Serviços de substituição do gramado sintético do minicampo de futebol da Unidade Birigui. - Abertura: 27/06/2024 às 10h30.

PE 2024012000207 – Serviços de confecção, montagem, manutenção e desmontagem de estande para participação no evento "Feira do Livro 2024". Abertura: 13/06/2024 às 10h30.

PE 2024012000210 – Serviços especializados em transporte de obras de arte para a Unidade Sorocaba. Abertura: 14/06/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

RENDIMENTO HOLDING S.A.

- CNPJ nº 05.475.021/0001-87 - NIRE 35300354630
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA 22.04.2024

Data, Hora, Local: 22.04.2024 às 11 horas. Sede social, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2092 - 19º andar - sala A - São Paulo - SP. **Convocação:** realizada por meio de correspondência eletrônica/e-mail enviado em 12.04.2024. **Presença:**Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Cesar Ades. Secretário: Abramo Douek. **Deliberações Aprovadas**: **1.** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2023, publicados na Central de Balanços - SPED, em 21.03.2024. **2.** A destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2023 no montante de R$ 93.534.291,59, a saber: - Reserva Legal: R$ 4.676.714,58; - Reservas Especiais de Lucros - Outras: R$ 57.729.341,72; - Juros sobre o capital próprio (item 2.1 abaixo): R$ 27.441.150,09; - Distribuição de Dividendos (item 2.2 abaixo): R$ 3.687.085,20; Total: R$ 93.534.291,59. **2.1.** Juros sobre capital próprio no montante R$ 27.441.150,09, conforme deliberações da Diretoria em reuniões realizadas em: **2.1.1.** Reunião de Diretoria de 01.06.2023 no valor R$ 15.128.235,29, arquivada na JUCESP em 28.06.2023 nº 259.018/23-5. **2.1.2.** Reunião de Diretoria de 09.11.2023, arquivada na JUCESP em 30.11.2023 nº 457.831/23-6, e Reunião de Rerratificação de 31.01.2024, arquivada na JUCESP em 01.03.2024 nº 89.832/24-3 no valor de R$ 12.312.914,80. **2.2.** Dividendos no montante total de R$ 3.687.085,20, conforme deliberação aprovada na Reunião de Rerratificação da Diretoria de 31.01.2024, arquivada na JUCESP em 01.03.2024 nº 89.832/24-3. **3.** Ratificar a distribuição de dividendos de exercícios anteriores, no montante total de R$ 20.000.000,00, conforme deliberação da Diretoria aprovada em reunião de 28.11.2023, arquivada na JUCESP em 15.12.2023, nº 467.543/23. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 22.04.2024. **Presença:** Acionistas: **Cesar Ades**; **Roger Ades**; **David Ades, Abramo Douek**; **Edwin Douek**; **Marcelo Maktas Melsohn**; **Vermelho LLC**, neste ato representado pelo Sr. Cesar Ades; e **Rendimento Offshore Holding Limited,** neste ato representado pelo Sr. Cesar Ades. **Cesar Ades -** Presidente, **Abramo Douek -** Secretário. JUCESP nº 197.873/24-8 em 08.05.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Copersucar S.A.

CNPJ nº 10.265.949/0001-77 - NIRE nº 35300360401
Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas da Copersucar S.A. ("Companhia"), que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A-1, 12º andar, sala 01, Vila Gertrudes, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024. São Paulo, 24 de maio de 2024. Copersucar S.A. **A Administração**

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 05.321.987/0001-60 - NIRE nº 35.3.0019302-4
Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 04/24

06/03/2024, às 17h, realizada por videoconferência. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração da sociedade. **Deliberação:** O Conselho de Administração, tendo em vista o término do mandato da atual Diretoria, resolve, aprovar a reeleição, para compor a Diretoria da Companhia, com mandato pelos próximos 03 anos, os Senhores: **Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho,** RG nº 6.191.720 SSP/SP e CPF nº 007.274.888-56, para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro; e, **Pedro Magalhães Bifano,** nº MG-993.532 SSP/MG e CPF/MF nº 193.468.406-68, para o cargo de Diretor Técnico-Comercial. Em caso de término de seus mandatos, os Diretores ora eleitos permanecerão em seus respectivos cargos até a posse e investidura de novos membros, nos termos do §4º do artigo 150 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 06/03/2024. **7. Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; **Fábio Antunes Fernandes -** Secretário. **JUCESP** nº 200.320/24-5 em 13/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 26.643.937/0001-79 - NIRE nº 35.3.0049854-2
Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 01/24 Realizada em 15 de Janeiro de 2024

15/01/2024, às 11h30min, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% das ações com direito a voto. **Deliberação:** As Acionistas presentes, resolveram aprovar a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico-Comercial referente ao período de 15/01/2024 a 29/02/2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico-Comercial referente ao período de 01/03/2024 a 28/02/2025, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; a Remuneração Variável para o Diretor Técnico-Comercial referente ao exercício de 2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; não fixar a remuneração para o Diretor Administrativo-Financeiro no período de 15/01/2024 a 28/02/2025; e não fixar a remuneração para o Conselho de Administração no exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 15/01/2024. **Mesa:** Edilene Almeida Luna - Presidente; Eduardo Fucs - Secretário. **JUCESP** nº 201.066/24-5 em 13/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33300292896

ARCA em 20/05/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 20/05/24, às 15h, na sede social da Enauta Participações S.A. ("Cia."), na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte)/RJ. **2. Convocação e Presença:** A convocação desta reunião do Conselho de Administração foi realizada na forma do Art. 18, §2º do Estatuto Social da Cia. e estiveram presentes na reunião, representando a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Cia., os Srs.: (i) Mateus Tessler Rocha; (ii) Ricardo de Queiroz Galvão; (iii) Luiz Carlos de Lemos Costamilan; (iv) Antônio Augusto de Queiroz Galvão; (v) Ana Marta Horta Veloso; e (vi) Fábio de Barros Pinheiro. Fica consignada a participação de Conselheiros na forma prevista no Art. 16, §7º do Estatuto Social da Cia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Mateus Tessler Rocha; Secretário: Sr. Fabricio Zaluski. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre a rerratificação do item (iii) da reunião de 16/05/24 ("RCA de 16/05/24"), alterando a data prevista para realização da AGE, do dia 26/06/24 para 17/06/24, incluindo a atualização de todo o material suporte que faz referência a esta data. **5. Deliberações Aprovadas:** Antes de iniciar o exame da ordem do dia, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, que a Ata desta Reunião do Conselho de Administração fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da lei, facultada a apresentação de votos e protestos, que serão recebidos pela Mesa e arquivados na sede social da Cia. Analisados os itens constantes da ordem do dia e esclarecidos os questionamentos feitos pelo Conselho de Administração acerca do material de suporte disponibilizado, que fica arquivado na sede social da Cia., os Conselheiros decidiram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, em continuidade à deliberação tomada pelo Conselho de Administração em RCA de 16/05/24, aprovar a rerratificação do item (iii) da referida RCA de 16/05/24, alterando a data prevista para realização da AGE, do dia 26/06/24 para 17/06/24, incluindo a atualização de todo o material suporte que faz referência a esta data. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes e pelo Secretário. RJ, 20/05/24. Mesa: Mateus Tessler Rocha - Presidente, Fabricio Zaluski - Secretário. Conselheiros: Mateus Tessler Rocha, Ricardo de Queiroz Galvão, Luiz Carlos de Lemos Costamilan, Antônio Augusto de Queiroz Galvão, Ana Marta Horta Veloso, Fábio de Barros Pinheiro. JUCERJA em 23/05/24 sob o nº 6252771. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 05.321.987/0001-60 - NIRE nº 35.3.0019302-4
Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 01/24 Realizada em 15 de Janeiro de 2024

15/01/2024, às 11h, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% das ações com direito a voto, **Deliberação:** As Acionistas presentes resolvem aprovar a fixação da remuneração global anual dos Membros da Administração da Companhia, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 15/01/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 201.516/24-0 em 15/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 10.319.371/0001-94 - NIRE nº 35.3.0036052-4
Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 01/24 Realizada em 15 de Janeiro de 2024

15/01/2024, 10:50min, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% das ações com direito a voto. **Deliberação:** As Acionistas presentes, resolvem, aprovar a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico-Comercial referente ao período de 15/01/2024 a 29/02/2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico-Comercial referente ao período de 01/03/2024 a 28/02/2025, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; não fixar a remuneração para o Diretor Administrativo-Financeiro no período de 15/01/2024 a 28/02/2025; e não fixar a remuneração para o Conselho de Administração no exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 15/01/2024. **Mesa:** Edilene Almeida Luna - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 200.445/24-8 em 13/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33300292896

ARCA em 16/05/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 16/05/24, às 17h, na sede social da Enauta Participações S.A. ("Cia."), situada na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro/RJ. **2. Convocação e Presença:** A convocação desta reunião do Conselho de Administração foi realizada na forma do Art. 18, §2º do Estatuto Social da Cia. e estiveram presentes na reunião, representando a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Cia., os Srs.: (i) Mateus Tessler Rocha; (ii) Ricardo de Queiroz Galvão; (iii) Luiz Carlos de Lemos Costamilan; (iv) Antônio Augusto de Queiroz Galvão; (v) Ana Marta Horta Veloso; e (vi) Fábio de Barros Pinheiro. Fica consignada a participação de Conselheiros na forma prevista no Art. 16, §7º do Estatuto Social da Cia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Mateus Tessler Rocha; Secretário Sr. Fabricio Zaluski. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: **(i)** a incorporação de ações de emissão da Cia. pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R" e "Incorporação de Ações") e a consequente celebração do "Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de emissão da Enauta Participações S.A. pela 3R ("Protocolo e Justificação", respectivamente); **(ii)** a aprovação da antecipação da liquidação dos atuais planos de incentivos atrelados a ações da Cia., com a consequente retificação da remuneração global dos administradores da Cia. pela AGE; **(iii)** a Proposta da Administração para a AGE e sua convocação para o dia 26/06/24; e **(iv)** autorização dos diretores a praticar todos os e quaisquer atos, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes às deliberações acima, bem como ratificar os atos já praticados. **5. Deliberações Aprovadas:** Antes de iniciar o exame da ordem do dia, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, que a Ata desta Reunião do Conselho de Administração fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da lei, facultada a apresentação de votos e protestos, que serão recebidos pela Mesa e arquivados na sede social da Cia. Analisados os itens constantes da ordem do dia e esclarecidos os questionamentos feitos pelo Conselho de Administração acerca do material de suporte disponibilizado, que fica arquivado na sede social da Cia., os Conselheiros decidiram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **(i)** autorizar a diretoria da Cia. a celebrar o Protocolo e Justificação com a 3R. Os Conselheiros entendem que os termos e condições do Protocolo e Justificação, incluindo seus respectivos anexos e documentos de suporte, conferem um tratamento justo e equitativo aos acionistas da Cia.; **(ii)** aprovar a antecipação e liquidação dos atuais planos de incentivos atrelados a ações da Cia., nos termos da planilha que constitui o **Anexo I** a esta ata, observado que o efetivo pagamento de tais incentivos será realizado durante o período de recesso previsto no disposto no art. 137, II, da Lei das S.A, e recomendar a aprovação da retificação da remuneração global dos administradores da Cia., a ser suportada exclusivamente pela Enauta Energia S.A., em razão de referida antecipação da liquidação dos planos. Considerando que o valor global da remuneração para o período de 1º/01 a 31/12/24, a ser suportado exclusivamente pela Enauta Energia S.A., estabelecido em R$49.158.836,04, líquido dos encargos sociais de ônus do empregador, conforme aprovado em AGO de 29/04/24, será excedido em R$65.742.484,91, propõe-se uma nova remuneração global no valor de R$114.901.320,94 para ratificação da AGE da Cia. Esta proposta está condicionada à aprovação da Incorporação de Ações pela AGE; **(iii)** aprovar a Proposta da Administração, substancialmente nos termos da minuta apresentada ao Conselho de Administração para a AGE e sua respectiva convocação para ser realizada em 26/06/24; e **(iv)** autorizar os diretores da Cia. a praticar todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes ao fiel cumprimento das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando a celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos relacionados à Incorporação de Ações e à antecipação e liquidação dos planos de incentivo atrelados a ações, bem como ratificar todos e quaisquer atos por eles já praticados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes e pelo Secretário. RJ, 16/05/24. Mesa: Mateus Tessler Rocha - Presidente; Fabricio Zaluski - Secretário. Conselheiros: Mateus Tessler Rocha; Ricardo de Queiroz Galvão; Luiz Carlos de Lemos Costamilan; Antônio Augusto de Queiroz Galvão; Ana Marta Horta Veloso; Fábio de Barros Pinheiro. JUCERJA em 23/05/24 sob o nº 6252541. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

CNPJ nº 14.929.924/0001-81 - NIRE nº 35.3.0041876-0
Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 02/24

06/03/2024, às 17h30min, realizada por videoconferência. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração da Sociedade. **Deliberação:** O Conselho de Administração, tendo em vista o término do mandato da atual Diretoria, resolve, aprovar a reeleição, para compor a Diretoria da Companhia, com mandato pelos próximos 03 anos, os Senhores: **Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho,** RG nº 6.191.720 SSP/SP e CPF nº 007.274.888-56, para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro; e **Paulo Augusto Nepomuceno Garcia,** RG nº MG-3.316.728 SSP/MG e CPF nº 765.634.306-78, para o cargo de Diretor Técnico-Comercial. Em caso de término de seus mandatos, os Diretores ora eleitos permanecerão em seus respectivos cargos até a posse e investidura de novos membros, nos termos do §4º do artigo 150 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 06/03/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Andrea Durieux - Secretária. **JUCESP** nº 201.507/24-9 em 15/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 05.321.920/0001-25 - NIRE nº 35.3.0019303-2
Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 01/24 Realizada em 15 de janeiro de 2024

15/01/2024, às 11h10min, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberação:** As Acionistas presentes, resolvem, aprovar a fixação da remuneração global anual dos Membros da Administração da Companhia, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 15/01/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 201.288/24-2 em 13/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 04.416.935/0001-04 - NIRE nº 35.3.0018472-6
Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 01/24 Realizada em 15 de janeiro de 2024

1. Data e Hora e Local: 15 de janeiro de 2024, às 10h40min (dez horas e quarenta minutos), realizada por videoconferência, nos termos do Parágrafo 3º, Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, tendo como referência a sede da sociedade localizada na Rua Olimpíadas, nº 66, 8º andar, sala A, Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-000, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionistas representando 100% (cem por cento) das ações com direito a voto, a saber: Alupar Investimento S.A. e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. **3. Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas, Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia, Secretária. **4. Convocações:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade das acionistas da Companhia, na forma do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). **5. Ordem do Dia:** Fixação da Remuneração Global da Administração da Companhia. **6. Deliberação:** As Acionistas presentes, após análise e discussão do tema previsto na Ordem do Dia, resolvem, sem ressalvas e por unanimidade, aprovar a fixação da remuneração global anual dos Membros da Administração da Companhia, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **7. Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, devidamente aprovada e redigida na forma prevista no parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei nº 6.404/76, após ter sido lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. São Paulo, 15 de janeiro de 2024. **8. Assinaturas: Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **Acionistas: Alupar Investimento S.A. -** p.p. Silvia Carolina Villas Boas; **Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. -** p.p. Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia. **JUCESP**nº 201.067/24-9 em 13/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 04.416.923/0001-80 - NIRE nº 35.3.0018473-4
Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 01/24 Realizada em 15 de Janeiro de 2024

15/01/2024, às 11:40h, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% das ações com direito a voto. **Deliberação:** As Acionistas presentes, resolvem, aprovar a fixação da remuneração global anual dos Membros da Administração da Companhia, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 15/01/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 200.335/24-8 em 13/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 04.416.935/0001-04 - NIRE nº 35.3.0018472-6
Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 01/24 Realizada em 15 de Janeiro de 2024

15/01/2024, às 10h40, realizada por videoconferência. **Presenca:** Acionistas representando 100% das ações com direito a voto. **Deliberação:** As Acionistas presentes, resolvem, aprovar a fixação da remuneração global anual dos Membros da Administração da Companhia, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 15/01/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 201.067/24-9 em 13/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INÊS 249



CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE nº 35.3.0017057-1

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 06/2024

Data, Hora e Local: Realizada no dia 15 de maio de 2024, às 17h, de modo eletrônico, conforme faculta o estatuto social da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia"), sendo considerada realizada, para todos os fins e efeitos, na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal Tower, 7º andar, bairro Vila Gertrudes, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04794-000. **Convocação:** Realizada pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do estatuto social da Companhia. **Presenças:** Todos os membros do Conselho, a saber: Gustavo Carlos Marin Garat, César Augusto Ramírez Rojas, Gabriel Jaime Melguizo Posada, Daniel Isaza Bonnet, Sebastián Castañeda Arbeláez, César Augusto Arias Hernández, Elio Gil de Meirelles Wolff e Orivaldo Luiz Pellegrino. **Mesa:** Gustavo Carlos Marin Garat - Presidente; e Andrea Mazzaro Carlos De Vincenti - Secretária. Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a reunião, foi aprovada a lavratura da presente ata na forma de sumário. O Presidente do Conselho questionou se algum dos presentes se encontrava em situação de conflito de interesses em relação aos temas a serem discutidos nesta reunião, tendo eles se manifestado no sentido de que não havia conflito em nenhuma matéria. **Ordem do Dia: (i)** a realização da 16ª (décima sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), do "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", conforme em vigor na presente data, acompanhado das "*Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas*" ("Código ANBIMA"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), sob regime de garantia firme de colocação para o valor total da Emissão; **(ii)** a autorização aos membros da diretoria da Companhia e seus demais representantes legais para praticarem todos e quaisquer atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (a) negociar e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação da Oferta e da Emissão, incluindo, mas não se limitando a, o "*Instrumento Particular de Escritura da 16ª (Décima Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista*", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (conforme definido abaixo) ("Escritura de Emissão"), e seus eventuais aditamentos e o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos; (b) negociar todos os demais termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando a, elaborar, em conjunto com os Coordenadores (conforme definido abaixo), o Plano de Distribuição (conforme definido abaixo), e contratar (i) os Coordenadores (conforme abaixo definido), (ii) os assessores legais da Oferta, (iii) o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido), (iv) o Agente de Liquidação (conforme abaixo definido) e o Escriturador (conforme abaixo definido), (v) a agência de classificação de risco da Oferta, (vi) a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), e (vii) quaisquer outros prestadores de serviços necessários à realização da Emissão e da Oferta, fixando-lhes os respectivos honorários; e (c) praticar todos e quaisquer atos necessários para efetivar as matérias aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão e da Oferta e assinar os documentos necessários à sua realização, bem como seus respectivos eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando a, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a CVM, a B3, a ANBIMA ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização da Emissão e da Oferta; **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos membros da diretoria da Companhia e seus demais representantes legais relacionados à Emissão e à Oferta; e **(iv)** a aprovação das demais condições da operação de acordo com as normas da CVM. **Deliberações:** O Conselho de Administração da Companhia aprovou, sem ressalvas e por unanimidade: **(i)** a realização da Emissão e da Oferta pela Companhia, de acordo com os seguintes termos e condições: **(a) Número da Emissão.** A Emissão representa a 16ª (décima sexta) emissão de debêntures da Companhia; **(b) Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); **(c) Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 1.000.000 (um milhão) de Debêntures; **(d) Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única; **(e) Valor Nominal Unitário.** As Debêntures terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(f) Forma e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; **(g) Agente Fiduciário.** A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132 Parte, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, atuará como agente fiduciário da Emissão, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente); **(h) Agente de Liquidação.** O agente de liquidação da Emissão será a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Condomínio Mário Henrique Simonsen, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente de Liquidação"); **(i) Escriturador.** O escriturador da Emissão será a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no item (h) acima ("Escriturador"); **(j) Conversibilidade e Permutabilidade.** As Debêntures serão simples, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis por ações de qualquer outra companhia; **(k) Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações; **(l) Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data constante da Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **(m) Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160, do Código ANBIMA e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob regime de garantia firme para o Valor Total da Emissão, qual seja, R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), de forma individual e não solidária pelas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pela Companhia para coordenar e intermediar a Oferta ("Coordenadores"), nos termos do "*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 16ª (Décima Sexta) Emissão da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista*", a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"), observado o Plano de Distribuição (conforme definido abaixo). A Oferta contará com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição, observado o Plano de Distribuição, podendo contar com a participação de outras instituições financeiras, que não se enquadrem como Coordenadores, autorizadas a operar no mercado de capitais para participar da colocação das Debêntures junto a potenciais investidores e clientes e que assinem termo de adesão ao Contrato de Distribuição com o Coordenador Líder, observado o previsto no artigo 83 da Resolução CVM 160 e de acordo com os termos previstos no Contrato de Distribuição; **(n) Plano de Distribuição.** Os Coordenadores organizarão a distribuição e colocação das Debêntures, conforme plano de distribuição elaborado nos termos do artigo 49 da Resolução CVM 160 ("Plano de Distribuição"), de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos Investidores da Oferta (conforme definido abaixo) seja equitativo; e (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco ao público-alvo da Oferta. Os demais termos e condições do Plano de Distribuição, que não serão descritos na Escritura de Emissão, serão descritos no Contrato de Distribuição e nos demais documentos da Oferta. A Oferta não contará com esforços de colocação no exterior. O Plano de Distribuição foi elaborado pelos Coordenadores, em conjunto com a Companhia, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Companhia; **(o) Distribuição Parcial.** Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures; **(p) Público-Alvo da Oferta.** O público-alvo da Oferta serão Investidores Profissionais, levando-se em conta o perfil de risco dos seus destinatários, observado o Plano de Distribuição previsto no Contrato de Distribuição ("Investidores da Oferta" ou "Público-Alvo"); **(q) Depósito para Distribuição e Negociação.** As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 ("MDA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 e as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3; **(r) Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em cada data de subscrição (sendo cada data em que ocorrer a subscrição e integralização de Debêntures, uma "Data de Integralização"), no ato da subscrição, por meio do MDA, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, caso a integralização das Debêntures ocorra na primeira Data de Integralização ("Primeira Data de Integralização") de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data a partir da Primeira Data de Integralização, o preço de subscrição e integralização das Debêntures corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) até a efetiva integralização ("Preço de Integralização"). As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido a exclusivo critério dos Coordenadores, em comum acordo, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que referido ágio ou deságio seja aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas em uma mesma Data de Integralização; **(s) Destinação dos Recursos.** A totalidade dos Recursos Líquidos (conforme definido abaixo) captados pela Companhia por meio das Debêntures serão utilizados para recomposição de caixa da Companhia. Para fins do presente item, entende-se como "Recursos Líquidos" o Valor Total da Emissão, excluídos os custos e despesas incorridos para realização da Emissão e da Oferta ("Recursos Líquidos"); **(t) Prazo e Data de Vencimento.** Ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, resgate antecipado das Debêntures em decorrência da realização de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) (que importe no resgate da totalidade das Debêntures) ou, ainda, Aquisição Facultativa com Cancelamento (conforme definido abaixo), nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"); **(u) Atualização Monetária das Debêntures.** Não haverá atualização monetária sob o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; **(v) Amortização do Valor Nominal Unitário.** Ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, resgate antecipado das Debêntures em decorrência da realização de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) (que importe no resgate da totalidade das Debêntures) ou, ainda, Aquisição Facultativa com Cancelamento (conforme definido abaixo), nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão (inclusive), sendo o primeiro pagamento devido na data indicada na Escritura de Emissão e o último na Data de Vencimento, nos termos da tabela da Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização"); **(w) Remuneração.** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over* extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* de 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Spread" e "Remuneração", respectivamente). A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), em regime de capitalização composta, por Dias Úteis decorridos, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive). O cálculo da Remuneração obedecerá a fórmula prevista na Escritura de Emissão; **(x) Pagamento da Remuneração das Debêntures.** Ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, resgate antecipado das Debêntures em decorrência da realização de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) (que importe no resgate da totalidade das Debêntures) ou, ainda, Aquisição Facultativa com Cancelamento (conforme definido abaixo), nos termos da Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, nas datas indicadas na Escritura de Emissão, sendo o último pagamento, na Data de Vencimento, conforme tabela indicada na Escritura de Emissão (sendo cada data de pagamento da remuneração denominada "Data de Pagamento da Remuneração"); **(y) Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures.** A Companhia poderá, a partir do 5º (quinto) ano contado da Data de Emissão, ou seja, a partir da data indicada na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e de forma unilateral, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o cancelamento, pela Companhia, das Debêntures que tenham sido objeto do resgate antecipado, observados os termos e condições previstos abaixo ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus ao pagamento de valor equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, **(i)** acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data do Resgate Antecipado Facultativo (exclusive), **(ii)** dos Encargos Moratórios, se houver, e **(iii)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, se houver e de prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, considerando os Dias Úteis transcorridos entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures e a Data de Vencimento das Debêntures, incidente sobre o valor decorrente da soma dos itens (i), (ii) e (iii) acima, conforme previsto na Escritura de Emissão ("Prêmio de Resgate das Debêntures"); **(z) Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurando igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures objeto da respectiva oferta de resgate antecipado de que forem titulares, com o cancelamento, pela Companhia, das Debêntures que tenham sido objeto do resgate antecipado, observado que o resgate antecipado somente poderá ser realizado pela Companhia caso seja verificada a adesão de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures objeto da respectiva oferta de resgate antecipado, ou outro percentual mínimo que venha a ser previsto nas legislações e regulamentações aplicáveis, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), e, se for o caso, do prêmio de resgate antecipado oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, que não poderá ser negativo; **(aa) Amortização Extraordinária Facultativa.** A Companhia poderá, a partir do 5º (quinto) ano contado da Data de Emissão, ou seja, a partir da data indicada na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e de forma unilateral, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento de valor equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, (i) acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa (exclusive), (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, se houver e de prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, considerando os Dias Úteis transcorridos entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures e a Data de Vencimento das Debêntures, incidente sobre o valor decorrente da soma dos itens (i), (ii) e (iii) acima, conforme previsto na Escritura de Emissão ("Prêmio de Amortização Extraordinária das Debêntures"); **(bb) Repactuação.** Não haverá repactuação programada; **(cc) Aquisição Facultativa.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ("Aquisição Facultativa"), de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 77"). As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a exclusivo critério da Companhia: (i) ser canceladas ("Aquisição Facultativa com Cancelamento"); (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; **(dd) Encargos Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures que continuarão incidindo até a data do efetivo pagamento dos valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa moratória e não compensatória de 2% (dois por cento) incidente sobre o montante atualizado devido e não pago; e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), incidente sobre o montante atualizado devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **(ee) Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão serão realizados pela Companhia: (i) com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; e (ii) com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que forem titulares das Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; **(ff) Vencimento Antecipado.** As Debêntures poderão ser consideradas antecipadamente vencidas, observado o disposto na Escritura de Emissão, mediante a ocorrência de determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático previstas na Escritura de Emissão, sendo certo que, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a realizar o resgate das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, se for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão; **(gg) Classificação de Risco.** Conforme termos e condições previstos na Escritura de Emissão, a Companhia obriga-se a contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, a Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's, para atribuir classificação de risco às Debêntures ("Agência de Classificação de Risco"); e **(hh) Demais Termos e Condições.** As demais características das Debêntures, as quais regerão a Emissão durante todo o prazo de vigência das Debêntures, estarão descritas na Escritura de Emissão; **(ii)** a autorização aos membros da diretoria da Companhia e seus demais representantes legais para praticarem todos e quaisquer atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (a) negociar e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação da Oferta e da Emissão, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos e o Contrato de Distribuição e seus eventuais aditamentos; (b) negociar todos os demais termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando a, elaborar, em conjunto com os Coordenadores, o Plano de Distribuição, e contratar (i) os Coordenadores, (ii) os assessores legais da Oferta, (iii) o Agente Fiduciário, (iv) o Agente de Liquidação e o Escriturador, (v) a agência de classificação de risco da Oferta, (vi) a B3, e (vii) quaisquer outros prestadores de serviços necessários à realização da Emissão e da Oferta, fixando-lhes os respectivos honorários; e (c) praticar todos e quaisquer atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão e da Oferta e assinar os documentos necessários à sua realização, bem como seus respectivos eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando a, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a CVM, a B3, a ANBIMA ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização da Emissão e da Oferta; **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos membros da diretoria da Companhia e seus demais representantes legais relacionados à Emissão e à Oferta; **(iv)** as demais condições da operação de acordo com as normas da CVM. **Documentos Arquivados na sede da Companhia:** A mesa registra o arquivamento do material de apoio disponibilizado para análise e consulta dos membros do Conselho presentes. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura da presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pela Secretária e pelos membros do Conselho de Administração presentes. Atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Andrea Mazzaro Carlos De Vincenti - Secretária.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024/SETASC
PROCESSO Nº 0003009/2024

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 097/2023/SETASC, torna público, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2023, que realizará Procedimento Licitatório, na Modalidade: Pregão Eletrônico, do TIPO: Menor Preço, cujo OBJETO é a **aquisição de cobertores para continuação do Programa Ser Família Aconchego.**

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: De 28/05/2024 a 12/06/2024 período integral, exceto no dia da abertura da sessão no qual será permitido o envio somente até as 08h45min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS no dia 12/06/2024 às 9h00min

INÍCIO DA SESSÃO: 09h00min, através do endereço eletrônico **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O edital estará disponível a partir do dia 28/05/2024 no endereço: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**, no menu "Edital" e no site **www.setasc.mt.gov.br**.

TELEFONES: Informações sobre o pregão: (65) 94862-9666;

Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303- 2702

SITE DA REALIZAÇÃO: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/

***Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)**

Cuiabá-MT, 27 de maio de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

PG 10.48.076 – Licitação nº 076/2023 – Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para realização de empreendimento composto de 28 unidades habitacionais e demais serviços, denominado Marília "P", no município de Marília/SP. O edital completo estará disponível para download no site **www.cdhu.sp.gov.br** a partir das 00h00min do dia 29/05/2024 – Esclarecimentos até 14/06/2024 – Abertura: 21/06/2024 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I – 11ºandar bloco 03 – Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP.

CDHU | Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação | SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

CNPJ nº 11.004.138/0001-85 - NIRE nº 35.3.0037045-7

Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 04/24

06/03/2024, às 17h20min, realizada por videoconferência. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração da sociedade. **Deliberação:** O Conselho de Administração, tendo em vista o término do mandato da atual Diretoria, resolve, aprovar a reeleição, para compor a Diretoria da Companhia, com mandato pelos próximos 03 anos, os Senhores: **Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho,** RG nº 6.191.720 SSP/SP e CPF sob nº 007.274.888-56, para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro; e, **Pedro Magalhães Bifano,** da CI nº MG-993.532 SSP/MG e CPF/MF sob nº 193.468.406-68, para o cargo de Diretor Técnico-Comercial. Em caso de término de seus mandatos, os Diretores ora eleitos permanecerão em seus respectivos cargos até a posse e investidura de novos membros, nos termos do §4º do artigo 150 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 06/03/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Fábio Antunes Fernandes - Secretário. **JUCESP** nº 201.513/24-9 em 15/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Matão/SP

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE 1º, 2º E 3º LEILÃO e intimação na **FALÊNCIA DE IRMÃOS PANEGOSSI LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.312.121/0001-72; **JABUTRACTOR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 68.918.572/0001-98; **FUNDIÇÃO AP PANEGOCCI LTDA. EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.804.707/0001-30; **JABUTRATOR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.376.301/0001-82, integrantes do **GRUPO IRMÃOS PANEGOSSI**; **na pessoa da Administradora Judicial LASPRO CONSULTORES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.223.371/0001-75, **representada por ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 98.628; **bem como do depositário EDILSON RIBEIRO DA ANUNCIAÇÃO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 173.030.548-20; **do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO na pessoa do seu Procurador; e da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO na pessoa do seu Procurador.** A **Dra. Ana Teresa Ramos Marques Nishiura Otuski**, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Matão/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º, 2º e 3º Leilão dos bens, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Recuperação Judicial convertida em Falência** das empresas **IRMÃOS PANEGOSSI LTDA e outras - processo nº 1004380-51.2018.8.26.0347 - controle nº 1234/2018**, e que foi designada a venda dos bens descritos abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DOS BENS** - Os **imóveis** serão vendidos em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra; os **bens móveis** serão vendidos no estado em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro oficial www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada dos bens a serem apregoados. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar os bens deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda dos bens autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO -** O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO E PRESENCIAL**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 14/06/2024, às 15h** e se encerrará **dia 01/07/2024, a partir das 15h, sucessivamente, com intervalo de 30 segundos para cada lote**, onde serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lances, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 01/07/2024 às 15h 01,** e se encerrará no **dia 16/07/2024, a partir das 15h, sucessivamente, com intervalo de 30 segundos para cada lote**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação; não havendo lances, seguir-se-á sem interrupção o **3º Leilão**, que terá início no **dia 16/07/2024 às 15h,** e se encerrará no **dia 31/07/2024, a partir das 15h, sucessivamente, com intervalo de 30 segundos para cada lote**, onde serão aceitos os maiores lances ofertados, conforme preceitua o §3º-A do art. 142 da Lei 11.101/05. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** - O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 844. Cumpre informar que cabe ao Leiloeiro a definição de critérios para participação do leilão, com o objetivo de preservar a segurança e a confiabilidade dos lances, nos termos do art. 14 da Resolução nº 236/2016 do CNJ. **DOS LANCES** - Os lances poderão ser ofertados a partir do dia e hora de início do leilão pela rede de internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br, ou de viva voz no dia do encerramento do 1º, 2º e 3º leilão a partir **das 14 horas**, no Auditório localizado na Alameda Santos, nº 787, 13º andar, conjunto 132 - Jd. Paulista - São Paulo/SP, em igualdade de condições. **DOS DÉBITOS** - Os bens serão apregoados sem quaisquer ônus, os quais serão de responsabilidade da massa falida, exceto se o arrematante for: I - sócio da sociedade falida, ou sociedade controlada pelo falido; II - parente, em linha reta ou colateral, até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do falido ou de sócio da sociedade falida; III - identificado como agente do falido com o objetivo de fraudar a sucessão (art. 141, II, § 1º, I, II e III, da lei nº 11.101/05). Em caso de Imóvel, o arrematante deverá arcar com todos os custos relativos à transferência do bem para seu nome, tal como as despesas de ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e seu registro no RGI respectivo. Correrão, ainda, por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial em caso de arrematação de bens móveis. **DO PAGAMENTO: DA ARREMATAÇÃO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço dos bens arrematados, no prazo de 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. Nos Lotes cujo valor de arrematação seja maior que R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o arrematante poderá depositar 10% (dez por cento) do valor da arrematação no prazo de 24h (vinte e quatro horas) do encerramento do leilão para garantia do Juízo e a quitação do preço da arrematação, ou seja, 90% (noventa por cento) deverá ocorrer em 24h (vinte e quatro horas) após despacho de deferimento do lance pelo Juízo responsável. No caso de indeferimento do lance, o valor depositado poderá ser levantando integralmente pelo arrematante. **DA COMISSÃO** - O arrematante deverá pagar a comissão ao Leiloeiro Oficial no prazo de 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito, que ficará disponível no site do leiloeiro ou será enviada por e-mail, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação dos bens. A comissão devida ao Leiloeiro Oficial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se houver desistência (art. 775 do CPC), anulação da arrematação ou resultado negativo da hasta pública; quando anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrer a desistência (art. 775 do CPC), o leiloeiro devolverá ao arrematante o valor da comissão, corrigido pelo índice aplicável aos créditos respectivos (artigo 7º §§ 1º e 2º, da Resolução nº 238/2016, do CNJ). **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma, ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. Caso a proposta seja apresentada diretamente ao juízo do processo após a finalização do leilão, havendo deferimento, o proponente deverá realizar o pagamento da comissão do Leiloeiro no prazo constante do edital, qual seja, 24 (vinte e quatro) horas após deferimento. **DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. **DA RETIRADA DOS BENS:** (I) Os arrematantes dos Lotes nºs 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 16, **terão o prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data da homologação da arrematação, **para promover a retirada dos automóveis, sob pena de pagamento de aluguel no valor R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada dia de atraso**, limitado a 30 dias. Após esta data, haverá o perdimento dos bens remanescentes, bem como do valor pago. (II) Os arrematantes dos Lotes nºs 15 e 17, **terão o prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data da homologação da arrematação, **para promover a retirada dos bens móveis, sob pena de pagamento de aluguel no valor R$ 1.000,00 (um mil reais) para cada dia de atraso, limitado a 30 dias**. Após esta data, haverá o perdimento dos bens remanescentes, bem como do valor pago. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. As demais condições obedecerão ao que dispõe a Lei 11.101/05 e o Provimento CSM nº 1625/2009, e no que couber, o CPC e o caput do artigo 335, do CP. **DA RELAÇÃO DE BENS:** Será levado à leilão um total de **17 lotes**, sendo **3 lotes de imóveis**, a saber: **LOTE 1:** MATRÍCULA Nº 3.172 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MATÃO/SP; MATRÍCULA Nº 35.234 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MATÃO/SP; MATRÍCULA Nº 43.354 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MATÃO/SP: IMÓVEL; **LOTE 2:** MATRÍCULA Nº 45.723 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MATÃO/SP; **LOTE 3:** MATRÍCULA Nº 22.236 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MATÃO/SP: IMÓVEL; e **14 lotes de bens móveis**. A descrição detalhada dos bens, sua localização e os valores respectivos dos lotes estão disponíveis no site www.megaleiloes.com.br. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Matão, 29 de abril de 2024. Eu, diretora/escrivã, conferi e subscrevi. **Dra. Ana Teresa Ramos Marques Nishiura Otuski** - **Juíza de Direito**.

(11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 05.321.920/0001-25 - NIRE nº 35.3.0019303-2

Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 03/24

06/05/2024, às 17h10, realizada por videoconferência. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração da Sociedade. **Deliberação:** O Conselho de Administração, tendo em vista o término do mandato da atual Diretoria, resolve, aprovar a reeleição, para compor a Diretoria da Companhia, com mandato pelos próximos 03 (três) anos, os Senhores: **Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho,** RG nº 6.191.720 SSP/SP e CPF sob nº 007.274.888-56, para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro; e **Paulo Augusto Nepomuceno Garcia,** RG nº MG-3.316.728 SSP/MG e CPF sob nº 765.634.306-78, para o cargo de Diretor Técnico-Comercial. Em caso de término de seus mandatos, os Diretores ora eleitos permanecerão em seus respectivos cargos até a posse e investidura de novos membros, nos termos do §4º do artigo 150 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06/03/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Fabio Antunes Fernandes - Secretário. **JUCESP** nº 201.517/24-3 em 15/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

CNPJ nº 11.004.138/0001-85 - NIRE nº 35.3.0037045-7

Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 01/24 Realizada em 15 de Janeiro de 2024

15/01/2024, às 11h20min, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberação:** As Acionistas presentes, resolvem, aprovar a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico-Comercial referente ao período de 15/01/2024 a 29/02/2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico-Comercial referente ao período de 01/03/2024 a 28/02/2025, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; não fixar a remuneração para o Diretor Administrativo-Financeiro no período de 15/01/2024 a 28/02/2025; e não fixar a remuneração para o Conselho de Administração no exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais. São Paulo, 15/01/2024. **Mesa:** Paulo Roberto de Godoy Pereira - Presidente; Edilene Almeida Luna - Secretária. **JUCESP** nº 200.336/24-1 em 13/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

CNPJ/MF Nº 23.419.923/0001-88 - NIRE 35.300.483.103

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Acionistas da Companhia para a Assembleia Geral Ordinária, que seria realizada anteriormente no dia 29/05/2024, por razões de ordem organizacionais, fica adiada, sendo reconvocada para o dia 11/06/2024, às 10 horas, via videoconferência, na forma dos artigos 121, parágrafo único e 124 caput e § 2º-A da Lei nº 6.404/76, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Mjc1NTUwNTctNjIwMy00NmIxLWJkNWEtYzIxYjBkN2QwZmJl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22b451a433-348f-4e40-9168-a595d002317a%22%2c%22Oid%22%3a%22aaf42b55-bf25-4175-9194-f6142353f24b%22%7d. A referida Assembleia Geral Ordinária será realizada para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022; (ii) apreciação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes; (iv) a aprovação da remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal para 2024 e (v) a publicação da AGO sob a forma de sumário.

São Paulo (SP), 27/05/2024. **CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.**

2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central/SP

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO da **FALÊNCIA DE MINERAÇÃO BURITIRAMA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.121.672/0001-01, **na pessoa da Administradora Judicial LASPRO CONSULTORES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [illegible]; **do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO na pessoa do seu Procurador; e da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO na pessoa do seu Procurador; e da empresa RIO MANGANÊS MINERAÇÃO S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.454.194/0001-04. **O Dr. Ralpho Waldo De Barros Monteiro Filho**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, [illegible] **Dr. Ralpho Waldo de Barros Monteiro Filho - Juiz de Direito.**

(11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

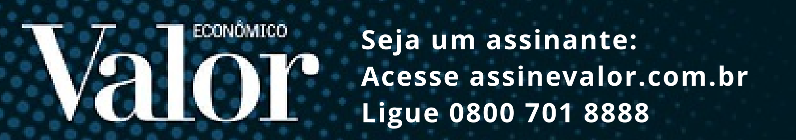
AVISOS DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90026/2024. Objeto: Prestação de serviços de apoio técnico especializado em tecnologias BMC Software, na quantidade total de 33.900 horas, dividida em dois lotes de 16.950 horas de serviço técnico (HST) para cada lote. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 17/06/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90032/2024. Objeto: Operacionalização do Acordo VMWARE - PRO.00.7554 para o fornecimento de licenças de uso, manutenção, serviços de suporte técnico das licenças de uso dos softwares de tecnologia VMWARE. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 17/06/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp | **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO** | Secretaria de Gestão e Governo Digital





Redes abertas Open RAN deve fomentar surgimento de múltiplos fornecedores, diz Marcia Ogawa F7



Entretenimento Público de megaventos tem rede 5G para compartilhar vídeos F3

Tecnologia Internet das coisas ganha escala com uso de redes privativas F6

Infraestrutura Serviços no RS podem levar três anos para serem restabelecidos após tragédia F10

Valor F
Terça-feira, 28 de maio de 2024

Especial
Telecomunicações

Um bom ano

Negócios Setor se movimenta com avanço do 5G entre empresas e uso de inteligência artificial

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

O ano de 2023 foi movimentado para as operadoras de telecomunicações no Brasil: aceleração do 5G pelo país acima das metas regulatórias, transição de clientes pré-pagos para pós-pagos, consolidação dos resultados da aquisição da operação móvel da Oi por TIM, Claro e Vivo, expansão de redes privativas e de serviços digitais. Os mesmos movimentos seguem neste ano e devem se intensificar com avanço do 5G entre empresas, uso de inteligência artificial (IA) internamente, mais serviços para clientes e inovações como o fornecimento de conexões de softwares (APIs) diretamente da rede para desenvolvedores (open gateway).

Segundo relatório da Conexis, representante das operadoras de telecomunicações, 2023 fechou com 282,2 milhões de acessos em banda larga fixa e móvel. Os destaques no primeiro caso foram a velocidade cinco vezes superior à de 2019, graças à fibra óptica (74% do total), e a ascensão do 5G, cuja participação se aproxima de 10% dos acessos móveis e já está presente em mais de 500 cidades. Os investimentos se mantiveram em 20% da receita líquida do ano, apesar da queda de 3% na receita bruta.

Para o presidente-executivo da Conexis, Marcos Ferrari, o setor enfrenta diversos desafios. Um deles é a competição com assemelhados — como aplicativos de voz para pessoas físicas e grandes consumidores do passado, de call centers, e provedores de internet, principalmente os irregulares. Outro é o desequilíbrio do uso das redes, debate global que passa pelas "big techs", responsáveis por 80% do tráfego móvel e pela captura de valor das redes, com retorno perto de 30% ante 7,5% das teles. Monetização do 5G também está na pauta.

"A monetização vai direcionar a indústria em 2024 e 2025", avalia Luciano Saboia, diretor de telecom da IDC América Latina. A IDC apurou resultados discretos no ano passado para todo o setor de telecomunicações, um crescimento de faturamento em torno de 1,5% no ano apoiado por dados. Também contribuiu a melhoria da receita média por usuário (arpu), com iniciativas como o fim da oferta de planos ilimitados impulsionados em 2021 e 2022.

> Fim da oferta de planos ilimitados ajudou a aumentar a receita média por usuário

Como o custo de capital continua elevado, buscar eficiência ao máximo e rede 5G devem marcar o ano para as empresas do setor. Entre oportunidades e tendências, Saboia aponta a rede fixa móvel (FWA), com equipamentos mais em conta para os clientes até o ano que vem, equilibrando a competitividade com a tecnologia fixa, e a internet das coisas (IoT) com redução do preço de dispositivos e eliminação das capacidades 5G não necessárias para a aplicação, já em uso na China. Serviços digitais como segurança, nuvem e inteligência artificial devem favorecer os negócios entre empresas, bem como redes privativas e open gateway.

A disponibilização de APIs traz retornos para as empresas de telecomunicações com parâmetros de redes para alimentar aplicações de terceiros, a partir de aproveitamento do core (núcleo central) da rede 5G, apoiada em virtualização e digitalização.

A movimentação para open gateway aponta uma mudança sutil no setor. "Pela primeira vez as grandes atuaram em conjunto", avalia Marcus Pinheiro, vice-presidente do Gartner Brasil. "A oferta do serviço é um passo na diferenciação da oferta de conectividade com big techs por ativos já existentes."

Entre outros avanços das teles do ano passado para cá ele cita a consolidação do eSim (chip virtual), sem as barreiras do chip físico, e a expansão e melhoria do 4G graças ao desafogo da rede com migração de usuários para o 5G. Outros destaques são o uso de IA para ganho de produtividade, inclusive com IA generativa em vendas, marketing, atendimento ao cliente e otimização da rede, e a adoção de perfil de plataforma agregando vários serviços, inclusive voltados a segmentos específicos.

Levantamento da Teleco soma 40 redes privativas divulgadas até agora, 25 delas com 5G. "Em cada vertical é necessário encontrar e desenvolver caso de uso", lembra o presidente Eduardo Tude. Outro processo dependente de amadurecimento são aplicações para pessoas físicas. Enquanto isso, já se prepara a chegada do 5,5G, com processo de agregação de frequências, previsto para 2025 pela GSMA, com perspectiva de decuplicar a velocidade da rede, melhorando o envio de dados e aplicações B2B.

De 2024 em diante, Marcio Kanamaru, sócio-líder de tecnologia, mídia e telecomunicações da KPMG no Brasil e na América do Sul, reforça a oportunidade de transformação organizacional e de negócios na transição de telcos para o que ele chamou de "techcos", fornecedoras de conectividade e tecnologia. Ele destaca APIs e movimentos como a Global Telco AI Alliance, iniciativa de operadoras encabeçada pela South Korea para desenvolver modelos de linguagem massiva (LLM) multilíngues específicos para as teles, com uso em atendimento ao cliente, por exemplo.

Além de serviços como nuvens fragmentadas e tomada de decisão baseada em dados, as operadoras têm potencial em marketing e publicidade digital, uso do celular como plataforma integrando diferentes aplicativos para fornecer ao usuário acesso por comando de voz baseado em IA e até mesmo fornecimento de energia gerada em parques próprios, diz Kanamaru.

"O crescimento real das operadoras vai vir do B2B", avalia Gabriel Codo, sócio da McKinsey e líder em tecnologia e telecom, referindo-se à prestação de serviços para outras empresas. Outros movimentos são avanço de IoT, fim da guerra de preços, com melhoria do arpu, redução de planos pré-pagos, fusões e aquisições (M&As), como a venda dos 4 milhões de clientes de banda larga da Oi, e o lançamento da operadora virtual (MVNO) do Nubank, com infraestrutura da Claro e potencial para atingir pelo menos 10% de sua base de 100 milhões de clientes, segundo análise da XP.

Operadoras competitivas e MVNOs também não estão paradas. A Brisanet já colocou seu 5G em pé e acaba de fechar com BNDES aporte de R$ 146 milhões do Fust para expansão. Os M&As de pequenos provedores de internet dos últimos anos criaram empresas mais parrudas, que tendem a se unir também — o Brasil é líder mundial em número de empresas do ramo, perto de 8 mil, responsáveis por mais da metade dos acessos de banda larga fixa do país. Este ano a Mega já comprou a Internexa e a Samm, rede de fibra óptica da CCR que custou R$ 100 milhões.

O segmento de operadoras virtuais também é promissor e começa a mirar o exterior. A pioneira é a Datora, com escritórios em oito países. "As MVNOs brasileiras estão criando competência no mundo móvel", diz Luiz Henrique Barbosa da Silva, presidente da Telcomp, que agrega grandes empresas do setor.

Hora da conexão
Dados do mercado de telecomunicações

Números das operadoras que atuam no país

Investimentos, em R$ bilhões

2019	2020	2021	2022	2023
42,6	38,9	40,8	40,2	35

Investimento/Receita líquida, em %

2019	2020	2021	2022	2023
23	22	24	23	20

Receita bruta, em R$ bilhões

2019	2020	2021	2022	2023
308,1	302,8	298,3	288,4	279,4

Número de acessos por tipo de tecnologia móvel (em milhões)

	2G	3G	4G	5G
4º tri 2019	30	43	154	-
4º tri 2020	27	33	174	-
4º tri 2021	27,5	29	197	1
4º tri 2022	25	24	196	6
4º tri 2023	21	21	194	21

Fontes: Conexis e Teleco

ALEX SILVA/VALOR

Negócios Casas de análise veem resultado satisfatório, mas regionais podem sofrer com enchentes no RS

Teles mostram bom desempenho no 1º tri

Allan Ravagnani
Para o Valor, de São Paulo

As principais empresas de telecomunicações do Brasil reportaram balanços positivos no primeiro trimestre de 2024, de acordo com as casas de análise consultadas pelo **Valor**. Os destaques ficaram com as gigantes Vivo e TIM. Entre as regionais, a Brisanet reportou resultados satisfatórios, assim como a Unifique, no entanto, um alerta, as enchentes no Sul podem prejudicar suas operações ao longo deste ano.

Maior do Brasil, a Vivo obteve lucro líquido de R$ 896 milhões no trimestre, uma alta de 7,3% na comparação com o resultado do mesmo período de 2023. A receita avançou 6,5% no mesmo intervalo, para R$ 13,5 bilhões, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (Ebitda) totalizou R$ 5,3 bilhões, alta de 6,8% em um ano.

O diretor de relações com investidores da Vivo, João Pedro Soares Carneiro, diz que a empresa começou o ano com desempenho positivo nas principais linhas de negócio, mantendo o crescimento dos trimestres anteriores, com resultados consistentes em receita, Ebitda, lucro e geração de caixa.

Outros indicadores importantes apresentaram bons resultados. A receita média por usuário (arpu) teve alta de 7,7% no primeiro trimestre, para R$ 29,2, enquanto o "churn", que mostra o número de cancelamentos, recuou 0,5 ponto percentual no período, para 2,1% ao mês.

Segundo a Genial Investimentos, a Vivo segue apresentando crescimento acima da inflação, com maior ganho de receita proveniente dos serviços móveis (R$ 8,7 bilhões, alta de 9,3% ano a ano), enquanto os serviços fixos tiveram um crescimento "tímido" de 1,6%, atingindo R$ 3,9 bilhões no trimestre.

Para a TIM, o destaque foi apresentar o maior arpu do setor, de R$ 30,03, além do crescimento nas principais linhas do balanço. A receita líquida saltou 7,3% em um ano e totalizou R$ 6,09 bilhões no trimestre. O Ebitda avançou 10,7% no mesmo período, para R$ 2,89 bilhões, e o lucro líquido, 19%, para R$ 519 milhões. Além disso, a base de clientes foi para 61,42 milhões, sendo 33,31 milhões no pré-pago e 28,1 milhões nos planos pós-pagos. Os dados do balanço apontaram ainda "churn" mensal de 2,8%, queda de 0,7 p.p. e market share de 23,8%, menos 0,8 p.p. desde o primeiro trimestre de 2023.

O CEO da TIM, Alberto Griselli, destaca a liderança no 5G, que ganhou mais relevância ao alcançar o maior número de cidades cobertas no fim de março. "Nosso crescimento é sólido e podemos prever um 2024 de muitos avanços, especialmente na área de negócios corporativos — agora que temos a nova frente focada nos clientes B2B, a TIM IoT Solutions — na diversificação do portfólio e contínua evolução da experiência dos clientes", diz Griselli.

A XP Investimentos aponta que o forte crescimento no móvel pode ser atribuído à boa execução, especialmente no pós-pago. "Vale ressaltar que o arpu móvel subiu 8,8% ano a ano. Esse desempenho foi impulsionado pelo ajuste tarifário nas ofertas pós-pagas ao longo de 2023, pela melhora na gestão da base de clientes, reduzindo o Churn devido ao processo contínuo de migração para planos de maior valor. Já o pré-pago foi impactado por efeitos sazonais, como o período de férias."

A Oi — em recuperação judicial — apresentou resultados fracos. A receita líquida totalizou R$ 2,2 bilhões, redução de 12,9% na comparação anual e de 4,2% ante o trimestre anterior. O Ebitda foi negativo em R$ 168 milhões, com margem Ebitda negativa de 7,6%, enquanto o prejuízo líquido aumentou 120%, para R$ 2,78 bilhões.

Segundo relatório da Genial, essa queda foi impulsionada pela diminuição acentuada nas receitas dos serviços não essenciais, como os serviços antigos de cobre no setor varejista e atacadista regulamentado, assim como a TV por satélite e as subsidiárias. Além disso, houve uma redução nas receitas dos serviços tradicionais de telecomunicações da Oi Soluções.

A Claro, subsidiária da mexicana América Móvil, terminou o primeiro trimestre com receita líquida total de R$ 11,7 bilhões, uma alta anual de 5,3%, com destaque para a receita móvel de R$ 6,2 bilhões nas operações brasileiras, um crescimento de 8,5% na comparação anual. A companhia teve como destaque o aumento de 13% em vendas de aparelhos, com R$ 520 milhões, um avanço anual de quase 13%. O Ebitda cresceu 10%, para R$ 5,2 bilhões.

Segundo a América Móvil, a Claro liderava em market share de 5G (38%) em fevereiro deste ano, seguida de perto pela Vivo (36,6%). A empresa mexicana terminou o período com ARPU mensal de R$ 24, alta de 3% em um ano, e um Churn de 2,4%, queda anual de 0,8 p.p.

A Brisanet, provedora líder de serviços de telecomunicações na região Nordeste, adicionou à sua base 32,2 mil clientes de forma orgânica no primeiro trimestre, obtendo uma receita líquida de R$ 334,42 milhões, um alta de 14% em base anual. No período, o Ebitda gerado foi de R$ 141,3 milhões, e o lucro líquido atingiu R$ 20,1 milhões.

Segundo o BTG Pactual, a companhia apresentou resultados em linha com as expectativas, no entanto, na teleconferência de resultados projetou investir R$ 800 milhões para 2024, indicando que provavelmente aumentará os investimentos nos próximos trimestres.

A Unifique, provedora de internet banda larga no Sul do país, reportou uma receita líquida de R$ 249,3 milhões no trimestre, um alta de 21,6% na comparação anual. O Ebitda avançou 21,7%, para R$ 101,3 milhões e o lucro líquido subiu 42,5%, para R$ R$ 26,2 milhões. Além disso, o Churn mensal ficou estável em 1,81%.

Segundo a XP, a Unifique os resultados positivos foram impulsionados principalmente pelo crescimento inorgânico nos últimos doze meses. "No entanto, é importante observar que prevemos um impacto das inundações e interrupções na rede no Rio Grande do Sul a partir do segundo trimestre. A Unifique tem 178 mil clientes no Estado, representando 25% de sua base total. A empresa estima que aproximadamente 15% das operações no RS sejam afetadas, o que equivale a 3% do total da Unifique", segundo avaliação da instituição.

Atuando no interior de São Paulo, a Desktop foi uma das empresas que mais cresceu nas cidades onde opera, segundo dados da Anatel. No primeiro trimestre, a companhia teve receita líquida de R$ 268 milhões, um avanço de 21% na comparação anual, de forma orgânica, apresentou um Ebitda de R$ 138 milhões, valor 25% maior do que um ano atrás, e lucro líquido de R$ 43 milhões, alta de 67%. O número de assinantes aumentou 10% em um ano e atingiu a marca de 1,04 milhão.

No começo de 2024 a Desktop atingiu 100% de integração em seu portfólio de produtos, com planos padronizados para as 184 cidades cobertas, que deve gerar ganhos de eficiência na operação.

Desempenho
Números das empresas de telecomunicações no 1o trimestre - em R$ milhões

Empresa	Receita líquida		EBITDA		Resultado operacional (Ebit)		Resultado líquido [1]	
	1T/2024	Var. %	1T/2024	Var. %	1T/2024	Var. %	1T/2024	Var. %
Telefônica Brasil (Vivo)	13.545,6	6,5	5.276,9	6,8	1.910,5	14,0	895,6	7,3
Claro Telecom Participações	11.775,1	5,4	5.198,0	10,2	2.074,1	22,2	-130,8	-
TIM [2]	6.095,5	7,9	2.890,2	12,2	1.112,9	36,8	519,4	25,9
Oi	2.198,9	-13,3	-204,0	-	-442,4	330,9	-2.786,8	119,9
V.tal	1.714,2	22,5	1.148,2	51,9	401,1	335,2	230,3	302,3
Vero	404,3	105,5	213,8	110,6	96,5	66,1	-5,3	-
Brisanet	334,4	14,5	141,3	1,4	47,3	-23,7	20,2	-20,3
Desktop	268,2	20,8	136,4	24,4	86,1	17,2	18,9	4,7
Unifique	249,3	21,6	123,3	21,8	63,3	26,5	37,5	42,8

Fontes: CVM, releases de resultados do primeiro trimestre de 2024 das companhias e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. Observação: variações percentuais sobre o primeiro trimestre de 2023. [1]Atribuído aos acionistas da empresa controladora. [2]Dados extraídos das demonstrações contábeis individuais

DIVULGAÇÃO

Alberto Grisselli, da TIM, prevê avanços especialmente em negócios corporativos

Reforma tributária pode encarecer os serviços

Luiz Maciel
Para o Valor, de São Paulo

As mudanças previstas no texto-base da reforma tributária vão encarecer ainda mais os serviços de telecomunicações, na contramão da meta de inclusão digital tão desejada pelo governo, advertem representantes do setor. "Nossa expectativa é que o Congresso faça as correções necessárias para evitar um aumento real na carga de impostos, porque esse acréscimo terá de ser repassado para o consumidor final", afirma Marcos Ferrari, presidente da Conexis Brasil Digital, entidade que reúne as empresas de telecom.

Segundo o executivo, a carga tributária do setor de telecomunicações poderia ultrapassar os 30%, considerando a incidência do futuro IVA (Imposto sobre Valor Agregado, estimado em 26,5%, na soma das novas alíquotas federais, estaduais e municipais que serão introduzidas) e o que as empresas destinam obrigatoriamente aos cinco fundos setoriais responsáveis pela fiscalização dos serviços e apoio ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações.

Uma solução, sugere Ferrari, seria compartilhar o abastecimento desses fundos — que representam cerca de 4% do faturamento das empresas de telecom — com outros setores da economia. Em 2023, informa um relatório da Conexis, pouco mais de R$ 5 bilhões foram destinados a esses fundos. O acumulado desde 2001 chega à estratosférica cifra de R$ 246,8 bilhões, dos quais "mais de 90% não foram utilizados no setor", destaca o documento.

Para a advogada Milene Coscione, especialista em telecom do escritório Machado Meyer, o setor certamente não perderá seu papel de grande pagador de impostos, mas deverá receber alguma contrapartida na regulamentação da reforma para não ser ainda mais onerado. "A própria Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações] está preocupada com isso, porque o aumento de tarifas vai contra a ação social pretendida com a arrecadação tributária nas telecomunicações. Os consumidores das classes D e E das regiões Norte e Nordeste seriam os mais prejudicados", afirma Coscione.

Para resolver esse impasse, tributaristas apontam saídas como a devolução de boa parte dos impostos pagos por consumidores digitais de baixa renda, a redução (em torno de 60%) nas alíquotas de serviços de educação e saúde executados remotamente e a inclusão do setor de telecom entre os beneficiados com isenção de impostos federais em obras de infraestrutura — vantagem já oferecida às áreas de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação.

"Há casos pontuais também a considerar, como a tributação dos canais de streaming, que hoje é de 16,6% e pode subir dez pontos percentuais, e da TV a cabo, que perderá a redução de ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] em alguns casos. São aumentos que pegarão o consumidor na veia e merecem ser evitados com medidas compensatórias", nota Camila Galvão, da área tributária do Machado Meyer.

Apesar das atenções concentradas na possibilidade de aumento real da carga tributária no setor de telecom, Galvão não deixa de reconhecer as vantagens da transparência e da simplificação das novas regras de arrecadação de impostos. "A reforma vai unificar a cobrança em toda a cadeia, acabando com a insegurança jurídica que existe hoje por causa das várias alíquotas que incidem sobre o que é considerado serviço de telecomunicação propriamente dito, ou a serviço de valor agregado ou a aluguel de equipamento, por exemplo", afirma.

30%
ou até mais seria a nova carga prevista

DIVULGAÇÃO



Coscione: classes D e E do Norte e Nordeste seriam as mais prejudicadas

Outra vantagem da reforma, na visão dela, é a ampla concessão de créditos tributários para evitar a reincidência de cobranças em transações continuadas. "Isso evitará impacto no custo das operações digitais ao longo da cadeia, o que sem dúvida é um avanço. Em certos casos, porém, o consumidor final continuará sendo penalizado se não houver algum tipo de mitigação", ressalva.

Marcos Ferrari, da Conexis, também destaca a simplificação da reforma como positiva, mas faz restrições a alguns quesitos que suscitam dúvidas de interpretação. "Não há uma definição clara sobre o destino do serviço efetuado, onde serão cobrados os impostos, porque ele muitas vezes é pulverizado. A reforma diz que o endereço prioritário é aquele informado pelo consumidor, mas quem vai fiscalizar isso? Nós é que não queremos ser responsáveis por essa comprovação", avisa.

Além disso, o presidente da Conexis enfatiza que não basta à reforma tributária simplificar o pagamento de impostos. "Sempre fomos favoráveis a um sistema mais simples, mas não podemos perder de vista a justiça tributária. A reforma deve ser justa para todos os setores, o que não está acontecendo no nosso caso. Afinal, a carga de impostos do Brasil para o setor de telecomunicações já é uma das mais altas do mundo, perdendo só para Bangladesh e Paquistão", compara Ferrari.

Internet deve puxar fusões e aquisições

Inaldo Cristoni
Para o Valor, de São Paulo

O movimento de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) no setor de telecomunicações tende a ser capitaneado este ano pelos provedores regionais de internet, um universo formado por 20 mil pequenas e médias empresas detentoras de 53% do mercado de banda larga no país, avaliam os especialistas.

As grandes empresas provavelmente não participarão das próximas operações do tipo no setor, acredita Marcio Kanamaru, sócio-líder de tecnologia, mídia e telecomunicações da KPMG. "O bastão da consolidação está agora com os players menores, que precisam manter-se competitivos", ressalta.

A junção de forças entre pequenas empresas inaugura uma nova era do setor de telecomunicações, aponta Fabiano Ferreira, CEO da Vero. Em dezembro do ano passado, a empresa adquiriu a Americanet, tornando-se a quinta operadora de telecomunicações do país, com atuação em 425 cidades e uma carteira de 1,35 milhão de assinantes. No mesmo mês, a Unifique incorporou a Vex Telecomunicações, de Santa Catarina, que está presente em 50 cidades do Estado.

Este ano, novas operações de M&A foram realizadas. Entre elas, a da Master Internet, localizada no município de Divinópolis (MG), que absorveu quatro empresas do interior paulista para fortalecer a sua presença no Vale do Paraíba (SP). Com a transação, a provedora aumentou de 130 mil para 145 mil a sua base de assinantes.

A inclusão de serviços digitais ganha força no processo de consolidação nessa faixa do mercado, já que os provedores regionais lidam com desafios de ganhar escala, expandir a cobertura e manter preços competitivos para evitar a perda de assinantes. A telefonia móvel, que os provedores regionais podem oferecer através da infraestrutura de rede das grandes operadoras, e streaming são exemplos.

A Vero, que já oferecia TV por assinatura aos seus assinantes, incluiu em maio no seu portfólio o serviço de vídeo YouTube Premium. A integração de novas ofertas relacionadas à casa conectada, segurança digital e serviços financeiros também está no radar.

As operações de M&A vêm caindo no mercado brasileiro, segundo um estudo da KPMG. Juntas, as empresas de telecomunicações e de mídia fizeram 58 transações no ano passado ante as 80 sacramentadas no exercício 2022 — números muito abaixo do pico de 115 negócios realizados em 2021.

O estudo da KPMG contabilizou oito acordos de aquisição e fusão no setor de telecomunicações nos três primeiros meses de 2024, mas na avaliação de Marcio Kanamaru dificilmente o total de negócios até dezembro chegará perto do patamar de três anos atrás.

Em 2021, a digitalização e a pandemia aguçaram o apetite por aquisições de ativos estratégicos. No cenário atual, porém, os movimentos de M&A tendem a ser mais cautelosos e com um olhar atento ao cenário macroeconômico. "O custo do capital será determinante para análise de transações", analisa o especialista da KPMG.

Um dos fatores que contribuíram para a desaceleração de M&A foram as perdas da base de assinantes após algumas transações, diz Mauricélio Oliveira, presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint). "Isso ocorreu por falta de sinergia das operações ou porque o DNA das compradoras era diferente do das compradas."

Entretenimento Metade do tráfego de dados do Rock in Rio deste ano usará alta velocidade

Tecnologia 5G dá suporte à conexão de multidões em megaeventos

RENATA XAVIER/DIVULGAÇÃO



Desfile da Unidos do Viradouro, que neste ano conquistou o tricampeonato do Carnaval do Rio de Janeiro: transmissão televisiva contou com inovações tecnológicas

Maria Lúcia D'Urso
Para o Valor, de São Paulo

As operadoras de telecomunicações estão cada vez mais empenhadas em tornar os megashows e megaeventos acontecimentos conectados, históricos e memoráveis. A proposta não é somente dar suporte e facilitar as transmissões televisivas e de redes sociais dos espetáculos como também permitir ao público compartilhar com seus familiares e amigos fotos, áudios e vídeos dos eventos em tempo real.

Para isso, a conexão 5G de redes móveis está chegando para ficar. Prova disso foram o recente show de Madonna — em que a Vivo, uma das responsáveis pela infraestrutura de telecomunicações do evento, reforçou sua rede 5G —; a festa do Revéillon 2024 nas praias de Copacabana; os carnavais de Rio, São Paulo e Salvador; e o Festival de Salvador 2024, entre outros.

Marco Di Costanzo, vice-presidente de tecnologia da TIM, patrocinadora do Rock in Rio deste ano, estima que o evento, marcado para setembro, terá 50% do tráfego de dados, áudio e vídeo sustentado pelo 5G. "A edição deste ano será o momento de consolidação, de tangibilizar o que a tecnologia pode fazer pelo entretenimento", diz.

"No Rock in Rio de 2022, ano da chegada da tecnologia, apenas 20% dos celulares estavam habilitados a operar com esse tipo de conexão. Mesmo assim ela foi responsável pelo tráfego de 133 terabytes. Trata-se de um volume suficiente, por exemplo, para assistir a vídeos no YouTube por 45 anos", explica o executivo.

A rede 5G já teve um papel de destaque no Festival de Salvador 2024, patrocinado pelo segundo ano consecutivo pela TIM. Nesse evento, foi registrado um tráfego de 7,96 terabytes de dados pelos clientes da operadora. Isso equivale a quase três anos ininterruptos de vídeos no YouTube ou ao envio ou recebimento de 7,7 milhões de fotos e vídeos no WhatsApp. "Desse total, 33% passaram pela rede 5G, o que mostra a consolidação da tecnologia", assinala Costanzo.

As inovações tecnológicas e o 5G marcaram também o Carnaval do Rio de Janeiro e o Carnaval de São Paulo deste ano. A Claro, a Embratel (unidade de negócios para o segmento corporativo da Claro) e a Ericsson se uniram para desenvolver um projeto que utilizou a tecnologia 5G SA (Standalone) com a solução Network Slicing para a transmissão televisiva dos desfiles do Grupo Especial das Escolas de Samba de Rio e São Paulo. "Essa foi a primeira vez que ambos os sambódromos contaram com esse tipo de infraestrutura, capaz de garantir maior banda, confiabilidade, agilidade e estabilidade na transmissão de vídeo e áudio de alta resolução para todo o Brasil", destaca Gustavo Silbert, diretor-executivo da Embratel.

Segundo o executivo, outra inovação dos desfiles de Rio e São Paulo deste ano foi disponibilizar aos cinegrafistas os "mochilinks". Tratam-se de mochilas adaptadas com SIM cards 5G, tecnologia que foi integrada a câmeras sem fio, usadas para capturar imagens transmitidas para milhões de telespectadores. "O Network Slicing assegurou que a banda fosse utilizada de forma eficiente para transmitir sinais de áudio e vídeo, sem interferência de outros dispositivos conectados às redes dos sambódromos, como os smartphones do público", explica Silbert.

Equipamentos terão mais agilidade e confiabilidade para transmitir vídeos

Graças a esses recursos, os cinegrafistas, livres de cabos, puderam se movimentar facilmente e colher imagens de ângulos diferentes. "A infraestrutura de telecomunicações inovadora, implementada nos carnavais do Rio e São Paulo, trouxe avanços significativos em termos de facilidade, agilidade, qualidade e confiabilidade, beneficiando tanto os telespectadores quanto o público presente nos sambódromos", afirma o diretor-executivo da Embratel.

Especializada em disponibilizar infraestrutura de Telecom & TI para eventos, com serviços que vão desde consultoria até projetos de telecomunicações completos, a Vero também contribuiu para a transmissão televisiva do Carnaval de São Paulo. Forneceu toda a infraestrutura de fibra óptica para transmissão ao vivo, interligando câmeras do Anhembi, além de internet e rede Wi-Fi para áreas de staff e produção de TV.

As inovações também foram a marca registrada do Carnaval de Salvador. A Elsys, empresa brasileira, sediada em Valinhos, fornecedora de telecom, desenvolveu uma solução 5G, a Amplimax Ultra, antena inteligente que ajudou os organizadores do carnaval da Bahia a transmitir ao vivo a apresentação dos artistas dos trios elétricos de Salvador. "Trata-se de uma solução robusta de conectividade sem fio, capaz de conversar externamente com as torres de celular e internamente com um roteador", resume Damian Zisman, CEO da Elsys.

De acordo com Eduardo Tolezani, head de produtos da Elsys, a vantagem dessa solução 5G é se conectar com torres distantes de celulares, fugindo dos congestionamentos de tráfego. "Se cai uma operadora, a Amplimax entra em outra, que está na ativa. Isso é possível, porque a solução possui uma inteligência embarcada", diz.



Redes corporativas assumem papel estratégico nas empresas

Infraestrutura avança em direção à autonomia, com apoio de IA, aprendizado de máquina, redes definidas por software e virtualização de funções

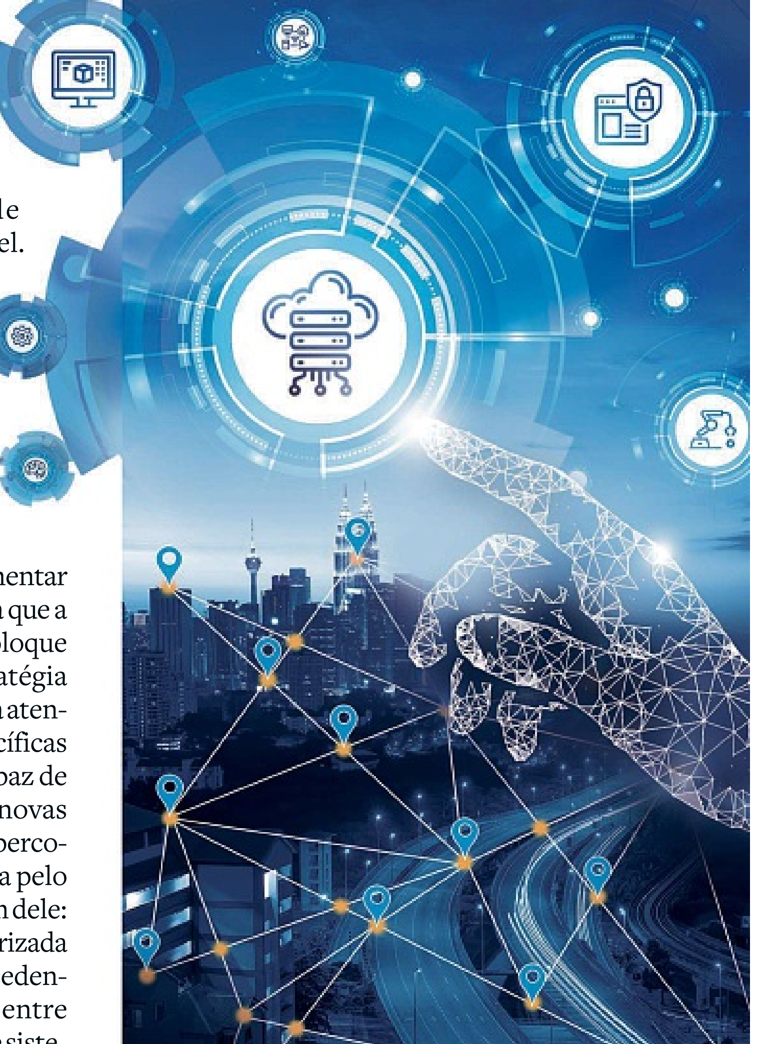
É difícil pensar em um aspecto da rotina das empresas modernas que não seja apoiado por redes corporativas. São esses grupos de dispositivos conectados entre si que garantem o funcionamento eficiente de praticamente todos os aspectos das operações, da comunicação interna, passando pelo relacionamento com o cliente, pelo acesso aos profissionais que atuam fora do ambiente da organização até práticas de gestão interna — incluindo áreas como contabilidade e recursos humanos.

Atualmente, as redes corporativas se organizam em torno de três caminhos que se somam para formar a espinha dorsal das empresas: intranet, internet e extranet. Combinadas, elas são projetadas para oferecer suporte a uma ampla gama de atividades operacionais, administrativas e/ou comerciais, conectando e integrando empresas, profissionais e parceiros, com aplicações desde comunicação básica por e-mail até análises complexas de dados e serviços de computação em nuvem.

Não são apenas infraestruturas de tecnologia da informação (TI), mas de ativos estratégicos que apoiam a eficiência operacional, a vantagem competitiva, a inovação e a segurança.

Nos últimos anos, com a aceleração da transformação digital, as redes corporativas vêm sendo transformadas rapidamente, impulsionadas pelo surgimento de soluções em inteligência artificial (IA), aprendizado de máquina (ML), redes definidas por software (SDN) e virtualização de funções de rede (NFV).

"São avanços cada vez mais velozes e necessários, que passam por evoluções tecnológicas já visíveis, bem como pela busca da implementação futura das redes autônomas, capazes de serem geridas e otimizadas sem intervenção humana", aponta Alexandre Gomes, diretor de Marketing da Embratel.



NOVA ERA

Existe, é claro, uma pressão para que as companhias adotem novas tecnologias, que trazem consigo vantagens em eficiência. Implementar tais soluções demanda que a área de TI desenhe e coloque em prática uma estratégia efetiva, projetada para atender às demandas específicas de cada negócio. E capaz de seguir monitorando novas tendências, como a hiperconectividade, que passa pelo 5G, mas vai muito além dele: essa nova era é caracterizada por um nível sem precedentes de interconexão entre pessoas, dispositivos e sistemas através da internet, da tecnologia móvel e da internet das coisas (IoT).

"O conceito de hiperconectividade vem sendo ainda mais popularizado e expandido em vários contextos, incluindo negócios, tecnologia e sociologia, para descrever não apenas a interconectividade das pessoas, mas também a integração de máquinas, dispositivos e dados", aponta o diretor. "Destaca um mundo onde tudo está conectado, levando a transformações significativas na forma como vivemos, trabalhamos e interagimos".

Os benefícios de atuar com redes corporativas que miram os próximos passos são muitos. Mas não há tempo de parar: a busca por redes mais robustas, flexíveis e seguras é diária. "O futuro da conectividade não é um destino", aponta Gomes, que conclui: "É uma jornada, que nos traz melhorias significativas a cada avanço".

INÊS 249

Data centers Por ter matriz energética limpa, Brasil deve atrair investimentos internacionais

Demanda por eletricidade vai aumentar

Roberta Prescott
Para o Valor, de São Paulo

A demanda global por eletricidade deve aumentar, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), a um ritmo mais rápido durante os próximos três anos, crescendo em média 3,4% anualmente até 2026. A AIE estima que o consumo total de eletricidade de centros de processamento de dados (CPD ou data centers), criptomoedas e inteligência artificial (IA) passe de 460 terawatts-hora (TWh) de eletricidade em todo o mundo em 2022 — quase 2% do total global — para mais de 1.000 TWh em 2026, o equivalente ao consumo de eletricidade do Japão.

Para as empresas de data centers, buscar a máxima eficiência energética com o mínimo impacto ambiental tornou-se um mantra. "Quando se fala em data center verde, uma das grandes preocupações é a refrigeração. Esse é o primeiro problema. O segundo é otimizar o uso dos recursos e as empresas têm adotado a virtualização não somente de servidores, mas também de redes", aponta Tereza Cristina Carvalho, coordenadora do Laboratório de Sustentabilidade e professora associada da Escola Politécnica da USP.

Além de fontes renováveis de energia elétrica, técnicas como free cooling, que usa o ar externo para refrigeração, refrigeração líquida (liquid cooling), que leva o líquido de refrigeração até o servidor sem precisar refrigerar toda a sala, e circuito fechado de água têm sido adotadas no Brasil.

Os data centers da Equinix alcançaram 96% de energia renovável no mundo e 100% no Brasil. "A matriz elétrica daqui ajuda muito. Em quase todos os data centers, temos uma microusina solar para abastecer o escritório. Também fazemos captação de água da chuva e com isso reduzimos em 70% o consumo de água e 10% o de energia elétrica", diz Eduardo Carvalho, presidente da Equinix na América Latina. A companhia se comprometeu a se tornar neutra para carbono até 2030 — hoje, está em torno de 80% da meta.

A Scala Data Centers usa apenas energia proveniente de fonte renovável, a hídrica, de acordo com Christiana Weisshuhn, diretora-sênior de comunicação e do programa ESG da Scala Data Centers. Ela conta que os data centers novos têm circuito fechado de água — ou seja, ela é reutilizada — e, quando o clima está mais frio, aproveitam o ar externo para refrigeração (free cooling). A empresa também está construindo uma subestação de energia de 560 MW em São Paulo e fez uma prova de conceito que confirmou a viabilidade técnica do uso de óleo vegetal hidrotratado (HVO) em seus geradores de backup.

Paulo Cunha, diretor para o setor público da AWS (Amazon) no Brasil, conta que desde 2009 a empresa faz parte do The Climate Pledge e assumiu o compromisso de antecipar em dez anos o Acordo de Paris, tornando-se "net zero" até 2040. "Começamos a fazer compras maciças de energia renovável e em algumas regiões também investimos em usinas", afirma. Globalmente, a Amazon atingiu 90% do consumo de energia renovável e a meta é chegar a 100% em 2025.

Um dos objetivos da AWS é produzir a energia elétrica necessária para as operações dos data centers. Nesse sentido, fez dois investimentos no Brasil: um parque solar de 122 MW, no Ceará, e um parque eólico de 49,5 MW no Rio Grande do Norte. Além disso, projeta os equipamentos usados nos data centers. "Estamos na quarta geração dos nossos microprocessadores. Na IA generativa e machine learning, a exigência de processamento aumenta de forma exponencial e precisa de mais energia. Então temos de trabalhar a eficiência dos microprocessadores", explica.

Diante do compromisso global de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e da crescente demanda por data centers para suprir a necessidade de carga de processamento e capacidade computacional de IA, estar no Brasil representa uma vantagem. O país alcançou, em março, a marca de 200 gigawatts (GW) de potência centralizada, sendo 84,25% de fontes renováveis e 15,75% de fontes não renováveis, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica.

"Por estar no Brasil, já contamos com matriz de energia renovável. Fizemos investimentos em um parque de geração eólica e nos tornamos autoprodutores", diz Fernando Jaeger, diretor da Odata, que tem quatro data centers em operação no país e outros quatro em construção — todos com circuito fechado de água. "Do ponto de vista energético, o Brasil é muito atrativo para o mundo para passar pela revolução de IA de maneira sustentável", assinala Jaeger.

Sergio Abela, diretor-executivo de operações de data center da Ascenty, concorda com a atratividade brasileira e aponta que a IA é um mercado em potencial, já que o data center usado para a fase de aprendizado da IA pode estar localizado em qualquer lugar do mundo. "No Brasil, é superpossível ter data centers verdes e isso é um diferencial. Usamos 100% de energia elétrica limpa e renovável", completa. A Ascenty tem um parque de 20 data centers no Brasil e mais nove em construção.

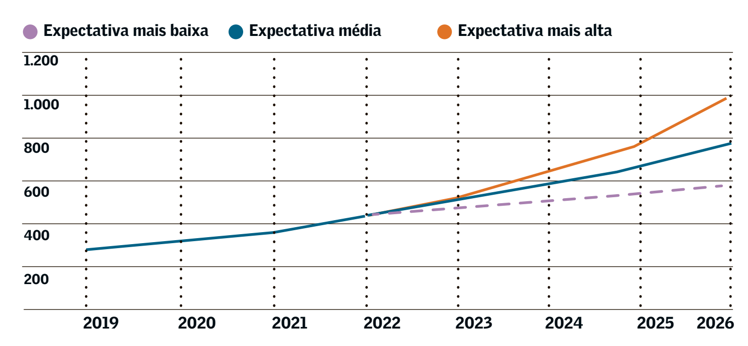
Mirando esse mercado, a Scala Data Centers está investindo US$ 1,6 bilhão no Campus Tamboré, que terá 450 MW de capacidade de TI. "Para a IA, primeiramente, os data centers precisam existir e eles devem estar em locais com energia renovável, baixa emissão de gás carbônico e condições favoráveis, sem furacões, terremotos etc. O Brasil está super bem posicionado para esse mercado", diz Christiana Weisshuhn.

DIVULGAÇÃO



Centro de processamento de dados da Scala Data Centers localizado em Tamboré (SP), que utiliza energia proveniente de fonte 100% renovável

Em ritmo forte
Demanda global de eletricidade por data centers IA e criptomoedas (TWh)



Fonte: Agência Internacional de Energia (AIE)

Operadoras investem para reduzir déficit de profissionais de TI

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Um estudo do Google em parceria com a Associação Brasileira de Startups (Abstartups) indica que o Brasil terá um déficit de 530 mil profissionais de TI até 2025. Os dados mostram que 53 mil pessoas vão se formar na área, anualmente, entre 2021 e 2025, mas a demanda por currículos no período alcançará 800 mil, segundo a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom). Atentas a essas previsões, operadoras de telecom oferecem ações para atrair, reter e formar mão de obra, como programas de trainees, tabelas especiais de remuneração e novos treinamentos.

"A demanda por profissionais de TI no segmento de telecom subiu 34%, entre janeiro e março de 2024", diz Turah Xavier, CTO (diretora de TI) da Gupy, baseada nas vagas abertas por empresas que usam os serviços de recrutamento e seleção da plataforma. Somente em 2023, a companhia de soluções de RH registrou 219,2 mil candidaturas para oportunidades de TI no mercado de telecom. Este ano, até 15 de maio, recrutou "mais de 400" profissionais de TI para organizações do setor.

De acordo com a especialista, as habilidades profissionais mais procuradas combinam competências técnicas com comportamentais (soft skills). "Os candidatos precisam ser curiosos e mostrar uma atitude transformadora em relação à inovação digital", explica. Entre as faixas salariais mais adotadas no ramo de TI entre as operadoras, segundo a Gupy, estão a de desenvolvedor, de R$ 5,3 mil a R$ 9,2 mil; e de consultor, de R$ 11 mil a R$ 11,8 mil, dependendo do porte do empregador.

Xavier estima que a busca de posições entre as operadoras deve continuar em alta até dezembro. Prova disso, relata, é o avanço no tempo médio de preenchimento de vagas de gestão: passou de 38,9 dias em 2023 para 52,5 dias em 2024, com um pico de 90,9 dias em janeiro.

Na avaliação da diretora, para lidar com a escassez de currículos, as empresas devem implementar ações como treinamentos que habilitem as equipes a assumir funções mais especializadas e parcerias com instituições de ensino que identifiquem jovens talentos. "Oferecer pacotes de remuneração competitivos e um ambiente de trabalho que valorize o crescimento profissional também atrai os melhores candidatos", diz.

É o que está fazendo a operadora paranaense Ligga, segundo Isabela Martins de Sena, diretora de gente e gestão da empresa, que conta com mil funcionários, sendo 8,3% alocados em TI. "Realizamos um programa de trainees em 2023, para atrair recém-formados e formar um 'pool' de talentos", diz. "Os candidatos passaram por um programa de desenvolvimento de um ano, fizeram 'job rotation' [mudança de função, do inglês] e assumiram posições estratégicas no primeiro trimestre."

> "Demanda por profissionais de TI subiu 34% entre janeiro e março"
> *Turah Xavier*

DIVULGAÇÃO



Sena, da Ligga: programa de trainees para formar um 'pool' de talentos

Sena diz que a companhia também oferece alternativas de expediente, como o modelo híbrido, com dois dias por semana em home office, e investe em capacitação. "Há eventos de troca de conhecimentos técnicos, com palestras sobre novas tecnologias", afirma. A Ligga deve fazer 300 contratações em 2024, sendo 10% do total para o departamento de TI, em nichos como segurança da informação.

Uma das aquisições mais recentes no quadro foi o CIO (diretor de TI) Marcelo Souza, admitido no ano passado. "Há mais de 170 projetos em carteira, desde o lançamento de produtos até um aplicativo para a força de vendas", detalha o executivo, ex-gestor de infraestrutura de TI na Copa do Mundo Fifa do Qatar.

Na Brisanet, operadora da região Nordeste, uma das formas de conquistar currículos é investir na remuneração. "Atuamos com uma tabela salarial exclusiva para a área de TI", diz Simone Caixeta, diretora de gente e gestão, sem revelar números. A empresa tem 8,7 mil funcionários e 9,4% estão no setor. A projeção para 2024 é contratar até 100 profissionais da categoria. "Estamos implantando um ERP [software de gestão empresarial, do inglês] e há vagas para programação de sistemas."

Na avaliação de Niva Ribeiro, vice-presidente de pessoas da Vivo, com mais de 33 mil empregados, sendo 3 mil de TI, saber onde garimpar reforços pode acelerar o preenchimento das posições. "Todas as vagas são divulgadas no LinkedIn, e em grupos de profissionais de TI", diz. A operadora tem cerca de 100 colocações abertas na área.

Maria Antonietta Russo, vice-presidente de pessoas, cultura e organização da TIM, acrescenta que é importante ouvir as equipes sobre as novas admissões. "Cerca de 20% dos talentos são contratados por meio de indicações dos colaboradores", afirma.

Anatel vai lançar sistema antifraude

Kátia Mello
Para o Valor, de São Paulo

Em junho, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deverá formalizar a operação do sistema de identificação e autenticação de chamadas telefônicas conhecido como Stir/Shaken, que tem como meta impedir as indesejadas ligações de spam e, principalmente, os temíveis golpes feitos por celulares.

Segundo Gustavo Borges, superintendente de Controle de Obrigações da Anatel, esse sistema de identificação e autenticação de ligações passa por testes finais realizados pelas principais operadoras do país. "Na ligação, irá aparecer o nome da empresa que está chamando, com uma marcação de que ela está autenticada", diz Borges. "A lógica é tirar do anonimato as chamadas maciças que chegam aos nossos celulares. O número será conferido e identificado."

Após o anúncio formal do sistema Stir/Shaken, a Anatel iniciará um trabalho de esclarecimento à população sobre seu funcionamento. Stir, abreviação de "identidade telefônica segura revisitada", em inglês, e Shaken, sigla em inglês para "tratamento de informações afirmadas baseado em assinatura usando tokens" são protocolos de comunicação entre as redes das diferentes operadoras.

De acordo com a Anatel, mais de 40 empresas de telecomunicações no Brasil já aderiram ao serviço, que será gratuito aos usuários, mas pago pelas empresas de telefonia interessadas no sistema. Tanto a Anatel quanto as operadoras assumem conjuntamente a responsabilidade da identificação das chamadas, explica Borges.

A adesão ao sistema não é uma obrigatoriedade das empresas e a Anatel está planejando uma série de incentivos para que ela aconteça de forma ampla e irrestrita. Um dos incentivos para as empresas adotarem o Stirk/Shaken é o fato de elas não estarem obrigadas a utilizar o código 0303, implantado em 2021 para vendas e comumente adotado nas ligações de telemarketing, explica Borges.

Na primeira etapa, as ligações serão identificadas e autenticadas por um selo. As chamadas somente funcionam para destinações móveis, não para telefones fixos. O funcionamento do Stir/Shaken depende do aparelho do cliente. Sendo assim, os fabricantes de celulares estão adaptando seus produtos para que seja possível exibir o logo da empresa e o motivo da ligação, como por exemplo promoção, cobrança, retorno de contato do cliente etc. Por enquanto, isso deverá acontecer apenas com os aparelhos mais sofisticados.

O Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal (Conexis Brasil Digital), informa que, "após o lançamento, as operadoras associadas disponibilizarão, de forma gradual, a solução de Stir/Shaken, que permitirá a autenticação e identificação de chamadas".

"A autenticação da chamada só estará disponível para celulares que acessem a rede 4G ou 5G e em parte dos aparelhos será necessária a atualização do sistema operacional. Os smartphones que não suportarem a solução de autenticação de chamadas receberão as ligações, porém sem a identificação", acrescenta a Conexis, da qual fazem parte as operadoras Algar, Claro, Oi, TIM, Sercomtel e Vivo.

> "Na ligação, irá aparecer o nome da empresa que está chamando"
> *Gustavo Borges*

Infraestrutura Estudo indica que o setor deve mais do que dobrar o número de sites para redes móveis existentes no território nacional até 2032

Alta da demanda e do uso de dados exige mais investimentos

Fatima Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

O aumento da demanda e do uso de dados gerados por serviços como inteligência artificial, realidade aumentada e internet das coisas trazem a necessidade de mais investimentos na infraestrutura de telecomunicações. Para a implantação eficiente de sites, o compartilhamento de infraestrutura é um componente essencial. Isso serve para a continuidade da implantação do 4G em áreas ainda não atendidas ou atendidas de forma ineficiente e na inserção do 5G, que exige uma alta densificação para sustentar e fornecer o nível de serviço que a tecnologia oferece.

Estudo da consultoria SmC+ Digital Public Affairs, em parceria com a American Tower, indica que o setor de telecomunicações no Brasil deve mais do que dobrar o número de sites de infraestrutura para redes móveis (como torres) existentes no território. A estimativa é de um crescimento de 150% em uma década, passando dos 68 mil sites em 2022 para 170 mil em 2032.

O presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura para as Telecomunicações (Abrintel), Luciano Stutz, observa, no entanto, que o crescimento acelerado será nas antenas de pequeno porte da tecnologia 5G, as small cells, que estão sendo instaladas em postes, nas laterais de prédios e de forma camuflada como, por exemplo, em marquises, bancos de praças e bancas de revistas. Os sites de grande porte devem representar 20 mil novas torres no período analisado pela SmC+, com a construção das infraestruturas em rodovias e localidades ainda não cobertas.

"Os rádios da tecnologia 5G estão sendo instalados em torres já existentes para o 4G e o adensamento do sinal é feito nas esquinas, nos quarteirões, para não ter buraco de cobertura do 5G. É por isso que esse número cresce muito em pequeno porte e menos em grande porte", esclarece Stutz.

Para o adensamento do sinal do 5G, além do mobiliário urbano, as operadoras adotam a tecnologia 'indoor', isto é, em um ambiente fechado, para atender estabelecimentos como hospitais e shopping centers. O adensamento do sinal é necessário porque, no Brasil, o 5G usa uma frequência mais alta e quanto mais alta é a frequência, menor é o alcance do sinal.

Na avaliação do presidente da Abrintel, o processo para o adensamento do sinal segue nos próximos dois a três anos. "Em paralelo, as operadoras continuam com a expansão e a previsão é de um investimento de mais R$ 5 bilhões até 2026", informa Stutz. Segundo ele, elas já investiram R$ 1 bilhão desde o leilão do 5G.

Esse investimento é apenas das operadoras independentes de infraestrutura, as chamadas torreiras. Os principais players desse mercado no país são American Tower, Highline, SBA, IHS e QMC, que respondem por quase 70% da infraestrutura instalada. Esses provedores neutros cresceram por meio da aquisição de ativos de operadoras tradicionais e de outras empresas de torres, além da construção de novos sites.

É o caso, por exemplo, da Highline, que após aquisição de 8 mil sites de infraestrutura da operação fixa da Oi passou a ocupar o segundo lugar em participação de mercado, atrás apenas da American Tower. Mas a operadora investe também em novos sites, conforme destaca seu diretor de estratégia e novos negócios no Brasil, Luis Minoru.

> "Previsão é de um investimento de mais R$ 5 bilhões até 2026"
> *Luciano Stutz*


DIVULGAÇÃO
Luis Minoru, da Highline: "Nos últimos dois anos investimos mais de R$ 500 milhões na construção de mil sites novos"

"Nos últimos dois anos investimentos mais de R$ 500 milhões na construção de mil sites novos", diz Minoru. Segundo o diretor, boa parte dessas torres foram instaladas em cidades com até 30 mil habitantes, em zonas rurais e em rodovias, como a construção da infraestrutura de rede móvel ao longo de rodovias no Mato Grosso do Sul (as torres foram instaladas para a TIM fornecer 4G na área da Concessionária Way-112).

Os investimentos da Highline seguem nos próximos dois anos no mesmo patamar. Para os próximos 12 meses, os planos incluem atender regiões com cobertura precária. "O adensamento virá depois, começando pela cobertura em pontos de sombra e ganhando força nos próximos dois anos", prevê Minoru.

A análise da SmC+ estima que o Brasil é o segundo país na América Latina que mais adota compartilhamento de sites. A Colômbia e o México se destacam com uma média de 1,5 operadoras por site, seguidos pelo Brasil e Costa Rica com 1,3 e pelo Chile e Paraguai com 1,2. Por último, o nível de compartilhamento de infraestrutura na Argentina e no Peru seria menor, com 1,1 operadoras por site. "O Brasil é um mercado maduro de compartilhamento de torre, o que possibilitou a universalização do celular", comenta Stutz.

Para Minoru, mais do que favorável, o compartilhamento é inevitável. Além de proporcionar uma implantação mais ampla e rápida de cobertura em regiões geográficas novas e mal atendidas, o compartilhamento reduz o número de sites, o gasto de energia e a pegada de carbono das redes móveis, contribuindo com o impacto ambiental e visual.

Inovação No Brasil, já há 25 autorizações para utilização da frequência exclusiva de 3,7 GHz

Redes 4G e 5G privativas viabilizam uso de IoT em larga escala

Carmen Nery
Para o Valor, de São Paulo

As redes privativas 4G e 5G estão permitindo a empresas de setores altamente competitivos colocar em prática projetos de inovação, como "massive IoT" (internet das coisas em larga escala), realidades virtual e aumentada, veículos autônomos, gêmeo digital e indústria 4.0. De acordo com a Global mobile Suppliers Association (GSA), 77 países e 1.384 empresas implantaram ao menos uma rede privativa até dezembro de 2023. Manufatura, educação e mineração são os três setores mais avançados.

No Brasil, dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) revelam que já há 25 autorizações para redes privativas na frequência exclusiva de 3,7 GHz, enquanto a consultoria Teleco lista 40 projetos de redes privativas em diferentes bandas.

Alexandre Gomes, diretor de marketing da Claro, diz que as redes privativas tornaram-se importante vertente de negócios para a empresa. "Há casos de sucesso e provas de conceito com a Gerdau, a Nestlé, o Porto de Suape, o Hospital Albert Einstein e o Banco do Brasil", enumera Gomes.

A Nestlé conclui, em junho, a expansão do projeto, que ocupa uma área de 2.000 m², da planta dedicada à produção do chocolate KitKat, na fábrica de Caçapava, interior de São Paulo. Trata-se de uma rede privativa 5G Standalone fornecida pela Embratel/Claro com equipamentos Ericsson.

"As aplicações atuais incluem o AGV [automated guided vehicle], um robô autônomo usado para transportar para a linha de produção waffers que vão no KitKat", diz Gustavo Moura, gerente de automação e transformação digital da Nestlé. Outra aplicação usa a velocidade da rede 5G para ampliar a qualidade e a renderização de imagens em treinamento sinestésico com óculos de realidade virtual.

"Também utilizamos óculos de realidade aumentada para supervisão da produção. O operador consegue ver no virtual a temperatura do chocolate ou quantos moldes estão passando no momento. Com a rede 5G, conseguimos criar uma realidade mista devido à baixa latência", explica Moura. O próximo passo é usar IoT em massa e usar computação na nuvem com virtualização de algumas aplicações aproveitando a baixa latência do 5G.

O projeto da Gerdau foi iniciado com rede 4,5 G na maior planta da siderúrgica, em Ouro Branco (MG). Em janeiro, migrou para o 5G a fim de acelerar o projeto de indústria 4.0. São cinco torres privadas usando a frequência de 3,7 GHz, exclusiva para redes privativas. "Tivemos uma outorga da Anatel para uma das primeiras redes privativas, e a nossa está totalmente operacional, iluminando uma área de 8,5 milhões de m²", diz Gustavo França, diretor global de TI e digital da Gerdau. Além de resolver a comunicação básica, que era precária, o 5G habilitou cases de indústria 4.0.

"Temos câmeras com 5G e 'video analytics' monitorando o processo produtivo. Usamos carboxímetros conectados, equipamentos de segurança pessoal que medem se há vazamento de gás ou se o colaborador entrou em zona de risco", conta o diretor da Gerdau.

Na logística, não é mais necessário ter pessoas para contagem e localização de produtos, agora feitas com coletores conectados ao 5G que leem o código de barras dos itens. "Há ainda mais de 900 ativos conectados, usando sensores IoT, monitorando velocidade, consumo de combustível e geolocalização. Na ferrovia de 90 quilômetros, estamos testando sensores para monitoramento e manutenção preditiva", elenca França.

Ele destaca que a rede da fábrica de Ouro Branco virou um grande backbone 5G privado para todo o grupo. Outras unidades podem acessá-la por meio da rede pública com o recurso APN (access point network).

Paulo Humberto Gouvêa, diretor de soluções corporativas da TIM Brasil, destaca que a operadora tem forte presença do agro em projetos pioneiros como o da Usina São Martinho. Na logística o destaque é a rede 5G da BTP, terminal de contêineres do porto de Santos. Com a montadora Stellantis, a rede 5G é utilizada no processo de identificação de modelos na planta de Goiana (PE) com "core" dedicado e "edge computing".

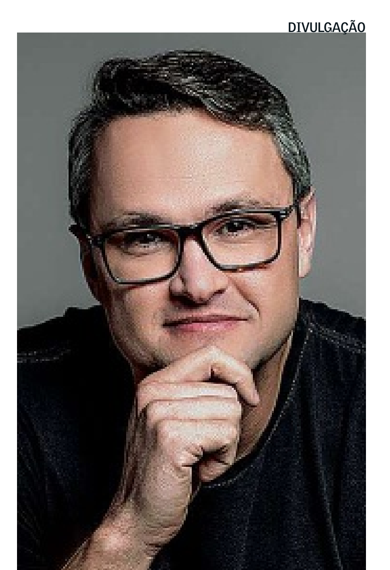
"São Martinho usa redes públicas e privadas 4G e 5G. A BTP é mais avançada porque tinha benchmark global. No Brasil, a empresa é 50% menos eficiente por carregar um navio em 24 horas, ante 16 em outras operações. Eles têm essa referência mundial e um planejamento para a rede 5G que vai trazer eficiência", diz Gouvêa.

Na Vivo, dois dos cases divulgados pela empresa são referências globais: Petrobras e Vale. Diego Aguiar, diretor de IoT e big data da Vivo, diz que a empresa deve anunciar um terceiro grande projeto. Na Petrobras, são dezenas de unidades onshore e offshore — plataformas, refinarias, embarcações — atendidas pela rede 4G. "A rede alavanca diversas iniciativas de transformação digital da Petrobras, pavimentando o caminho para futuras operações com 5G", afirma Aguiar.

Na Vale, há projetos de automação das minas de Carajás (PA) e de São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) para o uso de perfuratrizes e caminhões autônomos. Nos 980 quilômetros da ferrovia Carajás, foram instaladas 49 novas torres de telefonia e houve ativação de sinal em outras 27 torres já instaladas, beneficiando também a população do entorno.

DIVULGAÇÃO


Linha de produção do KitKat na fábrica da Nestlé em Caçapava (SP), que usa rede privativa 5G para comandar robô autônomo que transporta waffers

DIVULGAÇÃO


"Utilizamos óculos de realidade aumentada para supervisão da produção"
Gustavo Moura

Gargalos atrapalham adoção fora dos grandes centros

Neide Martingo
Para o Valor, de São Paulo

A inspiradora cena bucólica nas áreas rurais, de calma e beleza, esconde uma revolução tecnológica. Há cinco anos não se falava em IoT, sigla em inglês para a internet das coisas, ou seja, a conectividade para dispositivos que estão no ecossistema. O tema, hoje, tem ganhado cada vez mais atenção de produtores de todos os portes. A constatação, entretanto, da importância de colocar equipamentos, máquinas, veículos e sistemas para "conversar", de forma que a otimização de processos aconteça e resulte em aumento de rentabilidade, não basta. É preciso que se tenha conectividade, estrutura, equipamentos, manutenção e pessoal treinado. Tudo isso junto, funcionando bem e interligado. Algo que já é difícil em ambientes urbanos.

O CEO da Ponta Agro, Paulo Marcelo Amorim Dias, enumera os gargalos enfrentados por quem quer e precisa adotar a internet das coisas no campo. A conectividade é o primeiro deles — a qualidade da internet. "A conectividade é péssima. A pessoa acha que tem internet, mas ela conta, na verdade, com um provedor que promete oferecer um 'x' de banda, o que não acontece", detalha. Depois vem a estrutura física, para que os equipamentos possam funcionar com o menor custo. Muitas vezes, afirma Dias, o empreendedor tem tudo exposto a chuva e poeira, a céu aberto. O que representa mais investimento.

E há também a necessidade de ter uma equipe preparada, que saiba utilizar todo o potencial de equipamentos conectados e prestar o primeiro suporte num momento de emergência, por exemplo. O turnover nessas áreas é grande. "Se um funcionário pede demissão, é preciso que outro também esteja apto a resolver os problemas. E isso dificilmente acontece", ressalta o CEO.

"Um ponto igualmente importante são os equipamentos adjacentes. A internet só funciona se o caminho funcionar. Se ele quebra, por falta de manutenção, até pela ausência de um ar condicionado, não adianta o empresário investir numa tecnologia de IoT. O veículo ficará parado. É preciso criar um ambiente básico, monitorado, para que a tecnologia possa funcionar". Dias afirma que as condições das fazendas e similares estão melhorando. Mas o básico, muitas vezes, ainda não está presente.

Fica em Água Boa, no Mato Grosso, o modelo inspiracional de propriedade rural: a Fazenda Conectada Case IH, da multinacional de máquinas agrícolas e equipamentos do grupo CNH Industrial. Lá, a internet das coisas reina absoluta. Entre a safra de 2021/2022 e a de 2022/23, foi registrada economia de 25% de combustível diesel com o uso de internet das coisas.

"Além disso, a produção total cresceu 18%. É o impacto da conectividade", afirma Eduardo Penha, diretor de marketing e comunicação da Case IH para a América Latina.

Mas não há um modelo ideal para a tecnologia. Não depende da aplicação, e sim da disponibilidade do recurso e do tipo de negócio, afirma Jorge Augusto Pessatto Mondadori, consultor de pesquisa, desenvolvimento e inovação do Senai. Ele dá um exemplo de uma granja inteligente em Santa Tereza Do Oeste (PR) focada na produção de leitões. O sistema usado é o de rádio frequência.

O equipamento monitora, em tempo real, a quantidade de alimento consumido pelos animais e qual fêmea está no cio, entre outros. "O sensor fica conectado na granja por rádio e manda informações para a casa do caseiro, que tem uma conexão de fibra ótica", diz Mondadori.

Um estudo feito pela ConectarAgro, associação que busca viabilizar a internet em todas as rurais do país, demonstra que a conectividade no campo pode ser feita da mesma forma que na área urbana, utilizando a banda 4G. Na área rural, a frequência do 4G usada é de 700 MHz. "Essa tecnologia proporciona grandes alcances de cobertura nas áreas rurais ou remotas, e pode atingir milhares de hectares com uma simples infraestrutura, formada por torre, rádio e antenas", detalha Paola Campiello, presidente da ConectarAgro.

A associação criou o Indicador de Conectividade Rural (ICR), que traça um perfil do alcance e da qualidade do sinal nas áreas rurais dos municípios brasileiros. A classificação vai de zero (sem conexão rural) a um (conexão rural completa). "Mato Grosso é o Estado mais importante para a agricultura no país. Lá, o índice é de 0,16. É preciso que a conectividade melhore muito", ressalta Paola.

O levantamento, de 2023, demonstra que apenas 37% dos imóveis rurais brasileiros têm cobertura 4G ou 5G. O índice de conectividade rural dos municípios foi de 0,454, em média.

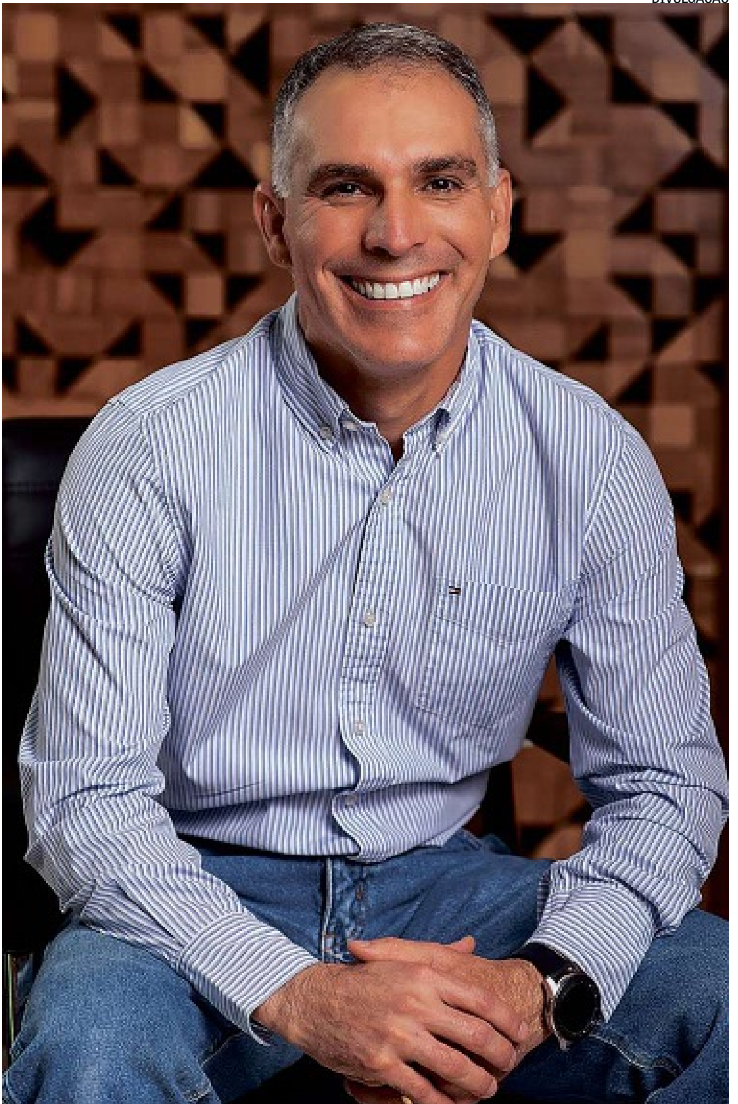
Além da conexão por fibra, estão disponíveis também a tecnologia de rádio e serviço por satélite. "A tecnologia por satélite é bem simples e facilita o trabalho para os menores, que estão longe e com problemas de acesso", afirma João Delgado, diretor de tecnologia e inovação da Associação Brasileira da Industria de Máquinas (Abimaq). A internet das coisas, segundo ele, pode aumentar a produtividade de uma propriedade em até 30%.

Porém, mesmo nas cidades a aplicação esbarra em oferta de sinal. Mariana Soletti Beckheuser, presidente da Beckhauser, indústria de equipamentos de contenção para manejo na pecuária bovina sediada em Maringá (PR), diz que internet boa "não existe". "Tenho três redes instaladas, mas ainda enfrento oscilação, perdemos informações e há a necessidade de recomeçar o trabalho. Esse é um grande desafio", destaca.

Ela promoveu a preparação de infraestrutura em 2020, com a colocação de rede de fibra, e fez a adequação dos maquinários. A companhia tinha máquinas que já conseguiam conversar com os equipamentos e com o software. Outras foram adquiridas, e a empresa fez um estudo para que os dados chegassem ao sistema central. "A ideia é sempre otimizar os recursos: fazer manutenção preventiva e saber quanto tempo a máquina fica ociosa, por exemplo. Investimos R$ 100 mil em infraestrutura e equipamentos específicos para rede, mas não conseguimos ainda a qualidade do sinal da internet", afirma a executiva.

A MGL Indústria, especializada em peças em ferro fundido para o mercado automotivo de Cambé (PR), também decidiu investir em IoT — e já colhe resultados. Os apontamentos de produção (ferramenta que envia registros em tempo real sobre o cenário de cada processo), antes, eram feitos no papel, com caneta. "Havia muita divergência de informação, os dados não eram confiáveis", lembra João Marcelo Correia da Silva, gerente de qualidade da empresa.

O investimento da empresa no projeto, feito há dois anos, em cabeamento de rede de internet e compra de tablets, entre outros itens, foi de R$ 476 mil, e já se pagou. "Hoje as informações de todos os equipamentos estão no sistema, automatizado, e cada funcionário tem tudo à mão".

DIVULGAÇÃO

Paulo Dias: é preciso criar um ambiente básico para a tecnologia funcionar

Open RAN Maioria das operadoras ainda está na fase de testes; governo considera tema estratégico

Modelo de rede aberta enfrenta desafios

Carmen Nery
Para o Valor, do Rio

O governo dos Estados Unidos vem procurando uma forma de voltar a ser protagonista no setor desde que o continente perdeu seus fornecedores de equipamentos de telecomunicações, após a falência da canadense Nortel e a compra da americana Lucente pela francesa Alcatel, adquirida depois pela Nokia. Vinicius Caram, superintendente de outorgas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), diz que, nesse contexto, surgiu, em 2018, a iniciativa Open RAN (rede de acesso por rádio aberta), liderada pela O-RAN Alliance.

"Os Estados Unidos perceberam o potencial do mercado de redes de acesso (RAN) com o surgimento do 5G e iniciaram esse movimento para estimular a indústria americana", diz o superintendente da Anatel. Com a padronização, a separação das partes e a criação de interfaces abertas, propostas pelo Open RAN, servidores de empresas como Dell, Cisco e HPE podem substituir as dispendiosas soluções proprietárias verticalizadas.

Para Marcia Ogawa, advisor no InovaUSP, o Conselho Superior de Inovação da USP, e no InovaHC, o núcleo de inovação do Hospital das Clínicas, mais do que a questão geopolítica, o que justifica o Open RAN é a lógica econômica. Ela explica que o Open RAN nasceu para desagregar o hardware do software e os elementos da cadeia de telecom, hoje muito integrada num único bloco — hardware, sistema operacional, software — ofertado, principalmente, por apenas três fornecedores: Ericsson, Huawei e Nokia.

"A desagregação permite o surgimento de múltiplos fornecedores. Nos anos 1980, vimos um processo semelhante com o fim da dominância dos mainframes IBM (computadores de grande porte centralizados) e o surgimento da microinformática, que revolucionou a década de 1990, beneficiando toda a sociedade", analisa Ogawa. Como o Open RAN pode significar a disrupção de seus negócios, Nokia e Ericsson vêm desenvolvendo suas próprias soluções de interfaces abertas.

Marcos Scheffer, vice-presidente de redes e serviços da Ericsson, diz que os equipamentos da empresa já estão aptos a operar no conceito de Open RAN. A companhia tem ainda em andamento cerca de 35 acordos, entre contratos assinados, testes e atividades de integração. "O maior contrato da história da Ericsson, de US$ 14 bilhões, foi fechado em dezembro com a AT&T, para implantação em larga escala de redes de acesso de rádio abertas num prazo de cinco anos. No Brasil, já temos um acordo comercial com uma das três grandes operadoras para implementar 15 estações rádio base no cloud RAN da Ericsson", anuncia Scheffer.

Elmo Matos, diretor de planejamento de redes da Vivo, diz que a tecnologia evoluiu muito desde os primeiros testes em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), em 2019. Mas ainda há desafios de integração e

> "EUA perceberam o potencial do mercado de redes de acesso com o 5G" *Vinicius Caram*


DIVULGAÇÃO

Marcia Ogawa: Open RAN nasceu para desagregar o hardware do software e os elementos da cadeia de telecom

gerenciamento de múltiplos fornecedores, de interoperabilidade e de roadmap (programação) lastreado pelas evoluções do padrão 3GPP (organismo de padronização das redes móveis).

"Com mais fornecedores, esperam-se preços mais competitivos, redução dos custos e uma possível aceleração da inovação. Como passo intermediário, estamos avaliando o Cloud RAN, que traz as mesmas vantagens de desagregação e virtualização do Open RAN, porém, com um único fornecedor", diz Matos.

A Claro informa que a estratégia atual é observar o tema e estudar o mercado. Já a TIM fez testes em Santa Rita do Sapucaí (MG), em parceria com o Inatel e o TIP (Telecom Infra Project) e constatou que, em termos de desempenho, o resultado foi bom. Para Marco Di Costanzo, vice-presidente de tecnologia da TIM, o Open RAN vai otimizar custos e permitir fornecer serviços digitais mais avançados, como a indústria 4.0.

"A TIM está avaliando os casos de uso, como em redes privadas, soluções indoor ou outdoor, em diferentes tamanhos de cidade. As operadoras podem buscar melhores soluções de hardware e software de forma desacoplada, sem precisar comprometer-se com um único fornecedor. Estamos avaliando soluções de diferentes fornecedores em termos de custos, funcionalidades e disponibilidade", sinaliza Costanzo.

Entre os novos players do mercado de redes de acesso abertas, estão Mavenir, Parallel Wireless, Samsung, Rakuten, Docomo, Fujitsu e NEC. Em abril, a NEC formou uma joint-venture com NTT Docomo e tem montado configurações Open RAN com diferentes fornecedores. "A questão do preço foi resolvida e já temos negociações na América Latina com clientes no Brasil e na Colômbia", sinaliza Roberto Murakami, diretor da unidade de telecom da NEC.

Marcia Ogawa diz que, no Brasil, o Open RAN deve gerar oportunidades para as empresas locais por meio de parcerias internacionais. Assim, afirma ela, o país passará a participar da cadeia de telecom. A Padtec associou-se à Parallel Wireless, para oferecer as soluções no Brasil e na América Latina. "São raros os casos em que os sistemas fechados foram vencedores. Faz parte de nossa estratégia trabalhar com sistemas abertos", diz Carlos Raimar, presidente da PadTec.

O governo brasileiro também considera o tema estratégico. Em 2021, antes do leilão do 5G, a Anatel criou o grupo de trabalho de redes abertas, e no fim daquele ano o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) lançou o programa OpenRAN@Brasil. O objetivo é criar uma rede Open RAN 5G com implementação da RNP em parceria com o CPqD.

Gustavo Corrêa Lima, gerente de soluções de conectividade do Centro de Competência Embrapii (CPqD), conta que o centro desenvolve o projeto Plataforma 5G BR baseado no conceito de redes abertas e desagregadas.

Fernando Farias, coordenador de projetos de P&D na RNP, diz que a rede Open RAN 5G contará com sete pontos de presença em todas as regiões para testes. "Atualmente, já temos dois pontos implantados no Rio de Janeiro e na sede do CPqD em Campinas (SP)", diz Farias.

Equipamentos Fornecedor diz que "derrame de produto chinês no mercado", principalmente no Brasil, levou a um cenário desfavorável em 2023

Cai demanda em redes fixas, mas 5G puxa redes móveis


DIVULGAÇÃO

Katia Simões
De São Paulo

A receita global do setor de equipamentos de telecomunicações diminuiu 5% em 2023, em relação a 2022, de acordo com o relatório divulgado pela consultoria Dell'Oro. O resultado negativo, o primeiro em cinco anos, é decorrente da redução de investimentos em banda larga doméstica por parte das operadoras. Ainda segundo o levantamento — que analisou os segmentos de acesso de banda larga, transporte ótico e de micro-ondas, rede central móvel, rede de acesso via rádio (RAN), roteadores e switches para provedores de serviços de internet —, o mercado encolheu mais do que o esperado na América do Norte, onde houve queda anual de cerca de 20%, influenciada pelo fraco desempenho de equipamentos de RAN e banda larga.

Presente no Brasil há 50 anos, a Furukawa Eletric, uma das principais fornecedoras de fibra ótica do país, registrou no ano fiscal de 2023 (encerrado em março) o primeiro resultado negativo em 20 anos. A receita na América Latina caiu 30% em comparação ao ano anterior, 80% da redução atribuída ao segmento de telecomunicação. "O derrame de produtos chineses no mercado, principalmente no Brasil, que levou a um cenário competitivo desfavorável, aliado a uma desaceleração pós-pandemia, quando o setor assistiu a um boom da demanda, colaboraram para a queda do faturamento", afirmou Foad Shaikhzadeh, CEO da Furukawa LatAm, durante o Furukawa Summit 2024. "A estabilização do mercado em termos de estoque e demanda, porém, deve acontecer em um ano e meio".

Digitalização
Negócios potenciais

R$ 391 bilhões
serão as receitas decorrentes da digitalização no Brasil até 2030

R$ 49 bilhões
é quanto esse processo vai movimentar no agronegócio

R$ 78 bilhões
é a estimativa de negócios para as operadoras com o segmento de saúde

R$ 37 bilhões
deve ser movimentado pela indústria 4.0 até 2030

R$ 63,4 bilhões
representa o mercado de aplicações para consumidores

Fonte: Ericsson Mobility Report

Segundo Celso Motizuqui, gerente geral da Furukawa Eletric LatAm, a queda só não foi maior porque a companhia atua em várias frentes. "Focamos em projetos de infraestrutura de fibras óticas em países da América Latina que estão mais atrasados que o Brasil e na instalação de novos datacenters, um movimento forte em razão do avanço da inteligência artificial", afirma. "Também trabalhamos para agregar mais valor às soluções oferecidas e levar a fibra invisível para dentro da casa do consumidor".

Se por um lado o setor de redes fixas teve queda, o de redes móveis registrou bom momento e a tendência é de expansão com o avanço do 5G. De acordo com o relatório Ericsson Mobility Report, até 2030 as receitas decorrentes da digitalização no Brasil deverão totalizar R$ 391 bilhões, desses R$ 153 bilhões impulsionados pelo 5G. " A tecnologia não traz apenas maior capacidade de dados e velocidade, mas redes de performance diferente, possíveis de serem programadas e com oferta de camadas para diversos usos", diz Rodrigo Dienstmann, presidente da Ericsson para o Cone Sul da América Latina. "O nosso propósito é criar plataformas para os clientes desenvolverem novos modelos de negócios a partir do 5G".

Na visão de Carlos Roseiro, diretor de ICM marketing da Huawei, quatro importantes frentes nortearão os trabalhos num futuro próximo: melhora da experiência das pessoas no consumo de dados, o que levará ao surgimento de novos serviços; a fibra chegando em mais lugares, sobretudo cidades com menos de 30 mil habitantes; empresas com mais apetite por redes privativas, e veículos autônomos. "Se temos mais consumo de dados, mais carros conectados, precisamos de estradas mais conectadas" diz. "Uma coisa puxa a outra". Líder de infraestrutura para Tecnologia da Informação e Comunicação e dispositivos inteligentes, a Huawei alcançou um faturamento global de US$ 97,3 bilhões em 2023, com 23,4% da receita investidos em P&D, cerca de US$ 22,7 bilhões.

Maior procura por IA e IoT gera necessidade de equipamentos robustos, afirma Sinclair Fidelis

"Estamos diante de uma mudança total de paradigmas, que demandará combinação eficiente de baixa latência e alta velocidade de resposta", diz Sergio Calado, diretor de soluções em redes fixas da Nokia Brasil. No primeiro trimestre de 2024, a Nokia América Latina registrou aumento de 4% no volume total de vendas em relação ao mesmo período de 2023. Parte do resultado deve-se ao Corteca, software de conectividade residencial de ponta a ponta para dispositivos de banda larga, que permite aos provedores de serviço uma melhor experiência do cliente, geração de novas receitas e redução dos custos operacionais.

Quem também enxerga um horizonte promissor é Sinclair Fidelis, country manager da Alcatel-Lucent Enterprise no Brasil (ALE). "Quanto maior a demanda por conectividade e aplicação de internet das coisas (IoT) e inteligência artificial (IA), maior a necessidade de bandas e equipamentos robustos", assegura. "Há cinco anos, a switch de 1 gigabite por segundo era a mais procurada. Hoje a demanda é por equipamentos de 10 e 25 gbps. Para 2027, a busca será por 100gbps". Fidelis observa que entre 2020 e 2023, a companhia triplicou o faturamento no Brasil, que responde por 2,5% da receita global. Entre os principais investimentos da ALE estão uso de IA aplicada para automatizar e otimizar a gestão das redes, ampliação dos serviços de segurança e incremento de soluções de IOT.

Venda de celular tem leve alta após 3 anos de queda

Vincenzo Calcopietro
Para o Valor, de São Paulo

Após três anos de queda, a venda de aparelhos celulares voltou a ter um leve crescimento com a comercialização de cerca de 10 milhões de novas unidades nos quatro primeiros meses do ano, uma ligeira alta de 0,7% sobre o mesmo período de 2023, e trouxe a expectativa de retomada para o setor. Segundo Ricardo Moura, diretor de atendimento tech and durables da NielsenIQ GfK Brasil, essa mudança pode ser explicada, entre vários fatores, pela queda nos juros e pela redução do preço médio dos celulares. Em média, os aparelhos custam hoje R$ 1.600, quase 10% mais baratos que há um ano. "Temos um cenário mais positivo", diz Moura.

A queda no mercado local de celulares vinha desde 2020. Segundo Andréia Sousa, analista de consumo da IDC Brasil, esse movimento era previsto devido aos impactos da pandemia e do aumento do tempo que os consumidores passaram a levar para trocar seus smartphones — porém, essa situação atingiria apenas uma pequena parcela dos usuários.

A analista também destaca que a maior contribuição para a reversão desse quadro foi o avanço do mercado paralelo, ou "grey market", que se intensificou desde o segundo semestre de 2023. Esse segmento mais que triplicou em um ano e hoje representa 25,4% do mercado total de smartphones. Apesar de não ser ilegal, o grey market usa canais de distribuição não oficiais ou não autorizados, o que prejudica nas vendas das empresas. Para Souza, o mercado paralelo deve seguir fortalecido devido à dificuldade em barrar a entrada desses aparelhos nos pontos de vendas. "O mercado oficial certamente enfrentará dificuldades para apresentar resultados superiores aos do ano passado", diz.


DIVULGAÇÃO
Rodrigo Vidigal: '2024 será um ano de retomada do crescimento do mercado'

Dentro das vendas regularizadas, vale destacar a presença dos aparelhos 5G. Segundo dados da NielsenIQ GfK, a categoria representou 46% das unidades comercializadas no primeiro quadrimestre, um aumento considerável contra os 27% no mesmo período em 2023. O share da categoria é maior, inclusive, que o acumulado no ano, que fechou em 38%. Moura afirma que os celulares 5G devem ultrapassar os 4G ainda este ano, ressaltando que na parcela de faturamento, os 5G já são maioria no país.

Todas as companhias têm acompanhado essa tendência e atualizado seus portfólios com a tecnologia 5G. A Xiaomi, que chegou ao Brasil em 2015, possui 60% de seus lançamentos em 2024 de aparelhos 5G. Neste ano, 50% das suas vendas são de celulares da categoria.

Rodrigo Vidigal, presidente da Motorola Brasil, conta que a empresa lançou o primeiro smartphone compatível com essa tecnologia no Brasil em 2020. Hoje, 80% do portfólio é compatível com o 5G, sendo que, assim como a Xiaomi, 50% dos produtos vendidos em 2024 usam a nova tecnologia. "O Brasil é o quarto maior mercado de smartphones do mundo, e esta é a categoria de produto de maior desejo de consumo pelos brasileiros ", afirma o presidente.

De acordo com o diretor da NielsenIQ GfK, a perspectiva é de retomada gradual e de desempenho positivo para esta categoria ao longo de 2024 e 2025. Mas outro fator que pode impactar positivamente as vendas é a entrada da tecnologia de inteligência artificial, o que poderá ser um atrativo para a aquisição de um novo modelo de celular pelos consumidores brasileiros.

10%
é queda no preço médio de celulares

A Samsung afirma possuir a maior carteira de celulares compatíveis com a tecnologia 5G no Brasil, um total de 47 modelos. Em conjunto, a companhia deu início a implementação da inteligência artificial em seus celulares com o modelo Galaxy S24.

A fabricante afirma que a pré-venda dos novos smartphones impulsionados pelos recursos do Galaxy AI, inteligência artificial da Samsung, registrou recorde histórico de 72% a mais que seu antecessor em todos os países da América Latina. O aumento foi ainda maior nos canais de venda on-line, onde os pedidos de pré-venda atingiram 129% a mais quando comparado com o mesmo período de 2023 (17 de janeiro até 4 de fevereiro).

No geral, as empresas seguem com um olhar otimista para o mercado de celulares no Brasil, ainda que o mercado passe por um período natural de ajustes após os efeitos da pandemia. "Estamos otimistas que 2024 será um ano de retomada do crescimento do mercado", afirma Vidigal, da Motorola.

Inovação Em mais de 100 municípios, 'Muralha Digital' interliga sistemas de câmeras e segurança

Projeto promove cerco eletrônico da cidade

Rose Crespo
Para o Valor, de São Paulo

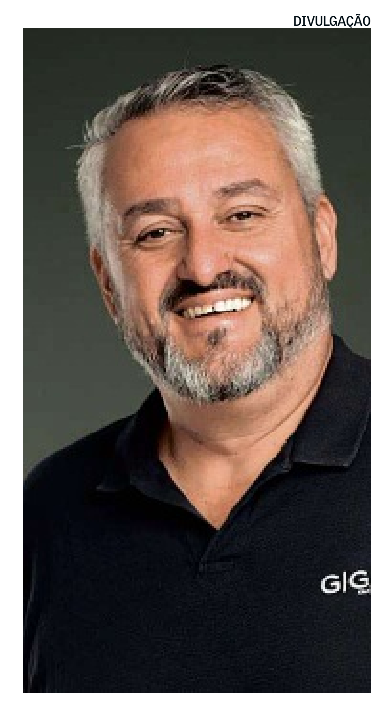
Ao inaugurar o "cérebro" da cidade neste ano, Curitiba deu mais um passo à frente ao futuro com a instalação de uma plataforma inovadora de suporte ao planejamento urbano, que trabalha em conjunto com a Muralha Digital. Batizado de Hipervisor Urbano, o aparato tecnológico inclui uma rede de compartilhamento de dados públicos em tempo real, com a coleta, processamento e distribuição de informações para a gestão dos serviços de forma efetiva e transparente e também para o planejamento de mudanças em várias áreas.

Além da Muralha Digital, o sistema integra os centros operacionais do transporte e da Defesa Civil, além de serviços de abastecimento de água (Sanepar) e de energia (Copel). "Trata-se de um centro com informações estratégicas, sob a ótica preditiva, para construir o futuro da cidade", diz Antonio Carlos Rebello, superintendente de TI da Prefeitura de Curitiba.

Segundo Rebello, mais de 20 cientistas de dados e desenvolvedores ficam no entro de operações cruzando informações para subsidiar ações dos gestores, com base em dados pluviométricos, de trânsito, saúde e educação. Criada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e pela Secretaria de Administração, Gestão de Pessoal e TI, a plataforma tem como parceiros a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A estrutura trabalha em conjunto com a Muralha Digital, que promove o cerco eletrônico da cidade, com perto de 2 mil câmeras instaladas em pontos estratégicos, enviadas ao centro de controle, em tempo real e 24 horas por dia. São registradas ocorrências de mais de 50 viaturas da Guarda Municipal com câmaras dos policiais que usam bodycam e do monitoramento do tráfego de veículos.

DIVULGAÇÃO



"São cruciais projetos que incluam realidades socioeconômicas" *Fábio Abreu*

O "muro virtual" permite ainda proteger mulheres vítimas de violência doméstica que têm acesso ao botão de pânico e, nas escolas, professores ou inspetores podem acionar a polícia em caso de invasão de um atirador. "Em média os locais monitorados apresentam redução de 40% da criminalidade. É um caminho sem volta e que mostra o protagonismo dos municípios na segurança pública", diz José Sommer Neto, superintendente da Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba. Entre as diversas aplicações, o monitoramento também auxilia a Defesa Civil em emergências.

O conceito de cercamento eletrônico municipal avança na segurança pública, segundo a empresa de software Sentry. Sua solução já atende mais de 120 cidades, nove capitais e quatro secretarias estaduais de Segurança Pública (Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia). Por meio de parceria com a Aloha Fibra, o objetivo é expandir a Muralha Digital pelo Brasil, visando atender mais de 400 municípios e um crescimento superior a 50% até o fim de 2024. "Nossa tecnologia permite que forças policiais atuem preventivamente. O sistema também dá alarmes na circulação de veículos suspeitos, graças à internet via fibra", diz Junior Carrara, diretor da Sentry.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o Estado registrou redução de 50% nos furtos e roubos de veículos nas cidades usuárias do sistema. Em Limeira, o investimento é de R$ 19 milhões com previsão de 48 meses. "Estamos em evolução com a modernização e a contínua capacitação dos nossos agentes", revela Wagner Marchi, secretário de Segurança Pública e Defesa Civil da cidade.

"O Brasil enfrenta desafios para a expansão das smart cities. Um dos obstáculos é a falta de investimento por parte dos municípios em sistemas inteligentes. São cruciais projetos que incluam e beneficiem as diversas realidades socioeconômicas existentes", afirma Fábio Abreu, vice-presidente de negócios B2B e rede da Alloha Fibra, maior grupo independente de fibra óptica, presente em mais de 800 cidades em 22 Estados.

DIVULGAÇÃO



Em Curitiba, Muralha Digital integra centros operacionais do transporte, da Defesa Civil e de serviços de água e de energia

Com a tecnologia de IA dentro das câmeras, a segunda onda de monitoramento é mais analítica e os sistemas passam a incorporar a tecnologia ANPR (reconhecimento do número da placa), rastreando veículos roubados, por exemplo. Já o reconhecimento facial permite o cruzamento com a base de suspeitos da polícia para identificar por onde eles circularam. Câmeras inteligentes podem ainda identificar barulho de tiros ou comportamentos suspeitos, além de sensores que monitoram níveis dos rios ou potenciais deslizamentos, na prevenção de tragédias, como a que afeta o Rio Grande do Sul.

A chegada do 5G é fundamental para conectar equipamentos com IA embutida e a variedade de dispositivos IoT (Internet das Coisas). "A instalação da muralha em uma smart city é um poderoso instrumento no combate à criminalidade e traz a percepção de segurança para a população", diz Carlos Botelho, diretor de vendas da Embratel para governo.

"A disrupção virá com o alto poder da computação quântica associado à IA generativa, que possibilitará obter tempo de resposta mais rápido e sair das previsões óbvias para as predições dos eventos com maior antecedência", afirma Júlio Martins, diretor de inovação da Roost.

INÊS 249

Infraestrutura Destruição de equipamentos e redes de 619 prestadoras de pequeno porte deixou quase 340 mil assinantes sem conexão

Restabelecimento de serviços no RS pode demorar até 36 meses

MAURICIO TONETTO / SECOM



Porto Alegre inundada: Conexis, que representa as grandes operadoras, até agora não tem estimativa dos prejuízos

Sérgio Ruck Bueno
Para o Valor, de Porto Alegre

As enchentes que atingem o Rio Grande do Sul desde o fim de abril provocaram 169 mortes (53 pessoas estão ainda desaparecidas) e deixaram cerca de 640 mil desabrigados e desalojados em 469 dos 497 municípios gaúchos, conforme o boletim de ontem à tarde (27) da Defesa Civil do Estado. As águas também arrasaram boa parte dos sistemas de telecomunicações no Estado.

A estimativa da InternetSul, que representa 619 prestadoras de pequeno porte (PPP) de banda larga fixa locais, é que a destruição de redes e equipamentos deixou quase 340 mil assinantes sem conexão. Ao mesmo tempo, 263 cidades chegaram a ficar com os serviços de internet móvel das grandes operadoras total ou parcialmente comprometidos no dia 5 de maio, conforme a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

"Temos datacenters embaixo d'água, postes caídos, redes destruídas e equipamentos como rádios, switches e controladores queimados devido a descargas elétricas violentas", diz Fábio Badra, presidente da InternetSul. Segundo o conselheiro Fabiano Vergani, as PPP atendem 2,1 milhões dos 3,5 milhões de assinantes de banda larga no Estado e levarão até 36 meses para restabelecer completamente os serviços afetados, desde os núcleos de redes até os endereços dos clientes, com um custo projetado de R$ 1,21 bilhão. Nas cidades de até 50 mil habitantes, as pequenas prestadoras detêm 92,5% do mercado.

Junto com outras associações do setor, no dia 21 deste mês a entidade pediu ao ministro das Comunicações, Juscelino Filho, a liberação de recursos não reembolsáveis do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para a recuperação da infraestrutura das PPP atingidas pelas cheias. Solicitou ainda outras medidas de apoio como financiamentos com "juros simbólicos" de bancos de fomento, "alguma forma de desoneração" para o segmento e ajuda no pagamento de salários. "Temos empresas destruídas que não têm condições de sobreviver sem ajuda", afirma Badra.

O ministério já havia anunciado a oferta dos recursos disponíveis no Fust, no montante de R$ 1,7 bilhão, para financiar a reconstrução das redes de telecomunicações no Estado por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em entrevista ao **Valor**, o ministro disse que ainda não há previsão de quanto será necessário para recuperar os estragos, até que a redução da chuva e o recuo dos níveis de água nas cidades permitam às pequenas prestadoras e grandes operadoras avaliar mais precisamente os prejuízos.

Os empréstimos poderão ser solicitados diretamente ao BNDES e terão prazos de até 15 anos para pagamento, incluindo carência e amortização, e correção pela Taxa Referencial (TR), pela taxa básica do banco limitada a 1% ao ano e pela taxa de risco de no mínimo 0,2% anual. "A liberação dos recursos já foi permitida pelo Conselho Gestor do Fust e a Anatel já atualizou seu sistema para contemplar as localidades permitidas. O BNDES está em fase de atualização das suas políticas operacionais e, assim que finalizar, o recurso estará efetivamente liberado para a reconstrução da infraestrutura de telecomunicações do Rio Grande do Sul", relata o ministro.

> "Temos datacenters embaixo d'água, postes caídos, redes destruídas"
> Fabiano Vergani

As grandes operadoras também foram afetadas. Segundo a Anatel, que passou a fazer atualizações diárias em seu painel de dados na internet sobre o impacto das enchentes, somente em 14 de maio todas as cidades gaúchas voltaram a contar com cobertura pelo menos parcial de telefonia móvel. No dia 3, não havia sinal de qualquer provedora em 31 municípios, mas o número foi caindo nos dias seguintes com o aumento das localidades parcialmente afetadas ou que retornaram à situação normal.

A Conexis Brasil Digital, que representa as grandes operadoras de telecomunicações, disse que as enchentes no Rio Grande do Sul são "uma tragédia sem precedentes" e que suas associadas ampliaram as equipes e estão trabalhando de forma ininterrupta para restabelecer os serviços. Até agora a entidade não tem uma estimativa dos prejuízos sofridos pelas empresas, pois ainda estão avaliando os danos e muitos equipamentos foram completamente danificados e precisarão ser substituídos.

Desde os primeiros dias de chuva, segundo a Conexis, as empresas também abriram o roaming gratuito de dados, para que os clientes possam usar alternativamente o serviço de outra prestadora. Além disso, ofereceram bônus de internet e isenção de multas e juros sobre as faturas e forneceram conexão Wi-Fi para abrigos que recebem as pessoas que foram obrigadas a deixar suas casas em função das enchentes.

A Claro informou que vem colaborando na restauração das comunicações de órgãos públicos como governo do Estado, Defesa Civil, prefeituras e hospitais com a entrega de roteadores 4G e conexão por WiFi, inclusive com apoio de satélites e de uma antena móvel, além da doação de modems para a Procempa, companhia pública de tecnologia da informação de Porto Alegre.

Já a Oi anunciou a instalação de WiFi com sinal aberto em abrigos no Rio Grande do Sul e que trabalha para manter a conectividade de assinantes corporativos, órgãos públicos e serviços de emergência, inclusive com abertura rotas alternativas para restabelecer a comunicação nos casos de isolamento de municípios por conta de inundações, quedas de barreiras e incidentes em rodovias. A empresa também estendeu por dez dias o vencimento das faturas de seus clientes e suspendeu ações de cobrança.

Segundo o diretor técnico da TIM, Marco Di Constanzo, após as enchentes "sem precedentes" no Estado, a operadora já garantiu o restabelecimento do sinal em todas as cidades atingidas e, após a recuperação e reconstrução da sua infraestrutura local, vai manter um grupo técnico permanente para atuar em situações de calamidade. A empresa também garantiu pacotes de internet grátis para os clientes pré-pagos até 25 de maio e estuda a renovação do benefício.